OSMAR TEIXEIRA GASPAR

MÍDIAS – CONCESSÃO E EXCLUSÃO

Um estudo da invisibilidade seletiva produzida pelos meios de comunicação de massa
contra a população afro-brasileira e suas implicações nas relações raciais no
Brasil contemporâneo

Dissertação de Mestrado

Orientador : Professor Doutor Kabengele Munanga

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

São Paulo, 2010

OSMAR TEIXEIRA GASPAR

MÍDIAS – CONCESSÃO E EXCLUSÃO

Um estudo da invisibilidade seletiva produzida pelos meios de comunicação de massa
contra a população afro-brasileira e suas implicações nas relações raciais no
Brasil contemporâneo

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo, Curso de Pós-Graduação,
para obtenção do título de mestre em Direito (Área de
Concentração: Direitos Humanos).

Orientador: Professor Doutor Kabengele Munanga

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

São Paulo, 2010

Gaspar, Osmar Teixeira

Mídias concessão e exclusão : um estudo sobre as concessões de rádio e televisão e sua influência nas relações raciais no Brasil contemporâneo / Osmar Teixeira Gaspar – São Paulo : O. T. Gaspar, 2010.
ix, 192 p. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da USP, 2010.

Orientador: Prof. Titular Kabengele Munanga

Notas de rodapé

Inclui bibliografia.

1. Mídias 2. Concessão de canal de rádio 3. Concessão de canal de televisão 4. Invisibilidade seletiva 5. Exclusão 6. Racismo 7. Direitos humanos I. Título.

CDU 654.197(81)(043)

*À memória de meus primeiros mestres: meus pais
João Teixeira Gaspar e Júlia Barbosa Gaspar,
formados pela universidade da vida, com quem
aprendi a grande lição:
a liberdade está na educação.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço muito aos meus pais, já não mais presentes, me ensinaram que a educação é mais que um bem, é uma ferramenta poderosa que nos permite abrir novos horizontes.

Meu agradecimento especial ao querido Professor Doutor Kabengele Munanga, orientador atento que desde o início me assistiu com suas indispensáveis observações na construção de uma Dissertação de Mestrado coerente com o tema, com a Academia e, sobretudo com a importância, a História e o legado dos antigos escravizados. Desse modo, suas rigorosas observações e sugestões bibliográficas foram cruciais na elaboração deste trabalho.

Agradeço também às Professoras Doutoras Eunice Aparecida de Jesus Prudente e Gislene Aparecida dos Santos pelas observações e valiosíssimas sugestões por ocasião do Exame de Qualificação do Mestrado.

À Professora Doutora Elza Antonia da Cunha Boiteux, pessoa com quem aprendi valiosas lições que servirão para o resto de meus dias, em nome de quem agradeço a todos os Professores Doutores da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com quem muito aprendi e busquei tirar de todos eles o melhor proveito dessa grande oportunidade que foi realizar o Curso de Mestrado em Direitos Humanos.

Agradeço especialmente aos Professores Doutores, Celso Lafer, Lídia de Almeida Prado e Marcus Orione Gonçalves Correia, pelo rigor de suas observações e as valiosíssimas indicações bibliográficas, da mesma forma agradeço ao Professor Doutor Ignácio Maria Velasco Poveda, que muito me incentivou quando do ingresso no Curso de Pós-Graduação em Direito.

Meus sinceros agradecimentos ao querido Mestre e Professor Emérito da Faculdade de Direito da USP, Fábio Konder Comparato, pelas magnânimas aulas, incentivo e lições de vida, principalmente o seu histórico relato das atrocidades sofridas pelos escravizados em solo brasileiro, o qual nos remete a uma profunda reflexão, ao mesmo tempo em que dá grande sentido a todos aqueles que têm nos direitos humanos a busca pelo direito, pela liberdade e sobretudo pela igualdade.

Aos meus queridos irmãos, especialmente ao Prof. Dr. José Teixeira Gaspar, que já tendo percorrido o árduo caminho de uma pós-graduação muito me inspirou, incentivou e sempre buscou colaborar com a sugestão de leitura de obras importantes para a realização desta Dissertação de Mestrado em Direito. Da mesma forma que agradeço à minha família, meus familiares e amigos pelo apoio, bem como pela compreensão da longa ausência e solidão a que o trabalho acadêmico me submeteu.

A todos os meus colegas que contribuíram muito com meu aprendizado, percepções e reflexões no balizamento entre o Direito e os Direitos Humanos.

À Ford Foundation, que através do convênio firmado entre a Fundação Carlos Chagas e a Faculdade de Direito da USP, concedeu-me indispensável bolsa de estudos para a realização deste curso.

A inestimável contribuição de Thales Picchi Alves, em nome de quem agradeço a todos os funcionários da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Agradeço à Zulma Vital Nunes Pereira pelo incentivo e constante colaboração para o êxito da entrevista com o Vereador Jose de Paula Neto, a quem também muito agradeço pela valiosa colaboração, bem como pelo ineditismo das informações reveladas sobre a TV da Gente.

Meu muito obrigado à Educafro, onde recebi grande apoio e incentivo para o ingresso no Mestrado em Direito da Universidade de São Paulo, nas pessoas do Frei David dos Santos e Tiago Tobias.

Finalmente meu muito obrigado aos militantes anônimos do Movimento Social Negro brasileiro, que em sua luta diária muito contribuíram para que um neto de escravizado pudesse ultrapassar as barreiras da exclusão social, na busca do conhecimento de qualidade, exatamente nos espaços que sempre foram franqueados aos descendentes de europeus e veladamente proibidos à população negra brasileira.

A todos a minha profunda gratidão.

Recusamos o tratamento que nos destinam, pois que eles ofendem a nossa dignidade de seres humanos.

Bárbaro sois vós que não conheceis o significado de alteridade.

Se lhes servimos apenas com os nossos corpos, os têm agora por inteiro, mas não terão mais o nosso trabalho e sofrimento.

Os nossos espíritos, esses tratamos logo de devolvê-los à África.

RESUMO

GASPAR, Osmar Teixeira. Mídias - Concessão e Exclusão, um estudo sobre as concessões de rádio e televisão e sua influência nas relações raciais no Brasil contemporâneo. Dissertação de Mestrado em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Este trabalho propõe um estudo sobre as concessões de rádio e televisão no Brasil e a influência dessas concessões nas relações raciais no Brasil dos dias atuais. Propomos uma reflexão sobre a exclusão da população negra dos meios de comunicação de massa e os reflexos produzidos por sua invisibilidade seletiva nesses veículos. Associamos a exclusão da população negra dos meios de comunicação de massa à sua exclusão do mercado formal de trabalho na iniciativa privada. Nossos questionamentos vão desde as razões que levam o Estado, quem concede, autoriza, permite e outorga o bem público, por que razão não interfere para coibir a deliberada invisibilidade seletiva produzida por esses meios contra a população descendente de escravizados africanos? Estamos supondo que a cessão do bem público, exatamente por ser do interesse de todos deveria estabelecer parâmetros que levassem em consideração o direito, a igualdade e a alteridade nas relações sociais, bem como a proporcionalidade dos grupos étnicos que compõem a rica diversidade da população brasileira. Os meios de comunicação de massa, suas grades de programações, bem como as agências de publicidade e seus anunciantes parecem ignorar a composição étnica de nossa sociedade. Ao contrário, buscam em suas programações e anúncios publicitários assemelhá-la à população da Suécia, quando o conjunto de sua representatividade étnica está muito mais próximo da África. Esta preferência por uma população alourada, sueca, que mesmo não existindo em nosso país em grande número, revela o lócus do racismo à moda brasileira, que consiste em suposta existência de uma democracia racial no Brasil. A nossa pesquisa desmente essa falsa cognição quando examinamos algumas revistas impressas e apontamos que as mulheres brancas no Brasil aparecem nessas publicações 94,08% contra apenas 6,081% das mulheres negras. O isolamento a que os meios de comunicação de massa submetem a população negra, antes revela uma inaceitável censura midiática. A exclusão produzida pelos meios de comunicação de massa reforça os estereótipos de inferioridades e incapacidade da população descendente dos escravizados. Estado e grande parte da sociedade se silenciam diante do óbvio. O "mercado" por sua vez, não é um ser inanimado, posto que formado por pessoas que cerceiam e impedem que negros se realizem como trabalhadores formais no mercado formal de trabalho do mercado formal de trabalho na iniciativa privada. Este quadro se agrava, quando observamos a exclusão deste mercado de modelos, atrizes e atores negros, que também ficam impedidos de se realizarem como profissionais desse meio visivelmente excludente e preconceituoso. No Brasil os negros, em razão de sua cor, são inferiorizados e desumanizados pelos meios de comunicação de massa, numa afronta aos direitos humanos. O silêncio e a indiferença são ferramentas poderosíssimas para a perpetuação do racismo no Brasil. A aparente inexistência de um racismo exacerbado, antes esconde a poderosa estrutura que o institucionaliza. As elites, com o beneplácito do Estado e da invisibilidade seletiva da população negra, tiram grandes proveitos. Nosso trabalho propõe uma reflexão sobre estes e outros aspectos que inviabilizam os negros de se realizarem como sujeitos de direitos. Denunciamos a existência de um jogo surdo, onde veladamente são determinados os espaços permitidos e proibidos à população negra, como é o caso da televisão, por exemplo. Por fim, esperamos contribuir com o debate na construção de políticas públicas que se traduzam em uma efetiva igualdade de direitos aos descendentes de escravizados no Brasil.

Palavras-chave: Mídias. Concessão. Invisibilidade seletiva. Exclusão. Racismo. Direitos humanos.

ABSTRACT

GASPAR, Osmar Teixeira. Media – Grant and Exclusion, a study on the concession of radio and television and its influence in contemporary Brazil. Master thesis in Law, Faculty of Law, University of São Paulo, 2010.

This paper proposes a study on the concession of radio and television in Brazil and influence of these concessions in race relations in Brazil of today. We propose a reflection on the exclusion of black people the means of mass communication and the reflections caused by the Stealth vehicles. We associate the exclusion of black people the means of mass communication to their exclusion from the formal labor market in the private sector. Our questions range from the reasons why the administration, who grants permits, and grants to the public good, why does not interfere to curb deliberate Stealth produced by such means against the descendants of enslaved Africans? We are assuming that the transfer of public good, for it is in everyone's interest was to establish criteria that took into account the law, equality, and diversity in social relations, as well as the proportion of ethnic groups that make up the rich diversity of the population. The means of mass communication, their grids schedules, as well as advertising agencies and advertisers seem to ignore the ethnic composition of our society. Instead, look at their schedules and advertisements liken it to the population of Sweden when the set of their ethnic representation is much closer to Africa. This preference for a population blond, Swedish, that does not exist in our country in large numbers, shows the locus of racism in the Brazilian style, which consists of the supposed existence of a racial democracy in our country. Our research refutes this false cognition when we look at some print magazines and point out that white women in Brazil is under these visible 94.08% versus 6.081% of black women. The isolation to which the media of mass undergoing the black population, before reveals an unacceptable media censorship. The exclusion produced by means of mass communication reinforces stereotypes of inferiority and incapacity of the descendants of slaves. Administration and much of society are silent on the obvious. The "market" in turn, that is not an inanimate thing, but people who curtail and prevent blacks are held as formal workers in the private sector. This picture gets worse when we look at the foreclosure market models, actresses and actors of color, who are also prevented from performing as professionals through this exclusive and clearly biased. In Brazil, the black, because of their color, are degraded and dehumanized by the media of mass communication in an affront to human rights. The silence and indifference are very powerful tools for the perpetuation of racism in Brazil. The apparent absence of a racism exacerbated, rather it conceals the powerful structure that institutionalizes. Elites with the permission of his administration and selective invisibility black population, takes great income. Our work proposes a reflection on these and other issues that prevent blacks are conducted as humans subjects of rights. We denounce the existence of a dull game, where veiled certain spaces are permitted and prohibited the black population, as is the case of television for example. Finally, we hope to contribute to the debate in the construction of public policies which result in an effective equal rights to the descendants of slaves in Brazil.

Keywords: Media. Grant. Selective Invisibility. Exclusion. Racism. Human rights.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 13
 CAPÍTULO I	
CONCEITOS-CHAVE E FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.....	30
Conceito de Direitos Humanos.....	30
Conceito de Cidadania.....	32
Conceito de Democracia.....	34
Conceito de Raça.....	35
Conceito de Racismo.....	36
Conceito de Preconceito.....	36
A comunicação como um direito humano.....	36
Omissão estatal.....	37
Liberdade para a população negra.....	47
 CAPÍTULO II	
O PAPEL DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DE UM PROCESSO DEMOCRÁTICO E NA LUTA CONTRA AS DESIGUALDADES RACIAIS.....	52
As novas mídias como contraposição às classes dominantes.....	52
Mídia, Poder e Violência Simbólica.....	55
Mídia e Violência Política.....	59
A violência na unificação do mercado.....	66
Somos de fato todos iguais perante a Lei?.....	68
 CAPÍTULO III	
MÍDIAS – AS CONCESSÕES DE RÁDIO E TELEVISÃO NO BRASIL E A PROMOÇÃO DA INVISIBILIDADE SELETIVA.....	89
As concessões de Rádio e TV e a Invisibilidade das Religiões de Matrizes Africanas.....	115
A exclusão da TV da Gente.....	123
A diversidade na TV da Gente	126

CAPÍTULO IV

OS REFLEXOS DA EXCLUSÃO SELETIVA DA MÍDIA IMPRESSA NO MERCADO DE TRABALHO PARA OS MODELOS NEGROS.....	131
---	-----

CAPÍTULO V

A PUBLICIDADE COMO VEÍCULO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO BRASIL.....	140
O gigante invisível.....	141
A publicidade e a ausência dos afro-brasileiros do mercado formal de trabalho na iniciativa privada.....	150
A influência da publicidade na transferência involuntária de recursos financeiros.....	158
A dor silenciada.....	170

CAPÍTULO VI

ALTERIDADE E A INVISIBILIDADE DE NEGROS NO BRASIL.....	175
--	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
---------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA.....	186
-------------------	-----

INTRODUÇÃO

MÍDIAS - CONCESSÃO E EXCLUSÃO

Um estudo da invisibilidade seletiva produzida pelos meios de comunicação de massa contra a população afro-brasileira e suas implicações nas relações raciais no Brasil contemporâneo

O objetivo desta Dissertação de Mestrado é o estudo da mídia, principalmente a televisão, sua influência e implicações nas relações raciais no Brasil contemporâneo, analisadas a partir da Cidade de São Paulo. Estas relações, a nosso juízo, são conturbadas por conta de uma suposta ineficiência ou omissão do Estado brasileiro, especialmente no que concerne à deliberada invisibilidade seletiva que os meios de comunicação de massa intencionalmente submetem a população afro-brasileira.

A nossa hipótese parte da premissa que a deliberada ocultação da população negra pelos meios de comunicação de massa no Brasil, resulta na falta de democracia nas concessões de rádio e televisão que sempre estiveram atreladas às mãos das elites. Ou seja, concede-se o bem público somente a alguns poucos. Imaginamos que uma democratização dessas concessões poderia permitir que os próprios negros corrigissem as intencionais distorções de suas imagens, e a invisibilidade seletiva a que são submetidos pelos meios de comunicação de massa, caso fossem concessionários de rádio e televisão.

Ressaltamos as inegáveis contribuições ao nosso trabalho pelas profundas análises sobre este tema já realizadas por renomados pesquisadores brasileiros, como Araújo, Borges Pereira, Conceição, Couceiro de Lima, Ferreira Alexino, Lima, Malachias e Sodré, entre outros.

O nosso trabalho, contudo, pretende contribuir com outro enfoque, uma abordagem na origem das concessões dos veículos de rádios e televisão pelo Estado brasileiro, que estando constitucionalmente obrigado, pouco faz para impedir que concessionários por ele autorizados, permitidos ou outorgados, submetam a população negra, ainda nos dias atuais, a uma deliberada censura midiática, incompatível com o estado democrático de direito e com os direitos humanos. A população afro-brasileira é seletivamente submetida a uma indelével ação de invisibilidade, que lhe acarreta incontáveis prejuízos, alguns dos quais

serão apontados por nós ao longo desse trabalho, na esperança de contribuir para o debate e, com isso refletir sobre a necessidade de se devolver à população negra a humanidade que lhe é naturalmente subtraída por esses meios; mesmo sendo humana, aos olhos da mídia brasileira parece tornar-se quase totalmente invisível. E, sem que o Estado e a sociedade organizada, em grande parte, façam algo para coibir-lhes e por fim à sua deliberada invisibilidade, cujo silêncio e indiferença tanto do Estado quanto da sociedade, supostamente corroboram e transformam a invisibilidade seletiva desta população em uma inaceitável violência simbólica que há muito, se presume, precisa ter um fim.

A metodologia de nossa pesquisa consiste em uma análise do discurso a partir da documentação existente tanto na área das Ciências Humanas, Comunicação e da própria área do Direito. Além da análise desses documentos, realizamos entrevistas com o empresário e Vereador José de Paula Neto, à Câmara Municipal de São Paulo, o primeiro negro a ter uma concessão de televisão a cabo em nosso país, bem como com atores sociais, onde buscamos saber o quanto importa para os entrevistados a ausência da população negra dos meios de comunicação de massa.

Apontamos as contradições de parte da mídia impressa em números, quando comparamos a exacerbada visibilidade da mulher branca brasileira nas várias revistas por nós analisadas, em oposição a uma sistemática invisibilidade das mulheres negras nestas mesmas publicações. A pesquisa indica não se tratar de uma preferência ou opção mercadológica de editores, agências de publicidade e seus anunciantes, ao contrário, aponta tratar-se de uma inequívoca opção pela exclusão da mulher negra fundada na ideologia racista.

A problematização de nossa hipótese pretendemos discorrer ao longo deste trabalho, como também refletir sobre algumas implicações que a deliberada exclusão seletiva produzida e imposta pelos meios de comunicação de massa contra a população negra brasileira lhes acarretam inúmeros prejuízos, que ultrapassam as suas particularidades para prejudicar grande parte da sociedade.

Apontamos a dicotomia existente na sociedade brasileira onde as elites se beneficiam e tiram proveito desta situação visivelmente tangível e prejudicial à população negra. O utilitarismo da invisibilidade da população negra produz para as elites o brilho que elas não teriam isoladamente, caso houvesse por parte dos meios de comunicação de massa certa equanimidade na visibilidade de negros e brancos no Brasil. O racismo no Brasil se assemelha a uma instituição. A sociedade, em grande parte, parece não se importar muito com os males que ele produz, possivelmente em razão de seus

beneficiários não terem o menor interesse que as pessoas tomem conhecimento que ele não é um direito, mas uma afronta, um mal que não pode ser tolerado, mas eliminado do meio.

Conforme acentua Wieviorka (2007:32-33):

A utilidade do conceito de racismo institucional é talvez, antes de tudo, a de pleitear para que se ouça aqueles que sofrem a discriminação e a segregação e que pedem as mudanças políticas e institucionais para retificar as desigualdades e as injustiças de que são vítimas. É um convite para debater, investigar, recusar uma cegueira que, em virtude da espessura e da opacidade dos mecanismos próprios ao funcionamento das instituições, permite a amplas parcelas da população beneficiar-se das vantagens econômicas ou estatutárias que o racismo ativo pode trazer, evitando ao mesmo tempo assumir seus inconvenientes morais. Ele preserva, dito de outra forma, a boa consciência daqueles que dele tiram proveito"¹.

É exatamente o que buscamos dizer ao longo de nosso trabalho. O Estado que estando constitucionalmente obrigado, supostamente, não raras vezes declina de assistir a população dos descendentes de escravizados africanos à altura de suas justas e históricas necessidades.

A sociedade, por seu turno, em grande parte, também não escapa às nossas análises e merecerá algumas críticas em razão da naturalização e do silêncio que destina à subtração dos direitos humanos da população negra brasileira.

Observamos ao longo desse nosso trabalho existir, ainda nos dias atuais, um elo inquebrantável que invariavelmente liga os descendentes dos senhores-de-escravos aos descendentes dos escravizados africanos. Daí resulta a forma pela qual optamos por utilizar uma grafia hifenizada quando nos referimos aos senhores de escravos, exatamente com o propósito de representar o elo que une estes dois povos. No Brasil, temos a percepção de que os negros se unem aos brancos com extrema facilidade em quase todos os momentos, sobretudo nos mais difíceis e estes últimos, em geral, se unem aos negros, quase sempre, apenas nos momentos lúdicos. E, segundo nos parece são, em grande parte, indiferentes à subtração de direitos fundamentais dos descendentes de escravizados africanos e às suas lutas por direitos humanos.

Observamos que esta união não se realiza plenamente para além dos espaços socialmente permitidos, que muitas vezes se limitam aos espaços lúdicos e religiosos, já

¹ WIEVIEORKA, Michel. **O Racismo, Uma Introdução**. Editora Perspectiva: São Paulo, 2007.

anteriormente referidos, provavelmente em razão de as elites brasileiras imporem severas restrições à democracia, toda vez que esta pretender destinar os mesmos e iguais direitos aos descendentes de escravizados africanos. Em outras palavras, a democracia no Brasil deixa de se realizar integralmente e assim, perde a sua principal função, a de assegurar iguais direitos e oportunidades a todos, para, desfigurada, se transformar em mantenedora de privilégios exclusivamente dos descendentes de europeus.

Da mesma forma que buscamos demonstrar, dentre outras ocorrências, que mesmo aqueles negros que lograram ultrapassar algumas das barreiras que lhes foram impostas pelas elites e que, portanto, conseguiram, ainda que parcialmente penetrarem no mundo dos brancos, mesmo assim não conseguem se livrar das marcas que outrora seus ancestrais foram vítimas. A rigor, tampouco conseguem manter com alguns indivíduos brancos, que mesmo estando social e economicamente inferiorizados, a mesma relação de subalternidade que, em geral, os brancos, até mesmos os mais pobres, costumam com extrema naturalidade, destiná-la aos afro-brasileiros. A exclusão não é um atributo exclusivo de negros que não ultrapassaram as barreiras sociais. A ideologia racista vitima, em menor grau, também aqueles que ousaram ultrapassá-la.

Decorre dessa relação o elo inquebrantável que ao mesmo tempo une esses dois povos nos espaços socialmente permitidos - os espaços lúdicos e religiosos, que os transformam nesses espaços em um único povo para posteriormente separá-los, por exemplo, quase sempre, em razão das enormes diferenças de oportunidades econômicas e educacionais. Por isso no Brasil, os descendentes de escravizados africanos e os descendentes de europeus, divididos, se transformam em povos antagônicos, quando, estando unidos presumivelmente pela mesma cultura, deveriam ser parceiros na realização do bem comum. Não o são, possivelmente em razão das marcas deixadas pela escravidão, que ora os unem e ora os separam, as quais ainda hoje refletem nessa relação. Em outros termos, os negros são impedidos de se realizar plenamente como sujeitos de direito, como cidadãos. São, como sempre foram seus ancestrais, invisíveis aos olhos da mídia, exceto quando sua imagem é diretamente associada a fatos e acontecimentos negativos, da mesma forma que a sociedade, em grande parte, finge não enxergar os enormes problemas sociais decorrentes da invisibilidade seletiva a que são submetidos por esses meios.

Desse modo, a leitura deste trabalho exigirá do leitor alguma maleabilidade e, para compreendê-la, imaginamos que será preciso ao leitor se socorrer de fatos históricos do passado, que ainda hoje refletem em nossas relações raciais, sem, no entanto deixar de

fazer uma necessária reflexão das implicações dessas relações nos dias atuais que obrigatoriamente ligam o presente ao passado.

Assim, centramos as nossas análises sobre as implicações das concessões de rádio e televisão no Brasil, cujos meios de comunicação de massa, no nosso entendimento, reforçam a exclusão e instrumentalizam deliberadamente a invisibilidade seletiva da população negra.

Mais do que isso, muitas vezes esses meios, de forma parcialmente velada, veiculam as suas notícias, subliminarmente, de sorte que poucos conseguem perceber o tom crítico que está por trás da matéria. Muito além da matéria jornalística, observamos que os meios de comunicação de massa ao abordarem um fato supostamente isolado, e que, portanto deveria ser tratado nos limites de sua regionalidade, ultrapassa as suas fronteiras regionais e transforma-se em uma notícia nacional, se poderia presumir, veiculada ao interesse da sociedade.

Nem sempre se veiculam as notícias regionais para além de suas regionalidades. Por trás desta veiculação em caráter nacional, algumas vezes estão outros interesses, como por exemplo, atingir indiretamente outros destinatários que se encontram distantes das fronteiras do município ou do próprio estado, porém, para os quais subliminarmente, também serve a mesma reprimenda regional, que se amplia para alcançar, sempre nos interesses das elites, e aplicá-la a outros destinatários, oriundos do mesmo tecido social, agora nacionalmente.

Assim, um suposto fato regional é, contudo, transformado intencionalmente em uma reprimenda coletiva, transmitida em rede nacional, visando alcançar e submeter estes outros destinatários, de forma velada, à mesma lição, para que não mais se atrevam ultrapassar as barreiras sociais simbólicas, previamente estabelecidas. Isto é, serve como um alerta geral dos espaços permitidos e proibidos, os quais jamais devem ser ultrapassados sem o consentimento e anuência das elites.

Desse modo, ocorreu o caso dos arrastões à época em que ex-governadora Benedita da Silva concorria à prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Um acontecimento regional, localizado, que foi intencionalmente transformado em um fato nacional.

Observamos que a notícia ultrapassa a sua destinação, deixando de ser uma simples notícia para se transformar propositadamente em uma repreensão coletiva. Um aviso dos poderosos, das elites, com o objetivo de atingir não apenas aquele ou aquela que ousou "desrespeitar" os limites impostos, ou seja, os espaços previamente permitidos e proibidos por elas. Ao contrário, vai muito além destes. Tem nitidamente o propósito de atingir

também todos quantos pertencerem ao grupo do indivíduo que ousou ultrapassar as barreiras pré-estabelecidas.

Os meios de comunicação no Brasil, em grande parte, em razão de suas cumplicidades, por conta do financiamento de seus negócios por parte das elites, se prestam a este desserviço, aparentemente, sem nenhum questionamento ético ou moral. Simplesmente naturalizam as suas ações, se presume, sem se importarem com as suas consequências.

Notamos nesses episódios um cenário muito próprio de uma silenciosa luta de classes no Brasil. Apesar de muitos negarem sua existência, temos a percepção de que ela exista de tal modo que os meios de comunicação, em grande parte, comprometidos com a classe hegemônica, não ousam sequer abordá-la, mesmo que superficialmente.

Daí resulta o título de nossa pesquisa "Mídias – Concessão e Exclusão", por entendermos que o Estado, quem a rigor, concede, permite e autoriza a outorga do bem público que são os sinais eletromagnéticos de rádio e televisão é quem também deveria democratizar o acesso a esses meios e impedir que particulares exerçam e imponham à população descendente de escravizados africanos uma indelével censura midiática, ainda que ela dispondo de um fenótipo axiológico, é contudo, desrespeitada em sua dignidade, em razão dela possuir um fenótipo humano, porém diferente do europeu.

Notamos que esta incompetente censura é, de certa forma, também responsável pela ausência da população negra do mercado formal de trabalho na iniciativa privada, especialmente quando nossa pesquisa aponta números que, a nosso juízo, inicialmente, nos dão a nítida percepção, mais do que serem supostamente incontestáveis, se presumem sejam inaceitáveis dentro de um Estado Democrático de Direito, assemelhando-se a uma inaceitável afronta à Constituição. E assim, com base no princípio da isonomia, inferimos que não se admite quaisquer tratamentos que possam ensejar privilégio para uns poucos e enormes prejuízos exatamente para a maioria mais vulnerável.

A censura a que é submetida a população negra brasileira pelos meios de comunicação de massa é fruto do desejo das elites e da opção velada do próprio Estado brasileiro, que deu no passado amplo suporte às propostas eugenistas, defendidas entre outros por Oliveira Vianna, autor da célebre frase "*raças primitivas só se tornam agentes civilizadoras quando perderem a pureza e se cruzarem com a branca*"² e da nítida opção do Estado pelo branqueamento, sobre o qual se referiu João Batista Lacerda, à época

² MIRANDA, Romeu Gomes et al. Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Paraná, disponível em www.app.com/portalapp/coletivos, consultado em 09/01/2010.

diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, em pronunciamento feito durante o Primeiro Congresso Internacional das Raças, ocorrido na cidade de Londres³, evidenciando a preferência do Estado brasileiro por imigrantes de origens europeias, em oposição ao anseio de negros americanos do norte que desejavam imigrar para o Brasil.

Importa lembrar que a escravidão no Brasil foi uma política de Estado e, portanto cabe a este mesmo Estado implementar políticas públicas para evitar que os resquícios do processo escravocrata se reproduzam em nossa sociedade nos dias atuais.

Buscamos refletir sobre o que está por trás desta inadmissível exclusão seletiva da população negra brasileira. Fatos históricos relatam que a ruptura violenta da comunicação humana com os aprisionados se deu ainda em solo africano. Os futuros escravizados eram separados em cercados e misturados com diferentes grupos étnicos exatamente para que não estabelecessem quaisquer tipos possíveis de comunicação oral entre eles. Suspeitamos que esta ação não tenha destinado a eficácia que a inteligência portuguesa pretendia.

Falar era mais que um privilégio, era um monopólio dos sequestradores portugueses. Afinal os escravizados, dentro da lógica de exploração do opressor, não precisavam conversar entre si, muito menos com seus algozes, precisavam tão somente trabalhar muito.

Talvez seja esta mesma lógica que a publicidade no Brasil tratou sempre de destinar aos negros.

Consumir não é um ato singular, é antes uma demonstração pública de liberdade que está intimamente ligada à cidadania. Presume-se, quem se insere na condição de consumidor é dotado de liberdade de escolha e possui algum tipo de poder econômico para a sua própria subsistência e manutenção de sua família. Condição que as elites brasileiras diretamente jamais facilitaram para que a população negra pudesse alcançá-la plenamente, pois isto implicaria em consentir e admitir que ela ocupasse os mesmos espaços que, sendo franqueados às elites, lhes são supostamente proibidos. Desse modo, conseguem as elites desumanizar a população dos descendentes de escravizados africanos, pois partem de uma premissa simplista que não se insere na alteridade, que culmina com a invisibilidade seletiva dessa população, uma opção nitidamente racializada pelos meios de comunicação de massa. Afinal, o que serve para os brancos, por que não servirá para os negros?

A nossa análise não se prende apenas na sujeição de negros como consumidores, que embora sendo, a publicidade no Brasil parece negar-lhes este *status*. Buscamos inseri-

³ MUNANGA, Kabengele. Curso de Teorias Sobre Racismo e Discursos Antirracistas, Departamento de Antropologia, FFLCH, da Universidade de São Paulo, primeiro semestre de 2008.

los como agentes transformadores em nossa sociedade. Ter visibilidade no Brasil presume ter prestígio, logo não tê-lo significa ficar à margem da sociedade, no ostracismo. Mais do que isso, significa estar fora do "padrão ideal", cujo ideal no Brasil se calca exclusivamente no ideal do branqueamento de todas as coisas e valores.

Este ideal, conforme observou Florestan Fernandes, é fruto de uma revolução das elites, ou seja, do branco para o branco, onde não há espaços para os diferentes. No mesmo sentido também aponta Roland Barthes, a linguagem midiática como suporte aos interesses da classe hegemônica que, por sua vez, precisa ter seus valores alicerçados e reforçados por esses meios, que de certa forma são seus ou são quase integralmente patrocinados por ela. Dessa forma, no Brasil, as elites conseguem, através da invisibilidade seletiva a que submetem a população negra, transformar os descendentes de europeus em protótipos exclusivo de bom e do belo, como modelo da espécie humana.

Buscamos contestar esse modelo, posto que desumaniza a população afro-brasileira e ao mesmo tempo, a nosso ver, produz enormes prejuízos para a sociedade.

Nos capítulos I e II, buscamos apontar que a secular luta da população descendente de escravizados africanos no Brasil se confunde com a luta real de negros humanos que buscam nos direitos humanos resgatar a sua humanização, subtraída por alguns indivíduos brancos, supostamente, desumanizados.

Assim, alicerçados na lição de José Afonso da Silva, constitucionalista e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, bem como de outros renomados juristas e apoiados nas magnânimas lições dos Professores Eunice Aparecida de Jesus Prudente, Fábio Konder Comparato, Celso Lafer, Tercio Sampaio Ferraz Junior, Marcus Orione Gonçalves Correia, dentre outros mestres e, sempre alicerçado e agasalhado com o indispensável suporte e a irrecorrível lição de meu orientador Professor Kabengele Munanga, no capítulo III, buscamos uma reflexão no ordenamento jurídico brasileiro, com base na doutrina, nos ensinamentos dos professores ora mencionados e principalmente fundados na Constituição Federal, sobretudo no que se refere o disciplinado em seu artigo V, fazemos nossos questionamentos com um viés mais sociológico que jurídico, se de fato somos todos iguais perante a Lei e quais as implicações que este fato acarreta aos afro-brasileiros.

A realidade histórica e nossas análises demonstram que essa igualdade se processa apenas formalmente no plano do direito, contudo ela não se materializa plenamente para os mais pobres. E em geral, no Brasil, dentre estes, os mais pobres costumam ser os

negros. Decorrem dessa desigualdade, no nosso entendimento, imensuráveis prejuízos para os afro-brasileiros.

Desse modo, reiteramos, o Estado, que estando obrigado pela Constituição, cabe a adoção e a implementação de efetivas políticas públicas visando a redução dessas inaceitáveis e injustas desigualdades, que afrontam exatamente o que jamais deveria ser afrontado: a Constituição e a dignidade das pessoas. Portanto, será preciso acabar com a dicotomia simplista, impregnada no imaginário coletivo, provavelmente por conta da inexistência destas políticas públicas, a qual é largamente reforçada pelos meios de comunicação de massa, que de forma velada, transmitem a idéia de que o que é branco é bom e o que é preto, logo é ruim. Assim, seres humanos são associados a essa dicotomia e por isso são também coisificados, desumanizados e ofendidos em sua dignidade.

A dignidade de seres humanos pressupõe se inserir em valores axiológicos muito superiores a essa dicotomia.

Ademais, observamos que os meios de comunicação de massa no Brasil, ultrapassam as suas funções, sobretudo a programação e as peças publicitárias produzidas por e para a televisão, para se transformarem em inexoráveis censores da população negra brasileira, possivelmente com base no ideal de branqueamento extensamente observado por Munanga em sua obra “Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil” (MUNANGA, 2004).

Centramos as nossas análises também nesses censores incompetentes e procuramos demonstrar que os meios de comunicação de massa ao extrapolarem os limites legais de suas atividades produzem enormes prejuízos, não apenas para os negros, mas para todos aqueles que acreditam na democracia e que, portanto, desejam construir uma sociedade realmente, dentro de uma ótica dos direitos humanos, mais justa e igualitária, em oposição àqueles que se utilizam dos meios de comunicação de massa como braço político das elites, visando, dentre outros, a manter os seus exclusivos e seculares privilégios.

Longe de tornar os descendentes de escravizados africanos apenas visíveis aos olhos da mídia e da sociedade, antes buscamos refletir de que modo os direitos humanos poderiam ser úteis para auxiliar o Estado brasileiro na implementação de políticas públicas que possam assegurar às populações mais vulneráveis em nosso país, uma efetivação de direitos consagrados pela Constituição, que especificamente no caso da população negra, por sua vez, poderá garantir-lhes todos os demais direitos, inclusive o direito de não ser excluída dos meios de comunicação de massa em razão de sua diversidade e de seu fenótipo.

Nos capítulos IV e V, demonstramos algumas contradições dos meios de comunicação de massa no Brasil ao ignorarem deliberadamente a população afro-brasileira. Apontamos a publicidade como agente da exclusão seletiva dessa população.

A nossa pesquisa aponta que modelos negros são preteridos como profissionais, até mesmo para exporem produtos de custos extremamente reduzidos, como bijuterias e cosméticos, dentre outros, os quais se presumem sejam também largamente consumidos pela população negra.

Essa exacerbada preferência exclusivista por modelos brancos, a nosso ver, cria o que denominamos de cota branca. Ou seja, uma escancarada reserva de mercado apenas para trabalhadores brancos. A nossa pesquisa no capítulo VI, irá apontar o que os entrevistados acham desta suposta "preferência" do mercado que marginaliza os descendentes de escravos africanos, tanto como trabalhadores quanto consumidores, tema que já foi também abordado por nós no capítulo V, sobre o Código de Defesa do Consumidor e a sua relação de consumo.

A ausência da população negra do mercado formal de trabalho na iniciativa privada, em grande parte, resulta de sua invisibilidade na vida real, por conta da não ocupação de postos regulares de trabalho formal. Não apenas em razão da rejeição que sofre por conta da preferência nítida e ideologicamente racializada pelo mercado, o qual atua quase que exclusivamente em favor dos trabalhadores brancos, estes por meio do benefício da reserva de mercado, a cota branca, ocupam, segundo dados do IBGE, a maioria dos postos de trabalhos formais no Brasil.

Desse modo, a ausência estereotipada dos negros do mercado formal de trabalho na iniciativa privada é reforçada pelos meios de comunicação de massa, sendo naturalizada pela sociedade, possivelmente em razão de o "mercado", que não é um ser inanimado, pois que formado por pessoas, intencionalmente, quase sempre tenta impedir que eles exerçam na iniciativa privada quaisquer atividades ou funções regulares, em razão destas já estarem previamente reservadas quase exclusivamente para os trabalhadores brancos tanto na ficção quanto na vida real.

Em outras palavras, o "mercado" reserva aos trabalhadores brancos, por meio da cota branca, a preferência, o benefício, a exclusividade e o direito de ocuparem tanto na vida real quanto na ficção, quase todos os postos de trabalho, que de uma forma ou de outra lhes acarrete visibilidade e prestígio. Isso, em oposição aos trabalhadores negros, que na maioria das vezes não se realizam plenamente como trabalhadores regulares na

vida real, e são por isso naturalmente impedidos de atuarem como atores, atrizes ou modelos mesmo na ficção.

Desse modo, autores de telenovelas, peças teatrais, roteiristas de cinema e as agências de publicidade, por exemplo, se sentem desobrigados de escreverem roteiros, ainda que ficcionais, salvo quando estes reflitam a dura realidade da população afro-brasileira. Assim, atores, atrizes e modelos negros só podem representar o que já representam no seu cotidiano. Ou seja, se lhes permitem representar apenas papéis que expressam o fiel retrato da excludente realidade social do grupo a que pertencem.

Suspeitamos que o talento não seja o único atributo considerado como um valor decisório pelos selecionadores de elenco na seleção desses profissionais. Temos a percepção que o fenótipo branco assume maior importância que o talento, o qual como se sabe, por ser um atributo da espécie humana, não tem cor. Mesmo assim, atores, atrizes e modelos negros são preteridos e desumanizados, só podem representar na televisão, no teatro ou nas peças publicitárias papéis que necessariamente reflitam o que antes já apontamos, ou seja, apenas o seu cotidiano. Ficam impedidos como atores de interpretar nesses espaços papéis diferentes daqueles que não sejam os papéis habituais e exclusivamente destinados a atrizes, atores e modelos negros. Em outros termos, são hierarquicamente desumanizados.

Observamos que atores, atrizes e modelos brancos, em oposição a seus colegas negros, são humanizados, pois que a eles é permitido interpretar não apenas os papéis que na origem foram escritos, roteirizados e exclusivamente destinados para eles; ao contrário, nunca é demais repetirmos, são humanizados e encorajados a interpretar mesmo papéis que, supostamente, em razão da caracterização dos personagens representarem indivíduos de fenótipos negros, se presume fossem esses papéis - ou pelo menos deveriam sê-los se os escritores, autores e roteiristas utilizassem os mesmos critérios utilizados para seus protegidos brancos - interpretados igualmente apenas por atrizes, atores e modelos negros.

Verificamos que esses profissionais negros são submetidos a uma indelével heteronomia, mais uma vez por conta do "mercado", que os impede de se realizarem não apenas como atores, atrizes e modelos, mas como seres humanos.

Importa lembrar no Brasil o emblemático caso em que o ator Sergio Cardoso, na novela *a Cabana do Pai Tomás*⁴, para interpretar um personagem negro, ele um ator branco, teve o seu rosto, cabelos e parte de seu corpo artificialmente enegrecidos.

Não obstante à época existirem atores negros que poderiam interpretar este personagem com competência, observamos que a estes últimos não se lhes permite atuar para além das fronteiras de suas realidades sociais. Isto é, para atores, atrizes e modelos negros, deve-se destinar apenas papéis de negros, salvo se um de seus colegas brancos, que estando previamente permitido e autorizado pelo mercado, não se predisponha a interpretá-lo, em razão de sua incondicional humanidade. Enquanto que atores, atrizes e modelos negros são veladamente impedidos de interpretar papéis de indivíduos brancos, possivelmente, em razão de sua suposta desumanidade.

Temos a sensação que esta desumanização se funde na ideologia racista, pois ao que nos parece, esta prática, evidencia uma taxonomia e certa hierarquização de seres humanos.

A capacidade laboral desses profissionais é, portanto definida, não pelo seu talento, mas antes por seus fenótipos. Ou seja, sua exclusão é amplamente naturalizada pela sociedade.

Constatamos que a invisibilidade seletiva da população dos descendentes de escravizados africanos é, em razão desta, impedida de se realizar também, não apenas como trabalhadores formais, mas também como agentes políticos ou sacerdotes das religiões de matrizes africanas. Uma vez que estas religiões estão, em grande parte, fora da grade de programação das emissoras de rádio e televisão, em oposição às outras religiões, como notamos, por exemplo, a presença da igreja católica e das novas igrejas, as chamadas pentecostais na programação das emissoras de rádio e televisão, principalmente nos grandes centros urbanos.

Observamos que esta invisibilidade reflete e tem influência negativa na representatividade política dos afro-brasileiros nas Casas Legislativas por todo o Brasil.

A ficção produzida pela indústria midiática, veiculada e reforçada pelos meios de comunicação de massa, expressa uma indelével taxonomia e revela a dura realidade da exclusão laboral e a invisibilidade seletiva dos trabalhadores negros em nosso país.

Constatamos se tratar de uma exacerbada "preferência" destinada quase sempre aos trabalhadores brancos, cuja preferência tem reforçado a exclusão seletiva dos trabalhadores

⁴ Novela *A Cabana do Pai Tomás*, TV-Globo, São Paulo, 1969.

negros, implicando em uma segregação naturalizada desses trabalhadores do mercado formal de trabalho na iniciativa privada, a despeito de a população afro-brasileira representar, segundo dados do IBGE, mais de 50% do total da população brasileira. Ainda assim, o "mercado" não lhe atribui a menor importância.

Por isso, suspeitamos que em razão da "preferência do mercado", sua participação em comerciais de televisão ou peças publicitárias, quer para a televisão ou para mídia impressa, não expressa a sua representatividade na sociedade.

Desse fato, constatamos a existência de uma silenciosa luta de classe no Brasil. Empregadores utilizam a mão de obra afro-brasileira como ameaça velada às pretensões salariais de trabalhadores brancos, que por sua vez, no silêncio de suas consciências, constatarem que os trabalhadores negros não são incompetentes como o imaginário coletivo ou o "mercado" supostamente possa lhes sugerir. Ao contrário, constatarem que eles são tão competentes quanto eles próprios, podendo exercer as mesmas atividades ou funções com igual competência. Constatam que os trabalhadores negros são vítimas de um sistema que os excluem preferencialmente em razão de sua cor. E, na maioria das vezes, quando conseguem ser admitidos formalmente como empregados, em geral, ganham muito menos que os próprios trabalhadores brancos, ainda que produzam igual ou até mais que estes.

Há, contudo uma semelhança que de certa forma os tornam iguais. Os trabalhadores brancos, apesar de seu fenótipo, não conseguem desvencilhar-se da lógica da exploração capitalista já apontada por Marx. O capital como agente de exploração da mão de obra de trabalhadores não faz qualquer distinção entre eles. A sua lógica é explorar trabalhadores, sejam eles brancos ou negros. A diferença, contudo, é que os trabalhadores negros, por conta de sua deliberada invisibilização, a qual amplia suas dificuldades de ingresso no mercado formal de trabalho na iniciativa privada, têm maiores prejuízos que seus colegas brancos.

Assim, os trabalhadores brancos, em geral, do mercado formal de trabalho na iniciativa privada, diante do óbvio, visando se protegerem, se unem para impedir que outros trabalhadores negros penetrem no seu "exclusivo" mercado, onde a cota branca sempre esteve posta e certa, exclusivamente para eles. Em outros termos, se os trabalhadores negros são os freios às pressões e pretensões salariais dos trabalhadores brancos, estes por sua vez, são os contra-freios à entrada dos trabalhadores negros na iniciativa privada, por uma razão de sobrevivência.

A sobrevivência não é uma contradição dos direitos humanos, antes é um direito de todos. Dessa maneira, a ausência e a invisibilidade de trabalhadores negros do mercado

formal de trabalho na iniciativa privada não é questionada, mas sim silenciosamente naturalizada, inclusive pelas centrais sindicais que sequer abordam em suas variadas gamas de reivindicações, a inclusão dos trabalhadores negros neste mercado.

Às vezes, a indiferença e o silêncio são armas poderosíssimas para a manutenção de certos privilégios, nem sempre só das elites.

Ainda assim, a exclusão não pode servir de parâmetro para justificar a violência ao direito de sobrevivência que todos os seres humanos têm.

Temos a nítida percepção de que a emblemática constatação a que chegou FAVA, (2009)⁵, "*o direito do trabalho não foi criado para ser cumprido*", se realiza integralmente no caso dos trabalhadores negros no Brasil e se amplia, quando o Direito pretende estender o mesmo agasalho que naturalmente protege os descendentes de europeus para a população negra. Temos a sensação de que esta triste constatação não se restrinja apenas ao Direito do Trabalho, e possivelmente se estenda em todos os outros ramos do Direito. Uma inequívoca ausência do Poder público, que a rigor, deveria impedir que tais descumprimentos se acentuassem, face ao que disciplina a Constituição.

A luta da população descendente de escravizados africanos por direitos humanos é secular. Sua desumanização se dá muito antes pela ação dos exploradores portugueses em solo africano, portanto anterior à sua chegada em solo brasileiro, que em nosso país parece não ter fim. Submetem-na à exclusão de seus direitos fundamentais sob as mais infundadas alegações e justificativas. Possivelmente por que a autoridade e a credibilidade, no Brasil, sejam atributos, quase que exclusivos de indivíduos brancos.

Estes atributos, autoridade e credibilidade são reforçados pelos meios de comunicação de massa, os quais refletem e têm profundas influências na sociedade que se apóia nesses valores para justificar a inaceitável exclusão de direitos, e que se presume seja democrática.

A sociedade, ao agir desta forma, desperdiça o surgimento e o aproveitamento de novos talentos. O prejuízo é democraticamente socializado para todos, enquanto que novas oportunidades, incentivo, apoio e proteção ao surgimento de novos talentos, são quase sempre destinados aos descendentes de europeus. É como se talento e sapiência tivessem uma única cor: a cor branca.

Nosso trabalho traz à tona a reflexão de algumas contradições da mídia que se postam na contramão do mercado consumidor, em face de uma opção visivelmente

⁵ FAVA, Marcos Neves. **Execução Trabalhista Efetiva**. Editora LTr:São Paulo, 2009.

racializada e calcada no racismo. Por conta disto, ignora as potencialidades e as oportunidades econômicas deste enorme mercado formado pela massa dos descendentes de escravizados africanos, visando manter exclusivamente os indivíduos descendentes de europeus com fenótipo próximo ao da população sueca como padrão ideal, cujo modelo, supostamente, deve ser seguido por todos, inclusive por negros, cuja natureza física e psíquica esta longe de assemelhar-se ao povo sueco.

Nesse quadro que potencializa apenas os valores brancos em todas as suas formas, a violência psíquica é também naturalizada pela sociedade brasileira.

Para os negros, nestas condições, não poder se perceber como negro no Brasil, temos a percepção tratar-se de uma indelével violência simbólica desumanizante.

O nosso trabalho também busca uma reflexão a respeito dos prejuízos decorrentes da invisibilização seletiva a que os meios de comunicação de massa no Brasil submetem a população negra. Desse modo, não escapa às nossas análises inclusive a exclusão produzida pelo rádio e parte da mídia impressa, como as revistas que foram por nós analisadas.

Ao contrário do que grande parte da sociedade imagina, o rádio também é um veículo que, embora não produza ou reproduza imagens, faz da produção e da reprodução de sons, apoiado nas agências de publicidade, a exclusão da população negra.

O rádio, cujo conteúdo publicitário é também em grande parte abastecido pelas agências de publicidade, muitas delas especializadas não somente neste veículo, mas também na mídia televisiva e, por conta disto, levam para o rádio as mesmas técnicas de exclusão e de invisibilidade seletiva que estão acostumadas a produzir e reproduzir contra a população negra através da televisão, seja em canais abertos ou a cabo, por exemplo.

No rádio, esta exclusão se processa pela supressão da voz. Em outras palavras, agências de publicidade e seus anunciantes preferem que seus produtos nestes veículos sejam veiculados por vozes que mesmo sem imagem sejam facilmente reconhecidas pelos ouvintes e possam assim agregar certo valor ao seu produto. Assim, a voz reconhecida, é logo associada à autoridade e a credibilidade branca de quem anuncia, cuja imagem imaginária por sua vez, é imediatamente associada aos atores, atrizes ou modelos brancos, que a rigor, são os mesmos que tendo visibilidade, por esse motivo, costumam gozar de certo prestígio na sociedade em razão de suas constantes aparições nesses meios. Portanto, a cota branca ultrapassa os espaços da televisão para ser ampliada no rádio. Os meios de comunicação de massa extrapolam as suas funções, para quase sempre se transformarem em meios de massificação de massas.

Uma ponderação razoável do ponto de vista mercadológico, porém inaceitável do ponto de vista dos direitos humanos, em razão da exclusão de seres humanos que ela produz.

Assim, modelos, atores e atrizes negros, que já não tendo as suas imagens veiculadas com frequência pela televisão, por conta da invisibilidade seletiva produzida por esses veículos, ficam agora também fora desse mercado de trabalho. E a exemplo do que acontece com muitos cantores negros talentosos, que não dispendo de reservas econômicas suficientes para terem suas músicas executadas regional ou nacionalmente com frequência durante um determinado período, mediante ao pagamento dos "jabás"⁶, estes profissionais – modelos, atores e atrizes – se juntam agora aos cantores e se submetem à mesma exclusão seletiva. Ficam igualmente sem vez e voz também no rádio, logo, sem espaço nas outras mídias que em geral, costumam utilizar apenas profissionais que estejam em evidência nesse concorrido e injusto mercado de trabalho.

Observamos que o rádio e a televisão somam forças, supostamente no interesse das elites, para excluírem os descendentes daqueles que tanto contribuíram e contribuem para a edificação e o progresso da nação brasileira. Ou seja, a exclusão de muitos em oposição à massificação da visibilidade preferencial de alguns.

Longe de esgotar este assunto, antes buscamos refletir por que o Estado, quem a rigor concede, autoriza, permite e outorga o bem público, permite que particulares ajam em seu nome para produzirem algo que a Constituição não os autoriza, ou seja, tratar preferencialmente e beneficiando alguns brasileiros, quando deveria tratar todos igualmente com dignidade. Para tanto, se subtraem direitos de todos em detrimento de alguns poucos brasileiros, em geral, os mais ricos e brancos.

Assim imaginamos que o Direito e, sobretudo, os direitos humanos, poderão ser ferramentas indispensáveis para se reduzir estas diferenças existentes em nossa sociedade e ao mesmo tempo produzirem uma efetiva igualdade, já prevista em norma legal, que se traduza não apenas no plano do direito formal, mas principalmente em igualdade material, para produzir a justiça social exatamente para com aqueles que historicamente (segundo dados estatísticos produzidos pelos organismos do próprio Estado brasileiro, como o IBGE e o IPEA) nas sociedades urbanizadas, onde a população brasileira é majoritária, têm sido,

⁶ Jargão utilizado nos meios de comunicação de massa, se assemelha à propina paga por gravadoras ou cantores para os programadores ou locutores executarem mais vezes as suas músicas durante certo horário ou programação. Dessa forma, quase sempre, induzem o público a comprar os discos e com isso alavancam as vendas das gravadoras. Em geral, deriva desta prática a contratação do artista para shows, participação em programas de televisão, reportagens casadas em revistas de variedades etc.

supostamente, os mais injustiçados socialmente em nosso país. Referimos-nos aos brasileiros descendentes de escravizados africanos.

Por fim, esperamos que nossas preocupações e reflexões possam, de certa forma, auxiliar e contribuir para o debate, onde quer que ele se estabeleça, seja na academia ou fora dela, enfim, em todos os outros espaços de nossa sociedade onde prevaleçam a paz, a democracia, a liberdade, a igualdade, a justiça e os direitos humanos.

Dessa forma, os casos acima relatados revelam a extensão e a materialização da violência simbólica a que são submetidos os descendentes de escravizados africanos em nosso país, suas consequências, justificativa e relevância para este estudo, dentro de uma ótica do Direito como agente dos direitos humanos na busca da paz e da indispensável solidariedade entre os seres humanos.

CAPÍTULO I

CONCEITOS-CHAVE E FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Conceito de Direitos Humanos

Segundo leciona o professor Fábio Konder Comparato, direitos humanos são aqueles direitos que se fundem no próprio homem, em sua dignidade substancial de pessoa, diante da qual suas especificações individuais e grupais ficam em segundo plano. O ser humano tem na liberdade a fonte de sua vida ética, é dotado de autoconsciência - que é a consciência de sua subjetividade e sua sociabilidade, segundo Aristóteles, a polis é anterior ao indivíduo. O pensamento moderno rejeita essa concepção que conduz a supremacia ética da sociedade em relação ao indivíduo. O homem é um ser reflexivo, capaz de se enxergar como sujeito do mundo. O homem desenvolve suas virtualidades de pessoa em sociedade, cuja qualidade é própria do ser humano. Vive em perpétua transformação, pela memória do passado, ou seja, está ligado à sua historicidade. Cada ser humano é único e insubstituível no mundo.

Assim, conforme Kant:

(...) esse conjunto de características diferenciais do ser humano demonstra que todo homem tem dignidade e não um preço, como as coisas. O homem como espécie, e cada homem em sua individualidade, é propriamente insubstituível: não tem equivalente, não pode ser trocado por coisa alguma. Mais ainda: o homem é não só único ser capaz de orientar suas ações em função de finalidades racionalmente percebidas e livremente desejadas, como é sobretudo o único ser cuja existência, em si mesma, constitui um valor absoluto, isto é, um fim em si e nunca um meio para a consecução de outros fins. É nisso que reside, em última análise, a dignidade humana.⁷

Direitos humanos são essencialmente direito à vida digna, ou seja, ao exercício de uma plena cidadania. Defini-los não é tarefa das mais fáceis, face a sua pluralidade de significados, sentidos, interpretações e sua universalidade. Acreditamos que sejam direitos essenciais para a convivência em sociedade e, indispensáveis naquelas que prezam por

⁷ COMPARATO, Fábio Konder. Fundamentos de direitos Humanos in LAFAIETE, Marcilio, Maria Luiza e Pussoli (coord.). **Cultura dos Direitos Humanos**. Ltr: São Paulo, 1998.

cidadania, direito e democracia. Desta feita, transformam-se em direitos inalienáveis como pressupostos para que todos os seres humanos possam gozar uma vida digna.

Assim, encontramos em Platão uma definição que exemplifica bem o que era para os gregos o princípio da vida digna. Em *A República*⁸ ele já acreditava na diversidade de funções coordenadas para o bem da coletividade: "O importante não é que uma classe usufrua uma felicidade superior, mas que toda a cidade seja feliz". É possível que residam nesses ensinamentos de Platão, nos dias de hoje, talvez a melhor definição de direitos humanos. Quando observamos os recentes conflitos em Atenas, provocados pela morte de um único jovem estudante por um agente do Estado⁹, toda uma sociedade se mostra ferozmente indignada com um ato de violência deliberada, que no Brasil infelizmente tornou-se rotineiro, quase natural, o assassinato sumário de pessoas pelos agentes do Estado¹⁰, sem que esboçemos reação semelhante à da população da Grécia. Como nos ensinou Comparato, o ser humano é dotado de consciência e discernimento, logo é responsável por seus atos, portanto, indignar-se contra a barbárie e rejeitar que seres humanos subtraíam a vida, ainda que seja de um único ser humano, merece muito mais que uma indignação, mas uma profunda reflexão, sobre o que denominou Platão de "o indivíduo faria parte da cidade para poder cumprir sua função social, e nisso consiste em ser justo: em cumprir a própria função"; o binômio dignidade e justiça também é uma definição adequada à modernidade dos conceitos do que sejam os direitos humanos.

Obviamente, trata-se de uma contradição ao essencial direito humano à comunicação, que dele nenhum ser humano poderá renunciar, quando comunicação assume o inequívoco significado etimológico em sua raiz latina, ação de tornar comum, pertencente a todos ou a muitos, transmitir e principalmente compartilhar experiências e saberes. Enquanto que tornar alguém sem nenhuma visibilidade pode assumir o significado que tem a palavra exclusão, ou seja isolar totalmente, clausurar, impedir que indivíduos se comuniquem livremente é o mesmo que expulsá-los do meio social em que vivem, é não admiti-los como seres humanos, mais do que isso, é afrontar a sua dignidade com a total destruição de sua identidade por meio de ações sutis não perceptíveis aos olhos desatentos da maioria, que por essa razão merece a nossa análise, justamente com o objetivo de se fazer uma reflexão acerca da invisibilidade dos descendentes de

⁸ PLATÃO. *Coleção Os Pensadores*. Nova Cultural: São Paulo, 1993, p.23.

⁹ Jornal *Folha de São Paulo*, edição do dia 06/12/2008.

¹⁰ *Le Monde Diplomatique*, Nov. 2008, p.24.

escravizados africanos nos dias atuais, os quais são submetidos a constantes tensões físicas, psíquicas e materiais por exemplo.

Se resistir a imposição dessas tensões, a nosso ver injustas, é o mesmo que preservar a sua identidade, recusar-se a se submeter a violações de seus direitos, estamos supondo que esta é uma ação legítima, que deve ser empreendida não apenas por suas vítimas, mas por todos aqueles que acreditam e propugnam por valores como respeito, direitos iguais, democracia e principalmente em valores éticos e justiça.

Assim, a regulamentação das concessões de rádio e televisão no Brasil, tão necessárias para pôr fim aos privilégios daqueles que propositadamente confundem a gestão de um bem público que são as concessões de rádio e televisão, com seus negócios particulares, encontra forte resistência por parte das elites que capitaneiam esses meios de comunicação, sob alegação de censura. Quando sabemos que censura é exatamente a sistemática invisibilidade seletiva que ela destina exclusivamente aos descendentes de escravizados africanos. Uma ação perversa de particulares que têm de certa forma, o consentimento do Estado, e em razão desta relação, a nosso ver, inapropriada, uma vez que afronta o Direito e a democracia, resultando em uma deformação que não por acaso dá título à nossa pesquisa "Mídias – Concessão e Exclusão".

Conceito de Cidadania

Palavra de origem latina, Cida, Civitas, aparece no século XIV, Çibdadano, Çidadã.

Cidadania, qualidade ou condição de cidadão, os indivíduos no gozo de direitos que lhes permitam participar da vida política, sendo membros de um estado, usufruindo de seus direitos civis e políticos sob a garantia deste mesmo estado, desempenha os deveres que na condição de cidadão lhe são atribuídos. Ou seja, goza de direitos constitucionais e preza pelas liberdades democráticas. Na Grécia antiga, esta condição era vedada às mulheres, aos estrangeiros e aos escravizados.

No Brasil a cidadania é formalmente garantida para todos, porém poucos conseguem gozar os benefícios de um pleno cidadão.

Segundo nos relata o professor José Murilo de Carvalho, em seu livro *Cidadania no Brasil - O Longo Caminho*, o fator mais negativo para a cidadania no Brasil foi a escravidão de africanos e seus descendentes.

A cidadania plena onde liberdade, participação e igualdade andem juntas, talvez, em curto prazo, ainda seja apenas um ideal formal, mas de difícil aplicação na vida real, complementa o professor. A educação é um fator indispensável ao pleno exercício da cidadania. É possível que resida na educação a grande resistência das elites em permitir a implementação de direitos sociais mais amplos que possam resultar em uma efetiva justiça social para os mais desagasalhados "a ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política" ¹¹.

O Brasil é um país que já nasceu com grandes diferenças sociais. Os colonizadores portugueses não tinham desde o início a intenção de ampliar os direitos sociais para seus próprios colonos. Desigualdades sociais sempre fizeram parte da sociedade colonial, mesmo entre os grandes latifundiários e produtores de cana de açúcar, que para produzi-la necessitavam de grandes capitais e muita mão de obra. Ora, obviamente que outras atividades produtivas que não estivessem atreladas à produção da cana de açúcar e seus derivados, não recebiam as mesmas vantagens, como aportes financeiros do Estado e disponibilização de mão de obra escrava abundante para tocar as suas lavouras. Desta forma inicia-se na sociedade colonial uma categorização entre os vários senhores de escravizados, resultando numa hierarquização de poderes entre aqueles que recebendo mais verbas para tocar os seus negócios, portanto eram os mais próximos da coroa; em contrapartida, os que recebiam menos vantagens tinham conseqüentemente menos prestígio e permaneciam mais longe do poder.

A negação de direitos iguais, ou seja, o exercício de uma plena cidadania, é algo que passa a ser sentido na sociedade colonial já entre os senhores de engenho e os demais senhores de escravizados, é possível que a exclusão de direitos que a sociedade brasileira, em grande parte parece aceitá-la com naturalidade, resida exatamente desde o início do Brasil-colônia. Portanto, não é de se estranhar desde aquela época a existência de uma clara categorização entre seus habitantes.

Da mesma forma que o acesso às escolas era assegurado desde o início somente às elites, conforme relata Carvalho:

Não era do interesse da administração colonial ou dos senhores de escravizados difundir essa arma cívica... Portugal nunca permitiu criação de universidades em sua colônia.¹²

¹¹ CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil o longo caminho**, 2004, p.11.

¹² Idem, p.23.

Não se pode olvidar que a colonização no Brasil foi um empreendimento do Estado português com particulares, foi um negócio, onde o interesse público e o interesse de particulares provavelmente se confundiam, cujas práticas maléficas herdadas da época colonial, graçam em nossa sociedade até os nossos dias. Isto é, passados 120 anos da formal abolição dos escravos, os afro-brasileiros ainda hoje lutam por direito a ter direito por sua cidadania, ou seja, para terem acesso às universidades públicas, por exemplo. Aliás, conforme observa Correia "cidadania é edificada para além das leis, a partir da consolidação de uma sociedade melhor, obtida pela atuação dos próprios agentes sociais"¹³.

De fato o título do livro de Carvalho é muito apropriado, pois principalmente para os mais pobres e negros obterem cidadania plena no Brasil significa que precisarão não apenas percorrer um longo caminho, mas ampliar a sua atuação como agente social e interagindo com a sociedade para a implementação de seus direitos.

Conceito de Democracia

Demokratia, de origem grega, Demos =povo, Kratia = força, poder, deriva do verbo kratéos que significa ser forte, ter força (poderoso).

Segundo leciona Norberto Bobbio¹⁴, uma definição mínima de democracia consiste num entendimento do regime democrático que disponha de um conjunto de regras e procedimentos para a formação de decisões coletivas, onde esteja prevista a participação mais ampla possível dos interessados, havendo igualmente o estabelecimento de compromisso entre as partes por meio do livre debate, objetivando a formação de uma maioria, a busca de um consenso. Mais adiante esclarece que democracia se caracteriza por um conjunto de regras denominadas de regras primárias ou fundamentais, por meio das quais se delega poderes para que um ou mais indivíduos estejam autorizados a tomar decisões coletivas, segundo o estabelecido entre o grupo que delegou autoridade para que seus representados ajam em seu nome. Isto é, autorizados a tomar decisões vinculatórias para todos os membros do grupo, com base nos procedimentos aprovados pelo grupo.¹⁵

Democracia - governo em que o povo é soberano, que atende aos interesses populares, tomando decisões de maneira circunstancial ou ocasional, mas dentro dos princípios permanentes da legalidade, sistema que se preocupa com a igualdade ou com a

¹³ CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. **Jornal Folha de São Paulo**, Tendências e Debates, 22/09/2008.

¹⁴ BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

¹⁵ Idem, p. 22, 30, 31.

distribuição equitativa. Governo que acata a vontade da maioria, respeitando os direitos de livre expressão das minorias.

Conceito de Raça

Segundo leciona Munanga,¹⁶ raça vem o italiano *razza*, que derivou do latim *ratio*, que assume o significado de sorte, categoria, espécie. Já no latim medieval o conceito de raça designava descendência, a linhagem de um grupo ou pessoa que tem em comum o mesmo ancestral, possuindo as mesmas características físicas em comum. A partir da designação de Bernier em 1684, o emprego o termo raça tem a finalidade de dar uma classificação a diversidade humana em grupos fisicamente distintos.

Nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passa a ter um peso nas relações sociais, uma vez que a nobreza francesa que se auto-identifica com os francos de origem germânica, passa a utilizá-lo para diferenciar-se dos gauleses, grupo de população local identificada com a plebe. Os francos se consideravam uma raça distinta dos gauleses, como também acreditavam que eram dotados de sangue "puro" e com isso sugeriam aos gauleses que acreditassem em sua suposta superioridade na administração dos negócios ou que estes por estas razões poderiam ser dominados e serem seus escravos. Segundo ainda leciona Munanga, o conceito de raças "puras" é uma transferência da Botânica e da Zoologia para legitimar as relações de dominação e da sujeição entre as classes sociais (nobreza e plebe), "sem que houvesse diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes".

Assim, a Genética humana concluiu que biologicamente raça não existe, contudo existe como uma construção sociopolítica, que nos permite observar o fenômeno do racismo.

O professor Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, leciona que "raça é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social."¹⁷

¹⁶ MUNANGA, Kabengele. Curso de Teorias sobre Racismo e Discursos Antirracistas, FFLCH, Departamento de Antropologia da USP, 2008.

¹⁷ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo, 1999, p.11.

Conceito de Racismo

O conceito de racismo, segundo observou o professor Charles Moore¹⁸, é uma ideologia que postula uma certa hierarquia entre grupos, visando a dominação do grupo que detém o conhecimento e técnica e impedindo o outro grupo que, desprovido do conhecimento e da técnica, o acesso às fontes de recurso que, em tese, deveriam ser repartidas proporcionalmente segundo a representação de cada grupo na sociedade em que vive.

Uma ideologia, cuja essência é a divisão da humanidade em grupos distintos, dotados das mesmas características físicas, assim chamados de raças.

Conceito de Preconceito

O conceito de preconceito baseia-se em pré-julgamento, a rigor negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos, ou seja tem-se a pretensão de impor a estas pessoas ou grupo uma espécie de padrão de comportamento de conduta, de rótulo, de estigmas. Desta forma estas pessoas ou grupos são tratados segundo o rótulo que lhes foi imposto.

A comunicação como um direito humano

A Constituição Federal de 1988, ao tratar no Capítulo V – Da Comunicação Social, assegura no seu artigo 220 que a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. Em seguida, no parágrafo 2º diz textualmente que é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Talvez o constituinte devesse também aduzir que vedado também está qualquer tipo de exclusão por conta de padrões estéticos e étnicos, por exemplo, que pudessem vislumbrar a possibilidade de quaisquer tratamentos que confrontassem o disposto nesta Constituição. No nosso entendimento, é exatamente o que fazem os meios de comunicação de massa, ao excluírem de suas grades de programação, no caso do rádio e mais especificamente da televisão, não ficando livres desta conduta os jornais e as revistas, e

¹⁸ MOORE, Charles, Palestra "Racismo e Sociedade" na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 12/06/08.

mais recentemente até mesmo a própria Internet, que seletivamente também exclui de suas páginas a publicidade com a população descendente de escravizados africanos.

Afinal, ter imagem, voz e palavra é transformar o indivíduo ou grupo excluído em agente capaz de transmitir estes elementos de cognição e da alteridade, que por sua vez lhe reveste de identidade, transformando-o em sujeito de direito.

Assim, suspeitamos existir nestes tratamentos excludentes destinados seletivamente a dar uma quase total invisibilidade à população descendente de escravizados africanos, fortes indícios de inconstitucionalidade, em razão de a Carta Magna não permitir positivamente tratamento diferenciado entre brasileiros, fundado no princípio da isonomia, para incluir e garantir a todos os brasileiros os mesmos e iguais direitos.

Não por acaso, esta mesma Constituição traz nitidamente em seu Título III – Da Organização do Estado, no artigo 19, inciso III, que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si. Mais adiante no Capítulo II – Da União, em seu artigo 20. – São bens da União, dentre outros, elencam os incisos, XI explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações e mais especificamente o inciso XII, os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Como podemos observar, trata-se de bens da União, portanto bens públicos, que conforme estabelece a alínea a) do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei 4117 d 27 de Agosto de 1962 - serviço público, destinado ao uso do público em geral. De outra forma, qualquer destinação diferente da estabelecida pela Constituição ou em leis infraconstitucionais estarão em controverso ao disposto nestas.

Omissão estatal

A constituição não autoriza o Estado vacilar diante das injustiças. Ao contrário, lhe proporciona instrumentos capazes para que aja com firmeza no interesse da maioria, na gestão do bem público. Desse modo, observamos que é preciso que ele – Estado – democratize o acesso aos meios de comunicação de massa para reduzir as enormes disparidades entre aqueles que têm vez, imagem e voz nos meios de comunicação de massa no Brasil.

Tomemos como exemplo o caso das religiões de matrizes africanas, a “velha religião”, a igreja católica e as “novas religiões”, ou pentecostais, que juntas detêm o “monopólio da imagem”, onde apenas a um determinado grupo é dado o direito de ter

visibilidade e prestígio, enquanto os demais são literalmente marginalizados, sem qualquer possibilidade de inserção nas grades de programação das emissoras de televisão para transmitirem suas crenças e convicções religiosas.

Na nossa concepção, contudo, estamos supondo que para um Estado laico que preconize pelo Estado Democrático de Direito, a melhor forma não é exatamente afastar-se e manter-se neutro. Ao contrário, deve sim se imiscuir neste assunto para regulá-lo e democratizá-lo, de tal sorte que em se tratando de religiões, onde se supõe que seus simpatizantes busquem o conforto para suas almas e espíritos, se estes existirem, supostamente não deveria existir prevalência de um ou mais grupos sobre outros.

Se somos todos iguais, segundo postula a Constituição brasileira, estamos imaginando que o Estado, enquanto concessor do bem público, buscando realizar uma igualização, prática muito própria de Estados laicos neutros, vale dizer democráticos, poderia estatuir que objetivando dar maior transparência à gestão do bem público, e incluir o acesso de outras religiões aos meios de comunicações por ele concedidos em caráter nacional, regional ou local, se transformarão em um único canal religioso ou tantos quantos forem os canais religiosos por ele concedidos, não mais farão a transmissão exclusivamente de uma única religião, seita ou filosofia, mas sim de todas as outras. Exemplo do que ocorre no Canal Universitário, onde as várias universidades, centros universitários e faculdades se agrupam e dividem o mesmo espaço, de forma supostamente harmônica. Desta maneira, não ocorre superexposição de uma universidade em detrimento de outra. Ao contrário, há uma exposição equânime, pontual e justa.

Igual medida, estamos supondo, pode e deve ser dirigida às religiões legalmente constituídas ou não, ou que ainda vierem a se constituir, com a ressalva de que se insiram exclusivamente numa ordem de transmissão do conforto espiritual para seus fiéis, adeptos ou simplesmente ouvintes ou telespectadores, desde que estas religiões não propaguem a violência, a xenofobia, o racismo, o preconceito e todas e quaisquer outras formas de violência simbólica ou física, respeitando-se mutuamente e destinando para o público os dogmas ou princípios que constituem a razão de sua existência.

As várias expressões da crença se submeteriam a uma regra de rodízio, com igual número de horas, de tal sorte que não haveria coincidências de horários e grades, ficando o ouvinte ou telespectador livre para escolher e assistir a programação no dia e horário que melhor lhe convier, sempre atendendo a diversidade dos vários segmentos religiosos e culturais existentes em nosso país e nunca em razão da prevalência econômica, política ou religiosa, deste ou daquele grupo.

O bem público não pode e não deve ser objeto de destinação, exploração política ou benefício de um único indivíduo ou grupo ou de grupos, em detrimento dos mais pobres e vulneráveis. Ao contrário, cabe ao Estado assisti-los para que possam gozar dos direitos a todos assegurados.

Não estamos sugerindo que se elimine nenhuma dessas religiões, seitas ou filosofias que hoje transmitem as suas convicções religiosas quase que 24 horas por dia, sem proporcionar às demais um único minuto para suas exposições e reflexões. Estamos antes sugerindo não apenas a inclusão das religiões de matrizes africanas, mas também de outras origens. E que o Estado, por meio da gestão deste bem público, faça a sua parte, que a própria constituição lhe assegura: destinar iguais tratamentos aos brasileiros. Estamos sugerindo democratizar estes meios de comunicação social, que hoje, em face da concentração nas mãos de alguns poucos, muito se assemelham a um monopólio.

Incabível ao Estado ceder o que é de todos para alguns poucos, quando estes poucos não respeitam o direito dos demais. Valendo-se destes meios que são públicos, não apenas para a propagação de suas convicções religiosas, mas para a ampliação de sua esfera de poder, que em geral reflete no Parlamento, não por seus méritos, mas em razão de suas constantes aparições nestes meios, que lhes atribuem prestígios que são transferidos na forma de votos para aqueles que gozam do privilégio diário de aparecer nas telas das televisões ou nas emissoras de rádios, em razão desta constante exposição, para o próprio apresentador (a) ou para seus correligionários, que dele também se utilizam largamente. É, portanto, justo que outras religiões, sobretudo aquelas que se encontram à margem desse processo e do espaço que reiteradas vezes já sinalizamos como público, possam também dele usufruir e se beneficiar, dentro de um Estado supostamente laico, democrático e inclusivo.

À nossa sugestão de divisão de grades de programação das emissoras de rádios e televisão, visando proporcionar essencialmente a inclusão das religiões de matrizes africanas, que se encontram naturalmente marginalizadas dos meios de comunicação de massa, em tese, os privilegiados, imporão extrema resistência. Exatamente por contrariar os interesses daqueles que hoje se utilizam do bem público que é de todos, para suas destinações exclusivas e particulares.

As religiões de matrizes africanas por conta de sua histórica exclusão dos meios de comunicação de massa, bem como sua vulnerabilidade em se organizarem econômica, política e financeiramente, a exemplo das "novas igrejas", precisam e merecem também fazer uso deste espaço público, a fim de publicizarem as suas pacíficas concepções

religiosas para se contrapor aos ataques e violência simbólica gratuitas que lhes são destinadas, não só por outras supostas religiões, como também pela naturalização de sua ausência da grade de programação destes meios, que longe de ser um desejo, é um direito, que violado afronta a Constituição, pois que prejudicado encontra-se o princípio da isonomia que se funde no princípio da igualdade, não apenas formal, mas sobretudo na igualdade material.

A resistência, em tese, seria legítima não fosse um bem público. Contudo, não se trata de atender a interesses particulares deste ou daquele grupo, desta ou daquela religião; trata-se de uma política de Estado, antes se trata de fazer com se submetam e cumpram a Constituição - como todos os demais brasileiros estão obrigados a fazer.

Há que se levar em conta que o modelo que ora privilegia alguns grupos religiosos e exclui os outros é totalmente impositivo e dogmático, pois que não oferece aos ouvintes e muito menos aos telespectadores opção de escolha. Simplesmente invadem seus lares, impondo-lhes as suas programações, como fazem também os demais canais de televisão e rádio, resultante de uma ideologia monoculturalista. Em oposição a esta, o multiculturalismo valoriza as diferentes culturas, respeita a alteridade em sua essência, pois que se reveste de uma prática de cidadania que se agasalha da complementaridade e interdependência nas relações sociais, estabelecendo um respeito mútuo entre indivíduos ou grupos de indivíduos, respeitando a composição etnográfica e a diversidade da sociedade em que esteja inserida.

Muito apropriada é a lição de John Rawls nesse sentido, segundo a qual Estados democráticos, a rigor, constituem-se de uma população decente que se respeita mutuamente. Como base neste postulado é que se espera seja a diversidade religiosa do povo brasileiro respeitada para reduzir privilégios de alguns poucos, e incluir direitos dos muito injustiçados.

Não obstante a legislação infraconstitucional assegurar amplamente que não se admitem abusos no exercício da liberdade de radiodifusão, a ocultação deliberada da população descendente de escravizados africanos, supomos afrontar o disposto na lei 5250 de 02/02/1967, que já não mais vigora, contudo, em razão de sua vacância, até o momento em que redigíamos este trabalho, outra não a substituía. Assim dizia o Decreto-Lei 236/67 em sua alínea e do artigo 53 da lei 4117/62, "*constitui abuso no exercício da liberdade de radiodifusão, o emprego desse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no país inclusive e)- promover campanha*

discriminatória de classe, cor ou religião."¹⁹. Embora este artigo não faça referência às emissoras de televisão, desnecessário supor que este e outros meios pudessem cometer tais abusos. Estamos supondo que o legislador quisesse aplicá-lo a todos os meios de comunicação sonora e de imagens, incluindo-se obviamente a televisão e o cinema, ou seja todos os meios de comunicação social.

Torna-se necessário fazermos uma reflexão acerca da invisibilidade seletiva que os meios de comunicação social destinam à população descendente de escravizados africanos, se esta não se constitui em uma flagrante violação ao disposto nesta lei, mormente quando se trata da evidenciada preferência pela exclusão por estes meios das religiões de matrizes africanas. Quiz ainda o legislador na alínea h) – da mesma lei, esclarecer que a aplicação da penalidade, não se limitava ao disposto na alínea e, estendia de tal sorte que "ofender a moral familiar pública ou os bons costumes" também importava em pena.

Resta-nos contudo uma indagação, qual era a concepção, não apenas do legislador, mas da sociedade, quando ambos se referem à ofensa da moral e aos bons costumes.

Preocupa-nos saber se destinar tratamento diferenciado, preferencial e excludente a um determinado grupo, visivelmente ofendido por atitudes racializadas, desleais e deselegantes, importam em ofensa à moral e aos bons costumes. Se tais tratamentos desagasalhados pela Constituição não importarem em ofensa à moral familiar dos descendentes de escravizados africanos, provavelmente por que os abusos e as arbitrariedades cometidos preferencialmente contra esta população pelas elites se classificam, não como uma ofensa, contudo se insiram como práticas culturalmente aceitas pela classe dominante, por essa razão, impõe-se aos demais como uma norma a ser seguida, devendo ser aceitas por todos. Desta forma conseguem as elites transferir seus perversos valores, e o que não deveria ser moralmente aceito é naturalizado e reproduzido culturalmente, se transformando supostamente em indolores "bons costumes" em uma sociedade, onde as elites lutam com todas as suas forças para imporem exclusivamente seus valores eurocêtricos como única forma de se oporem ao vigor dos valores da cultura afrocêntrica. E, destarte a norma legal de natureza impositiva a todos os brasileiros, não as alcança e tampouco é recepcionado por elas, que não a reconhecem e sobretudo não a legitimam, quando os ofendidos não são os seus.

¹⁹ **Código Brasileiro de Telecomunicações**. alíneas e e h Lei 4117/62. Ministério das Comunicações: Brasília, DF.

É inaceitável que em um Estado que se auto-intitula republicano e laico se desrespeitem direitos fundamentais dos descendentes de escravizados africanos, como a cidadania por exemplo; onde supostamente ter-se-ia neutralidade religiosa, não como opção, mas como norma que a rigor, a ela se submetem exatamente para a manutenção de sua magistratura e sobretudo atuando na garantia e na defesa das liberdades de associação religiosa e da democracia. Desta maneira, torna-se injustificável a ausência das religiões de matrizes africanas e de outras origens das grades das emissoras de rádio e televisão.

A psicopedagogia esclarece este comportamento, pois sabem as elites que *"aprendemos com muito mais eficiência o que vemos, agimos e sentimos, do que simplesmente o que ouvimos"*²⁰. Era preciso impedi-los de aprender com eficiência e sobretudo de terem acesso àquilo que, uma vez desvendado o seu segredo, não mais os manterá sob uma suposta subalternidade, o conhecimento que dá sentido a todas as coisas, condutor indispensável ao desenvolvimento humano. Os meios de comunicação social são utilizados para afastar a população descendente de escravizados africanos de todas as formas de poder, de tal sorte que ela não veja, não sinta e portanto, aceitando os "bons costumes" facilite o trabalho das elites, se auto-discriminando e naturalizando a sua invisibilidade. Conforme observa Muniz Sodré, *"o não ocidental, pode apenas chegar a 'sub', isto é a cumpridor de normas, executor de modelos"*²¹.

O grande problema das elites brasileiras é que as religiões de matrizes africanas, não se prestam ao papel de executor de um modelo eurocêntrico que simplesmente as subjuga. Antes, elas resistem impondo os seus valores culturais e estéticos, os quais, foram silenciosamente introjetados e permeiam por toda a sociedade.

Por trás dos "bons costumes" está a indelével imposição de uma pedagogia paradigmática e estética, aparentemente factível, mas que encontra enorme resistência por parte das religiões de matrizes africanas, que não permitem que esta imposição da representatividade simbólica do padrão de estética europeu subverta os demais valores que compõem uma diversidade religiosa tão acentuada, como é o caso do Brasil. Conforme observa o antropólogo e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Iosvaldir Carvalho Bittencourt Junior:

(...) os meios de comunicação social não fogem à regra, se considerarmos a persistência da invisibilidade simbólica dos negros ou da imposição de representações sociais que apresentam imagem depreciativas e

²⁰ BARBOSA, Laura Monte Serrat. *A Psicopedagogia no Âmbito da Instituição Escolar*. Editora Expoente: Curitiba, 2001.

²¹ SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros*. Editora Vozes: Petrópolis, 2000, p.19.

desabonadoras do negro e dos valores afrocêntricos no conjunto mais amplo da mídia brasileira, seja em nível macro (estrutural e institucional), seja em nível micro (no cotidiano e de modo difuso).(...) Estas instituições determinam numa sociedade a hegemonia de um "paradigma branco" pelo qual a clareza e a brancura impõe uma "marca simbólica de superioridade imaginária" que consolida uma distinção social ou um modo de defesa contra o avanço de uma sociedade com forte influência afrocêntrica.²².

A ausência de critérios mais justos nas concessões de rádio e televisão resultam na ausência dos vários grupos sociais que formam a nossa sociedade, para dar lugar a um único grupo que não expressando a nossa diversidade, assume para si o direito de ditar normas e determinar quem deve ou não ter visibilidade, voz e palavra na gestão dos serviços públicos que lhes foram concedidos para serem geridos em nome de todos, sem que a destinação de privilégios ou preferências para este ou aquele grupo de indivíduos possa impor os seus signos e valores como um paradigma esteticamente padronizado devendo este ser seguido cegamente pelos demais. Segundo leciona Bittencourt Junior:

(...) no caso específico dos meios de comunicação de massa, estes são prejudiciais aos universos sociais Afro-brasileiros. Em nome de uma homogeneização são suprimidas as singularidades que dizem respeito ao universo simbólico e do ethos dos Afro-brasileiros, senão que em nome dos valores identitários nacionais ou dos valores ocidentais, presumidamente universalizados. Nesta esfera, em geral, a cultura negra é folclorizada e é apresentada de modo caricatural²³.

Assim, a ausência das religiões de matrizes africanas até mesmo das chamadas rádios comunitárias, cuja maioria funciona supostamente sem autorização ou permissão do Poder Público, já que em geral, não há concessões regulares para esse tipo de frequência, em virtude de as grandes emissoras de rádios e televisão, as concessionárias legais, não desejam tê-las, ainda que nesta condição, como suas futuras concorrentes, fazendo ostensivas campanhas em seus veículos contra estas emissoras. Contudo observamos que mesmos nestas rádios de transmissões precárias, as religiões de matrizes africanas são "naturalmente" preteridas, quando as chamadas novas religiões pentecostais, lá estão

²² BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldir Carvalho. **O Negro na Mídia, a Invisibilidade da Cor**. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2005, p.66.

²³ Idem, p.67.

ocupando a grade destas emissoras quase que exclusivamente, provavelmente em razão da bem organizada estrutura financeira e do respaldo político que gozam nas várias esferas do poder. *"As outras religiões lá estavam.....Tinha todas lá, até dois evangélicos, mas não tinha de matriz africana"*²⁴, diz André Soroba, locutor de uma rádio comunitária do bairro Restinga, da periferia de Porto Alegre, que mesmo neste bairro pobre e segundo ele, com cerca de 50 mil habitantes, com um variado comércio de produtos religiosos de matrizes africanos, corroborando o que apontamos anteriormente, sobre a resistência que estas religiões impõem onde quer que elas estejam, ainda assim, paradoxalmente eram excluídas das programações da rádio comunitária em que trabalhava o depoente, provavelmente em razão delas mesmas naturalizarem a sua ausência deste meio.

Como se sabe, as emissoras de rádio e televisão são fontes de milhões de reais por ano, onde presumidamente, empresários e conglomerados industriais acumulam extraordinários ganhos com obras, anúncios, publicidade e os políticos ganham principalmente muito prestígio que, a rigor, agrega todos os anteriores. Por este prisma é possível compreender as razões que levam as emissoras de rádio e televisão a constituírem *lobby* para a manutenção de suas concessões, ainda que a frequência de suas renovações não constitua propriedade sobre o bem público, contudo agem como se fossem proprietários, não desejando que novos atores participem desse seleto grupo que assume o significado de um vigoroso "poder" marginal, ainda que não constituído oficialmente, porém de comprovada eficácia quando destinado à manutenção de seus privilégios e interesses, pois gozam de muitas vantagens, inclusive fiscais e de informações privilegiadas. Poucos ousam desafiá-lo, ainda que agasalhados sob o manto da Lei. Não é auspicioso enfrentá-lo se a causa não for nobre, cujo risco se submeterá seu supostamente desavisado autor, o qual, a exemplo do que ocorre com a população descendente de escravizados africanos, poderá ser colocado para sempre no ostracismo.

Importa lembrar que Código Brasileiro de Telecomunicações refere-se sobre as concessões de rádio e televisão, de forma muito nítida, a respeito da finalidade e sua destinação sobre a exploração dos serviços de radiodifusão e de imagens e sons. Diz no artigo 6, quanto aos fins que se destinam, alínea a) Serviço público destinado ao público em geral.

²⁴ SOROBA, André. **O Negro na Mídia, a Invisibilidade da Cor**. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2005, p.44.

Artigo 10 – compete privativamente a União – I) manter e explorar diretamente os serviços de radiodifusão e de imagens e sons. II) fiscalizar os serviços de telecomunicações por ela concedidos, autorizados ou permitidos. O artigo 11, do inciso II acima diz textualmente que compete também à União fiscalizar os serviços de telecomunicações concedidos, permitidos ou autorizados pelos Estados ou Municípios em tudo que disser respeito a observância das normas gerais estabelecidas nesta lei a integração desses serviços no Sistema Nacional de Telecomunicação.

Diante desta legislação, não pode o Estado se furtar ao que lhe compete, ou seja, fiscalizar a regularidade dos serviços de telecomunicações, nos quais se inserem os serviços de radiodifusão e de imagens e sons, conforme estabelecido na alínea d) do artigo 29 que trata da competência do Conselho Nacional de Telecomunicações. É preciso que haja interesse e anuência por parte dos legítimos concessionários, os cessionários do direito de exploração, o público em geral, cuja delegação se dá por meio de seus representantes no Parlamento, sobre a continuidade ou não da prestação dos serviços que lhes foram outorgados, autorizados ou permitidos por tempo determinado, podendo inclusive ser interrompidos com vistas a atender o disposto na Constituição Federal, dentre outros, consignado, não por outros direitos, mas fundados principalmente na igualdade e na justiça como valores supremos a serem alcançados por uma sociedade que se pretenda seja fraterna e igualitária.

Mais uma vez torna-se evidente a necessidade de a população descendente de escravizados africanos se fazer representar em todas as esferas de poder, onde a rigor os seus direitos são discutidos sem que ela esteja presente para defender, não apenas os seus legítimos interesses, mas os direitos que são assegurados a todos pela Constituição, inclusive a ela.

Da mesma forma não pode o Estado se isentar, sob pena de infringir a Constituição, segundo o disciplinado na alínea h) do CNT, fiscalizar o cumprimento das obrigações decorrentes das concessões, autorizações e permissões de serviços de telecomunicações e aplicar as sanções que estiverem na sua alçada. Nesta linha acentua-se a redação dada ao artigo 32, onde especifica que os serviços de radiodifusão, os quais compreendem a televisão, serão executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão.

Extraí-se deste artigo, ainda que a vexatória violência simbólica a que é submetida a população descendente de escravizados africanos pelos meios de comunicação de massa, não é exclusiva destes, pois lá se encontra o braço forte do Estado, que ao não coibir e

aplicar as sanções que lhe são próprias, permite que estes meios se utilizem do bem público para transformar o direito a eles outorgados, na reprodução de violências estruturais do "*racismo à brasileira*" revestido de uma deslealdade cruel, cuja ofensa ultrapassa os ofendidos para se inserir numa ordem que ofende a humanidade. Assim, estamos considerando a possibilidade de tais atitudes não atenderem aos valores supremos da Nação, fossem as concessões, na forma da lei, suspensas. E, através de um amplo processo licitatório e transparente fosse o bem público entregue a quem não ousasse desrespeitar a Constituição, mas que sobretudo buscasse no seu ordenamento, aperfeiçoá-la na realização dos anseios expressos pelo constituinte, que se revestem de integral legitimidade e legalidade, já que na origem está a soberana e formal vontade do povo brasileiro, em igualar em direito os desiguais, representados pelos valores que proporcionam dignidade ao ser humano, ou seja, igualdade e justiça.

Observamos no Capítulo VI, Das Penalidades, que a redação dos artigos 52 e 53 coíbe abusos praticados pelos meios de comunicação de massa.

Importa em registro o artigo 52 que descreve literalmente que a liberdade de radiodifusão não exclui a punição dos que praticarem abusos no seu exercício. Não obstante a alínea e, com redação dada à época pelo Decreto-Lei Nº236/67 instituir que é vedado a promoção de campanha discriminatória de classe, cor, raça ou religião, o Estado e a sociedade sempre se mantiveram indiferentes no que diz respeito à aplicação desta lei para proteger os ofendidos por estes meios, exatamente por suas origens sociais e etnia.

Uma inequívoca contradição com o disposto na alínea d) do artigo 38 deste mesmo código à época, com redação regulamentada pela lei 10610 de 20/12/2002, afirmar que os serviços de informações, divertimento, propaganda e publicidade das empresas de radiodifusão estarem subordinadas "às finalidades educativas e culturais", obviamente visando aos interesses superiores do país. Ora, não podem suscitar em finalidades educativas e culturais, órgãos de comunicação social que estando subordinados à Constituição da República, por meio da ausência e pela ineficiência do Estado, subvertam a ordem e a lógica dos direitos humanos para, sob a égide de uma suposta finalidade educativa e cultural, e, diversamente do que se propõem a Constituição, discriminar pessoas e grupos, segundo os seus valores estéticos de beleza eurocêntricos e interesses econômicos das elites brasileiras, que se valendo destes, os utilizam para impedirem que os valores superiores da Nação se realizem, quando seus destinatários forem os afro-brasileiros.

Ainda que nas Disposições Gerais e Transitórias do Código Brasileiro de Telecomunicações, reze no artigo 75, onde uma vez mais reitera o legislador a sua convicção. – Parágrafo Único: O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária das exigências legais e regulamentares, tendo como finalidades educacionais, culturais, agora o texto é acrescido também de valores morais a que estiver obrigada.

Como podemos observar, não há presumivelmente qualquer dúvida quanto à formal proteção que o legislador procurou corretamente destinar a todos os brasileiros. O problema, segundo nos parece, reside na resistência das elites que ousam não conhecer das normas constitucionais para violá-las sob o pretexto de supostos valores "*educacionais e culturais*" e desta maneira naturalizarem as suas práticas visivelmente racializadas.

Tratou o legislador ainda de esclarecer quanto a finalidade, quando se tratar de perempção, a renovação das outorgas deverá ser objeto de análise do cumprimento por parte do concessionário, permissionário ou autorizado comprovar o cumprimento das exigências fixadas pelo Estado em seu contrato. Precisar inclusive ter cumprido as finalidades educacionais, culturais e morais que trata a lei e com as quais esteve sempre obrigado, além da comprovada viabilidade técnica e principalmente o indispensável interesse público em tê-lo como prestador destes serviços, de quem a rigor lhe outorga o direito de exploração: o povo.

Como podemos observar, a legislação parece ser, pelo menos formalmente, muito abrangente. Cabe ao Estado, e sobretudo à sociedade, se pronunciar a respeito do tipo de serviço e conteúdo que ela deseja que lhe seja prestado. Se sua opção for por justiça e democracia, o atual modelo precisará passar por profundas reformas para se atingir um propósito axiológico.

Assim, o legislador, ao consignar a natureza da comunicação social, fixou-a de maneira a dar-lhe uma destinação essencial, de tal forma que atendesse aos fundamentos éticos na transmissão de símbolos, isto é de valores moralmente aceitos pelo conjunto da sociedade e sem prejuízos dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Liberdade para a população negra

A democracia identifica a liberdade, que por sua vez preconiza o respeito às leis, às instituições e principalmente às liberdades individuais. Dizer que no Brasil vivemos em plena democracia é um exagero, quando ainda nos dias atuais assistimos a indelével

censura a que os meios de comunicação de massa submetem a população negra. Estes, em grande parte, se assemelham a um sultanato. Estão acima das leis, pois antes condenam pessoas, grupos ou uma população inteira. Julgam e decidem quem pode, deve ou não ter visibilidade, voz e imagem em nosso país. O Estado parece curvar-se à vontade do "sultão", pois sendo o detentor da força legítima e concessor dos serviços de rádio e televisão, assiste à marginalização da população negra desses meios, sem no entanto fazer valer a autoridade de que está investido para exigir que se cumpra o que a Constituição impõe a todos, ao próprio Estado e obviamente, também aos meios de comunicação de massa.

O Plano Nacional dos Direitos Humanos, cujo decreto presidencial pretende regulamentar a aplicação da legislação de que trata as concessões de rádio e televisão no Brasil, encontra extremada resistência por parte dos meios de comunicação de massa, supostamente em razão destes meios não desejarem cumprir o que está na Constituição, sob alegação de censura à liberdade de expressão. Contudo, não aceitam que a invisibilidade seletiva a que submetem a população negra seja comparada a uma censura. Alegam estes órgãos de imprensa se tratar de uma preferência à livre expressão do pensamento. Uma preferência que discrimina, que cerceia a liberdade; certamente seus argumentos não encontram guarida na democracia que identifica na liberdade e nas garantias individuais, o que está explícito na Declaração Universal dos Direitos Humanos, ou seja, os homens nascem Livres e iguais. Observamos que grande parte dos meios de comunicação de massa ignora o conceito de liberdade individual, quando esta se refere aos indivíduos afro-brasileiros.

O artigo 220 da Constituição Federal, em seu parágrafo primeiro, reza que nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social. Tratou o constituinte, no entanto, de fazer uma indispensável ressalva - desde que observado o disposto no artigo 5, incisos IV, V, X, XIII, e XIV.

Importa notar que a redação dada ao parágrafo 2º deste mesmo artigo ao estatuir claramente "*é vedada toda e qualquer forma censura de natureza, política, ideológica e artística*", outro objetivo não buscava o constituinte agasalhar, senão garantir a plena liberdade de expressão daqueles que têm nos meios de comunicação social o lócus para a produção jornalística, cultural, lúdica e, principalmente, a construção de valores

epistemológicos que dentro de uma lógica de direitos humanos, repousam naquilo que a Constituição assegura: a educação como elemento indispensável ao exercício da cidadania.

Desnecessário, portanto, supor que o constituinte ao assegurar liberdade para o pleno exercício das atividades desenvolvidas pelos meios de comunicação de massa não os autorizou a se utilizarem destes mesmos meios e formas para imporem a qualquer indivíduo ou grupos qualquer tipo de censura, já que a Constituição, assim não os autoriza.

Inúmeras vezes ao longo deste trabalho já externamos o nosso entendimento no sentido de que a deliberada ocultação da população descendente de escravizados africanos dos meios de comunicação de massa assume o nítido propósito da imposição de uma censura sistêmica e ideológica, que ultrapassa a exclusão de indivíduos para se inserir numa exclusão de direitos, que por sua vez se configura em uma violência à democracia e principalmente uma inadmissível afronta à Constituição da República.

Observamos que após o lastimável golpe militar de 1964, que impôs aos meios de comunicação de massa da época uma inexorável censura, a partir de 1985, inicia-se o processo de retomada de plena liberdade assegurada pela atual Constituição, "*é livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato*". Importa ressaltar que a população negra brasileira, considerado o disposto no parágrafo segundo do artigo 220 da CF é o único segmento da sociedade que jamais em tempo algum recebeu uma alforria à deliberada censura e perseguição gratuita imposta pelos meios de comunicação de massa à sua visibilidade.

Talvez a implacável perseguição e exclusão que submetem os meios de comunicação de massa à população negra brasileira resida no fato de sua resistência e de jamais abrir mão de sua integral liberdade, cuja luta remonta à época dos senhores-de-escravos. Desde então, carece de liberdade de expressão para manifestar seu pensamento, a sua beleza, a sua voz e dignidade, que forma corolário de valores inseparáveis a indivíduos verdadeiramente livres.

Os descendentes de escravizados africanos ainda hoje se encontram presos a uma ideologia visivelmente racializada pelos meios de comunicação de massa, a serviço das elites sem qualquer princípio deontológico, que pretendem, nas palavras de Roland Barthes, imporem *o signo da derrota* por meio de sua total invisibilidade social, uma violação aos direitos humanos.

Extraí-se deste estado normativo de censura à população negra brasileira que, embora tenha ela empreendido grande esforço em passado recente, para o restabelecimento da liberdade e das garantias individuais, encontra-se paradoxalmente

isolada na luta pela busca de sua liberdade de expressão. Incrivelmente, parte de setores da sociedade que sofreram perseguições do regime militar, não lhe emprestam a mesma solidariedade que ela outrora lhes emprestara para saírem do anonimato e da invisibilidade imposta à época pela ditadura.

A invisibilidade destinada na forma de censura à população descendente de escravizados africanos visa, dentre outras, a impedir que se potencializem as dinâmicas das relações interétnicas em nossa sociedade. Aliás, conforme observa Habermas (*a lógica das ciências sociais e outros ensaios*), a comunicação determina todo o processo da regulação das relações sociais que através da construção dos saberes se acentua na geração das identidades individuais. Suspeitamos ultrapassarem a geração das identidades individuais para se inserirem na construção de identidades coletivas sólidas, que por sua vez acarretam ao grupo discriminado auto-estima e a construção de uma estrutura vigorosa de desenvolvimento, que as elites não desejam que se materializem.

Visibilidade no Brasil, às vezes, assume o caráter da destinação de um sucesso repentino, que está ligado à admiração e ao respeito da sociedade. Não por acaso, ter visibilidade passou a significar quase toda sorte de facilidades, quando não associada à corrupção e vantagens indevidas, em oposição à invisibilidade que sujeita às suas vítimas toda forma de desprestígio, próprio de uma sociedade em que há setores que propositadamente confundem direitos humanos com privilégios. Apoiam-se na invisibilidade da população negra com o fito propósito de cercear-lhe a liberdade, inclusive de expressão. Suspeitamos tratar-se de uma moderna forma de escravidão, pois mudaram as formas, contudo mantiveram os mesmos princípios, já que os destinatários continuam sendo os mesmos.

Segundo Karl Marx "*a imprensa livre é o espelho intelectual no qual o povo se vê, e a visão de si mesmo é a primeira confissão da sabedoria*"²⁵. Nestes termos, podemos supor que as elites brasileiras não desejam que os negros se vejam, se descubram, logo não poderão confessar, segundo Marx, as *suas sabedorias*, mas tornar-se ignorantes de si mesmos. Faz sentido, pois quem não tem conhecimento, não tem legitimidade para reclamar o que lhe é devido por direito, sendo assim indevidamente subtraído.

Assim, os meios de comunicação, ao censurarem a liberdade de expressão da população descendente de escravizados africanos, segundo observa o sociólogo francês

²⁵ MARX, Karl apud SILVA, José Afonso. **Comentário Contextual à Constituição**. Malheiros: São Paulo, 2007, p.825.

Pierre Bourdieu, "*ocultam mostrando*", ou seja, "*mostram uma coisa diferente do que seria preciso mostrar, caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é informar*"²⁶.

Torna-se, pois, imperativo libertar a população afro-brasileira da censura que oficialmente não existindo mais em nosso país, lhe impõe os meios de comunicação de massa. Desta feita os algozes dos excluídos não mais se valem da violência física por meio de pesadas argolas e bolas de ferro a que foram outrora submetidos os escravizados africanos e seus descendentes, agora as elites aplicam-lhes a violência simbólica, silenciosa e igualmente penosa para suas vítimas, que hoje são implacavelmente submetidas às invisíveis algemas da invisibilidade, provavelmente atribuídas em razão de suas compleições físicas.

A violência simbólica a que é submetida a população descendente de escravizados africanos no Brasil repousa provavelmente em sua natureza humana, em razão de não possuir um fenótipo de padrão estético europeu, mas acentuadamente africano, cuja humanidade, se presume, parte das elites, ainda hoje coloca dúvidas como outrora colocava sob suspeição às suas semelhanças, necessidades e direitos.

²⁶ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1997.

CAPÍTULO II

O PAPEL DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DE UM PROCESSO DEMOCRÁTICO E NA LUTA CONTRA AS DESIGUALDADES RACIAIS

As novas mídias como contraposição às classes dominantes

Internet, celulares, radiocomunicadores

É possível que ainda nos dias atuais o mito da democracia racial existente em nosso país seja também o responsável por grande parte de setores da mídia descompromissados com a democracia e com a luta da população negra pela igualdade de direitos.

Já dissemos antes que estes veículos, em grande parte, dependem e são muitas vezes financiados pelas elites, que a rigor impõe à democratização dos meios de comunicação de massa severas restrições, supostamente em razão dos seculares privilégios que elas têm e gozam com a deliberada invisibilidade seletiva que estes meios submetem à população descendente dos escravizados africanos no Brasil.

Como se sabe, democratizar implica em incluir, liberar espaços e aceitar o outro. Democracia, direito e alteridade são amplamente conciliáveis do ponto de vista dos direitos humanos. Quando excluir é o oposto.

Temos a percepção da existência de certo servilismo nas relações entre grande parte da mídia e as elites brasileiras.

A dependência econômica dos meios de comunicação de massa parece impedir um maior comprometimento desses meios com a democracia e com o Direito que assiste aos mais vulneráveis. O servilismo impede a autonomia desses meios, impede o exercício da livre expressão do pensamento. Em geral, não se deve falar mal ou contra quem nos financia. Quem paga as nossas contas, em geral exige obediência. A publicidade que financia os jornais e revistas costuma ser a mesma que financia os rádios e as emissoras de televisão país afora.

Não estamos pedindo que os meios de comunicação de massa inviabilizem os seus negócios. Antes estamos sugerindo que sejam moralmente éticos, especialmente no que se refere à invisibilidade seletiva que eles submetem a população negra.

A inexistência de uma independência econômica de grande parte desses meios, deliberadamente ou não, suspeitamos que isto os transforma em braço político das elites constituídas, seus financiadores. Desse modo, a população negra brasileira, para se contrapor à sua seletiva invisibilidade, precisará lançar mão das novas mídias, ou seja, a Internet, os celulares, os radiocomunicadores, por exemplo. Será preciso furar o bloqueio que lhe é imposto e a partir daí estabelecer uma sólida rede de comunicação, rápida, eficiente e independente, a fim de que ela possa editar as suas falas e suas imagens positivas e, possa finalmente ter, vez, voz e imagem à altura de sua dignidade como ser humano.

Assim, estamos inclinados a acreditar que por meio dessas novas mídias, ela poderá ampliar a desmistificação do mito da democracia racial, ultrapassando barreiras para além dos espaços que Oliveira chamou de "guetificação dos espaços"²⁷. As elites não desejam que a população negra tenha esta percepção e muito menos a coragem de contrapô-la, exatamente com o ferramental que, em tese, ela mesmo criou.

Para as elites, utilizar os meios de comunicação como ferramenta de dominação utilitarista é crucial para a manutenção de seus privilégios e sobrevivência. Por isso, é fundamental que elas mantenham esta população invisível, sem estímulos ou desejos realizáveis, com baixíssima auto-estima e o mais longe possível de suas pretensões políticas, espaço proibido para os oprimidos, sob pena de as elites brasileiras não resistirem e sustentarem por muito tempo as suas antigas falácias.

Aliás, parece ser inevitável, uma vez que no futuro, sem contar integralmente com o seu fiel escudeiro, seu aparato de defesa e braço político, com os movimentos sociais se organizando cada vez mais, com a rapidez nas comunicações, com a Internet e o considerável aumento na utilização dos telefones celulares, radiocomunicadores como ferramentas auxiliares de uma rede de comunicação rápida e eficiente, contrapondo as posições oficiosas da classe dominante, e disseminando as suas próprias versões entre os vários grupos que formam a resistência negra, ao Brasil será destinado um inevitável ajuste de posições em sua pirâmide social, pelo bem, através de efetivas ações que sejam capazes de produzir entendimentos recíprocos e verdadeiros entre estas classes antagônicas ou por meio de uma intensa e vigorosa luta de classes. Preferimos, inicialmente, a primeira, pois é mais rápida e menos custosa para a sociedade, que poderá

²⁷ Oliveira, Dennis, in "*Revista Mídia e Etnia*", N° 1, São Paulo, 2005

finalmente construir uma real identidade do povo brasileiro, livre de estereótipos e estigmas negativos e profundos ressentimentos.

Sabemos que as elites no Brasil sempre agiram imbuídas de um pensamento aristotélico, pois definem a ordem e a classificação destes indivíduos segundo seus interesses e convicções. Encarnam a hierarquização racial como padrão estético, moral, de conduta, tendo o elemento branco como modelo, o qual deve ser rigidamente seguido por todos. Inexistem quaisquer espaços para os diferentes, não valorizam a pluralidade e a diversidade humana.

Como bem observa o professor Dennis de Oliveira, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (*Mídia e Etnia*, 2005), em espaços lúdicos e especialmente em datas festivas como carnaval, as elites permitem aos negros alguma mobilidade que resulte em visibilidade pela grande mídia, desde que eles não ultrapassem os limites fixados por elas. Ou seja, fora deste espaço concedido, serão considerados como intrusos, portanto vedados de se fazer presentes em outros ambientes como na Academia, quer como alunos, menos ainda como professores; na política, apenas como eleitores daqueles que não os representarão no parlamento; na gestão e direção de grandes empresas privadas ou públicas, porque serão sempre preteridos, sob alegação de não preencherem as qualidades inerentes ao cargo e tampouco têm o perfil desejado, ou seja não são brancos, ainda que estejam plenamente capacitados e habilitados para o exercício destas atividades.

A desconstrução da identidade dos negros brasileiros pelas elites desde a época do Brasil colônia resulta na construção de uma imagem extremamente negativa do negro, ao mesmo tempo em que criou certa expectativa de que estes indivíduos permanecessem sempre dóceis e subservientes e que jamais pudessem aspirar lugares e muito menos os cargos destinados exclusivamente às elites, de modo a permanecerem sem qualquer mobilidade na pirâmide social, de tal sorte que não pudessem ameaçar os interesses e os privilégios dos mais ricos e brancos. Era preciso destinar-lhes uma indelével invisibilidade seletiva, como se não existissem para além dos espaços previamente estabelecidos e permitidos pelas elites. Mais do que isso, antes era preciso desumanizá-los.

Conceder e permitir que os negros passem a ocupar tais espaços exigiria das elites uma reflexão acerca de valores e direitos fundamentais da pessoa humana, o que elas certamente não estão, em parte, preocupadas em fazer. Fingir que o problema não existe e deixá-lo como está é a melhor solução para elas, que não precisarão, pelo menos inicialmente, fazer quaisquer concessões de seu *status quo*. Isto é, permanecer como única gerenciadora do capital simbólico e do capital econômico, elementos indispensáveis e que

caminham juntos para permitir um efetivo exercício da sutil, porém muito eficaz violência simbólica,²⁸ fruto do racismo à brasileira, que tem no simbolismo uma autêntica função de dominação política. Assume o caráter de uma ideologia, pois visa garantir o interesse de particulares, as elites, em detrimento do interesse coletivo, embora consigam transmitir a idéia que se destinam ao interesse da maioria.

Pensamos que no Brasil, a invisibilidade do negro nestes e em outros espaços, é fruto da palidez do branco, que não conseguindo refletir a sua própria imagem, projeta na imagem do negro a sua sombra²⁹, resultando em uma patologia arquetípica que emprega um grande esforço em não aceitar e reconhecer o seu outro eu, pois o considera diferente e inferior, portanto precisa destruí-lo ante a uma factível possibilidade de se descobrir, que apesar de suas diferenças fenotípicas, ambos são etogênicos, pois se originam da mesma raça humana, sendo, portanto semelhantes: "a consciência do ego luta perpetuamente e rejeita racionalmente a grande sabedoria do inconsciente, que rodeia como uma serpente e leva em consideração o que não sabemos, de modo que sempre nos revoltamos contra ela"³⁰.

Quais conflitos se formam na mente destes indivíduos opressores, quais signos assumem quando estes descobrem que seu ódio racial, a dominação e a exploração secular do outro, fundada unicamente em conceitos estereotipados de inferioridade e calcadas em diferenças fenotípicas, culturais e religiosas, por exemplo, é um equívoco imensurável?

Mídia, Poder e Violência Simbólica

Aspectos psíquico-psicológicos não são o nosso objeto de estudo, contudo não podemos declinar de lançar mão destes elementos, uma vez que também é possível que não se formem nas mentes destes indivíduos opressores, inicialmente, quaisquer signos que possam lhes remeter a uma reflexão mais profunda acerca das incomensuráveis diferenças existentes na sociedade brasileira entre brancos e negros, uma vez que estes indivíduos, ao naturalizarem estas diferenças, minimizam as suas importâncias. Desta forma, se consagra um enorme campo para a quase imperceptível violência simbólica, que tem no poder simbólico a sua origem.

²⁸ BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2007.

²⁹ VON FRANZ, Marie-Louise. **A sombra e o Mal nos contos de fada**. Paulinas: São Paulo, 1985.

³⁰ BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 200, p.96

Segundo observa Pierre Bourdieu o poder simbólico, instrumento cognitivo de comunicação, poder estruturante que visa à construção da realidade social por meio da hierarquia simbólica, tem na gnosiologia um valioso instrumento de avaliação das percepções cognitivas do grupo ou sociedade que irá impor, mais do que o seu simbolismo, está em jogo a determinação e o controle do poder político sobre o grupo ou sociedade. É algo que precisa ser descoberto onde ele menos se deixa ver, onde é completamente ignorado, que só pode ser exercido com a anuência e a cumplicidade daqueles que por um lado, o ignoram, já que portam uma venda nos olhos, e por outro, há os indivíduos que o submetem aos primeiros de maneira deliberada, estratégica e ideologicamente como forma de dominação daqueles que se submetem pacificamente, legitimando a violência simbólica, atribuindo-lhe uma naturalidade - que ela não tem. Assim, seus símbolos são transformados em instrumentos de integração social, o que implica em conhecê-los muito bem para que haja uma interação, quase natural, com a sua finalidade, ou seja, oprimir e suprimir direitos dos mais vulneráveis, sem que estes percebam. Assumem silenciosamente, sobretudo no caso do Brasil, uma ideologia, que em oposição ao mito da democracia racial (FERNANDES, 1980)³¹ apropriam-se deste mito para legitimarem seus interesses particulares, os quais ganham ares universais, em outras palavras, supostamente visam salvaguardar os interesses e os direitos da maioria. Em razão deste jogo gnosiológico torna-se difícil percebê-lo, pois sabe atuar com precisão quase invisível na mente de suas vítimas.

Assim, consegue da maioria dominada uma desmobilização que acarreta a imposição de uma falsa consciência coletiva de integração fictícia. O seu discurso é convincente, de tal sorte que sendo a resistência quase nula por parte da população mais vulnerável, da qual subtrai seus direitos fundamentais, consegue estabelecer conceitos e privilégios que são legitimados por esta mesma população, dentro de uma hierarquia de valores, onde a cultura da classe dominante, as elites, se sobrepõe sobre as demais, classificadas como subculturas, que não podem e não devem servir de base para uma identidade nacional; assim conseguem produzir com naturalidade uma intromissão de inferioridade, aceita, legitimada e não contestada pela maioria dominada, ao que Weber chama de domesticação dos dominados³².

Desta forma, observamos que o poder simbólico no Brasil assume o papel de impor à maioria como valor absoluto de dominação, uma única cultura - a européia - aceita na

³¹ FERNANDES, Florestan, in artigo **O Mito Revelado**. Jornal Folha de São Paulo, Folhetim, 08/06/1980.

³² Apud, BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2007.

formação da identidade nacional, em detrimento das demais que igualmente contribuem na formação da identidade e da construção de uma nação brasileira diversa.

Os meios de comunicação de massa no Brasil, sobretudo a televisão, passando pelos demais veículos, transformam-se em um instrumento de comprovada eficácia na construção de uma paramnésia coletiva, que impede à maioria dominada a percepção cognitiva da verdadeira intenção da classe dominante. Faz com que a primeira não consiga decifrar os códigos que estabelecem esta relação ambivalente, de conhecimento exclusivo da segunda, impondo aos afro-brasileiros uma confusão mental que só mesmo com o preciso auxílio da psicanálise é possível compreender. Sua estrutura impõe aos pacientes confundirem o presente com o passado, o real como sendo algo de sua imaginação; quando finalmente se dão conta da manipulação política da qual foram vítimas e, portanto, já conseguem decifrar os códigos da linguagem hierarquizante e excludente das elites, custam ainda a acreditar na realidade que agora permitirá, em oposição aos valores outrora legitimados por eles, que passem a não mais aceitar como verdade inequívoca e absoluta os antigos valores. A partir daí poderão implementar uma reação coletiva, uma luta contra as sutilezas da violência simbólica que resultou, segundo Bourdieu, como já disse Weber, em sua tácita domesticação (BOURDIEU, 2007).

As elites brasileiras sabem que ao permitirem quaisquer mudanças que impliquem alterações significativas em sua escala de valores hierárquicos, isto é, concessão de direitos aos afro-brasileiros - privilégios até então exclusivamente seus - poderá lhes acarretar uma perda significativa. Portanto, não desejam que tal fato se dê para continuarem o indispensável exercício de poder simbólico sobre aqueles que sempre tiveram parcial controle.

Portanto, lançarão mão de estratégias de controle do real poder simbólico, através de uma relação recíproca de benefícios entre as elites e a mídia. Assim, tentarão novamente adormecer o furor incipiente que se avizinha, aceitando fazer ínfimas concessões aos dominados, nunca sem antes redobrar os princípios que norteiam e dão forma ao quase invisível poder simbólico.

Será preciso novamente que as elites constituam através dos meios de comunicação de massa e, das várias formas da violência simbólica, argumentos que conferem exclusivamente a estes indivíduos que estão recobrando a sua consciência e passam a exigir seus direitos de uma plena cidadania. Desta forma, será necessário uma vez mais desmobilizá-los, e novamente impor-lhes uma quase natural inferioridade. Para tanto, é imprescindível contar com o seu canal de disseminação, que sutilmente irá constituir-se de

elementos de comunicação como a linguagem persuasiva³³ (LIMA, 2001:42) através da qual, a veiculação de suas sutis violências simbólicas, quer sejam por meio de peças publicitárias, de telenovelas, programas de variedades, ou telejornais, por exemplo. Estas mensagens por um lado se destinam a manutenção dos privilégios das elites e por outro, visam dificultar, no caso do Brasil, que os afro-brasileiros as percebam. Assim, não serão *a priori*, percebidas por suas vítimas, que por sua vez também precisarão redobrar as suas atenções às sutis violências simbólicas que lhe são preferencialmente destinadas.

Uma vez mais as elites precisarão fazê-los acreditar que são diferentes e inferiores.

No Brasil, trava-se uma luta de classes quase surda e silenciosa, assemelha-se a um jogo tenso de xadrez, lento, porém de consequências imprevisíveis, sobretudo quando a maioria adormecida acordar e reclamar por seus direitos. Ante ao eminente perigo, as elites sabem que será preciso transformar a visão de mundo de suas vítimas, do contrário não mais conseguirão dominá-las.

Para tanto, nada melhor que se utilizarem do velho, poderoso e eficaz método de exclusão: o poder simbólico, através do qual conseguem efetuar uma introjeção na mente dos dominados, que por meio de uma sutil imposição de valores e símbolos, conseguem com o emprego de pouquíssima energia, obter o mesmo resultado que se empregassem a força física! Para isso contam com a indispensável "colaboração" dos meios de comunicação que irão trabalhar as mentes de suas vítimas no sentido de aceitarem a imposição da violência simbólica, não como uma violência, mas como algo legítimo, que por direito pertence ou deve ser exercido exclusivamente pela classe dominante: as elites. Assim, têm no reconhecimento dos oprimidos a legitimação de suas quase imperceptíveis violências. Sabem conduzi-las de tal sorte que veem na legitimidade das palavras, ou seja, nas violências perpetradas pelas elites, legitimidade para a manutenção da ordem, cuja competência, conforme observa Bourdieu, não é das palavras, mas de quem as pronuncia, bem como daqueles que as recebem, assumindo-as como sendo suas também; em outras palavras, o desiderato das elites se consolida, a violência legitimada por quem a sofre, conferindo-lhe um atributo que não tem, uma pseudoestesia, assumem um corolário de uma verdade quase incontestável, ficando o trabalho de dissimulação, da transfiguração das relações de força visivelmente consolidado, como já apontamos, sem grande dispêndio de energia.

³³ LIMA, Venício. **Mídia Teoria Política**. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2001.

Resta aos afro-brasileiros saberem como combater o quase invisível poder simbólico. De início pensamos, é preciso que empreendam um esforço coletivo para melhor identificar e conhecer as sutilezas do poder simbólico, o que implica também em conhecer melhor o quê e como pensam as elites. Antes é preciso que o grupo tenha conhecimento do que é arbitrário e saiba essencialmente diferenciar legitimidade com legalidade. Parecem conceitos semelhantes, mas são juridicamente distintos, embora as elites busquem dar-lhes similaridade, exatamente para facilitar a aceitação da violência simbólica por suas vítimas.

Pensamos que num segundo momento, conforme leciona Carmichael, no caso dos afro-brasileiros, para se contraporem à sutil violência simbólica das elites brasileiras, é indispensável ter acesso aos mesmos mecanismos de produção das técnicas de dominação, ou seja, as melhores universidades públicas e particulares, bem como aos melhores livros e bibliotecas. Sem disporem das mesmas ferramentas, não terão como se contrapor aos contumazes opressores. Até porque as elites não pretendem facilitar o acesso a seus bancos de dados, às universidades, para que suas vítimas adquiram iguais conhecimentos de seus métodos supostamente epistemológicos, para que uma vez descobertos os seus "segredos", possam revelar a sua fragilidade para, enfim, não mais aceitá-los como seus, desfazendo-se do produto coletivo que é apropriado à crença que também pretende assumir um caráter epistemológico. Assim, no Brasil, o mito da democracia racial visa aparecer como de interesse universal, mas em verdade se destina unicamente à finalidade e aos interesses de particulares, as elites³⁴ (CARMICHAEL; HAMILTON, 1969).

Mídia e Violência Política

A violência política no Brasil talvez seja a mais eficaz arma de dominação do poder simbólico, já que para se atingir o poder por meio das urnas, é preciso atender a alguns pressupostos que, a rigor, não se destinam aos mais pobres. Para ter capital político, não obstante possuírem supostamente votos de seus pares, contudo, é imprescindível que se tenha também o capital econômico, sem o qual, participar do jogo político é praticamente quase impossível.

³⁴ CARMICHAEL; HAMILTON. **Black Power**. 1969.

A introjeção feita pelas elites nas mentes da população afro-brasileira, com o apoio e o reforço dos meios de comunicação, reza que para se chegar às Casas Legislativas, ao exercício de cargos do Poder Executivo, é preciso dispor de três elementos essenciais para levar um representante, quer seja ele das elites ou dos mais pobres, ao exercício das atividades legislativas ou executivas: capital cultural, capital econômico e capital político, este último pode ser traduzido por votos.

Sem esses elementos, torna-se quase impossível a um candidato obter êxito no pleito eleitoral. Esta é uma meia verdade, em se tratando do caso dos afro-brasileiros.

Tomemos como exemplo o estado da Bahia, onde a população é majoritariamente negra, contudo não consegue eleger o prefeito da cidade de Salvador ou o governador do Estado. Observamos que neste caso, mesmo sem disporem de capital econômico, poderiam lograr êxito nas eleições majoritárias, já que dispõem de capital cultural e de capital político, ou seja, votos suficientes para elegerem um prefeito ou governador negro. E por que razões isto não ocorre? Acreditamos que encontraremos parte da resposta nas introjeções incutidas nas mentes dos eleitores negros, por meio do poder e da violência simbólica que tratamos anteriormente.

No Brasil, os meios de comunicação de massa têm o poder de construir, entretanto, têm muito maior poder de destruir identidades, fixando no imaginário coletivo dos afrodescendentes um irreversível quadro de inferioridade. Portanto, não estando preparados para assumir tais atributos, os quais são melhores e legitimamente destinados e administrados pelas elites que, mesmo sendo na Bahia, trata-se das elites ricas e brancas. As elites, alegam, estão preparadas para assumir estas funções, pois conhecem a sua estrutura e o jogo político. Como se política fosse um atributo exclusivo das elites e impossível de se aprender.

Ocorre que mesmo os afro-brasileiros da Bahia, dispondo do capital cultura e capital político, não conseguem vencer os pleitos majoritários, em razão de não disporem do indispensável capital econômico, que está concentrado exatamente nas mãos da minoria dominante.

Assim, ainda que no momento do pleito a legislação eleitoral determine que o acesso aos meios de propaganda eleitoral seja igual para todos os candidatos, isto em nada assegura igualdade de condições, pois os candidatos oriundos das elites, por disporem de incomensuráveis vantagens econômicas e comerciais, embora oficialmente proibidas, chegam muito antes a seus redutos eleitorais, a seus futuros eleitores, por meio da propaganda indireta; através de suas assessorias de imprensa "plantam" notícias que

invariavelmente estarão ligadas aos possíveis candidatos, ainda que a disputa eleitoral esteja longe de ser realizada.

Este abuso de poder econômico, mais conhecido no jargão jornalístico como "jabás", por meio de interferências diretas de supostos assessores dos futuros candidatos veiculam matérias, produzem entrevistas diversas com os interessados, que pagam por essa visibilidade indireta para ter seus nomes ligados a assuntos de relevância local, regional ou até mesmo nacional, que possam de alguma forma servir-lhes de instrumentos eficazes de promoção em sua futura campanha política. Em outras palavras, dispõem do poder simbólico que faz a manipulação das imagens mentais³⁵. Desta forma as suas imagens são mais facilmente recobradas pelos incautos eleitores, os quais não conseguem discernir o empoderamento³⁶ que através de ações supostamente desinteressadas, transferem o seu capital político para os candidatos representantes das elites.

Como os candidatos negros não dispõem de igual estrutura, uma rede de apoio eficaz, estão longe de construir uma ponte que os conduza aos seus eleitores, tal qual acontece com os candidatos das elites, ou seja, ao poder.

Importante ressaltar que o exemplo do Estado da Bahia, não retrata uma situação isolada, senão o que ocorre em todo o país. Podemos observar os mesmos problemas da Bahia em São Paulo ou no Rio de Janeiro, por exemplo, onde nestas duas grandes cidades a população negra tem enormes dificuldades para eleger um único representante às Casas Legislativas. Não obstante disporem de capital político e supostamente de mais capital econômico o desastre é o mesmo, não avançam em suas representatividades políticas, ficam fora dos centros de tomada de decisão, local onde seus interesses serão tratados por outros que certamente não o farão com o mesmo rigor, pois embora os eleitos tenham utilizado seus votos para se eleger, não estão compromissados com os mais desafortunados e negros, já que não os representam.

Por esses motivos, aos afro-brasileiros é imposta uma limitação de espaço e circulação que implica na ausência da representação objetiva. A falta de representação política não se trata apenas dos poucos espaços destinados aos afro-brasileiros pelas instituições dos partidos políticos, que institucionalizam os espaços segundo os interesses daqueles que mais disponham de recursos para investirem no "jogo democrático de um único grupo".

³⁵ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**, 2007.

³⁶ CARMICHAEL, Hamilton. Empowerment in **Black Power**. 1976, p. 23.

Ainda que dentro dos partidos existam grupos antagônicos, multifacetados, seus interesses econômicos e políticos não o são, uma vez que convergem para um mesmo objetivo, qual seja, atender aos interesses daqueles que os financiam e para os quais trabalharão incessantemente - a classe dominante, que em geral os mantém no poder. Destarte participar da luta política no Brasil, via partidos políticos, a rigor, pelo menos no que diz respeito aos afro-brasileiros, significa declinar de suas convicções mais elementares, pois a falta de capital econômico lhes acarreta igualmente uma enorme violência política³⁷.

A violência política reside exatamente na ausência de capital político para os mais pobres e negros e na concentração excessiva deste nas mãos de poucos. Deste modo, ainda que os legisladores se esforcem para coibi-los, pouco ou quase nada conseguem fazer, pois não tem como proibir que pessoas, por meio lícitos, acumulem capital econômico (entenda-se poder). Observamos que destinam a aplicação deste capital econômico no campo político de maneira muito prejudicial quando em comparação com os candidatos mais pobres. É algo, pelo menos moralmente, questionável.

A grande mídia, em parte, não fosse o seu interesse particular e o seu envolvimento com as elites, prestaria um grande serviço à nação, denunciando o uso do poder econômico para obtenção de vantagens nos pleitos eleitorais, apontando inclusive que este mecanismo se processa ao longo de muitos meses, como já denunciávamos, anterior ao pleito eleitoral.

Apenas quem dispõe de capital econômico consegue se fazer representar nas Casas Legislativas. Da mesma forma, para se alcançar os Poderes Executivo e Judiciário, este último, embora não dependa de votação direta da população para se alcançar a magistratura ou os Tribunais também é necessário que o candidato tenha não apenas conhecimentos específicos para o cargo do qual pretende se ver investido, como também capital econômico, e não raras vezes, poder político. Portanto, observamos que para a transmissão do conhecimento, é essencial que primeiro decifremos os seus códigos, sem isso, não temos como fazer avanços ou sucessores.

A violência estatal consiste em agraciar as elites com concessões generosas para gerenciamento contínuo dos meios de comunicação de massa, enquanto o grupo dos mais vulneráveis permanece em iguais condições de invisibilidade, pois não dispõem das mesmas técnicas e ferramentas, ou seja, limitam a sua autonomia e os espaços de circulação deste grupo. O silêncio da mídia serve tanto para encobrir aqueles que já tendo

³⁷ Conceito externado por BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2007.

as concessões, não desejam que este bem público, agora transformado em negócio particular, seja objeto de contestações, reivindicações de direitos ou de espaços em seus veículos de comunicação, quanto para o Estado que, silenciosamente, também busca isentar-se da responsabilidade que é exclusivamente sua.

É efetiva a ausência do Estado, que a rigor concede o direito de exploração dos sinais de rádio e televisão no Brasil, na regulamentação das concessões destes veículos, de forma a torná-los mais efetivamente democráticos, concedendo acesso a esses meios às outras parcelas da população, que não sejam apenas aquelas representadas pelas elites. O Estado deixaria de ter em suas mãos, enquanto único concessor destes serviços, o monopólio estatal da violência simbólica, para se transformar, se é que existe este termo, num difusor não da "democracia", na efetivação de direitos consagrados, impondo um ato jurídico às fronteiras das desigualdades entre brancos e negros no Brasil. Destarte, poderíamos ter nas programações de rádio e televisão a diversidade que se estampa nas ruas e não aquelas que assistimos nas transmissões televisivas ou igualmente estampadas nas capas das revistas, onde ocorre uma propositada manipulação das imagens mentais, passando a sensação de uma "pseudo-suécia" à brasileira, para desembocar na tentativa de uma construção eugenista da identidade brasileira.

Conforme observa o professor Pierre Bourdieu em seu livro *O Poder Simbólico*, a luta pela definição da identidade regional, étnica e mesmo a identidade nacional, passa pela luta do monopólio de fazer ver, de fazer crer, de dar a conhecer, de se fazer reconhecer, de impor uma divisão legítima do mundo social, o que paradoxalmente implica em desagrupar os diversos grupos existentes em determinada sociedade e que buscam legitimamente afirmar as suas identidades (BOURDIEU, 2007).

A luta pela desconstrução da identidade afro-brasileira, seguramente passa por estes pressupostos, já que as elites, pelos vários motivos por nós apontados, não desejam assumir oficialmente como identidade nacional, a identidade daqueles que sempre subjugaram como inferiores. Um paradoxo, a julgar pelos próprios argumentos das elites³⁸, onde apenas os mais aptos sobrevivem, isto é, impõem a sua cultura aos mais fracos. No caso do Brasil, portanto, não há como importar aos afro-brasileiros a alcunha de inferiores ou inaptos, se estes representam, senão a totalidade, pelo menos em grande parte, a identidade nacional. Ora, como as elites conseguiriam e conseguem trabalhar com conceitos de identidade superior representado pela cultura européia e identidade inferior, representada

³⁸ Adin Cofenem 2.545-7.

pelas demais culturas? Sabidamente a cultura afro-brasileira transita por todas as camadas sociais tanto entre aqueles que a aceitam quanto entre os que a rejeitam. Portanto, ao contrário dos desideratos das elites, não pode ser apontada como subcultura.

Uma vez mais as classes hegemônicas lançam mão do instrumento mágico que quase invariavelmente age de forma subliminar e silenciosa, de forma muito sutil e quase invisível, para que suas vítimas não percebam suas reais intenções, que é impor-lhes uma inexorável violência simbólica, através de seu braço político institucional, reiteradas vezes por nós apontada como ferramenta utilitarista da classe dominante: a mídia, cuja finalidade não é outra senão a manutenção do monopólio de uma identidade que tenta ser exclusivamente européia.

Entretanto, encontram esta identidade nas suas próprias contradições e na resistência daqueles a quem tentam atribuir uma natural inferioridade, a gente mais pobre e negra que, mesmo estando desagasalhada de seus direitos fundamentais e sem quaisquer privilégios empresta às elites sua brasilidade. Ainda que seus desideratos não sejam as inexoráveis raízes da cultura africana, se veem obrigadas a aceitá-las, não como desejariam rotulá-las de culturas periféricas, mas inconscientemente como suas, uma vez que elas - silenciosa e resistentemente - também dão forma harmônica e cor à identidade brasileira.

Assim, como não conseguem integralmente legitimar a sua dominação cultural, apenas por meio da violência simbólica, buscam legitimá-las no Direito!

Segundo leciona Bourdieu, encaram-se num ato de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem forma de lei; um ato de convencimento carregado de poder simbólico que se funde no discurso de autoridade de quem em seu nome assume o papel de transmiti-lo. Desta maneira, os agentes políticos que representam a classe dominante, falam com autoridade, pois uma vez estando respaldados nos mecanismos jurídicos, aos quais o grupo vulnerável não tem acesso, tampouco conhece o seu real significado e códigos. Apoiam-se no Direito como forma de dar mais legitimidade às suas violências simbólicas, de tal sorte que mesmo sendo arbitrárias, conseguem revesti-las de uma sacralidade quase legitimadora, e repousando agora paradoxalmente no ato jurídico, a limitação da fronteira entre a cultura de massa real e a cultura imposta por meio da mídia, dos símbolos e de valores exclusivamente europeus, cuja realização reside no espoliamento, na imobilidade e sobretudo na crença coletiva da maioria dominada.

O que está em jogo é a conservação dos privilégios das elites que é o de atribuir ou desconstruir os devidos valores das coisas, através do poder simbólico ou a transformação

das relações de forças simbólicas em vantagens correlativas, principalmente vantagens econômicas, as quais resultam em ocupações de espaços e de valores sociais simbólicos. Isto é, uma vez concedida pela maioria dominada a imposição de uma identidade inferior, as elites não têm mais que se preocupar com uma eventual luta pela ocupação de seus espaços, os quais lhes são tão caros e tão facilmente obtidos por meio do concurso e do auxílio inconsciente de suas vítimas.

No Brasil, observamos que a luta por ocupação de espaços entre brancos e negros, passa muitas vezes pelos conceitos já abordados por nós, de espaços proibidos e espaços permitidos pelas elites. Assim, as elites se valem da introjeção maléfica que conseguiram inculcar no imaginário coletivo dos afro-brasileiros, o que resulta sempre em lutas isoladas quando o ideal seria a implementação de uma luta coletiva focada naqueles que lhes subtraem os direitos. Desta forma as elites conseguem minar parte da resistência, pois dentro do próprio seio da população mais pobre e negra, existem aqueles indivíduos que, embora tenham conseguido ultrapassar as barreiras impostas pela classe dominante, através do esforço coletivo da maioria oprimida, não se aglutinam no sentido de somarem forças, agora de posse de conhecimento intelectual que poderia auxiliar numa luta mais eficaz pela implementação dos direitos da maioria. Assim esta população não consegue fazer avanços significativos em curtíssimo espaço de tempo, pois que patina no mesmo lugar, não tendo, portanto mobilidade. Aliás, a introjeção de inferioridade é mais permeável nestes indivíduos, os quais não desejando assemelhar-se a maioria a fim de produzir um rompimento da tábua de valores que lhes impõem a classe dominante, passam a se submeter mais facilmente à definição e aceitação de sua identidade inferior, por meio de uma assimilação, já que esta faz com que esqueçam seus rótulos, que são os mesmos destinados a maioria.

Afastam-se e negam o quanto podem a sua identidade formada na origem, por intermédio de uma dissimulação, que mais se assemelha a falta de coragem. Contudo, tampouco são aceitos pelas elites, pois estas os rotulam com os mesmos estigmas que são destinados àqueles que não se submetem resignadamente à sua violência simbólica, exceto quando estes lhes prestam o relevante serviço de serem seus fiéis soldados no seu próprio meio. Ou seja, constituem-se agentes a serviço das elites para imporem o enfraquecimento, a divisão celular, uma vez que impedem a maioria de conseguir autonomia, atributo essencial para a construção e afirmação de sua identidade, a legitimidade de seu mundo social segundo seus próprios interesses, estabelecendo assim a luta por uma partilha legalmente constituída.

Ainda segundo observa Pierre Bourdieu, para se abolir os estigmas é preciso que sejam destruídos os próprios fundamentos do jogo, que ao produzi-los, geram a procura de uma reabilitação baseada na auto-afirmação que reside na própria origem do estigma, portanto é preciso eliminar os mecanismos por meio dos quais se exerce a dominação simbólica. E ao mesmo tempo acabar com os fundamentos subjetivos e objetivos da reivindicação da diferença por ela gerados. Com isso a frase cunhada pelo movimento negro americano "*black is beautiful*", fruto da introjeção no imaginário coletivo dos afro-americanos, que reagindo a provocações objetivas e subjetivas da maioria dominante, diz ao mundo que negro é lindo.

A violência da unificação do mercado

Assim, o separatismo assume o caráter de ser o único elemento capaz de combater os efeitos da dominação implícita. No caso do Brasil, canalizados de forma violenta pela mídia, sobretudo pela mídia televisiva e através das publicações de revistas e periódicos, inevitavelmente na unificação do mercado. Isto significa que indivíduos residindo dentro de seu próprio país, por conta de terem características regionais diferentes, como por exemplo, o sotaque, ficam impedidos de exercer certas atividades por conta da unificação do mercado, que em verdade se destina a atender às determinações da classe dominante.

Em nosso país, isto fica muito nítido nos telejornais das grandes redes de televisão.

Não existem âncoras negros ou mesmo âncoras que não sejam da região sudeste, ou melhor, da cidade de São Paulo, justificado com base na unificação do mercado, que não desejando ter âncoras negros ou de outras regiões, sutilmente impõe o sotaque e o espectro das elites que se expressam nos seus vários apresentadores, os quais devem ter o perfil que forma a utopia das elites brasileiras fundadas na cultura e na aparência européia, não se admitindo outros sotaques senão aqueles da classe nacional ou regionalmente dominante, no caso brasileiro, a região sudeste, capitaneada pelo Estado mais populoso e também o mais rico do país, o Estado de São Paulo.

Com isso, ao invés de abolirem os interesses particulares dos paulistas, transformam o particular, o regional, como modelo que deve ser nacionalmente apropriado pelos demais. Estabelecem que os sotaques de outras regiões não devam servir de padrão linguístico para o povo brasileiro, transformando-os em estigmas negativos, servindo de base para uma depreciação sistemática de todos os seus utilizadores, sendo esta também uma forma doce e sutil do racismo à brasileira, que aceita com naturalidade a

discriminação não só dos negros, como também de brancos. Estes últimos, apenas por não portarem o sotaque da região mais rica do país. Logo observamos que este mesmo "mercado" não deseja explicitamente a colaboração da cultura afro-brasileira, como uma das culturas de formação da identidade nacional. Assim, permitir que os descendentes de africanos não brancos, estabeleçam uma profunda ligação com a cultura de seus ancestrais é algo que as elites brasileiras não desejam, por conta de uma desejável "unificação do mercado", ou seja, as concepções valorativas devem ser aquelas que estejam atreladas à cultura fundamentalmente eugenista. Assim, tentam por todos os meios não permitir aos negros a construção de uma identidade com valores da cultura africana, embora estes estejam por todos os lados, quer nas religiões de matrizes africanas, nas artes, na culinária, na fala, no modo de andar, dentre outros. Razão pela qual insistem sistematicamente por todos os meios em desconstruí-la.

Assim, podemos observar que a mesma técnica de violência simbólica, representada pelo esmagamento das línguas africanas, apontadas por Abdias do Nascimento, quando da chegada dos africanos em solo brasileiro, se repete agora sob a forma mascarada de "unificação do mercado". Em outros termos, uma inaceitável violência contra aqueles que não se parecem com os perfis e desideratos de representação das classes dominantes.

Em outros termos, o racismo à brasileira nos dá uma nítida, porém falsa, sensação de extrapolar os limites da grande luta por direitos empreendida pelos afro-brasileiros, que como se pode observar não é apenas destes. Para entrar também na exclusão, supostamente, não apenas de direitos, mas eminentemente na exclusão da representatividade de indivíduos também brancos, quer sejam eles ricos ou pobres, simplesmente por não se expressarem com o mesmo sotaque da classe dominante do país, ou seja, os ricos e brancos paulistanos. Desta forma, com a "proibição" da transmissão de telejornais em rede nacional em outros sotaques que não sejam o paulistano, as grandes redes de televisão impedem o conhecimento e a diversidade da riqueza do povo brasileiro. Assim, o racismo à brasileira, de forma quase imperceptível consegue impor o rótulo de uma identidade inferior também aos brancos de outras regiões do Brasil.

Esclarecemos que esta exclusão de representatividade dos brancos nos telejornais das grandes redes de televisão do país em nada se assemelha a exclusão de direitos dos afro-brasileiros, os quais não lutam apenas por representatividade ou visibilidade, mas efetivamente por direitos assegurados constitucionalmente para todos os brasileiros, mas que eles especialmente, encontram enorme dificuldade em materializar. Estes indivíduos,

embora sejam excluídos de aparecer como apresentadores de telejornais nas grandes redes de televisão, por conta de seus sotaques diferentes dos paulistanos, não o são regionalmente.

Aos negros, ao contrário, é imposta uma censura velada nacionalmente, já que, em geral, não aparecem proporcionalmente quer como apresentadores, modelos, atores ou atrizes nas telenovelas, como já observou Araujo³⁹.

O que constatamos é que brancos de outras regiões do Brasil não são considerados tão brancos quanto aqueles que são idealizados como "branco-padrão" quando se trata de colocá-los para assumir o papel idealizado pelas elites, ou seja, de seus interlocutores, existindo destarte uma hierarquia da fala e da postura da classe dominante. Portanto, os apresentadores dos telejornais, em geral, brancos, devem necessariamente se assemelhar às elites tanto na sua fala quanto na sua aparência. Assim, constatamos que a ocultação dos negros dos meios de comunicação no Brasil ultrapassa o desejo para se transformar numa evidente opção das elites pela marginalização da população negra dos meios de comunicação de massa. Não se pode olvidar que no Brasil o padrão de beleza estética, de bom e de justo é quase sempre apenas branco.

Por estas razões, a classe hegemônica tenta impor aos afro-brasileiros uma percepção do mundo social que não seja a sua, de tal forma que o vejam como ela deseja, aceitando-se como naturalmente inferiores, impedindo-os de se realizarem como sujeitos de direito e tampouco se rebelarem, contra algo que sutilmente já lhes fora incutido como moralmente justo. Sugerem uma aceitação tácita na posição dos sentidos, como exemplifica Bourdieu, "isto não é para nós" (BOURDIEU, 2007). É o princípio da imposição da realidade, que são expressos através dos símbolos. É o mesmo código que está implícito quando ordenamos que alguém sente na outra extremidade de uma mesa. Deixamos claro quem está no comando, estamos dizendo para ela através dos signos que entre quem toma as decisões e ela existe grande distância. Do contrário, a convidaríamos para sentar-se ao nosso lado, o mais próximo possível. Assim, as relações de força tendem a se produzir nas visões do mundo social, já que estas estão sempre presentes nas consciências em forma de categorias e das percepções dessas relações, ou seja, quem está subordinado a quem.

Somos de fato todos iguais perante a Lei?

³⁹ ARAÚJO, Joel Zito. **A Negação do Brasil**. Editora Senac: São Paulo, 2000.

Diz o artigo 5º da Constituição, *"todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos seguintes termos"*. Ressalvamos que declinamos de abordar em profundidade todos estes itens em razão de o objeto de nossa pesquisa se destinar à ocultação da população escravizada dos meios de comunicação de massa no Brasil e sua consequente exclusão de direitos fundamentais, os quais são indubitavelmente assegurados pela Magna Carta.

Assim, nossa análise se baseará em quanto o alcance dessa igualdade formal consegue de fato efetivar-se junto à população descendente de escravizados africanos.

O legislador constituinte ao fundamentar na Constituição Federal que somos todos iguais perante a lei, provavelmente fez uma opção por uma propositura jurídica com base no Direito positivo clássico, que se insere no frio princípio da isonomia formal e por essa razão a aplicação de uma determinada lei será destinada igualmente a todos os cidadãos e cidadãs, não considerando destarte as inúmeras diferenças sociais, econômicas e regionais, por exemplo, de onde se poderia inferir que antes seria preciso considerar estas e muitas outras diferenças para que indivíduos em estado de total vulnerabilidade social sejam comparados, tratados e considerados como iguais face à Lei, em oposição a outros indivíduos que se encontram em situação econômica e social mais vantajosa.

Com base nesses pressupostos é que convidamos o leitor a compartilhar de nossa angústia em busca de uma reflexão sobre este tema, que no momento, suspeitamos destinar um tratamento injusto à população descendente de escravizados africanos, em razão de sua histórica contribuição para o desenvolvimento da nação brasileira e sua também histórica vulnerabilidade econômica, material, educacional e social que resulta em sua quase total exclusão e inexorável invisibilidade dos principais meios de produção nacional.

Desta maneira, o legislador constituinte, ao não considerar estas diferenças, estamos supondo que isto se configura em atribuir tratamento desigual àqueles que, por se encontrarem em um estado de completa vulnerabilidade, de total abandono por parte do Estado e da sociedade mais precisam de uma igualdade que ultrapasse a formalidade da Constituição Federal, para conferir-lhes efetiva igualdade material - nos mesmos moldes e condições que é destinada aos mais abastados. Em outros termos, segundo L.Ingber, *"deveria realizar uma efetiva igualdade jurídica, com base nas diferenças peculiares dos diferentes grupos de indivíduos que compõem a sociedade, buscando uma igualização das*

condições dos desiguais"⁴⁰. Em se tratando da sociedade brasileira, parece-nos que residem na propositura do autor as reais e incomensuráveis diferenças existentes, exatamente em razão de o constituinte não levar em conta as diferenças grupais, que no caso brasileiro se tornam absolutamente transparentes e se escamoteiam quando se aplica o princípio da igualdade individual. No Brasil, quando comparamos as enormes diferenças sociais existentes entre os diferentes grupos que compõem a nossa sociedade, estamos supondo que assegurar individualmente aos descendentes de escravizados africanos igualdade de tratamento perante a Lei antes lhes impõem um dever, de fato que esta inexistente para este grupo. Um paradoxo à democracia, uma violação ao princípio da isonomia, se levarmos em consideração o artigo 1º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que atesta "*os homens nascem e permanecem iguais em direito*".

Por outro lado, a Constituição brasileira ao atribuir esta igualdade jurídica formal, ao contrário do que inicialmente parece, confere formalmente um privilégio e assegura legitimidade ao grupo que dispõe de todas as fontes de recursos e dos meios de produção material, econômico e intelectual. Ao invés de considerar este grupo, quando em comparação com o grupo dos descendentes de escravizados africanos, altamente privilegiado, ao contrário, confere-lhe o mesmo tratamento perante a Lei destinado ao grupo que se encontra imensuravelmente em desvantagem. Qual seja, o grupo em maior estado de vulnerabilidade, mereceria, em razão desta desvantagem, ser igual perante a Lei; não deveria significar um tratamento distinto de sua realidade que lhe imputasse um prejuízo ou representasse uma subtração de seus direitos fundamentais, visivelmente afastados quando em comparação aos privilégios assegurados, já não por outras razões, senão pelas diferenças econômicas e sociais anteriormente referidas.

Assim, a igualdade de direitos que em tese seria a garantia de um tratamento que pudesse significar a tutela da norma jurídica de forma equânime a todos os jurisdicionados, em verdade se reveste em proteção exacerbada ao direito daqueles que, via de regra, em razão de suas condições econômicas vantajosas, estamos supondo, não precisariam de maiores vantagens além das já amealhadas. Neste caso, entendemos que a expectativa do legislador constituinte em assegurar iguais direitos a todos, sem no entanto considerar a origem dos jurisdicionados, que é, a nosso ver, onde residem as diferenças, supostamente resultando em uma violência jurídica.

⁴⁰ INGBER, L. *A propôs de l'égalité das la jurisprudence belge* apud SILVA, Jose Afonso da. **Comentário Contextual À Constituição**. Malheiros: São Paulo, 2007.

A igualdade de direito a que aspiram todos os brasileiros descendentes de escravizados africanos é aquela vinculada pelo filósofo grego Aristóteles, segundo a qual igualdade deve significar justiça e não apenas isonomia, quando esta última, não raras vezes se destina a igualar os pobres e negros quando o propósito for aplicar-lhes penalidades ou assegurar-lhes desvantagens em relação aos mais ricos e brancos. A isonomia nem sempre garante um tratamento digno que lhes promova efetiva justiça social, pois que ela não valoriza as diferenças pelo conjunto e sim por indivíduo, visivelmente meritocrática e possivelmente, em razão disto, não inclusiva, pelo menos no que se refere às expectativas da população negra brasileira, a qual não aspira apenas a efetivação de seus direitos, mas a implementação de uma efetiva igualdade tal apregoara Aristóteles, ou seja: justiça.

Se a Constituição da República, com base no princípio da igualdade não permite tratamento diferenciado entre brasileiros, por outro permite fazer algumas diferenças entre brasileiros natos e outros brasileiros (naturalizados), pois que em algumas situações os primeiros recebem tratamento preferencial. Há nesta formulação certamente motivos assecuratórios que levaram o constituinte a assim formular. Contudo, no nosso entendimento, parece existir uma incongruência jurídica, quando a mesma Constituição Federal postula que "todos" somos iguais perante a Lei: quando todos deixa de ser um pronome, que por sua definição é inclusivo, para se transformar em uma preposição - que exclui e limita a aplicação da norma jurídica.

Não entraremos no mérito desta questão. Estamos antes apontando que se o constituinte assegurou tratamento diferenciado entre brasileiros natos e brasileiros de outras categorias, por uma similaridade de tratamento constitucional, poderia assegurar e destinar tratamento diferenciado ao grupo mais vulnerável, especialmente a população afro-brasileira, em razão de sua histórica desvantagem. Possivelmente, se poderia atribuir um tratamento mais justo à sua realidade sem, contudo, infringir a Constituição. Em outros termos, se o princípio da igualdade pôde dispensar tratamento diferenciado entre brasileiros para reduzir-lhe alguns direitos, poderia fazê-lo para tutelar e incluir brasileiros em estado de vulnerabilidade. Portanto, não há que se falar em impedimento por conta do princípio da isonomia, mas sim em ter igualdade não apenas como um princípio, mas essencialmente como justiça.

Não basta dizer que somos iguais perante a Lei quando esta expressão significar apenas uma penalização ou prejuízos para os mais pobres. Mas, sobretudo, representar a possibilidade uma efetiva igualdade de oportunidades. E assim, permitir um tratamento

desigual que se insira na lógica da promoção da justiça social, que se traduza em igualdade real "*para realizar a igualização das condições desiguais*"⁴¹ Em outros termos, estamos supondo que não basta ter igualdade na letra fria da lei. É preciso subordiná-la a um tratamento seletivo, visando assegurar aos excluídos o exercício de seus direitos. Até porque não assegurar o efetivo exercício desses direitos é declinar da função precípua a que se submetem o princípio da isonomia, qual seja, obstar discriminações e extinguir privilégios.

O Direito, no seu formalismo, em se tratando do princípio da igualdade se propugna por assegurar iguais direitos a todos. Contudo, na realização da vida cotidiana, verificamos que a determinação da aplicação da norma jurídica, quando o destinatário do gozo deste direito são os mais pobres e negros, não lhes são asseguradas as mesmas condições, oportunidades e facilidades para exercerem estes e outros direitos. Às vezes temos a impressão que o tratamento diferente dispensado ao grupo mais vulnerável, objeto de nossa análise, pelo grupo hegemônico, se deve possivelmente em razão deste não o aceitar como sendo de sua espécie; já que em espécie se igualam. Ambos são seres humanos, tendo as mesmas necessidades e dignidade. Neste sentido bem observa a ministra Carmen Lúcia Antunes Rocha "*não fosse assim não seriam seres da mesma espécie. A igualdade aqui revela-se na própria identidade de essência da espécie*". Assim, as semelhanças se limitam à espécie, já que as desigualdades se ampliam e se materializam de tal sorte que estes indivíduos ficam impedidos de se realizar como sujeitos de direito. Fazemos referência à máxima Barbosiana⁴², segundo a qual é preciso tratar os desiguais conforme as suas desigualdades e não nos moldes do formalismo da justiça, que consiste em "um princípio de ação, segundo o qual os seres de uma mesma categoria essencial devem ser tratados da mesma forma"⁴³.

Em outros termos, o tratamento desigual e naturalizado que grande parte da sociedade, o Estado e suas Instituições dispensam aos afro-brasileiros, suspeitamos que se assentem exatamente por conta das injustas relações históricas entre estes dois grupos, onde os descendentes de europeus, dentre estes os descendentes de antigos donos de escravos, ainda que tentem negá-las, residem na formalidade pretérita do Direito, ou seja, não seria absolutamente injusto e desleal, à época, tratar os seus escravizados africanos de

⁴¹ INGBER L. "*A propos de l'égalité des la Jurisprudence belge*" in PERELMAN Charles et al. **L'Égalité**. vol I, pp.3 ess. Apud SILVA, José Afonso da. **Comentário Contextual à Constituição**. Malheiros: São Paulo, 2007.

⁴² Máxima de Rui Barbosa.

⁴³ Cf PERELMAN, Charles. "*De la justice*" in *Justice et Raison*, p.26, apud SILVA, José Afonso da. **COMENTÁRIO CONTEXTUAL À CONSTITUIÇÃO**. Malheiros: São Paulo, 2007.

forma desumana. Injusto seria tratá-los iguais aos seus patrões e donos, já que estes não se inseriam na mesma categoria. Ou seja, não se poderia dispensar tratamento humano a quem os senhores-de-escravos não destinavam tal valor.

Segundo leciona o professor José Afonso da Silva, ao se extrair uma abstração das leis gerais, as quais são impessoais, "*os legisladores tendem a tratar todos os grupos que formam a sociedade de forma igual, não considerando as desigualdades existentes em cada grupo e desta maneira gera mais desigualdades e injustiça*"⁴⁴. Na sociedade brasileira, isto fica muito evidente. Nota-se com extrema facilidade o grupo que goza de privilégios e o grupo que, mesmo tendo direitos formais, não consegue gozá-los plenamente em razão destas enormes diferenças sociais, econômicas, educacionais, de trabalho, enfim de oportunidades iguais.

Ao grupo dos descendentes de europeus são destinados todos os direitos, facilidades e oportunidades, já aos descendentes de escravizados africanos toda a supressão destes. Desta forma, apregoar como diz a Constituição que somos todos iguais perante a lei, de fato não assegura ao grupo excluído a recepção e o gozo integral de seus direitos, não por outras razões, senão pela destinação individual que se propõe com base no princípio da isonomia, sob o qual se protegem os mais poderosos e exatamente com base nele é que se valem para não permitir a concessão de mesmos e iguais direitos aos demais brasileiros, obviamente quando estes brasileiros são negros.

Assim firma jurisprudência a mais alta Corte do país, no julgado em voto proferido pelo ministro Celso de Melo, segundo o qual (transcrevemos parte de seu voto no MI 58, J – 14-12-1990) "*A igualdade na Lei que apenas numa fase de generalidade puramente abstrata constitui exigência destinado ao legislador que no processo de sua formação nela não poderia incluir fatores de discriminação, responsáveis pela ruptura da ordem isonômica*". Ou seja, ainda que o legislador queira oferecer à sociedade o instituto da discriminação positiva com o fito de tutelar o grupo mais vulnerável estaria, segundo este entendimento, impedido de fazê-lo, por conta do princípio da isonomia. A igualdade perante a Lei, diz o ministro:

(...)traduz imposição destinado aos demais poderes estatais que na aplicação da norma legal não poderão subordiná-la a critérios que ensejam tratamento seletivo ou discriminatório. A eventual inobservância

⁴⁴ Idem, SILVA, José Afonso.

deste postulado pelo legislador imporá ao ato estatal por ele elaborado e produzido o eivo de inconstitucionalidade.⁴⁵

Estamos supondo que em face de jurisprudência firmada com base nesse enunciado, o anseio do legislador constituinte no preâmbulo da Constituição para a consecução de uma sociedade fraterna, igualitária e justa, não passou de um desejo "infantil", já que ao deparar-se com a fria realidade da norma jurídica, logo descobrirá a sua impotência na realização desta sociedade ideal que todos almejamos, apenas porque o Direito não as assimila como inteiramente adequadas e justas para uma efetivação da justiça aos mais injustiçados. Sem dúvida, uma contradição de difícil solução, pois que direito está longe de ter o significado de justiça, sobretudo àquela na concepção aristotélica, a justiça para garantir igualdade e jamais para assegurar privilégios de alguns poucos em detrimento da maioria.

Felizmente nem todos que estão para julgar questões tão importantes como estas para o conjunto da sociedade, pensam e tampouco formulam seus votos desta forma. Antes trouxemos o voto da ministra Carmen Lucia Antunes Rocha, da mesma Corte, que em linhas gerais o seu entendimento de igualdade não se coaduna com o do ministro Celso de Melo. Da mesma forma o Procurador Geral da República, Roberto Gurgel, que em recente parecer trouxe alento à sociedade quanto à constitucionalidade das cotas raciais para alunos em universidades públicas, em razão de um partido político conservador tê-las questionado junto ao STF. Esse partido, cujo nome não reflete o seu sentido, pois como Democratas, nada tem a ver com a real democracia, senão com exclusivos interesses de oligarquias conservadoras, das elites e da burguesia menor. Segundo Gurgel:

(...) ao contrário do que alega a legenda, o princípio da igualdade, tal como concebido no sistema constitucional brasileiro, não só é compatível, como, em determinadas situações, até reclama a promoção de políticas de ação afirmativa, para superação de desigualdades profundamente entrenchadas nas nossas práticas sociais e instituições.⁴⁶

Por esse entendimento, logo podemos perceber que o princípio da igualdade, conforme afirmou o Procurador Roberto Gurgel, reclamar pela promoção de políticas de ação afirmativa, o faz certamente delas não existirem a ponto de atender satisfatoriamente o grupo racialmente mais vulnerável na sociedade brasileira, objeto de nossa análise.

⁴⁵ STF, MI 58, J 14-12-1990, Ministro Celso de Melo, apud SILVA, José Afonso da. **Comentário Contextual à Constituição**. Malheiros: São Paulo, 2007.

⁴⁶ Procuradoria Geral da República, Brasília, 29/07/2009.

Pontes de Miranda faz referência à desigualdade assinalando que esta reside antes em uma enorme desigualdade econômica que, a rigor, é responsável pelas incomensuráveis diferenças sociais existente entre os descendentes de europeus, outrora donos de escravizados africanos e os descendentes destes últimos, que em decorrência desta situação, apesar de desde sempre trabalharem muito para o progresso da nação, foram e, a nosso ver, continuam impedidos de acumular riquezas em razão da inexistência de mesmas condições, facilidades e oportunidades oferecidas ao outro grupo - de descendentes de europeus. Disse ainda o jurista:

(...) a desigualdade econômica não é de modo algum, desigualdade de fato e sim a resultante, em parte, de desigualdades artificiais ou desigualdades de fato mantidas por leis. O Direito, que em parte as fez, pode amparar e extinguir as desigualdades econômicas que produziu.⁴⁷

Com base na lição de Pontes de Miranda acreditamos, em oposição ao julgado pelo eminente ministro Celso de Melo, (RDA 183/143 – 14-12/90), cabe à sociedade fazer valer a sua soberania e por meio de seus representantes no Parlamento compreender que o Direito brasileiro, no que se refere ao princípio da igualdade, da forma como se encontra atualmente, se destina à manutenção de privilégios dos sempre mais favorecidos, em detrimento dos sempre mais necessitados. Ora, não é difícil supor que a desigualdade se materializa quando se aspira a uma igualdade material, real, que em comparação com outros indivíduos ou grupo não existe nas mesmas proporções pelo observador do grupo mais vulnerável, que se sente em desvantagem em relação àqueles que gozam de todos os direitos e privilégios.

Que assim se pretende sob a égide do princípio da isonomia agasalhar quem de fato não precisa de agasalhos, pois que já os têm em abundância, em oposição aos outros que se deparam com sua escassez. Não estamos afirmando que o grupo representado pelos descendentes de europeus não mereça recepcionar a proteção da norma jurídica. Estamos supondo que antes é preciso inserir o grupo mais vulnerável e excluído aos mesmos direitos destinados quase que exclusivamente aos primeiros. Podemos supor que, a rigor, quem busca por iguais direitos, não pretende cometer nenhuma injustiça, senão que busca se igualar ao outro exatamente em razão desta.

⁴⁷ Apud SILVA, José Afonso da. **Comentário Contextual à Constituição**. Malheiros: São Paulo, 2007, p.73.

A busca por esta igualdade se insere na lógica da reciprocidade. Importa em não ser igual apenas nos deveres, mas sobretudo em mesmos direitos e iguais oportunidades, como ter acesso a um trabalho digno com igual remuneração, ampliar o acesso e facilitar a permanência do grupo vulnerável nas universidades públicas, que a rigor são centros formadores de excelências em todas as áreas do conhecimento, que por um lado propiciou ao grupo hegemônico que tivesse acesso, permanência, facilidades e benefícios resultantes de verbas públicas, que na visão aristotélica, segundo a qual direito deve significar justiça, portanto estas verbas deveriam ser também igualmente destinadas ao outro grupo. Assim, por outro lado, impediu que o grupo formado pelos descendentes de escravizados africanos recebesse os mesmos benefícios, conforme a representação de seu contingente e nas mesmas proporções que foram destinados ao grupo de descendentes de europeus.

Temos a impressão que estes fatores poderiam de certa forma reduzir as enormes diferenças existentes entre estes dois grupos aqui por nós observados e já mencionados neste trabalho outras vezes, atualmente fruto de batalhas judiciais onde o grupo mais abastado, formado pelos descendentes de europeus, visivelmente contrário à destinação de uma igualdade que poderá resultar na redução de seus privilégios, portanto apoiados no princípio da isonomia meritocrática individualista que mais se aproxima de uma resistência ao enunciado pelo constituinte no preâmbulo da Constituição da República, na consecução de uma sociedade livre, igualitária, sobretudo justa.

Ao contrário, pensamos que a busca por uma igualdade em direitos e oportunidades materiais iguais, se reveste de uma legitimidade por justiça daqueles que a desejando não a tem.

Sabemos que uma educação de qualidade, por exemplo, possibilita na obtenção do indispensável conhecimento para o desenvolvimento de um indivíduo ou de seu grupo, ou da sociedade como um todo. Ambos fornecem a estes indivíduos uma extraordinária ferramenta capaz de reduzir estas inaceitáveis diferenças existentes em nossa sociedade, as quais só existem em grande parte, em razão da origem dos afro-brasileiros que são supostamente tratados como brasileiros de outra categoria que não aquela mesma dos descendentes de europeus.

Há nestas diferenças uma evidente destinação do princípio de todos os benefícios aos descendentes de europeus, enquanto que aos descendentes de escravizados africanos é destinado apenas o princípio geral do sacrifício, que a rigor lhes acarreta prejuízos de toda sorte. Uma afronta à Declaração dos Direitos Humanos, a qual o Brasil subscreveu e,

portanto deve respeitar, principalmente porque lá consta que "*todo homem tem direito em plena igualdade*".

Uma contradição ao disposto no artigo 3º Título IV, da CF "*são objetivos da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*". Infelizmente não é o que nos parece, pois a realidade dos afro-brasileiros é bem outra, às vezes muito distante destes pressupostos formais, que na prática não realizam a efetivação dos direitos fundamentais à sua integral dignidade, quando destinado a todos, exceto quando o "*todos*" não os inclui.

Se for desejo da sociedade e do Estado brasileiro de fato eliminar as grandes dificuldades existentes em nosso meio, será antes preciso discriminar em direitos iguais positivamente os brasileiros descendentes de escravizados africanos por conta de sua histórica desvantagem social. Para tanto, é imprescindível que se lhes destinem um tratamento desigual. Opostos tratamentos não produziram resultados que lhes permitissem se inserir em uma igualdade real, quando em comparação com os descendentes de europeus que em geral, sempre se beneficiaram da condição de herdeiros dos exploradores de escravizados africanos e brasileiros.

Portanto, não nos parece existir dúvidas acerca das enormes disparidades sociais existentes no Brasil residirem essencialmente nas ações afirmativas que racializadas foram destinadas exclusivamente aos descendentes de europeus ou dos senhores-de-escravos. Enquanto, por outro lado, se observou a total ausência de ações afirmativas para os brasileiros descendentes de escravizados africanos, sem que o princípio da isonomia fosse jamais rebatido sobre os inquestionáveis fatores do *discrímen*, os quais poderiam se revestir de uma flagrante inconstitucionalidade. Destinou-lhes o silêncio. Contudo o mesmo deve ser implacavelmente questionado, fundamentado no princípio da igualdade, sempre quando os destinatários dos benefícios forem os mais pobres e negros. Em outros termos, não conferem a estes últimos iguais tratamentos naturalmente destinados aos primeiros, possivelmente por serem exclusivos destes.

Na Constituição, no princípio da igualdade, ao proibir exemplarmente a existência de tratamento diferenciado entre brasileiros, o constituinte certamente não poderia imaginar que ao fazer constar da redação da Carta a expressão "*sem distinção de qualquer natureza*", pudesse a mesma ser utilizada como argumento contrário à discriminação positiva, por meio das ações afirmativas para os descendentes de escravizados africanos por exemplo. Quando sua intenção possivelmente foi no sentido de impedir que se estabelecesse no tratamento entre nacionais, discriminações negativas que pudessem

representar um prejuízo aos direitos conferidos pela Carta, em razão de discriminações, possivelmente negativas, de qualquer natureza.

Devemos entendê-la, antes se destina a conferir e assegurar direitos emanados pela Carta, que de subtraí-los. Imaginando-a suficientemente clara e aplicável à sua destinação, não cuidou de introduzir uma ressalva onde constasse que vedada a discriminação de qualquer natureza, salvo quando destinadas a reparar, introduzir ou contemplar direitos a todos garantidos que, por razões outras, um ou mais grupo de brasileiros não conseguem ou se veem impedidos de materializar a efetivação desses.

Não estamos sugerindo que se estabeleça o que a Constituição já proíbe, ou seja, discriminar brasileiros supostamente iguais em condições e direitos. Antes estamos supondo que o princípio da isonomia não deva prevalecer ao princípio da igualdade, sempre que existir desigualdades exacerbadas e comprovadamente em razão de privilégios que acarretaram vantagens extraordinárias a um ou mais grupos. De outra forma, a Constituição deixa de cumprir a sua função social que exatamente não é outra senão garantir direitos a todos, para ser refém de um pequeno grupo de brasileiros privilegiados, que se apoiam no princípio da isonomia com o firme propósito de impedir que outros brasileiros possam recepcionar direitos até então a eles destinados com exclusividade.

Estamos supondo que o constituinte, por sua liberalidade, deixou de reconhecer formalmente a existência dessas diferenças que na vida cotidiana observamos com facilidade. Neste sentido o STF, através do voto do eminente Ministro-Relator Cunha Peixoto, no julgado RDA 128/2001, é deveras substancioso. Diz o ministro, "*não cabe invocar o princípio da isonomia onde a Constituição implícita ou explicitamente admitir a desigualdade*". Assim, a Constituição Federal que logo em seu preâmbulo, como já apontamos antes, pretende construir o que ainda não existe, ou seja, uma sociedade fraterna, igualitária e principalmente justa, nos parece, salvo naturalmente melhor juízo, que ela está dizendo explicitamente não existir de fato tratamento e condições iguais entre os diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira, como por exemplo, as imensuráveis diferenças econômicas que separam os grupos dos descendentes de europeus e o grupo formado pelos descendentes de escravizados africanos. Desta forma se assenta com razão Cunha Peixoto, pois evocar o princípio da isonomia frente a essas enormes diferenças é impedir por meio da norma jurídica a subtração de direitos para os quais ela não concorre. Ao contrário, destina-se estendê-los.

Se por um lado, é vedado existir na Constituição Federal norma explícita que beneficie este grupo de descendentes de escravizados africanos, por outro lado, contudo,

não há também referência que se deva dispensar tratamento privilegiado aos descendentes de europeus, ou que o direito a ter direitos sejam exclusivos destes. Desta maneira, está nos parecendo que o argumento da inconstitucionalidade não se sustenta, uma vez que não fere o princípio da isonomia e que nestas condições seria aplicado segundo a definição aristotélica, onde igualdade é inserida exatamente no seu sentido mais amplo, ou seja, igualdade se faz com justiça.

Como já apontamos antes, este princípio ora é utilizado para a manutenção dos privilégios das elites ora para impedir que o grupo majoritariamente mais pobre e vulnerável possa competir com o grupo hegemônico em igualdade de condições e direitos.

É certo que o Poder Judiciário, não tendo função legislativa, de vez que esta é exclusiva do Poder Legislativo, encontra-se impedido, pelo menos na extensão que se deseja. Fossem suas decisões alcançadas, caberiam aos legisladores ordinários reparar tamanhas incongruências, ao mesmo tempo em que dariam legitimidade jurídica às discriminações positivas, as quais uma vez inseridas na Constituição, por uma razão lógica, deixariam de ter sua inconstitucionalidade não apenas questionada, mas dariam principalmente destinação aos anseios do constituinte que por sua extensão e origem são da maioria de seus representados, portanto legítimos para a consecução da edificação da sociedade brasileira, tal qual pactuada no preâmbulo da Constituição Federal.

Portanto, não há que se falar em violação do princípio de isonomia quando a própria Constituição agasalhar positivamente as desigualdades, ainda que implicitamente buscando conferir-lhe a mais ampla igualdade. Violados estão os direitos da maioria quando esta, ensejando uma igualdade real e justa, não se realiza em razão de a minoria mais rica e privilegiada, visando impedir a consecução desta igualdade material, busca exatamente no Direito, com base no princípio da isonomia, destinar ainda mais justiça para aqueles que já a dispõem em abundância. Rejeitam-na ainda que seus direitos não sejam subtraídos, mas simplesmente porque não desejando ser igual em direito à maioria, possivelmente por se basearem na lógica da dominação que está atrelada à lógica da exclusão de direitos, onde deveres e obrigações são para a maioria, enquanto que direitos devem ser destinados para alguns poucos.

Voltemos à lição do jurista Pontes de Miranda, segundo a qual, se o Direito valeu como esteio para promover e dar sustentação jurídica às desigualdades econômicas, sociais, educacionais, enfim, enormes desigualdades materiais de todo tipo que se verificam no Brasil, quando observamos e comparamos as vantagens do grupo de descendentes de europeus e as desvantagens imensuráveis dos descendentes de

escravizados africanos, se inscrevem em desigualdades moralmente descabidas. Cabe ao Direito, ainda conforme o jurista, contribuir de forma decisiva no seu reparo, sob pena de permitir a perpetuação das enormes disparidades sociais em nome do princípio da isonomia, o qual está longe de permitir a promoção da justiça para a maioria dos afro-brasileiros. Ademais, a pretensão das elites brasileiras em sustentar que a destinação de direitos positivados ao grupo mais vulnerável encerra-se no princípio da isonomia, é antes de tudo antidemocrático e principalmente injusto quando consideramos a enorme contribuição que este grupo sempre propiciou e propicia para o desenvolvimento da nação.

Trata-se na verdade de uma correção de rumos a fim de se mitigar os privilégios da minoria que acarretam, senão na subtração de direitos da maioria, pelo menos a impede de receber os mesmos tratamentos destinados à minoria, que obstam o seu desenvolvimento.

Não se pode olvidar que a legitimidade é um dos atributos do estado democrático de direito. Assim, inicialmente, não nos parece existir qualquer ilegitimidade em se desejar gozar de iguais direitos quando destinados pela Constituição a todos os brasileiros, posto que nesta condição também se inserem os brasileiros descendentes de escravizados africanos. Ainda que estes diretamente, em razão de sua hiporepresentatividade política, não tenham contribuído na outorga de leis visivelmente contrárias aos seus interesses, em oposição à máxima rousseuniana, segundo a qual é legítimo que o grupo que não participou efetivamente da elaboração das leis que regem ou estabeleçam normas jurídicas que balizarão as relações entre este e os demais grupos da sociedade, não se submeta a nenhuma lei que ele não tenha criado, pois que esta carece de seu reconhecimento para lhe atribuir a indispensável legitimidade legal, atributo indispensável ao estado democrático de direito.

Na mesma direção caminha a teoria hobbesiana, onde resistir a uma imposição destinada injustamente ao grupo em situação de desvantagem em comparação a outro grupo, para o qual lhe são atribuídos maiores privilégios e benefícios, por exemplo, é legítimo que o primeiro, visando buscar equidade no tratamento, questione a legalidade e a legitimidade desta imposição, que carece do necessário respaldo da soberania popular. Até porque, a resistência do grupo em desvantagem, segundo a citada teoria, se legitima em razão da ausência de sua representação política quando da elaboração da norma jurídica, a rigor, de natureza impositiva e, por essa razão não se pode dispensar o consenso da maioria que a ela se submeterá, sobretudo por aceitá-la como legitimamente aplicável e de acordo ao pactuado entre os diversos grupos, cuja norma é reconhecidamente justa pela maioria. Não é o que ocorre e jamais ocorreu com a população afro-brasileira, uma vez que esta

sempre esteve à margem do processo legislativo, pelas razões impeditivas já expostas, que lhe acarretaram e acarretam até os nossos dias imensuráveis prejuízos.

Antes, buscamos uma reflexão sobre se de fato somos todos iguais perante a Lei. Estamos com a sensação de que a lei assume algumas variáveis e, ser igual em certas situações no Brasil significa submeter-se a situações de enormes desvantagens. O discurso das elites é construído com elementos estranhos à maioria que, desagasalhada do necessário conhecimento técnico-jurídico-científico encontra-se fragilizada, portanto prejudicada. A norma jurídica que lhe é imposta, segundo as teorias de Rousseau e Hobbes, são ilegítimas. Ela não as reconhece como suas. Seria preciso estabelecer antes o princípio de justiça distributiva, para aplacar depois o frio princípio da isonomia, pelo menos na forma que este princípio, em oposição a seu próprio preceito, segundo leciona o professor Celso Antonio Bandeira de Mello, "*sejam tratadas igualmente as situações iguais e desigualmente as desiguais*"⁴⁸. Mello, como outros constitucionalistas que se sustentam na assertiva barbosiana, estão certos. Contudo, sabemos que o indivíduo comum em sua lida diária depara-se com o real, onde aos diferentes destinam-se deveres e obrigações muito superiores e desproporcionais à sua capacidade de suportá-los. Ao passo que não lhes atribuem as mesmas vantagens e privilégios dos mais ricos. Desta maneira, como, aliás, já observamos inúmeras vezes ao longo deste trabalho, o princípio da isonomia no Brasil mais se presta para proteger os privilégios e supostos direitos das elites que para garantir igualdade de fato aos brasileiros mais pobres, cuja maioria, segundo dados do próprio Estado,⁴⁹ é formada pelos descendentes de escravizados africanos.

Diante do exposto neste item, chegamos a uma conclusão lamentável: no Brasil somos formalmente iguais em direito, contudo profundamente desiguais em oportunidades que realizem a igualdade material e de direitos proporcionais às nossas necessidades, sobretudo quando comparamos a destinação e a aplicação real da lei entre a minoria mais rica e a maioria dos mais pobres. Constatamos existir um abismo social imensurável que dá origem de fato a uma extremada desigualdade de direitos.

Assenta-se no princípio da igualdade que, segundo Mello:

(...) o preceito magno da igualdade, como já tem sido assinalado, é norma voltada quer para o aplicador da lei quer para o próprio legislador. Deveras, não só perante a norma posta se nivelam os indivíduos, mas, a

⁴⁸ MELLO, Celso Antonio Bandeira. **O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. Malheiros: São Paulo, 2009, 3ª edição, p.35.

⁴⁹ IPEA, 2007

própria edição dela assujeita-se ao dever de dispensar tratamento equânime às pessoas.⁵⁰

Se subordinar ao dever de dispensar tratamento equânime às pessoas, necessariamente o legislador que buscando dar um tratamento condizente aos indivíduos que se sujeitarão à lei, haveria necessariamente que fazer algumas ressalvas quanto aos destinatários e à aplicação da lei. Estamos supondo que ao procurar destinar um tratamento equânime a "*todos*", destinou-se antes muito mais deveres a quem jamais teve efetivos iguais direitos; os descendentes de escravizados africanos, cujo perfil histórico de desvantagem social, por si só já mereceria resguardar-lhes um tratamento, nunca inferior, contudo não igual àqueles, no diz respeito às obrigações e igualdade perante a lei, quando essa lhes destinar prejuízos, mas sim buscar uma igualdade para reduzir ou eliminar os privilégios daqueles que até pouco tempo eram "*donos e senhores*" não apenas de suas vontades e direitos, mas de sua dignidade e de suas vidas.

Celso Antonio Bandeira de Mello, que leciona com vistas ao princípio jurídico da igualdade sustentado pelo princípio da isonomia, nos traz uma questão, sobre "*quem são os iguais e quem são os desiguais?*"

Apoiado em dados históricos e estatísticos publicados pelo próprio Estado brasileiro, uma simples comparação da PNAD⁵¹, se poderá concluir com facilidade, não apenas quem são, mas quem sempre foram os desiguais no Brasil. Não fossem as enormes diferenças sociais existentes, razões não faltariam ao professor para preocupar-se com critérios, como ele próprio diz "*legitimamente manipuláveis sem agravar a isonomia – que autoriza distinguir pessoas e situações em grupos apartados para fins de tratamento jurídico diversos?*". Muito mais grave que agravar o princípio da isonomia é destinar-lhe o caráter que nele não se origina, ou seja, o de guardião dos interesses de um único grupo, quando na origem destina-se a igualização de todos e, ousamos dizer, que ao contrário do que preconiza Mello, se tem por princípio da igualdade a máxima aristotélica: tratar igualmente os iguais e os desiguais na proporção de suas desigualdades; estamos inclinados a acreditar que facultar eventuais discriminações positivas com vistas a alcançar a igualização de um ou mais indivíduos ou grupos, certamente não haveria "*quebra sem agressão aos objetivos transfundidos no princípio constitucional da isonomia*"⁵², pois que

⁵⁰ MELLO, Celso Antonio Bandeira. **Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. Malheiros: São Paulo, 3ª edição, 2009.

⁵¹ PNAD – *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*.

⁵² MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. Malheiros: São Paulo, 3ª edição, 2009, p.11.

este princípio, dentro de uma ótica dos direitos humanos, se encerra na busca da promoção da justiça distributiva, que por sua vez destina-se exatamente a alcançar uma efetiva igualdade material e de oportunidades iguais aos indivíduos ou grupos comprovadamente em desvantagens, que no Brasil tem nome e cor bem definidos: são os negros, descendentes de escravizados africanos, cuja imobilidade na pirâmide social, imposta pelas elites em razão de sua quase total invisibilidade na maioria dos setores produtivos da sociedade, nos parece configurar-se sim em uma inquestionável ofensa ao princípio da isonomia apregoado pela Constituição que assegura a todos tratamento parificado, que infelizmente na lida cotidiana não se realiza quando os seus destinatários são os mais pobres. Apoiamos-nos exatamente nas considerações de Hans Kelsen:

(...) a igualdade dos sujeitos na ordenação jurídica, garantida pela Constituição, não significa que estes devam ser tratados de maneira idêntica nas normas e em particular nas leis expedidas com base na Constituição. A igualdade assim entendida não é concebível: seria absurdo impor a todos os indivíduos as mesmas obrigações ou lhes conferir exatamente os mesmos direitos sem fazer distinção alguma entre eles.⁵³

Não é outro sentido que estamos buscando destinar ao princípio da igualdade que se funde no princípio da isonomia. É, pois, indispensável que se lhe apliquem distinções para buscar uma igualização àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Está pacificado pela Constituição e é igualmente pacífico pela sociedade brasileira conceber tais distinções entre homens e mulheres, entre adultos e crianças, entre indivíduos mentalmente perturbados e sadios, entre idosos e jovens, entre pessoas com algum tipo de deficiência natural da espécie humana ou quando estas, por motivos diversos, são contraídas involuntariamente devido a graves e irreversíveis acidentes a que todos estamos sujeitos. Contudo, nos parece um equívoco, tal qual leciona Hans Kelsen, não se destinar tratamento diferenciado aos descendentes de escravizados africanos, não obstante serem indivíduos dotados de igual capacidade intelectual, de excepcional e vigorosa disposição para o labor, bem como serem dotados de todas as outras especificidades naturais do ser humano, mas que em razão de sua origem, nesta condição, contribuíram sobremaneira com seu trabalho e talento para o desenvolvimento da nação brasileira, ainda assim, findo o processo de escravização, são liberados para doravante tocarem as suas vidas como se

⁵³ KELSEN Hans, *idem*, apud, MELLO, Celso Antônio Bandeira.

cidadãos de fato e de direito fossem, supostamente gozando dos mesmos direitos e privilégios, os quais, como se sabe, eram destinados exclusivamente a seus exploradores. Por isso afirmamos que os escravizados africanos e seus descendentes foram liberados e não libertados, vez que ficaram presos a uma estrutura desigualizante, própria de um projeto de engenharia de exclusão⁵⁴ que consiste em um simulacro liberatório, mas que de fato os mantém presos a uma estrutura imobilizadora que dá origem a constante marginalização e a pobreza, que tem como destino fixo a base da pirâmide social, exatamente com o intuito de assegurar à classe hegemônica todas as fontes de recursos, parte da ideologia racista a que Moore e Munanga se referem, não os libertando de fato de antigas práticas excludentes outrora naturalizadas por seus algozes, a eles destinadas ainda na condição de escravizados. Agora, paradoxalmente agasalhados por direitos que na prática não se efetivam em razão destes serem, para usar a expressão muito apropriada de Bandeira de Mello, *manipuláveis*, exatamente por aqueles que os tinham antes como seres inferiores, supostamente sem coração e alma eurocêntrica e que, portanto mereciam receber um tratamento diferenciado, não com base no tratamento a que todo ser humano é merecedor, mas calcados na crueldade destinada e na humilhação submetida exclusivamente a homens, mulheres e crianças negras, na condição de escravizados indefesos.

Se tais agravantes não servem como atenuantes à destinação de um merecido tratamento diferenciado com vistas a alcançar uma igualização justa entre os descendentes de escravizados africanos, que por isso, nunca tiveram os mesmos direitos e oportunidades destinadas àqueles que, em contrapartida, sempre gozaram destes e tiveram maiores e melhores oportunidades e em razão destas sempre se encontraram em situação de extrema vantagem material, educacional, econômica e financeira, por exemplo. Ademais, é um paradoxo à teoria de Hans Kelsen, utilizada como argumento válido quando este se destina a proteger os interesses e privilégios das elites, jamais para incluir garantir direitos reais aos excluídos. Atribuir-lhes o princípio da igualdade calcado no frio princípio da isonomia, não para lhes garantir direitos com base na lógica de Aristóteles, ou seja, justiça, mas antes para impedi-los de tê-los é na pior das hipóteses, para sermos generosos com as elites, uma covardia, para não dizer imoral. Conforme observa o professor Kabengele Munanga, se assenta na ideologia do racismo:

⁵⁴ GASPAR, Osmar Teixeira; RIBEIRO, Sonia Maria, in artigo " *Racismo no Brasil*" in **Diário de Taubaté**, Taubaté, São Paulo, pg. 2. Publicado aos 14 de Agosto de 2008.

O racismo é uma ideologia. A ideologia só pode ser reproduzida se as próprias vítimas aceitam, a introjetam, naturalizam essa ideologia. Além das próprias vítimas, outros cidadãos também, que discriminam e acham que são superiores aos outros, que têm direito de ocupar os melhores lugares na sociedade. Se não reunir essas duas condições, o racismo não pode ser reproduzido como ideologia, mas toda educação que nós recebemos é para reproduzi-la.⁵⁵

Não se pode querer que um enorme contingente de pessoas na condição de escravizados, desprovidos de toda sorte de direitos e oportunidades iguais, possam ficar à mercê da natureza para equacionar desajustes de ordem material, econômica, política e social, os quais foram provocados e produzidos intencionalmente por seres humanos, supostamente dotados de poucas ou nenhuma luzes, e sem que os fizessem refletir o mal que causaram à humanidade ao longo de mais de três séculos e meio de cruéis tratamentos destinados aos escravizados e da exploração de sua mão de obra pelos portugueses e seus descendentes no Brasil. Por essa razão, suspeitamos não existir à época por parte dos senhores-de-escravos qualquer compromisso moral e ético ou até mesmo religioso que os fizessem sopesar entre o bem e o mal. Antes se apoiavam em sua superioridade de raça eurocêntrica, apontado anteriormente por Munanga, fundada na ideologia do racismo.

Era de se esperar dos defensores da teoria de que perante a lei somos todos iguais, dizemos teoria, pois que na vida cotidiana esta igualdade não se materializa para todos. O princípio da igualdade fundado exclusivamente no frio princípio da isonomia, que exclui deste a lógica de Aristóteles, não valoriza por essa razão o elementar princípio do contraditório, tão essencial para o Direito. Em face do quadro social desajustado, resultante do longo processo de exclusão deliberada e direcionada à população afro-brasileira, era de se esperar outro tipo de comportamento e atitude, fundamentado na racionalidade da espécie humana, que pudesse sobrepor qualquer outro comportamento que não fosse o de uma irrestrita solidariedade para com os descendentes de escravizados africanos, os quais não buscam e tampouco aspiram apenas por direitos formais. Antes desejam receber da sociedade brasileira, para a qual tanto contribuem, respeito à sua diversidade de seres humanos, que só se realiza com a destinação de tratamentos justos às suas desigualdades, que preferimos traduzir por justiça. Como bem observado por Schwartzman, se referindo ao paradoxo da desigualdade no Brasil *"em essência esta interpretação tende a não ver, ou não levar em devida conta, a história da exclusão social*

⁵⁵ MUNANGA, Kabengele. **Revista Fórum**, São Paulo, Agosto, 2009.

e marginalidade que sempre existiu em nosso país"⁵⁶, cujos atores principais desta triste história de exclusão social são protagonizados, em sua maioria, por negros, não por desígnios do Criador, mas por liberalidade de seus criados.

Não se trata obviamente de maior ou menor grau de capacidade de organização do grupo formado pelos descendentes de escravizados africanos, mas de uma indispensável tutela por parte tanto do Estado quanto da sociedade, ambos se furtaram em implementá-la, pois que à época da formal libertação dos escravos, o estado profundo de pobreza era conhecido apenas por estes últimos, naturalizada por grande parte da sociedade que apoiada pela indiferença estatal, a pobreza resultava na mendicância a qual supostamente *"era uma deformação de caráter e por isso, não era digna de apoio e ajuda"*⁵⁷.

Ainda que em considerável desvantagem, aos libertos era destinada desde logo a pecha de um caráter deformado, que encontrava respaldo exatamente naquilo que fizeram sob condições forçadas por mais de três séculos e meio: o trabalho, cuja remuneração jamais fora formalmente assegurada aos escravizados, mas que agora era garantido aos recém-chegados imigrantes.

Esta desvantagem produzida e destinada à população descendente de escravizados africanos, estamos supondo que faça parte da estrutura de poder eurocêntrico, acima apontado como projeto de engenharia de exclusão, cuja justificativa apoia-se nitidamente na teoria do branqueamento das estruturas sociais, apoiadas na ideologia de dominação expansionista do racismo, que por sua vez consiste em afastar o grupo em desvantagem material de todas as fontes de recursos, destarte exercendo sobre ele uma forte pressão inibidora de seu desenvolvimento, quer isoladamente como indivíduo e muito maior pressão será ainda exercida quando tratar-se de grupo.

Ser igual perante a Lei, no que diz respeito aos descendentes de escravizados africanos, inicialmente não lhes atribui igualdade real ou vantagens, senão muitas vezes esta suposta igualdade representar a ampliação do leque de prejuízos materiais, decorrentes da violência simbólica e das imensuráveis desigualdades sociais que suportam. Estamos supondo que a pretendida igualdade que almeja esta população tradicionalmente excluída das facilidades de acesso a todas as formas de direito, amplamente garantidas ao grupo de descendentes de europeus não se resume apenas a uma igualdade formal, antes visa à implementação de uma ampla igualdade material em todas as suas formas e

⁵⁶ Schwartzman, Simon, *As Causas da Pobreza*, Editora FGV, Rio de Janeiro, 2007, p.27.

⁵⁷ idem.

possibilidades, que extrapola o Direito para se inserir em uma inalienável lógica dos direitos humanos, que se traduz pela mais ampla eficácia de justiça.

Assim, reiteradas vezes nos apoiamos na lição do professor José Afonso da Silva *"do que se extrai que a lei geral, abstrata e impessoal que incide em todos igualmente, levando em conta apenas a igualdade dos indivíduos, e não a igualdade de grupos, acaba por gerar mais desigualdades e propiciar a injustiça"*⁵⁸.

Por isso nos referimos anteriormente que sociedade e Estado, logo após a formal libertação dos escravizados, deveriam tutelar os libertos instrumentalmente, isto é, fornecer-lhes antes uma "cesta básica" de reais direitos iguais para enfrentarem o novo, pois que, desprovidos de igualdade material, foram igualados, não em iguais direitos e privilégios, mas em obrigações muito superiores que suas desigualdades poderiam suportar. Destinaram aos outrora escravizados, ora libertos, o valor de homens livres e iguais, condição que jamais tiveram ou foram em solo brasileiro. Em outros termos, as atuais desigualdades em nosso país residem supostamente na igualização formal destinada deliberadamente pelas elites às vítimas do genocídio negro a seus implacáveis algozes. Uma injustiça que lhes acarretou enormes prejuízos, possivelmente irreparáveis.

Dizemos deliberadamente, pois consideramos a hipótese de que já naquela época dispusesse a sociedade de sábios jurisconsultos, políticos habilidosos e competentes homens de Estado, os quais não poderiam ignorar o peso da carga que estavam destinando aos recém-libertos. Ademais essas medidas eram essencialmente de fundo político, pois visavam exatamente a dificultar a sua aglutinação e organização para antes afastá-los e depois para mantê-los o mais longe possível do poder, o qual como se sabe, a rigor, por um princípio de dominação, proteção e sobrevivência do grupo hegemônico, não se deve jamais permitir o acesso do grupo vulnerável e oprimido ao poder, sob pena de as elites serem obrigadas a beber do próprio veneno simbólico, que assume a aparência de remédio, que elas oferecem em abundância à maioria, que ao contrário deste, causa-lhes grandes males à dignidade.

A formal libertação não pretendia por fim a relação estabelecida entre os senhores de engenhos, fazendeiros e seus escravizados. Implicitamente era preciso manter esta relação de subalternidade que lhes dava vantagens, *status* e poder, conforme observa Evaristo de Moraes, *"não se admitia se alterasse o regime da escravidão"* deviam

⁵⁸ SILVA, José Afonso. **Comentário Contextual à Constituição**. Malheiros: São Paulo, 2007, p.69.

permanecer intactas as relações entre senhores e escravos, não se imiscuindo o legislador no sistema do trabalho, nem na forma do tratamento, dos castigos, etc."⁵⁹.

Como já sinalizamos antes, por trás desta suposta igualização, suspeitamos existir antes a intenção de propiciar injustiças que proporcionar uma real igualdade.

Compreender as desigualdades atuais dos afro-brasileiros requer uma profunda reflexão de suas causas. Não se pode prescindir de dados históricos como os narrados por Evaristo de Moraes no passado, os quais demonstram claramente que as desigualdades resultam na pretensão das elites em continuar exercendo sobre os excluídos do presente os mesmos métodos de supressão de direitos e oportunidades outrora utilizados por seus ancestrais contra os escravizados, sendo, portanto temeroso se afirmar hoje que no Brasil somos todos iguais perante a lei, quando ainda existem incomensuráveis diferenças de toda sorte entre o grupo minoritário formado pelas elites e a grande massa de brasileiros excluídos, carente por direitos que possam lhe garantir uma efetiva igualdade de oportunidades que a equipare àqueles que sempre estiveram no topo da pirâmide social, gozando de todos os direitos e privilégios. Estes últimos, valendo-se exatamente da ciência do Direito para negar à maioria uma assunção formal e efetivamente não adjudicá-lo, como já observamos, antes por entender que tais direitos e privilégios são naturalmente seus em razão de seus superiores valores históricos eurocentristas, que por isso podem e devem destinar aos diferentes um tratamento distinto do que lhe é atribuído. Ou seja, tratar (iguais) os desiguais, não em razão de suas desigualdades, mas propositadamente em razão de suas supostas inferioridades.

⁵⁹ MORAES, Evaristo. **A Escravidão Africana No Brasil, das Origens à Extinção**. Fundação Universidade de Brasília. Editora UNB: Brasília, 1986, 3ª. Edição.

CAPÍTULO III

MÍDIAS – AS CONCESSÕES DE RÁDIO E TELEVISÃO NO BRASIL E A PROMOÇÃO DA INVISIBILIDADE SELETIVA

No Brasil, grande parte da sociedade silencia-se diante da flagrante violência simbólica praticada pelos meios de comunicação de massa contra a população afro-brasileira, resultando em sua quase total invisibilidade destes meios, possivelmente em razão dela não fazer parte do padrão de beleza estético europeu, eleito pelas elites e adotado por esses veículos de comunicação como único modelo válido e, que em face de um determinismo exacerbado, ordena quem tem direito a voz e imagem na sociedade brasileira.

Agem como já apontamos anteriormente - incompetentes censores invisíveis. Muito embora a censura em nosso país oficialmente já não exista nos dias atuais, exclusivamente à população negra brasileira ela é destinada na forma do silêncio da sociedade, da indiferença do Poder Público e principalmente pela imposição deliberada de sua invisibilidade seletiva pelos meios de comunicação de massa. Estes ultrapassam o exercício de suas funções, extensamente assegurada pela Constituição da República, para se inserirem no ofício inferior de violadores de direitos humanos, cujo objetivo não é outro senão impedir que esta população receba os mesmos tratamentos até então direcionados com exclusividade aos descendentes de europeus. Nesta condição, naturalizam a exclusão desta população não apenas dos meios de comunicação, assumindo para si o também direito de gozarem exclusivamente todos os direitos e privilégios, os quais, a rigor lhes acarretam prestígio, enquanto que a invisibilidade da população negra dos meios de comunicação de massa acarreta-lhe extensos danos, como prejuízos psicológicos, materiais, educacionais, dentre outros. A adoção do padrão europeu de beleza como único valor estético aceitável pelos meios de comunicação de massa, que por extensão é o mesmo da classe hegemônica, estamos supondo que deva ser traduzida, antes, como uma bem engendrada opção de poder político. A ditadura da invisibilidade seletiva.

No decorrer deste trabalho e nos capítulos que se seguirão, apontaremos como a invisibilidade seletiva é responsável por alguns desses prejuízos tão nocivos à população afro-brasileira. Ao mesmo tempo em que também apontaremos que a violação de seus

direitos fundamentais acarreta-lhes incomensuráveis prejuízos para o pleno exercício de sua cidadania e à sua dignidade como ser humano.

O rádio e a televisão, não obstante serem concessões públicas, conforme se encontra disciplinado na Constituição Federal, em seu Capítulo V – Da Comunicação Social, é fruto de ato exclusivo de agentes públicos. O presidente da República, por seu turno, é quem em nome do povo outorga, autoriza, concede ou permite a exploração dos serviços de radiodifusão, os quais devem necessariamente ser referendados pelo Congresso Nacional. Trata-se, portanto, de um bem público, de cuja gestão se espera exatamente por ser pública, ações imparciais e estritamente direcionadas para atender aos interesses daqueles que a rigor lhes concedem o direito para que em seu nome explorem o serviço de forma transparente, sem vícios e privilégios de grupos ou pessoas, sob pena de se infringir o artigo 5º da Carta Nacional de Direitos que garante, pelo menos formalmente, iguais direitos a todos os brasileiros. Dizemos formalmente, uma vez que não conseguimos compreender a exclusão factual da população negra dos meios de comunicação de massa e por extensão de seus direitos humanos, os quais parecem não importar, em parte, aos demais brasileiros e setores da sociedade que nada ou quase nada fazem para pôr fim a esta sistemática violação de direitos.

A população negra brasileira, ainda que seus ancestrais na condição de escravizados tenham sido forçados a emprestar sua mão de obra por mais de três séculos e meio para construir e produzirem as riquezas de todo tipo e que delas todos usufruem, contribuiu largamente para o desenvolvimento da nação brasileira. A contribuição dos escravizados africanos à cultura brasileira, ao desenvolvimento nacional em todos os níveis é incontestável, a tal ponto que a nossa brasilidade, característica da identidade nacional, não se realiza isoladamente, pois que está impregnada de reais africanidades que se confundem, presas a um elo que lhes dando forma e cor, diz ao mundo quem são os brasileiros, em oposição aos anseios das elites e da burguesia menor. Estas, desejando um modelo de povo brasileiro com características exclusivamente européias, rejeitam-nas de todas as formas, bem como às suas raízes africanas, que no conjunto são igualmente da essência da diversidade que compõe a formação do povo brasileiro. Por isso, não desejam perceber, mesmo já estando seu inconsciente impregnado pela cultura daqueles que julgam não ser o modelo ideal de sua identidade e, por essa razão, lutarão com todas as suas forças, pois será preciso afastá-lo – ao menos de seu espelho, já que não conseguirão afastá-lo do seu eu interior.

É provável que a recusa das elites brasileira em aceitar o outro diferente, ou seja, os descendentes de escravizados africanos como seus semelhantes, pois aceitá-los nesta condição significa conferir-lhes *status* de seres humanos sujeitos de direito e dotados de iguais defeitos e virtudes, implicaria no reconhecimento da diversidade nacional e ao mesmo tempo capitular-se diante do óbvio, recepcionar que os descendentes de europeus não formam e tampouco dão cor isoladamente à pluralidade do povo brasileiro. Desta forma, não podem, como pretendem, ser os únicos merecedores de gozar o direito de ter visibilidade nos meios de comunicação, que implicitamente têm a função ideológica de inculcar nos demais brasileiros não descendentes de europeus uma natural aceitação de que apenas os indivíduos com características européias devam recepcionar o privilégio de ter voz e imagem nos meios de comunicação de massa no Brasil. Em outros termos, como já dito antes, fazem da invisibilidade seletiva uma inaceitável censura midiática, oferecendo aos diferentes, como única opção, possivelmente em razão de sua cor, o confinamento e o ostracismo, destinando-lhes todas as formas de invisibilidade, que mais se assemelha a um castigo por terem silenciosamente lhes introjetado a sua cultura, que lhes transmite a sua inconfundível identidade de brasileiro, algo que imaginavam fosse a transmissão das diferentes formas de cultura entre povos diferentes, exclusiva de "*raças puras superiores*", tal qual imaginava Gobineau.⁶⁰

Como se sabe, não existe raças entre seres humanos, e muito menos raças superiores ou inferiores, são todos seres humanos dotados da mesma e igual dignidade.

No entanto, quando observamos a deliberada ocultação da população negra dos meios de comunicação social no Brasil, o que invariavelmente resulta em uma exclusão seletiva de seus direitos e oportunidades iguais, quando em comparação à visibilidade exacerbada que estes meios destinam aos descendentes de europeus. Trata-se, pois, da intenção de submeter-lhes o papel de uma subalternidade cega, que eles recusam e rejeitam - parcialmente é verdade - em razão de sua fragilidade estrutural na sociedade brasileira, cuja técnica de exclusão seletiva se apoia na ultrapassada teoria gobineausiana, que consiste em fazê-los acreditar em sua natural inferioridade por serem negros, em oposição à natural superioridade de seus opressores, não por outras razões, mas apenas por serem brancos. Consiste em introjetá-la através da construção da subjetividade antes mesmo de seu nascimento, ainda no ventre da mãe, à qual não é destinado nenhum estímulo que a prepare para a chegada dessa criança, enquanto as mães descendentes de

⁶⁰ Gobineau, Joseph, antropólogo francês que divulgou para o mundo a idéia de raças superiores e inferiores entre seres humanos.

europeus recebem todo o estímulo dos meios de comunicação. Constrói-se um mundo de coisas próprias para este momento tão especial. Mãe e filho(a) se inserem numa lógica de afetividade natural que ultrapassa as razões e os limites do comércio para se inscreverem no bem comum, o qual, a julgar pela exclusão delineada nos meios de comunicação de massa brasileiro contra a população afrodescendente, podemos deduzir que pertence apenas às descendentes de europeus. Uma afronta às modernas teorias mercadológicas que podem ser traduzidas como ideologicamente racializadas, já que em termos de mercado competitivo, é inaceitável. Portanto, visibilidade para a população descendente de escravizados africanos, apenas quando esta visibilidade beirar ao grotesco, como assinala o professor Muniz Sodré.⁶¹

A violência simbólica a que os meios de comunicação de massa submetem a população negra brasileira é a forma clássica de exclusão seletiva apontada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu,⁶² que consiste em uma exclusão quase que absoluta destes meios, de tal sorte que esta população não se veja, não se goste, não se respeite e principalmente não se valorize ou se aceite como ser humano sujeito de direitos iguais àqueles que a submetem a tratamentos tão desumanos.

Nestas condições, é desnecessário acentuar que o inexorável processo de exclusão empreendido pelas elites brasileiras consiste na destinação e na construção de uma singular inferioridade, que poderá acarretar uma autoidentificação negativa da população descendente de escravizados africanos que ela tratará de corroborar integralmente, como já apontado antes, naturalizando-a. É preciso impor a esta população os mesmos grilhões que outrora marcaram os seus ancestrais, os quais ultrapassavam a deplorável tortura para se inserir em um signo determinante dos inquestionáveis lugares que cabiam aos escravizados africanos os e seus senhores na sociedade. Não por acaso, futuro é um substantivo masculino que indica mudança e esperança no porvir, o que possivelmente não tinha o menor sentido para aqueles que se encontravam violentamente presos por grilhões, cujos males transcendiam do físico ao psíquico; os mesmos a que as elites brasileiras nos dias atuais, por meio da violência simbólica que praticam com o auxílio dos meios de comunicação de massa, tentam submeter os descendentes de escravizados africanos, já que futuro no Brasil é algo que sempre pertenceu exclusivamente aos descendentes de europeus, quase todos descendentes de senhores-de-escravos.

⁶¹ SODRÉ, Muniz. *A Comunicação do Grotesco*.

⁶² BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2007

A deliberada ocultação da população negra pelos meios de comunicação de massa no Brasil não se assenta tão somente em sua invisibilidade seletiva, antes ultrapassa a recepção de signos para se inserir em uma disputa de espaços que são próprios de uma ardilosa luta de classes, que a classe dominante diz não existir em nosso país por conta de nossa invejável democracia representativa. Uma falácia, pelo menos no que se refere aos afro-brasileiros e uma violência à democracia. Está em jogo o determinismo político-econômico de quem deve aparecer ou não na mídia, pois visibilidade está ligada à autoestima, aceitação e admiração de seus pares, autonomia, enfim, à liberdade. Não ter visibilidade no Brasil pode significar a perpetuação do grupo hegemônico em todas as esferas do poder, que não desejando uma salutar alternância, impede que o outro grupo tenha acesso a esses meios e com os quais o grupo hegemônico mantém uma relação pactuada de dependência político-econômica recíproca, onde ambos se sustentam e se beneficiam. Assim, se predispõe a tornar o grupo majoritariamente excluído completamente invisível, pois que este, ávido por seus direitos, será preciso manter o mais longe possível desta ferramenta excepcional, transformadora de opiniões e paixões. Exatamente para evitar que estas últimas se transformem em combustíveis perigosos que possam representar uma ameaça a seus seculares interesses particulares e patrimônios, a sua frágil estrutura de poder, que se apoia paradoxalmente na invisibilidade do outro, que estando socialmente fragilizado e desestruturado, possa dela exatamente tirar proveito. Desta maneira é indispensável não só mantê-lo invisível, como é importante cuidar para que ele não desperte o desejo de tornar-se visível e a partir daí desejar as mesmas coisas que sempre lhe foram induzidas como proibidas ou de posse e direito exclusivos da classe dominante: o poder. Assim, se valem dos meios de comunicação, utilizando-os como instrumento eficaz para afastar ou pelo menos reduzir eventuais ameaças aos seus privilégios, os quais insistem em chamá-los não como tais, mas sim de seus exclusivos direitos.

Obviamente, trata-se de uma contradição ao essencial direito humano à comunicação, que dele nenhum ser humano poderá renunciar, quando comunicação assume o inequívoco significado etimológico em sua raiz latina, ação de tornar comum, pertencente a todos ou a muitos, transmitir e principalmente compartilhar experiências e saberes. Enquanto que tornar alguém sem nenhuma visibilidade pode assumir o significado que tem a palavra exclusão, ou seja, isolar totalmente, clausurar, impedir que indivíduos se comuniquem livremente é o mesmo que expulsá-los do meio social em que vivem, é não admiti-los como seres humanos, é afrontar a sua dignidade com a total destruição de sua

identidade por meio de ações sutis não perceptíveis aos olhos desatentos da maioria, e justamente por essa razão merece a nossa análise, com o objetivo de se fazer uma reflexão acerca da invisibilidade dos descendentes de escravizados africanos nos dias atuais, os quais são submetidos a constantes tensões físicas, psíquicas e materiais.

Se resistir à imposição dessas tensões é o mesmo que preservar a sua identidade, recusar-se às violações de seus direitos, supomos que esta é uma ação legítima, que deve ser empreendida não apenas por suas vítimas, mas por todos aqueles que acreditam e propugnam por valores como respeito, direitos iguais, democracia e, principalmente, em valores éticos e justiça.

Nunca é demais lembrar que as concessões de rádio e televisão no Brasil é um ato inicialmente solitário do presidente da República, que posteriormente recebe o aval do Congresso nacional.

Isto posto, faz-se necessário procedermos a uma análise destas concessões sob o ponto de vista da democracia enquanto sistema que pressupõe a participação de todos os setores da sociedade, e principalmente sobre como a Constituição trata tema tão importante, para uma indispensável reflexão da sociedade acerca deste assunto, que tem implicações não apenas para a população descendente de escravizados africanos, mas para todos que desejam a consolidação de reais valores democráticos em nosso país. Assim, observamos no preâmbulo da Carta Nacional de Direitos de 1988 que os representantes do povo se reúnem em Assembléia para instituir um Estado Democrático de Direito e dentre outros, assegurar a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

Um enunciado primoroso, que na prática é mais ideológico que propriamente jurídico; ainda que conste como objetivo a ser seguido, não se materializa integralmente para a maioria, quando os indivíduos mais pobres buscam garantir igualdade e justiça, já que estas podem assumir valores muito diferentes, dependendo de quem as examina, muitas vezes em oposição aos valores supremos enunciados.

Observamos o constituinte no Artigo 3º que, ao determinar que constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária, propicia a dedução de que esta sociedade está para ser construída, portanto é inexistente. Em contrapartida, ao dizer que deseja reduzir as desigualdades sociais, ao contrário da anterior, é preciso desconstruí-las porque efetivamente existem e são um mal em nosso meio, destarte atingindo exatamente aqueles que mais precisam de um tratamento de igualdade e de justiça.

Assim, ao fazermos a leitura do enunciado que pretende erigir uma sociedade sem preconceitos, sem dúvida muito salutar, é importante ressaltar que o desejo do constituinte se dá não por outras razões, senão pela existência das várias formas de preconceito em nossa sociedade. Refere-se especialmente, ainda que não explicitamente, ao preconceito racial contra os descendentes de escravizados africanos, cujas atitudes racializadas lhes causam dores profundas e incomensuráveis prejuízos de toda sorte que a sociedade, em grande parte, teima em dizer que não existem. Uma contradição, sem dúvida, pois se existe o desejo do constituinte em eliminá-las é porque obviamente existe quem as pratica. Longe de assumi-las, preferem naturalizá-las como um "costume" social e plenamente aceito tanto por quem pratica quanto por quem recebe. Não é uma verdade absoluta, se há queixa é porque algo dói, prejudica ou causa danos; em outras palavras, o tratamento que lhe destinam não está correto ou não desejam recebê-lo do modo que lhes é direcionado.

Estamos inclinados a acreditar que a harmonia a que se refere o constituinte é fruto da existência de uma desarmonia tão profunda em nossa sociedade, que causa um hiato entre os vários grupos que a compõem, de tal sorte que precisa ser socialmente harmonizada, sob pena de os anseios postulados pelos constituintes ficarem quase sem nenhuma eficácia, mas tão somente no papel, pelo menos sob o olhar daqueles que precisam do agasalho jurídico constitucionalmente assegurado para fazer valer os seus direitos de cidadãos.

É nesta ótica que as concessões de rádio e televisão no Brasil merecem ser analisadas, pois cabe ao Estado, que é dotado de poder político, realizar ações no sentido de impor regras e limites para que o domínio de um único grupo não prevaleça sobre os demais se ele de fato pretende a construção de uma sociedade tal qual enuncia o preâmbulo da Carta Nacional de Direitos com vistas ao bem comum. Para tanto, segundo Burdeau, é necessário a "*existência na sociedade de relativa igualdade de recursos dos indivíduos*."⁶³

A exclusão da população descendente de escravizados africanos dos meios de comunicação de massa no Brasil, passa exatamente pela falta de recursos políticos e econômicos, que a rigor garantem todos os demais recursos, inclusive o direito de ter visibilidade.

Acreditamos que apenas a origem dos descendentes de escravizados não seja a única razão para sua arbitrária exclusão do meio social, reside muito antes em fatos

⁶³ BURDEAU, Traité. t VII, p.563-566, apud SILVA, José Afonso da. **Comentários Contextual à Constituição**, p 25.

históricos que os relacionam à falta de acesso a recursos que lhes permitissem ter uma autonomia em relação aos demais grupos da sociedade, pois que sempre estiveram a estes atrelados como seus fiéis servidores e jamais na condição de patrão.

Nestas condições, poder-se-ia inferir que torná-los invisíveis foi a forma mais maléfica de excluí-los de todas as formas de direito e recursos, posto que eles não as percebiam, logo não as desejavam, faltava-lhes um recurso essencial para a sua sobrevivência - de homem supostamente livre e sujeito de direito - o conhecimento. Em geral não se cobiça o que não se conhece. Estavam libertos e supostamente livres, porém na condição de ex-escravos, sem nenhuma formação educacional, a qual à época (e ainda em nossos dias) é privilégio de alguns poucos. Mantiveram-se atrelados a uma imensa teia que novamente os imobilizava, os prendia - a ignorância - outro elemento responsável por sua generalizada invisibilidade na sociedade brasileira.

O constituinte, ao idealizar uma sociedade plural, está sugerindo que os vários grupos que compõem a nossa sociedade estabeleçam entre si um diálogo com vistas ao estabelecimento de um acordo prévio que possa levá-los a um desejável equilíbrio de suas forças e interesses, de tal sorte que todos respeitem o espaço dos outros. Em outras palavras, está sugerindo uma divisão de todas as formas de recursos existentes, que eles sejam divididos entre estes vários grupos e segundo a capacidade de cada um deles. Como pluralidade necessariamente está ligada a uma relação de respeito mútuo, podemos supor que esta sociedade plural seja próxima à poliarquia, sistema de governo onde o poder é dividido segundo as forças políticas e interesses dos vários grupos que formam a sociedade. Ou seja, repartem entre si o que é produzido por todos – destinando a cada um a parte já acordada anteriormente. Ora, sabemos por meio dos livros de História que o regime político oficialmente adotado no Brasil jamais foi, tampouco se assemelha, à poliarquia, salvo naturalmente quando da distribuição das capitanias hereditárias, um ato de governo, mas não integralmente de um regime político. Contudo, não podemos deixar de ressaltar, ainda que não oficialmente, a existência de acordos velados entre os vários grupos quem têm o controle das fontes de recursos, os chamados acordos de cavalheiros, que preferimos nominar também de *acordo de transgressores*, pois ignoram os limites da lei visando a obtenção de vantagens pessoais e lucros a qualquer custo, em prejuízo dos demais cidadãos.

A análise que ora empreendemos nos referindo ao presente nos força a retornarmos ao passado em busca de dados históricos para compreendermos a invisibilidade dos descendentes de escravizados africanos na sociedade brasileira também nos dias atuais.

Imprescindível se dizer que os negros brasileiros, na condição de ex-escravos, jamais foram convidados a manifestar quais seriam as suas áreas de interesse, pois conforme John Stuart Mill:

(...) populações objeto do domínio de europeus ou ‘ocidental’ são totalmente privadas dos direitos políticos, ou porque ainda não superaram o estágio da infância (...) e a liberdade (...) só vale para seres humanos na plenitude de suas faculdades ou porque ainda estranhas à civilização (...) o despotismo é uma forma legítima de governo quando temos de nos haver com bárbaros (MILL, 1981:33)⁶⁴.

numa clara referência aos entendimentos de Kliping, segundo os quais "*os povos coloniais devem ser considerados metade crianças e metade diabos, ou seja menores de idade necessitados de tutela e bárbaros, e até pior ainda quando vierem a recusar tal tutela.*"⁶⁵

Assim, a pluralidade a que se refere o constituinte, pelo menos quando seu destinatário é a população descendente de escravizados africanos, não se realiza de forma a contemplá-la. Esta não participa e jamais participou da necessária divisão do poder, indispensável em um Estado que desejando uma efetiva pluralidade, não exclua o grupo majoritariamente mais pobre, ou pelo menos lhe ofereça condições além daquelas formuladas formalmente na Carta Nacional de Direitos para que ele possa exercer os seus direitos em igualdade de condições com os outros grupos que formam a nação brasileira. Não obstante cultuarem os mesmos símbolos e valores, não participam das mesmas representações políticas no Parlamento ou econômicas, essenciais para que se alcance uma equilibrada participação social, numa sociedade supostamente democrática.

Aos nossos olhos, a ausência da representação política da população descendente de escravizados africanos e a inexistência de setores economicamente organizados e estabilizados refletem que o preconceito e as ações racializadas que dão sustentação a um racismo supostamente invisível e cordial ainda não estão ausentes no cotidiano de nossas relações sociais. Por isso, estamos conjecturando a possibilidade de que é preciso respeitá-la como sujeito de pleno direitos, em oposição ao tratamento até então dispensado, que de certa forma, muito se assemelha às teorias racistas de Mill e Kling. Portanto, do Poder Público, exige-se uma ação mais efetiva para a consecução destes objetivos.

Assim, imaginamos não haver dúvidas quanto à invisibilidade da população negra dos meios de comunicação de massa estar ligada diretamente às injustiças a que se submete

⁶⁴ Mill, John Stuart, apud Losurdo, Domenico, Democracia e Bonapartismo, São Paulo, 2004, Unesp, p.83

⁶⁵ Ibidem, p.82

em razão da má distribuição da riqueza - que ela também ajuda a produzir - mas que dela nada ou quase nada se beneficia, posto não conseguir se desenvolver em razão das seculares barreiras impostas.

O conceito de desenvolvimento, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) é muito mais amplo em razão das naturais necessidades individuais do ser humano e, portanto se incluem naquelas normas dos direitos fundamentais, irrenunciáveis e imprescindíveis ao ser humano por suas próprias destinações e finalidades, assim:

(...) desenvolvimento é um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa o constante incremento do bem estar de toda a população e de todos os indivíduos com base em sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento na distribuição justa dos benefícios daí resultantes⁶⁶.

Logo, estamos supondo que igualdade não pode prescindir do desenvolvimento, sob pena de não se realizar integralmente, mais do que isso, se transformar em uma contradição aos objetivos da nação e ao estado democrático de direito que a Constituição diz serem valores supremos da República Federativa do Brasil. Na lição do professor José Afonso da Silva, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e renomado constitucionalista do Direito positivo, "*o conjunto das garantias dos direitos fundamentais forma o sistema de proteção social, proteção política e proteção jurídica*"⁶⁷. Por nossa exclusiva liberalidade, estamos acrescentando também a esse sistema de proteção a que se refere o professor, a indispensável proteção econômica, pois esta é quem em última análise realiza o desenvolvimento que dá liberdade e autonomia ao indivíduo ou grupo de indivíduos em estado de vulnerabilidade. Estamos supondo, portanto, que estes últimos não precisam apenas da proteção de seus direitos, mas, sobretudo da solidariedade de seus pares para dar eficácia às normas jurídicas que consagram suas garantias, pois que estas se destinam a atender suas necessidades de ser humano. Ultrapassando o interesse individual, se inserem numa lógica de interesse geral, cujo objetivo deve ser o de toda a sociedade, uma vez que sua inclusão no meio social e seu desenvolvimento no mesmo nível dos demais indivíduos representará um ganho que beneficiará a todos, num Estado que tem como valores supremos a serem alcançados a igualdade e a justiça, que se assentam na democracia.

⁶⁶ ONU, Declaração, sobre o Direito ao Desenvolvimento, 4.12, 1986, apud SILVA, José Afonso.

Comentário Contextual à Constituição. Malheiros:São Paulo, 2007, p.47.

⁶⁷ Ibidem, p.61.

Já foi dito que as concessões de rádio e televisão no Brasil inicialmente é um ato solitário do presidente da República que se afigura como ato coletivo, quando avalizado pelo Congresso Nacional.

O que o Estado faz, em nome do povo, é ceder a particulares o direito de utilizar o espectro eletromagnético, que é um bem público e finito, administrado pelo Estado em nome de seu dono, o povo, ou seja - todos os brasileiros e brasileiras. A cessão de direitos para a exploração desses serviços por particulares se dá por meio de concessões, autorizações ou permissões por tempo determinado, segundo estabelece a Constituição, também por nós chamada Carta Nacional de Direitos, porque trata e agasalha direitos nacionais.

Diz a Constituição em seu artigo 21, inciso XII, *“é competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão diretamente os serviços de radiodifusão sonora de sons e imagens”*.

As concessões destinam-se, por meio de um decreto presidencial, às emissoras de rádio e televisão, cujas frequências alcançam parte ou no todo o território nacional. No caso do rádio, trata-se das emissoras de ondas médias e curtas. O prazo destas concessões é de 15 anos para televisão e 10 anos para as emissoras de rádio.

As permissões destinam-se às emissoras de rádio de âmbito local, como as emissoras de frequência modulada, as FMs e para as rádios de baixa frequência, as AMs, através de portaria do Ministério das Comunicações.⁶⁸

As autorizações por sua vez, destinam-se às rádios comunitárias e às retransmissoras de rádio e tv, por ato do presidente da República, por ser em caráter precário, e não tem tempo determinado como no caso das concessões, podendo ser interrompidas ou cassadas a qualquer tempo, ao contrário das concessões. Estas só perdem a sua eficácia por decisão judicial ou por ato do Congresso Nacional, pois segundo o artigo 223 da Constituição, é competência do Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observando o princípio da complementaridade do sistema privado, público e estatal. Estabelece ainda nos parágrafos primeiro e segundo respectivamente, que o Congresso Nacional, uma vez recebido o decreto presidencial terá que apreciá-lo segundo o prazo estabelecido no artigo 64, parágrafo segundo, de até 45 dias de seu recebimento, sob pena de não observado este prazo para a apreciação da matéria, a mesma será incluída na ordem

⁶⁸ Informativo Intervozes, Concessões de Rádio e TV, São Paulo, 2007, p.11

do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos com a finalidade de se ultimar a sua votação, ressalva que lhe confere o parágrafo 4, exceto durante período de recesso do Congresso Nacional, cessando-se o prazo estabelecido no parágrafo anterior.

O constituinte ao estabelecer no artigo 223, parágrafo segundo, que a não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação do Congresso Nacional, através de votação nominal de pelo menos 2/5 de seus membros, criou um grande embaraço para os congressistas de um lado, e por outro uma enorme facilidade para as emissoras de rádio e televisão.

Como sabemos, e seus gestores mais ainda, estes veículos representam uma importante ferramenta de aproximação entre os congressistas e seus eleitores; votar contra a renovação, inicialmente, sem um motivo que represente uma ampla desaprovação da emissora pela opinião pública nacionalmente, seria em tese votar contra seus próprios interesses, muito embora na condição de representantes do povo, deversem votar como tal e segundo o disciplinado na Constituição Federal ou quando consubstanciado em leis infraconstitucionais, ou o cometimento de infrações graves tipificadas no próprio Código Brasileiro de Telecomunicações, por exemplo. Assim, salvo quando por raríssimas decisões judiciais, as concessões das emissoras de rádio e televisão seguirão seu curso normal, sem que prestem contas a ninguém ao longo desse período. Desta maneira se apropriam do bem público para geri-lo tão somente segundo seus interesses particulares, uma contradição ao Capítulo II, Da União, artigo 20, Item I, que reza, *"são bens da União os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos"*. Mais adiante estabelece no artigo 21, inciso XII, compete à União a exploração, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, a) os serviços de radiodifusão sonora e de imagens. Trata-se de norma constitucional que como tal não deveria submeter os congressistas a nenhum constrangimento ou desvantagem por votarem de acordo com a Carta Nacional de Direitos, cuja investidura no cargo lhes garante a livre tomada de iniciativa, sempre com base na norma no Direito e em suas consciências.

Por outro lado, a Constituição Federal em seu artigo 54 ao estatuir que os deputados e senadores não possam, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, ou empresa concessionária de serviços públicos, ou conforme está fixado na alínea a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada, quando os grandes jornais brasileiros noticiam que, indiretamente, através de delegação a

terceiros que os representam à frente dessas emissoras, grande número de congressistas, embora não apareçam oficialmente à frente dos contratos, pois que legalmente estão impedidos, são, contudo, donos destas emissoras de rádio e televisão. Portanto passam supostamente a legislar em causa e interesses próprios, em desacordo ao artigo 55 da Constituição Federal que muitos deles ajudaram a elaborar.

Assim, as concessões de um bem público passam a ter uma série de implicações que envolvem interesses que vão desde particulares e, às vezes até mesmo do próprio Poder Executivo, o qual necessitando aprovar determinada matéria do interesse de seu governo as utiliza como uma barganha na aprovação desses projetos. Estamos supondo que tratar da visibilidade dos descendentes de escravizados africanos na mídia brasileira ultrapassa os interesses do público para se inserir em interesses estritamente particulares.

Se por um lado o próprio Estado também as utiliza como barganha, da mesma forma se valem os concessionários desses serviços que, não oficialmente, trocam favores com os congressistas, dando-lhes maior visibilidade em seus veículos, proporcional ao apoio que recebem destes, sobretudo dos grandes partidos conservadores, que em razão de seu pouco ou nenhum apelo popular, precisarão aparecer toda vez que possível for nestes meios, sempre com vistas às suas futuras eleições ou de seus correligionários. Afinal, aparecer de forma constante e positiva na mídia é uma forma indireta de se manter visível, que significa prestígio, diretamente ligado ao poder e suas derivações.

Desta forma escolhem os parlamentares que terão maior ou menor espaço em seus veículos regional ou nacionalmente. Tanto é verdade, que alguns deputados são colocados no ostracismo por esses meios, sobretudo aqueles de legendas regionais e de pouca expressão nacional. Agem do mesmo modo com que fazem com a população afro-brasileira, e portanto, os deputados desses pequenos partidos só aparecem na grande mídia de forma negativa, em geral quando estão supostamente envolvidos em escândalos. Aí sim, suas imagens passam a ter dimensão nacional, obviamente sem os mesmos espaços, programação e horários para que possam se defender ou mesmo prestar esclarecimentos a seus eleitores e à população em geral proporcionalmente à exposição, em alguns casos descontextualizada da notícia veiculada.

Assim, transforma-se igualmente numa evidente exclusão seletiva, nos moldes da análise que fazemos da população objeto deste trabalho. Os parlamentares dos pequenos partidos aparecerão na mídia desde que isso lhes acarrete o ônus do desprestígio, jamais para enaltecê-los, tal qual fazem com aqueles que os apóiam e são ao mesmo tempo apoiados por esses meios; alguns deixam de ser meios de comunicação de massa para se

transformar intencionalmente em meios de manipulação de massa. Neste cenário, votar nominalmente contra a renovação de uma concessão de rádio e televisão que perde o caráter da legal temporalidade, em razão da enorme pressão que esses meios coletivamente exercem contra aqueles que ousam desafiar o seu poder de convencimento da opinião pública, faz com que estes se unam, não raras vezes, para intimidar ou fazê-los desistir de desafiar os por conta de possíveis prejuízos que através de ações supostamente cartelizadas poderão impor a seus oponentes toda vez que seus interesses particulares forem ameaçados.

Vale dizer por extensão que os interesses aqui são os interesses das elites, da classe dominante. Desta forma, as concessões passam a assumir o caráter da vitaliciedade que se impõem, supostamente em razão das relações inapropriadas entre alguns parlamentares e concessionários. Segundo nos parece, tal ato poderá representar um grande risco ao parlamentar, uma vez que está se desviando de suas funções legalmente asseguradas ao permitir que o bem público possa se transformar num incomensurável prejuízo para a sociedade, que perde a sua autonomia de decidir a destinação do bem, segundo seus interesses, para se submeter a uma gestão viciada que não expressa a pluralidade da brasilidade de nosso povo. Assim, as concessões de rádios e televisão no Brasil muito se assemelham a um monopólio em razão de estarem concentradas nas mãos de alguns poucos poderosos da indústria do setor de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A prática de monopólio é constitucionalmente vedada, segundo disciplina a Constituição Federal em seu artigo 220 parágrafo 5 que textualmente diz "*os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio*".

Em outros termos, isto significa uma violência à democracia, pois na prática subtrai da população brasileira a sua soberania. Em hipótese alguma se poderá admitir supostos desvios de condutas daqueles a quem foram conferidos legítimos direitos de representá-la integralmente em sua dignidade - nunca no interesses de particulares.

A análise de nossa pesquisa se limita ao Estado de São Paulo, contudo visando facilitar a compreensão do leitor, bem como para consubstanciar os argumentos acima apresentados faremos uma pequena abordagem deste caso, a fim de demonstrarmos que a invisibilidade da população negra no Brasil extrapola o caráter regional para se inserir em uma propositada invisibilidade nacional.

As Organizações Globo, com a inquestionável penetração de suas emissoras de rádio e televisão Brasil afora, ainda que não oficial, mas indiretamente, diante da grande concentração de seu complexo midiático formado por jornais, revistas, rádios e televisões,

representam um respeitável poder de pressão e influência na vida nacional, a ponto de merecer um vídeo de sua congênere inglesa British Broadcast Corporation, que produziu um documentário de nome "*Beyond Citizen Kane*"⁶⁹, cuja exibição fora proibida no Brasil por conta de decisão judicial favorável às Organizações Globo, mas que se encontra disponível na Internet, no endereço eletrônico <http://video.google.com/videoplay?docid>. O documentário aborda, entre outros assuntos, a edição visível e intencionalmente distorcida do debate realizado em suas dependências por ocasião da disputa à presidência da República em 1989 pelos então candidatos Luís Ignácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello, em razão de o primeiro, na condição de operário, mestiço e nordestino liderar as pesquisas de opinião com larga vantagem na intenção de votos. Provavelmente em razão dele não pertencer ao grupo que desde sempre governou o Brasil e todas as suas fontes de riquezas - brancos descendentes de europeus - era preciso eliminar o possível perigo que rondava os interesses das elites brasileiras.

O mesmo remédio aplicado com eficiência anteriormente a Lula, seria agora destinado à Benedita da Silva, mulher negra, ex-favelada, que ousava desafiar as elites e ocupar seu lugar na prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, a segunda maior cidade do país e, possivelmente onde reside a elite mais conservadora.

Benedita da Silva, segundo o Instituto de Pesquisa Datafolha de São Paulo na época, liderava com folga as intenções de votos contra o candidato das elites César Maia, numa proporção de 25 votos contra 14 de seu principal oponente. O cenário era de uma vitória eminente de Silva, que representaria uma vitória do Movimento Negro, das mulheres negras, de parte do Movimento Feminista, de correntes progressistas, seria enfim uma vitória dos mais pobres e negros da sociedade brasileira. Mas poderia acarretar outros desdobramentos futuros, comprometendo o controle das elites por todas as fontes de riquezas, conforme ensina o professor Charles Moore, em sua obra *Racismo e Sociedade*:

(...) a subestimação e trivialização do racismo procedem de uma necessidade puramente ideológica. Em primeiro lugar, trata-se de legitimar e consolidar a posição do segmento racial dominante, mediante discursos e práticas conscientemente orientadas para a manutenção de um status quo. (...) mas a trivialização do racismo também procede do intento do segmento dominante de deslegitimar as crescentes lutas reivindicatórias das populações alvo do racismo.⁷⁰

⁶⁹ Em tradução literal livre: "Além do Cidadão Kane".

⁷⁰ MOORE, Charles. **Racismo e Sociedade**. Maza Edições: Belo Horizonte, 2007, p.29.

No caso em análise, parece não existirem dúvidas quanto às ações da classe racialmente dominante que por meio de seu braço político, os meios de comunicação de massa, conforme aponta Moore, se antecipa a eventuais mudanças que possam lhes acarretar supostos prejuízos, para tanto se unem com vistas à manutenção e proteção de seu secular *status quo*.

Assim, repentinamente tem início saques a supermercados, incrivelmente, conforme observou à época (1992) o jornalista Jânio de Freitas do *Jornal Folha de São Paulo*, gerando uma intranquilidade generalizada na cidade, sobretudo à burguesia menor, que aliada às elites tratou de espalhar o pânico sobre possíveis desdobramentos, caso uma negra ex-favelada fosse eleita prefeita da cidade do Rio de Janeiro.

Quando César Maia era secretário da Fazenda do primeiro governo Brizola no Rio, com desempenho brilhante, começou uma série de saques a supermercados, todos na mesma região suburbana. O jornal e a TV globalmente inimigos de Brizola acusaram seu governo - ineficiente, populista e agravador dos males. Já instalada a inquietação generalizada, a polícia afinal conseguiu prender o organizador de um saque. Era sargento da Vila Militar. Brizola guardou o segredo. Exceto para os comandos militares da época, informados de que a prisão do sargento permitiria um escândalo internacional.

Não houve mais saque, nem um. Depois começou a série de arrastões de delinquentes nas praias. Desde o primeiro, em Copacabana, uma multidão de atacantes surgida em segundos na areia, por coincidência lá estavam câmeras registrando vídeos. A coincidência não perdia um só arrastão. Sempre para a exibição fantástica na noite de domingo. Mais recados, para novos destinatários, e não houve mais arrastões nem coincidências televisivas.

Benedita da Silva, que liderava as pesquisas de intenção de votos com larga margem, após estes "incidentes", perdeu a eleição certamente não para o seu oponente, mas possivelmente para a Rede Globo de Televisão e principalmente pelo silêncio das outras emissoras de rádio e televisão, das revistas e jornais que não ousaram denunciar a suposta farsa, pois numa incrível coincidência somente a emissora interessada recebia a privilegiada informação dos delinquentes acerca da ocorrência dos saques e arrastões, sem contudo, supostamente, informar às autoridades policiais antes da ocorrência dos fatos, possivelmente em razão do disposto na Constituição Federal, em seu artigo 5, inciso XIV, que garante o direito ao anonimato, como resguardo ao sigilo de informação das fontes, que no caso em análise, revestia-se de incontroverso manifesto interesse político de atores sociais supostamente suportados pela classe hegemônica, que ao optar por uma estética

política muito distinta da diversidade do povo brasileiro, colocou em risco a recém-liberdade conquistada tão arduamente após longos anos de enfrentamento das classes operárias, estudantes e intelectuais, que resultou no fim de um regime político autoritário.

Estamos supondo que a soberana opção da sociedade não deveria ser colocada em risco por conta de interesses menores e particulares de grupos econômicos ou indivíduos.

O suposto sigilo da fonte neste caso, se existiu, fora evocado certamente com o intuito não de protegê-la, mas às constantes coincidências televisivas que mais serviram para prejudicar a sociedade em sua soberania e dignidade, uma afronta aos princípios exarados na Constituição na construção de uma sociedade justa, livre e igualitária. Uma violência aos auspícios do Estado democrático de direito que mais se aproxima de um profundo desrespeito à Lei, que se traduz por uma indelével desconsideração com os Poderes Públicos em toda sua extensão, um insofismável deboche dos mais pobres, uma inadmissível violência à democracia.

O fato relatado foi uma inequívoca demonstração de que as elites brasileiras não desejam suportar o ônus de que trata o artigo 5º da Constituição, segundo o qual somos todos iguais perante a Lei. Desde que esta igualdade se revista de deveres apenas para os mais pobres e negros e jamais se materialize na igualdade de seus privilégios, os quais como já dissemos antes, os recepcionam não como privilégios, mas como seus legítimos e exclusivos direitos.

Vale ilustrar ainda que o artigo 220 da CF, parágrafo 2º ao vedar toda e qualquer forma de censura aos meios de comunicação, sejam elas de natureza política, ideológica, ou artística, o faz com vistas a permitir-lhes o livre exercício da manifestação do pensamento, contudo não lhes confere ou autoriza o direito de exercerem e tampouco se transformarem em censores da sociedade, pois nunca é demais repetir: ela é livre e soberana em sua integral dignidade.

A ousadia de uma mulher negra e ex-favelada na pretensão de ocupar um lugar supostamente destinado às elites precisava ser contraposta de forma exemplar, de tal sorte que outros de sua categoria não se atrevessem a repetir-lhe o feito. Era preciso que a classe dominante, conforme leciona Roland Barthes, lhe impusesse a imagem de humilhação do vencido, a qual consiste em impor-lhe uma força imobilizadora, colocando-o na condição de suplicante, indefeso e dominado, de forma a compreender o signo da derrota. O opressor impõe ao oprimido uma violência justa segundo os seus valores de justiça. Violar as suas regras, em geral, resulta em uma marginalização. Ao vencido é atribuído o

demérito em oposição à meritocracia, que por sua vez é atribuída às ações dos vencedores. É preciso que todos compreendam naturalmente as razões de seu sofrimento, de sua marginalização, justos, segundo a sua condição na sociedade, jamais pelas ações voluntárias e excludentes de seus opressores que mais se assumem como prestidigitadores, pois que suas vítimas irão conferir-lhes legitimidade e legalidade nas violações de seus direitos, pois no imaginário coletivo, não há qualquer deslealdade no tratamento humilhante que lhes destinam as elites, recepcionam-nos como absolutamente justos. Ainda segundo Barthes, a violência empregada pelas elites repousa exatamente na falta de compreensão do grupo ou dos indivíduos marginalizados, que destituídos de uma necessária energia e organização para se contraporem eficazmente aos seus opressores, se comportam como se merecessem recebê-la. A classe dominante por sua vez, se insere sob a ótica de uma justiça utilitarista, se vale das leis que ela mesma erigiu, segundo seus interesses e sem uma efetiva participação ou consentimento da maioria. Assim, adverte Roland Barthes:

(...) refugia-se nas leis quando pensa que essa lhe é propícia, a trai quando lhe convém, tão depressa nega o limite formal do ringue e continua a bater no adversário protegido pelas cordas e ao restabelecer esses limites, reclama do que, instantes antes não respeitava⁷¹.

Em outros termos, a lei destina-se a ser cumprida pelos mais vulneráveis, em oposição à justiça que, a rigor, deve ser exercida pelos mais poderosos. Estes, em razão de sua estratificação social, não admitem uma inversão na condução dos valores erigidos por eles como os mais adequadamente justos ao conjunto da sociedade, desde que mantidos os signos que lhes conferem o *status quo* de legítimos gestores de todas as fontes de recursos e principalmente da justiça, que assume o signo de um poder absoluto e exclusivo das elites.

Não por acaso afirma Barthes que "*a justiça é uma transgressão*", na medida em que constrói signos e arquétipos, e em certa medida se apropria da real identidade daqueles que dela mais necessitam, para se inserir na lógica, não da efetivação dos direitos dos mais necessitados, mas na exclusão destes.

No caso da ex-governadora Benedita da Silva, os arrastões e saques a supermercados filmados pela Rede Globo de Televisão, anterior ao pleito para prefeito da cidade do Rio de Janeiro, a emissora de televisão em razão da garantia constitucional

⁷¹ BARTHES, Roland. **Mitologias**. Editora Difel: São Paulo, 1980.

jamais revelou sua fonte. Findo o pleito eleitoral e proclamado vencedor o candidato "veladamente" apoiado pela Rede Globo e explicitamente apoiado pelas elites cariocas, não mais se teve notícias ou coincidências de cinegrafistas e repórteres da emissora estarem, por deter informações privilegiadas, exatamente em local e horário do cometimento de algum delito supostamente criminoso, que poderia colocar em risco a vida de pessoas inocentes, além de ser extremamente prejudicial à sociedade.

Contudo, estes lamentáveis fatos que fazem parte da História do Brasil contemporâneo, servem para aprofundarmos o debate e erigirmos uma reflexão a respeito da invisibilidade dos descendentes de escravizados africanos dos meios de comunicação de massa no Brasil.

Supomos que justiça seja algo que implica no reconhecimento e na efetiva aplicação de signos. Estes, por sua vez, acarretam na aplicação de direitos, os quais as elites brasileiras não desejam destinar à população formada pelos descendentes de escravos africanos. Desta forma, estes indivíduos têm na sua iconografia um desvalor atribuído mais à sua resistência do que à imposição da classe dominante, que se reveste ora de seu tutor ou seu juiz, ainda que este não lhe tenha, livremente, declinado tais atribuições.

A ideologia do racismo à moda brasileira tem na mídia o canal para a construção das transconfigurações de funções que se destinam a alocar e socializar os papéis que poderão ou não ser desempenhados por negros. É provável que a coragem de Benedita da Silva, ao candidatar-se à Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, antes do que para as elites brasileiras foi silenciosamente classificado como ousadia, poderá ser traduzido como a resistência de um povo às transconfigurações e destinações de papéis à população afro-brasileira. Esta parece estar mais obstinada em ocupar lugares nas universidades públicas, que poderá de fato destinar-lhes melhores oportunidades na sociedade (nunca é demais repetir: na qual trabalha e colabora para o seu desenvolvimento), sua opção política é o acesso à educação pública de qualidade, através de uma luta inteligente, vigorosa e sem violência.

Por último estamos supondo que, segundo nos conta Roland Barthes, os supostos saques e arrastões de "populares", um fato localizado que poderia ter-se limitado à sua regionalidade, foi intencionalmente veiculado em rede nacional pela emissora carioca de televisão, seguida por suas congêneres Brasil afora, que direcionado aos demais eleitores do país, tinha o nítido propósito de transformar uma disputa regional e local em uma reprimenda de caráter nacional. Assim, se por um lado sinalizava para a sociedade brasileira o risco a que ela se sujeitaria, caso optasse por exercer livremente a sua soberania

elegendo para o executivo pessoas que não tinham o seu indispensável aval e colocariam em risco as "sólidas instituições democráticas", as quais sempre souberam preservar muito bem, por outro lado, também conforme diz Roland Barthes, precisavam impor o signo da derrota, o qual extrapola o sentido de uma disputa justa, para se inserir em uma indelével humilhação, que no caso em análise, não é endereçada exclusivamente à mulher negra e ex-favelada que ousou desafiá-los em "seus desígnios", mas igualmente destinada também à candidata que na condição de líder precisa ser ao mesmo tempo ridicularizada, e por uma suposta transferência ridiculariza também os seus eleitores, bem como o grupo do qual ela se origina e recebeu explícito apoio, qual seja, os descendentes de escravizados africanos.

O fazem através de uma ação nitidamente racializada e com endereço e destinatário certos, calcados em uma visão expansionista européia, onde o bem-estar deve ser exclusivo do grupo dominante e a miséria, por sua vez, deve ser socializada para os demais. Desta forma, subliminarmente submetem ao outro a mensagem de quem detém o controle de todas as fontes de recursos ou seja, o poder, a qual poderia ser interpretada desta forma: Negros, não ousem jamais desejar o que por direito nos pertence, ou ainda ganhar sentido no antigo provérbio mineiro, "*aos amigos se faz justiça; aos adversários aplica-se o rigor da lei*".

Findo o pleito eleitoral, com o candidato apoiado pelas elites eleito prefeito, se findam imediatamente os saques e arrastões e as coincidências televisivas. A cidade do Rio de Janeiro retoma a sua natural paz, as elites em Copacabana e os pobres no Morro do Chapéu Mangueira. Agora sem a menor possibilidade de "risco" às sólidas instituições democráticas, obviamente segundo a concepção de solidez democrática do grupo hegemônico. Mais que o risco das instituições, está o signo da derrota, que não admitem conhecer, senão apenas para impor àqueles que elas julgam inferiores, sem alma e que não fazem parte de seu grupo, pois em política "*só há uma vergonha: perder*"⁷².

Perder, para as elites brasileiras, tem o sentido de capitular diante daqueles que julgam inábeis para o livre exercício de sua plena cidadania e que, portanto, precisam ser por elas tutelados. Mais do que isso, teriam que reconhecer em seus adversários o mérito da vitória, em oposição ao signo da derrota que elas se negam a recepcionar, não sendo de sua natureza, pois que supostamente são seres humanos "superiores": inexorável

⁷² LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Editora Alfa-Omega: São Paulo, 1975, p.39.

contradição com a espécie humana, pois que vitórias e derrotas são parte de sua dignidade e natureza.

Silva, no entanto, não teve a mesma sorte que o ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel de Moura Brizola, que através de uma decisão histórica, proferida pelo juiz de Direito da 18ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, ordenou que a Rede Globo de Televisão lesse na edição do Jornal Nacional do dia 15 de Março de 1994, o direito de resposta do ex-governador. Este, ofendido em sua honra, teve no Poder Judiciário o locus para impor às elites brasileiras, em rede nacional, o mesmo signo da derrota que elas sabem impor com extremado rigor a todos aqueles que ousam desafiar os seus supostos desígnios. Curvaram-se as elites finalmente face à Lei, cuja norma assegura tratamento igual a todos os brasileiros e que na prática cotidiana, em geral lhes assegura privilégios. Desta feita o Direito negou-lhes a lógica de uma vantagem anunciada para submeter-lhes o remédio que é destinado a todos: a lei. Brizola pôde enfim ter o direito de responder ao seu detrator à altura de suas ofensas e insinuações, bastante parecidas com as ofensas que este mesmo grupo empresarial de comunicação social destinara a então candidata Benedita da Silva.

A população do Estado do Rio de Janeiro no entanto, decidiu prestar-lhe solidariedade e fazer-lhe justiça de outra forma - através de sua autodeterminação e inquestionável soberania: as urnas. Anos depois, revigorada, Silva concluiu seu mandato de senadora, elegeu-se vice-governadora na chapa de Anthony Garotinho, assumindo a administração do Estado fluminense após a renúncia do governador, que concorreu ao pleito de presidente da República.

O episódio da governadora Benedita da Silva ultrapassou as fronteiras do Brasil para servir de mau exemplo aos portugueses, com os quais outrora aprendemos sofisticadas técnicas de subtração de direitos calcadas num projeto de engenharia português de exclusão; sofremos as suas indesejáveis consequências até os dias atuais.

Treze anos após a ocorrência da lamentável violência midiática a que fora submetida a ex-governadora Benedita da Silva, fato muito semelhante, envolvendo uma emissora de televisão local, numa clara associação de aprendizagem aos fatos relatados, ocorreu na praia de Carcavelos, Cascais, em Portugal, conforme nos relata a professora e jornalista Sylvia Moretzsohn, sob o título "*o fato que nunca existiu*"⁷³:

⁷³ MORETZSOHN, Sylvia. In **Jornalismo em Portugal**, Monitor da Imprensa, São Paulo, publicado em 04/07/2005

Era uma vez um arrastão evoca no título as fantasiosas histórias da carochinha, que entretanto se revelam profundamente cruéis em seus desdobramentos reais. É o que demonstra o roteiro, ao passar em revista "um crime que nunca existiu, a atitude dos media perante uma história explosiva e as conseqüências políticas e sociais de uma notícia falsa" À exceção das reações xenófobas, incabíveis num país que não se defronta com a questão dos imigrantes ilegais e mantém seu horizonte de rejeição social nos limites de um racismo raramente explícito, o vídeo poderia perfeitamente estar falando do Brasil. Por isso é especialmente relevante como exemplo: pelo empenho militante de quem percebe a urgência de apontar e contrariar a manipulação da informação que alimenta campanhas de exclusão social e pela demonstração de que a falta de recursos não impede a realização de um trabalho de alta competência. Realizado em oito dias, no rescaldo dos acontecimentos, o vídeo envolveu 12 pessoas e foi feito com gravações de telejornais em VHS, uma câmera amadora, mini-DV, som e tripé alugados por três dias e montagem em computador. Só a pós-produção do áudio foi profissional. Disponível na rede, é um documento muito esclarecedor para o público em geral, embora seja de especial relevância para a formação dos estudantes de Jornalismo e para debates acadêmicos na área da comunicação social.

O filme começa com a imagem suave de uma praia tranqüila, pontuada pelo fundo musical de um batuque africano. De repente, o impacto dos telejornais em seqüência: RTP, SIC, TVI, os três canais abertos de Portugal a noticiar o arrastão promovido por "cerca de 500" jovens negros e a transmitir cenas de correria e pânico na praia. No dia seguinte, os jornais impressos corroboram a versão, políticos e articulistas apelam por mais segurança, alertam para o "perigo" dos imigrantes, fazem alarde em torno dos "bairros problemáticos". Ao fim de uma semana, o desfecho apoteótico: a grande manifestação em Lisboa, de cunho indisfarçavelmente racista, com faixas associando os imigrantes à criminalidade e saudações nazistas acompanhando os gritos em defesa da pátria.

Em paralelo, o recuo dos jornais: recortes mostram informações de que os "incidentes em Carcavelos só deram origem a uma queixa", a manchete anunciando "a verdadeira história de um arrastão que nunca existiu", um artigo sobre as "notícias que são pura ficção"; a seguir, trecho de documento da polícia afirmando que "só 30 ou 40 praticaram ilícitos" e que "muitos jovens que apareceram em imagens televisivas e fotográficas não eram assaltantes", "fugiam com seus próprios haveres".

E a declaração do alto comissário para a Imigração e Minorias Étnicas a um jornal: "Segundo as últimas informações, não houve qualquer arrastão. O dia coincidiu com o final das aulas e verificou-se um aumento anormal do número de jovens de raça negra no areal. Gerou-se o pânico e a confusão. Um grupo de jovens brancos também provocou desacatos no Porto. O problema não é a cor da pele, mas de exclusão social"

Um deputado municipal negro do PSD faz discurso de protesto na Câmara de Lisboa, particularmente indignado com "a falta de

sensibilidade social e a facilidade com que até políticos com responsabilidades podem cair na demagogia e no aproveitamento político da instrumentalização mediática das questões de segurança e violência urbana decorrentes da maior exclusão social". Entrevistado, o deputado conclui: "Esse caso do chamado arrastão que nunca existiu era um pretexto para se realizar a manifestação da extrema-direita".

Depois de ironizar a extraordinária dimensão do número de supostos delinquentes – pois nem o Brasil seria capaz de tal façanha –, a presidente da Casa do Brasil, Heliana Bibas, recorda as estranhas coincidências que marcaram o primeiro grande arrastão no Rio de Janeiro, em 1992, filmado pela TV Globo, na reta final da campanha em que a "negra, mulher e favelada" candidata do PT, Benedita da Silva, disputava o governo do estado.

Não restam dúvidas no extrato do texto acima que o Brasil, através de suas elites, exportou para Portugal, com quem outrora aprendemos num outro contexto histórico a desrespeitar os direitos humanos, modernas práticas de exclusão social. Temos uma igualdade simétrica, onde os destinatários em Portugal são, como no Brasil, igualmente negros. E ainda por uma enorme coincidência, veiculados também por grande redes de televisão.

Não nos parece tratar-se de uma coincidência fantástica, senão de transferência voluntária de "perversos saberes", cujas fontes ou patrocinadores estarão possivelmente agasalhados sob o manto da Constituição.

Coronelismo é definido por Victor Nunes Leal, em sua obra referência, *Coronelismo, Enxada e Voto*, "é antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa".⁷⁴

A definição acima nos parece ser muito próxima do que ocorre no Brasil quando observamos as concessões públicas de rádio e televisão em mãos de pouco mais de dez grupos ou famílias, pois há uma inequívoca apropriação da coisa pública pelo poder não constituído, que na prática age como se tivesse legalmente investido para seu exercício, possivelmente conforme adverte o autor, em razão de sua extensa representatividade política, enquanto que a inexistência desta representatividade possivelmente seja a razão pela qual nenhuns desses meios estejam em mãos de famílias ou familiares de descendentes de escravizados africanos. Importante ressaltar que a concessão a que teve

⁷⁴ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Editora Alfa-Omega: São Paulo, 1975, p.20.

direito o empresário negro, cantor e apresentador José de Paula Neto, o Netinho, está muito longe dos grupos aos quais nos referimos e que serão objeto de nossa análise.

Tais grupos controlam os principais veículos de comunicação de massa do país, recebem forte apoio de recursos públicos, cujo negócio baseia-se na afiliação destas redes. Grupos regionais se associam a outros grupos majoritários cuja transmissão tem penetração nacional, assim se formam as grandes redes de rádio e televisão no Brasil. Trata-se de um grande negócio para quem recebe a outorga do Estado quase sem nenhum custo, a exploração de um serviço público por um longo período, posto que é altamente lucrativo. O Estado, concessor deste direito, deveria exigir dos concessionários a promoção de uma efetiva inclusão social.

Segundo o estudo realizado pelo jornalista Daniel Hertz⁷⁵, que foi professor do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, os dez maiores grupos de mídia no Brasil com abrangência nacional são, respectivamente, o grupo Abril ligado à MTV, com 74 veículos; a Globo ligado às Organizações Globo, com 69; Band ligado à Bandeirantes, com 47; Gov.BR ligado à EBC, com 46 veículos, a IURD ligada à Record, com 27; Associados ligados ao SBT, com 19 veículos; o grupo SISAC ligado à Novo Tempo, com 14; o grupo Renascer ligado à EBC, com 11 veículos; SBC ligado ao SBT, com 10; a LBV ligado à Aleluia FM, com 10 veículos; Assembléia de Deus ligado à Rede TV, com 10; FJPII ligado à Canção Nova, com 10 veículos.

No total são 41 grupos de abrangência nacional, que controlam 541 veículos em todo o território nacional.

Segundo o professor Venício A. de Lima, da Universidade de Brasília, os coronéis da mídia, que ele chama de "*coronelismo eletrônico*"⁷⁶, são mantidos em boa parte com a publicidade oficial, ou seja, com dinheiro público. Articulam-se com as grandes redes de rádio e televisão dando origem a um novo tipo de poder, não mais coercitivo como aquele originalmente narrado por Nunes Leal. Já não é mais a posse da terra que forma o elo entre o coronel e seu "rebanho", mas sim as redes de rádio e televisão que agora não se limitam ao ambiente rural, e se inserem e influenciam sobretudo os eleitores de novos "rebanhos", agora no setor urbano. Ainda segundo Lima, o coronelismo midiático busca o estabelecimento de um consenso político entre as várias correntes políticas e segundo os seus espaços no município, no estado ou em âmbito nacional. Facilitam, contudo não

⁷⁵ O estudo encontra-se disponível no endereço eletrônico www.donosdamidia.com.br.

⁷⁶ LIMA, Venício; LOPES, Cristiano Aguiar. **Rádios Comunitárias, Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004)**. Projor. Observatório da Imprensa: São Paulo, Junho, 2007.

garantem a eleição ou reeleição de políticos nas várias esferas do poder. Permitem que o coronelismo midiático se assemelhe a um sistema, a que o professor Hélio Santos chamou em sua obra "*A busca de um caminho para o Brasil - a trilha de um círculo vicioso*"⁷⁷, que não permite a entrada de novos atores; vale dizer da população descendente de escravizados africanos, que em razão dos interesses políticos e econômicos que estão por trás das concessões de rádio e televisão, prefere tê-la à margem desse processo, pois do contrário, poderiam despertá-la para o amplo leque de direitos que lhe são subtraídos em razão da deliberada invisibilidade que estes meios lhe impõem.

O termo coronelismo é muito atual, pois que o controle dos meios de comunicação de massa se dá através do apadrinhamento, do filhotismo, do compadrio, sempre por influência do coronel, que travestido de deputado ou senador, age como tal, através da afiliação das pequenas emissoras regionais às grandes redes de rádio e televisão nacional que se unem, de um lado para garantir a eleição ou a reeleição de seu padrinho, de outro para recepcionar polpudas verbas publicitárias que serão facilitadas pelo beneficiário do serviço prestado a seu favor, contudo sem o aval, consentimento ou anuência de quem de fato outorga o direito de exploração dos serviços de radiodifusão e de sons e imagens: o povo que assiste a violação de sua soberania não por sua inércia, mas pelo silêncio daqueles que em seu nome deveriam juridicamente resguardá-la.

O coronel faz as vezes também de um censor, pois que hostiliza e cerceia a liberdade de expressão de seus adversários políticos, enquanto que se autopromove, conforme Lima, "*fator importante na construção da opinião pública, cujo apoio é disputado, tanto no plano estadual como no federal*"⁷⁸. O voto deixa de consistir em sua essência, que é a decisão íntima de cada indivíduo no exercício de sua soberania para se transformar em moeda de troca daqueles que de posse de um bem público, o utilizam na consecução de seus interesses particulares e de seus correligionários.

Como se pode observar, a concessão de rádio e televisão no Brasil é um negócio apenas para as elites. A população descendente de escravizados africanos obviamente excluída deste e de outros benefícios, fica à margem de tudo e de todos, não tendo sequer voz ou imagem para expressar até mesmo sua religiosidade, em oposição a outras religiões que receberam várias concessões. Mais adiante, trataremos deste assunto sobre a ocultação midiática das religiões de matrizes africanas e a laicidade do Estado brasileiro.

⁷⁷ SANTOS, Helio. **A busca de um caminho para o Brasil, a trilha de um círculo vicioso**. Editora Senac: São Paulo, 2002.

⁷⁸ Idem. LIMA, Venício A.; LOPES, Cristiano Aguiar.

O controle dos meios de comunicação de massa, é na verdade um braço político do racismo estruturado em nossa sociedade. Como bem observou Moore linhas acima, trata-se do controle de todas as fontes de recursos que permitem mobilidade ou desenvolvimento ao grupo em estado de vulnerabilidade. Destarte, a rigor, não por acaso fica nas mãos de seus algozes, que têm extensa representação política em todas as esferas do poder, suficiente para sustentá-la.

Suspeitamos existir no Brasil uma recíproca troca de favores entre Estado e concessionários de rádio e televisão, pois que se assentam várias oligarquias país afora, mas com explícita concentração nos Estados do Nordeste, onde há uma predominância das famílias de políticos de expressão nacional, que coincidentemente são igualmente donas de emissoras de rádio e televisão, e as vezes até mesmo de redes destes veículos, como é o caso dos Sarneys no Maranhão; os Jereissatis no Ceará; os Barbalhos, no Pará; os Collor de Mello nas Alagoas, os Francos no Sergipe; os Magalhães na Bahia, dentre muitos outros.

Os novos coronéis da mídia urbana gozam de muito prestígio e poder. Daí a sua influência nas outorgas desses veículos. Transitam por quase todos os partidos políticos e se unem no exato momento de obter e proteger os seus interesses. Imaginamos não existir por parte do Estado nenhum interesse em eliminar este intermediário, que de fato não aparece explicitamente em todos os lugares, mas sim nos gabinetes do executivo, na condição de parlamentar. Que portanto disporá de seu voto, muitas vezes não segundo a sua consciência, mas segundo os interesses de seus apadrinhados, que são por extensão também seus. Assim, quem hoje está no poder, não está isento de no futuro se ver necessitado do coronel das mídias.

Fica evidente que a invisibilidade da população afro-brasileira, por um lado é fruto do descumprimento de preceitos constitucionais; o princípio da igualdade fica prejudicado em face das constantes violações de seus direitos. Por outro lado, constatamos também a falta de sua representatividade política em todas as esferas de poder, o que não lhe permite se contrapor à altura das injustiças a que deliberadamente a submetem.

Em outros termos, esta população precisa "coronelizar-se" urgentemente. Não para praticar as mesmas inaceitáveis violações da Constituição, senão para fazer respeitá-la e principalmente para proteger o seu maior bem, a sua dignidade enquanto ser humano sujeito de direito. Com o termo coronelizar-se não estamos criando nenhum neologismo, mas buscando para ele um sentido, visando dar-lhe o mesmo sentido de democracia que assume na prática para os outros segmentos da sociedade. Assim, estar representado nas

várias esferas do poder pode significar que seus representantes atuem de forma tal que o direito de seus representados não seja violado, mas protegido, para que a mesma eficácia seja aplicada aos excluídos, a exemplo do que ocorre quando o destinatário são as elites brasileiras. Desta maneira, coronelizar-se para os descendentes de escravizados africanos poderá também ter o sentido de apoderar-se daquilo que lhes pertence por direito e que os seus algozes indevidamente utilizam em seu nome, sob a alegação de uma suposta apatia ou um suposto desinteresse de sua parte. Antes, trata-se seguramente de uma desinformação do cognitivo de representatividade e a implicação disto na sua ausência nas diferentes instâncias do poder, que se reflete como prejuízo ao pleno exercício de sua cidadania, não se encontrando alicerçada de plenos direitos e autonomia.

A inexistência de autonomia da população objeto deste trabalho, nos remete a falta de seu consentimento. A sua sub-representatividade política é antes fruto da ganância expansionista européia do passado; no presente, no Brasil, os descendentes de europeus dela se utilizam como seus antepassados sempre o fizeram. Desta forma, resulta a imposição de uma injusta censura à população descendente de escravizados africanos, que com sua bela estética compõe, em grande parte, a fisionomia do povo brasileiro. Ainda assim é preterida no mercado de trabalho formal na iniciativa privada, que a rigor, lhe afasta das fontes de recursos que poderiam propiciar subsídios à sua autonomia, tão necessária à sua cidadania.

Em face deste tratamento deliberado e viciado que grande parte dos meios de comunicação de massa destinam à população descendente de escravizados africanos no Brasil, nos parece oportuno trazer para este estudo uma reflexão sobre o princípio da igualdade de que trata a Constituição Federal.

As Concessões de Rádio e TV e a Invisibilidade das Religiões de Matrizes Africanas

As Contradições das Produções Independentes em um Estado Laico

As emissoras de rádio e televisão no Brasil não se responsabilizam quando a veiculação de programas em suas grades forem produzidas por produtores independentes. Uma clara violação ao estabelecido no contrato de concessões, visto que o Estado, ao conceder o direito de exploração por um período de dez anos para as emissoras de rádio e quinze anos para as emissoras de televisão, o faz diretamente àqueles que anteriormente atenderam às exigências governamentais, qualificando-se para em nome do Estado, vale

dizer em nome do público, ou seja de todos os grupos sociais que compõem a sociedade, explorarem estes serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, obviamente ficando vedada a transferência da outorga, concessão ou permissão da exploração destes serviços a terceiros, conforme disciplinado na norma.

A suposta isenção de responsabilidade, de plano, estamos supondo não existir, uma vez que o terceiro que se auto-intitula produtor independente, não é parte legítima do contrato de concessão para exploração dos serviços de rádio e televisão, objeto do contrato estabelecido principalmente entre a União e particulares, os chamados concessionários do serviço público, que nesta condição estão impedidos de transferirem o que não lhes pertence.

Dúvidas não deixa o artigo 223 da Constituição Federal ao estatuir que " *competete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.*"⁷⁹. Assim, estamos observando que quaisquer cessões ou transferências de direitos das outorgas, permissões e autorizações que não se originam do Poder Executivo são, do ponto de vista do atual ordenamento jurídico nacional, ilegais.

Importa dizer também que o natural e antigo ato de comunicar entre os seres humanos resulta na transmissão de informações, que a semiologia classificou como eficiente transmissão de signos, símbolos e valores, daí o nome empregado - comunicação social, exatamente por permitir que haja uma interação entre um ou mais indivíduos presentes ou distantes quando se faz uso para tal dos meios de comunicação. Por essa razão a Constituição lhe atribui uma função social.

Assim, o artigo 399 do Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos, ao definir a sua natureza, impõe-lhe clara destinação:

(...) o sistema de comunicação social compreende a imprensa, o rádio e a televisão e será regulado por lei, atendendo à sua função social e ao respeito à verdade, à livre circulação e à difusão universal da informação, à compreensão mútua entre os indivíduos e aos fundamentos éticos da sociedade.⁸⁰

⁷⁹ **Constituição da República Federativa do Brasil**. Coleção Saraiva de Legislação, São Paulo, 2008.

⁸⁰ Apud, José Afonso da Silva, *Comentários Contextual à Constituição*, São Paulo, Malheiros, 2007, p.823.

Desta maneira, é preciso também refletir que a indevida e ilegal transferência pelos meios de comunicação de massa para a exploração dos serviços de radiodifusão e de sons e imagens a terceiros, sob o manto da suposta isenção de responsabilidade pelos atos cometidos pelos chamados produtores independentes não se sustenta.

Observamos que por trás de alguns desses produtores se escondem poderosos grupos econômicos muito bem estruturados, que visam não apenas a divulgar as suas produções supostamente de conteúdo livre, inofensivo e independente. Não nos parece ser este o caso, pois que estão sempre carregadas de valores e dogmas, como é o caso das programações veiculadas pelas "novas religiões", as chamadas Igrejas Pentecostais. Não fica isenta desta prática a velha Igreja Católica, também concessionária dos modernos meios de transmissão, que impõe os seus signos e dogmas exatamente por intermédio de concessões públicas feitas por um Estado supostamente laico, que permite que apenas duas ou mais correntes religiosas se apoderem destes meios de comunicação que por serem públicos, a nosso juízo, deveriam expressar exatamente a grande diversidade religiosa existente em nosso país, onde as religiões de matrizes africanas são visivelmente marginalizadas. Isto se dá não porque simplesmente não querem ou não desejam transmitir por estes meios as suas convicções religiosas, a rigor são preteridas por uma razão bastante simples, ou seja, não dispõem de *lobby* político e tampouco de suportes financeiros que lhes permitam empreender tal trabalho. Já dissemos anteriormente que sua hiporepresentatividade política lhe acarreta inúmeros prejuízos, dentre eles a sua invisibilidade, originada não apenas no que Sodré em seu livro título chamou de "*O Monopólio da Fala*"⁸¹, que suspeitamos também se extrapolar ao monopólio da imagem, pois ainda segundo o autor, reside exatamente do que ele chama de "*linguagem domesticada*" onde:

(...) a ideologia da tevê não precisa ser primordialmente explícita (entendendo-se como tal a literalidade das leis, dos regulamentos e os imperativos dos costumes e da moral), porque o tipo de relação humana por ela induzido já é simulador de uma ordem repressiva e castradora.⁸²

É muito provável que residam nesta "*ordem repressiva e castradora*" as razões pelas quais as religiões de matrizes africanas não têm seu acesso franqueado aos meios de comunicação de massa no Brasil, pois que o grupo hegemônico que detém o poder das

⁸¹ SODRÉ, Muniz. **O Monopólio da Fala**. Editora Vozes: Petrópolis, 1977, p.51.

⁸² Idem.

concessões, autorizações e permissões, não deseja que superem as barreiras da comunicação, ou seja que transmitam signos e valores, que decididamente os obrigam a travar uma luta silenciosa com o seu inconsciente que, estando impregnado de africanidades, tentam rejeitar aquilo que a classe dominante tentou por séculos banir dos hábitos culturais da população afro-brasileira, aqui digo afro-brasileira no sentido mais amplo que este adjetivo possa se inserir ou seja, de todas as cores e matizes, de todas as classes sociais que compõem a nossa sociedade. Que após socorrer-se delas às sextas-feiras nos terreiros de Umbanda e Candomblé, onde outrora foram praticadas pelos escravizados e seus descendentes, importante ressaltar, sempre franqueada às demais etnias, hoje não se limitam às periferias das grandes cidades brasileiras, transitam por elegantes bairros e mansões, cujos moradores - como Judas, as negam nas missas e cultos dominicais, para delas se socorrerem novamente na próxima sexta-feira. Um ciclo que, mesmo querendo, dele não é possível se desvencilhar com facilidade, pois é fruto do que não pedimos, mas que – silenciosamente, ao mesmo tempo em que a adquirimos, recebemos, a transmitimos: a cultura de um povo, cujos valores as elites não acatam serem seus. Resignadas descobrem, ainda que não tenham coragem suficiente para externar publicamente, como fazem aqueles que mesmo censurados, prejudicados socialmente e supostamente invisíveis, professam a sua fé nas religiões de matrizes africanas, quando finalmente no seu íntimo, no seu inconsciente, em grande parte, sabem as elites que estes valores também são os seus.

Assim, é preciso afastar as religiões de matrizes africanas que mesmo impedidas de terem os mesmos espaços nas emissoras de rádio e televisão, conseguem resistir aos implacáveis ataques produzidos por seus adversários gratuitos, aos quais jamais atacou e mesmo sem lhes dirigir uma única palavra de ofensa, sofre a mais implacável censura midiática, nunca é demais lembrar, exatamente em um Estado cuja Constituição propugna por sua laicidade.

Um paradoxo sem precedentes, pois parte dessas mesmas elites que delas se socorrem às sextas-feiras, se valem para impedirem que tenham acesso aos meios de comunicação de massa.

Não é difícil imaginar as razões. A Constituição de 1824, portanto 64 anos anterior à formal libertação dos escravizados, em seu artigo 5º estatuiu que *"a Religião Católica Apostólica Romana, continuará a ser a religião do Império. Todas as outras Religiões são permitidas com seu culto doméstico ou particular em casas para isso destinadas, sem*

forma externa de templo"⁸³. Ora, esta condição imposta pela Constituição pretérita de 1824 às "*outras religiões*", já dissemos antes que esta era a forma clássica de resistência que os escravizados utilizavam nas Senzalas para professarem a sua fé nos seus Orixás. Sem a forma exterior de templo, é a imposição da severa censura do Estado, sob a qual há muito tempo se encontravam os escravizados. Assim, sob o mesmo teto se estabelecia uma relação ambivalente entre o sagrado e o profano, onde o primeiro tinha prevalência sobre o segundo, pois que buscavam na cultura de sua fé a força e a resistência para a liberdade.

Se as religiões de matrizes africanas, mesmo afastadas dos meios e das fontes de recursos que se encontram nas mãos das elites, conseguem disseminar as suas religiões e professar a sua fé em grande parte dos lares brasileiros, que formam a base de sua resistência outrora iniciada nas senzalas e, por extensão são os seus múltiplos terreiros domésticos elos de sua atual resistência, não é preciso muito esforço para deduzir que permitir que elas tenham acesso aos meios de comunicação de massa, significaria transformar a sua estrutura supostamente amorfa e desconexa em uma estrutura muito mais sólida do que já possui, ainda que submetida a uma proposital invisibilidade seletiva. Em outros termos, a classe hegemônica não deseja permitir que as religiões de matrizes africanas, através desses meios, oficialmente, se transformem em um mito nacional e assumam o símbolo que saído das senzalas, resiste à forma mais cruel de violência simbólica que lhes destinam, por nós já nominado reiteradas vezes neste trabalho, de invisibilidade seletiva.

Observamos que não se trata apenas do desejo de um grupo. Trata-se muito antes de uma política secular de Estado, onde as perseguições feitas por seu aparato policial, em que pese este mesmo Estado se declarar laico. Jamais cessaram as perseguições, em razão da preferência explícita do Estado pela "*Igreja Católica*", desde a época do Império, como descrito na Constituição de 1824.

Se as perseguem encobertos pelo sofisma da clandestinidade, *status* que elas não têm, imaginar que o Estado irá conceder-lhes o direito de professarem a sua fé com as mesmas poderosas ferramentas que utiliza para neutralizá-las, vez que destruí-las, o tempo tem sido testemunha de que não conseguirão facilmente, significaria para as elites representadas pelo corpo forte do Estado capitular diante de um inimigo que, exatamente por se encontrar na invisibilidade, se torna cada vez mais forte e resistente aos seus ataques e à destruição simbólica que sempre lhe destinaram. Aliás, conforme observou

⁸³ *Constituição de 1824, art.5º*, disponível em www.planalto.gov.br.

Levy-Strauss, sabem que "*a repetição de sequências narrativas, torna manifesta a estrutura do mito*"⁸⁴. Obviamente que não pretendem as elites dar publicidade, visibilidade e tampouco eficácia ou legalidade ao que sempre combateram visando impor aos diferentes a sua cultura de classe dominante, que no caso brasileiro assume um enorme paradoxo, onde a classe dominante é absorvida integralmente pelas várias e extensas formas de culturas dos oprimidos, ou como preferimos chamá-los descendentes de escravizados africanos. Daí a sua inexorável resistência, pois preferindo adotar a cultura eurocêntrica como sua única cultura, vê-se diante de um enigma de extrema complexidade que talvez encontre explicação nas teorias psiquiátricas de Jung, pois deseja o que não tem e tem o que não deseja.

Nos socorremos da teoria jungiana, segundo a qual, explica Marie-Louise Von Franz, "*a consciência do ego luta perpetuamente e rejeita racionalmente a grande sabedoria do inconsciente, que rodeia como uma serpente e leva em consideração o que não sabemos, de modo que sempre nos revoltamos contra ela*".⁸⁵

Talvez resida no inconsciente das elites a sua revolta, que se expressa por uma luta interior que as consome exatamente por não poderem ter integralmente o que desejam e em contrapartida têm integralmente o que não desejam, sendo forçosamente submetidas completamente ao que lhes é destinado. Uma cultura que não é aquela que idealizam, portanto, não a desejando rejeitam-na com todas as suas forças. Da mesma maneira ocorre com as suas africanidades, que inconscientemente se expressam pelas religiões de matrizes africanas das quais se socorrem, ao tempo em que as rejeitam e as perseguem. Não conseguindo, contudo, destruí-las totalmente, estabelece-se um convívio inconscientemente pacífico e imperceptível para as elites, de tal sorte que sua sombra se reflete no próprio o mal que praticam. Uma contradição à regra geral que estabelece sempre a sujeição dos supostamente mais fracos aos também supostos mais fortes, onde o direito destes últimos impõe-se aos demais como uma norma a ser simplesmente cumprida.

A resistência das religiões de matrizes africanas no Brasil contradiz esta regra, possivelmente por acreditar em sua livre determinação. Ou talvez no que John Rawls chama de *utopia realista*, que consiste nas soluções dos problemas de tal forma que em

⁸⁴ STRAUSS, Levy apud SODRÉ, Muniz. **O Monopólio da Fala**. Editora Vozes: Petrópolis, 1977, p.70.

⁸⁵ VON FRANZ, Marie-Louise. **A Sombra e o Mal nos Contos de Fada** Edições Paulinas: São Paulo, 1985.

"uma sociedade razoavelmente justa, as desigualdades de poder e riqueza devem ser decididas por todos".⁸⁶

Ainda segundo Rawls, *"uma sociedade dos povos é razoavelmente justa no sentido de que seus membros seguem o Direito dos Povos razoavelmente justos nas suas relações mútuas"*. Observamos que no que se refere às religiões de matrizes africanas, não estamos diante de uma sociedade razoavelmente justa, vez que esta se nega a resolver os seus problemas de religião que transcendem o espiritual para se inserirem na exclusão material pela opressão à negação da liberdade e da liberdade religiosa, que no caso brasileiro, afronta o estabelecido e assegurado pela Carta Nacional de Direitos em seu artigo 19.

Já dissemos anteriormente que esta é uma questão delicada, da qual o Estado não pode deixar de dar a sua contribuição no sentido de fazer valer o que diz a Constituição quanto à sua laicidade. Ou seja, garantir que indivíduos ou grupos religiosos possam professar a fé em suas religiões livremente, sem perseguições ou censuras, quer da sociedade e muito menos do Estado que se diz laico. Ademais, diz o artigo 19 da atual Constituição *"é vedado a União, aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios I – estabelecer culto religioso ou Igrejas, subvencioná-los ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público"*⁸⁷. Denota-se que o Estado deve ser totalmente neutro nas questões relativas às religiões, sob pena das ações que o envolverem ou seus agentes, ressalvadas aquelas de interesse público, serem arbitrárias e sujeitas a inconstitucionalidade.

O Estado republicano, na concepção de Maquiavel, segundo observa A. Renaudet:

O Estado republicano ou principesco exerce sua pressão sob o indivíduo para além do bem ou do mal, indo até ao crime. (...) Não lhe bastando laicizar o Estado, desejaria ainda subordinar-lhe inteiramente a religião que concebe apenas como um instrumento do poder e um elemento de coesão social"⁸⁸.

Nas religiões de matrizes africanas, em razão da destinação de sua invisibilidade seletiva, a desejada coesão social está implícita, contudo não explícita, tornando-se muito mais difícil subordinar-lhe como um instrumento de poder. A sua invisibilidade impediu e

⁸⁶ RAWLS, John. **O Direito dos Povos**. Martins Fontes, São Paulo, 2004.

⁸⁷ **Constituição Federal de 1988**. Editora Saraiva: São Paulo, 2008.

⁸⁸ TOUCHARD, Jean. **Histórias das Idéias Políticas**. Editora Publicações Europa América: Lisboa, 1970, p.22

a impede que tenha um corpo tangível, físico, como têm as igrejas católicas e as chamadas igrejas pentecostais, as quais têm uma representatividade estrutural que costuma refletir no Parlamento e em outras esferas do poder. Seu "chefe" poderá ou não subordiná-la aos interesses do Estado laico, ainda nesta condição é extremamente ávido pelo controle total do poder. Há portanto, obviamente na permanente visibilidade dessas igrejas um amplo jogo de interesses políticos recíprocos, os quais não se configuram, pelas razões acima referidas, quando das relações entre Estado e religiões de matrizes africanas. Se por um lado o Estado, em razão de sua estrutura supostamente amorfa, não consegue subordiná-las totalmente aos seus interesses, por outro, exatamente em razão da não existência de uma rígida estrutura formal, consegue com extrema facilidade subtrair - o que afinal lhe interessa - os votos de seus adeptos sem, no entanto, destinar-lhes os mesmos esforços e supostos investimentos que são envidados para aquelas igrejas que se encontram formalmente organizadas e que por essa razão, às vezes muito se assemelham aos partidos políticos, pois que têm interesses que ultrapassam as suas convicções dogmáticas para se inserirem na lógica do poder, estando longe do conforto espiritual, mais se aproximam da busca exacerbada da realização material, supostamente abandonando as razões primárias que lhes erigiram.

John Rawls em sua obra "*O Direito dos Povos*", vai mais além das concepções observadas por Maquiavel, ao se referir ao papel do Estado, diz:

os grandes males da historia humana é a guerra injusta e a opressão, a perseguição religiosa e a negação da liberdade de consciência, a fome e a pobreza, para não mencionar o genocídio e o assassinato em massa – decorrem da injustiça política, com as suas crueldades e brutalidades.⁸⁹

A invisibilidade seletiva da população negra brasileira e a de suas religiões de matrizes africanas muito se aproxima do conceito de Rawls, claramente externado pela Constituição de 1824. Importa dizer que mesmo não constando na atual Constituição de 1988, seus efeitos ainda são muito atuais e perversos para esta população. Estamos longe do que este mesmo autor chama de "*sociedades descentes*", as quais visam estabelecer um tratamento de respeito e de reciprocidade entre os vários grupos que a compõem. Buscando sobretudo eliminar as formas mais graves de injustiça por meio da adoção do que ele chama de "*políticas sociais justas*", que preferimos chamar de justas ações afirmativas para

⁸⁹ RAWLS, John. **O Direito dos Povos**. Martins Fontes: São Paulo, 2004.

injustas políticas públicas que o Estado deliberadamente ou não destina a um ou mais grupos de pessoas vulneráveis, excluídos impedidos de se autodesenvolverem dentro dos mesmos parâmetros e oportunidades que foram destinados à classe hoje dominante, majoritariamente formada por descendentes de europeus. Isto se dá não apenas por suas capacidades e méritos, mas principalmente pela inexistência de ofertas e oportunidades iguais aquelas oferecidas a maioria da população, seletivamente invisível dos meios de comunicação de massa no Brasil, formada essencialmente pelos descendentes de escravos africanos e pobres.

A exclusão da TV da Gente

O empresário José de Paula Neto, mais conhecido como o cantor Netinho, é o primeiro negro na História do Brasil a receber a concessão de uma emissora de televisão a cabo, a TV da Gente.

Ao contrário do senso comum que a rigor fazemos de cantores populares, Paula Neto, conforme se pode constatar na entrevista gentilmente concedida a este mestrando em seu gabinete de vereador à Câmara Municipal de São Paulo, no dia 14/10/2009, demonstrou ter conhecimento e estar preparado para os riscos da atividade empresarial.

Este fato histórico, segundo ele, só foi possível se realizar, graças à instalação de um governo supostamente popular na sua origem e na gestão da Presidência da República, por um ex-operário, o presidente Luís Ignácio Lula da Silva. Pois como já abordamos reiteradas vezes ao longo deste trabalho, as concessões de rádio e televisão no Brasil, a rigor, são e sempre foram destinadas às elites, que dispendo de capital econômico e político tinham acesso com relativa facilidade a essas concessões. Conforme postula a própria Constituição Federal, trata-se de um serviço que tem como destinação principal o interesse daqueles que em última análise são de fato e de direito os concessionários da outorga, permissão ou autorização para exploração dos serviços de radiodifusão sonora, de imagens e sons - o público.

Parece-nos que nada é mais justo do que destinar àqueles que estando à margem do campo midiático, se utilizem da mesma ferramenta que é utilizada para propositadamente torná-los invisíveis: a televisão, para agora finalmente por seu meio se tornarem visíveis aos olhos daqueles que, como antes já salientamos, as elites, não desejando o seu desenvolvimento econômico, político, e principalmente educacional, os excluem quase que

totalmente de sua grade de programação televisiva, bem como de outros meios de comunicação de massa, como o rádio e a mídia impressa. Aliás, fatos já apontados e comprovados por outros pesquisadores da temática das relações raciais no Brasil, como Munanga, Sodré, Araújo, Conceição, Couceiro de Lima e Malachias, dentre muitos outros.

Paula Neto estava preparado para os desafios e riscos inerentes à atividade empresarial. Contudo os maiores desafios que o esperavam não se limitavam à sua capacidade na gestão da exploração do serviço público. Este, ao ser concedido, permitido ou autorizado a particulares, para a sua sobrevivência, passa a assumir as características de um negócio ordinário, para gerar trabalho em um mercado extremamente competitivo e seletivo como é o mercado que envolve a publicidade e a propaganda no rádio e na televisão. O binômio trabalho e renda que são inseparáveis na gestão de qualquer atividade empresarial não poderia ser diferente para a TV da Gente, sob pena de sucumbir.

Renda, como se sabe, é elementar para que qualquer negócio sério e lícito se torne auto-sustentável. Sabendo desta necessidade fundamental para a sobrevivência do negócio da TV da Gente, trataram as elites tradicionalmente agraciadas com as concessões de rádio e televisão, desde logo impor todo tipo de dificuldades para que este novo empreendimento, o qual poderia trazer trabalho, renda e principalmente agregar valores e auto-estima para a população descendente de escravizados africanos, o que elas em grande parte, jamais em tempo algum desejaram a realização destes valores, salvo para si próprios.

Pelas razões já expostas neste trabalho, supomos que não seja muito difícil imaginar os motivos que estão por trás dos empecilhos que historicamente são seletivamente destinados à população negra brasileira. Já dissemos antes que ter visibilidade no Brasil, em geral resulta em facilidades, corrupção e vantagens, às vezes indevidas. Portanto ter visibilidade voz e palavra, pode significar imiscuir-se em algum tipo de poder, até então restrito ao seletivo grupo formado pelas famílias mais ricas e brancas que dão origem às elites brasileiras.

Assim, era preciso impor-lhes as suas tradicionais barreiras, a fim de que o negócio do jovem e promissor empresário negro, oriundo de camadas humildes de São Paulo e descendente daqueles a quem outrora exploraram, não pode agora inadvertidamente tornar-se patrão, tornar-se um dos seus. Desta maneira, não deveriam permitir que essa sua empreitada se viabilizasse, sob pena de as elites brasileiras permitirem que o gigante negro adormecido passasse a lhes exigir mais e iguais direitos. Logo, era preciso impedir que a TV da Gente se realizasse financeiramente de forma plena como acontece "naturalmente" com os seus negócios, pois que ela não se configura na categoria de uma simples emissora

de televisão, mas sim numa extraordinária ferramenta de transformação social dos mais pobres e injustiçados. Em outros termos, poderia representar uma inversão de valores, uma inexorável redução de seus seculares privilégios.

Mesmo estando sediada em Pacajus, um pequeno município cearense, com pouco mais de 50.000 habitantes, seu sinal conseguia chegar aos grandes centros da região sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro, onde se concentram o maior mercado e as maiores verbas publicitárias, bem como as maiores fortunas do país.

Torna-se evidente que estas elites, como acentua Bourdieu, acostumadas a impor "*essas estruturas invisíveis que organizam o percebido, determinando o que se vê e o que não se vê,...*"⁹⁰, obviamente não desejariam ver no seu principal espaço de dominação um *player* que não lesse rigorosamente as suas determinações visando a manutenção exclusiva de suas vantagens e privilégios. Por uma razão de sobrevivência, era preciso não apenas impedi-lo de se estabelecer, contudo importava mesmo em eliminá-lo deste cenário, cuja maioria ignora o que sejam valores éticos e direitos humanos.

Preferiram, como aliás sempre se comportam, não correr o risco. Neste negócio, supostamente está implícito um código de colaboração recíproca, de favores e de vantagens iguais. Como mais uma vez adverte Pierre Bourdieu, estes grupos em geral agem também de maneira muito sutil "*pela lógica do cavalo de Tróia, isto é, introduzindo nos universos autônomos produtores heterônomos que com apoio de forças externas receberão uma consagração que não podem receber de seus pares*"⁹¹. Ora, as elites sabem a ferramenta que têm e a força de construção e de destruição que ela pode representar, segundo os seus interesses. Assim, não desejariam ver no *locus* de sua exclusiva dominação, instalado um cavalo de Tróia, o qual poderia acarretar-lhes imensuráveis prejuízos nas esferas de poder de onde advém a sustentação para sua suposta legitimidade. Sabem muito bem dos riscos a que estariam sujeitas: "*um cínico que consiste em se servir do conhecimento das leis do meio para tornar suas estratégias mais eficazes, outro que se pode dizer clínico, que consiste em se servir do conhecimento das leis ou das tendências para combatê-las*"⁹².

Fica subentendido que para participar deste seleto grupo será necessário o estabelecimento de certa cumplicidade para não colocar o "negócio" em risco. As elites e o mercado foram surpreendidos com a concessão para Paula Neto. Não tiveram tempo para

⁹⁰ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1997.

⁹¹ Bourdieu, Pierre. *idem*.

⁹² Bourdieu, Pierre. **Sobre a Televisão**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1997.

sondá-lo ou mesmo supostamente tentar cooptá-lo a aderir o bloco que, mesmo não sendo um poder constituído, agem como tal por meio da imposição da mídia que os transformam em um poder marginal, xenófobo, preconceituoso, de atitudes visivelmente racializadas e deliberadamente excludentes.

Paula Neto, como tantos outros que se atreveram a se imiscuir e enfrentar o poder marginal das "elites constituídas" foi parcialmente submetido ao *signo da derrota* a que se referiu Roland Barthes. Resistência é algo que no Brasil os descendentes de escravizados africanos aprendem logo ao nascer e carregam consigo ao longo de suas vidas. Segundo leciona Eunice Aparecida de Jesus Prudente, "*ao contrário do que se ensina negro não era passivo, mesmo o nascido escravo. O negro como qualquer outro ser humano tentava de todas as formas conseguir a liberdade e só era submetido pelo exercito particular mantido pelo senhores de terra*"⁹³. Constatamos nas palavras de Prudente, que tanto a violência quanto a busca constante pela liberdade desde outrora persiste até os dias atuais, onde os opressores e vítimas são os mesmos. Desta feita, não mais apenas senhores de terras, mas um exército agora formado por donos de terras e de emissoras de rádios e televisão, que impõe aos excluídos a mesma violência e castigos outrora impostos por seus ancestrais. Formam um cerco constante às pretensões destes e à pluralidade democrática.

Paula Neto, por ser um cantor muito popular, é rico em capital específico, a popularidade que lhe dá reconhecimento e prestígio, portanto, supostamente, torna-se um elemento muito mais difícil e indesejado para as pretensões das elites.

Assim como Benedita da Silva, Paula Neto não se curvou diante do imponderável, recobrou as suas forças e seguiu a sua vida de cantor e apresentador de sucesso nacionalmente reconhecido. A sua concessão não sucumbiu, como ele mesmo disse ao longo da entrevista, muita gente pensa que acabou ou que faliu. Não, sua emissora continua ativa e desde Pacajus atualmente chega a 18 municípios da região nordeste.

A diversidade na TV da Gente

Um dos argumentos, segundo informou Paula Neto, de resistência à implementação da TV da Gente na região sudeste, a mais densamente populosa e rica, reside no fato de seu empreendimento ser comparado com o modelo de televisão étnico que existe em algumas

⁹³ Prudente, Eunice Aparecida de Jesus. **Preconceito Racial e Igualdade Jurídica no Brasil**. Editora Julex: São Paulo, 1989.

regiões dos Estados Unidos, onde quase todo o *cast* de apresentadores, noticiaristas e artistas em geral são afro-americanos.

Destinaram à sua emissora, segundo declarou Paula Neto⁹⁴ a este pesquisador por ocasião da entrevista concedida na Câmara Municipal de São Paulo, a alcunha de uma televisão racista e que sua grade de programação iria trazer para o Brasil um problema que "não temos".

Paula Neto contestou veementemente a versão que tentaram impor à sua organização. Segundo ele, desde o início buscou retratar em sua emissora a diversidade que compõe a população brasileira. Ou seja, com brasileiros negros, brancos e de origem asiática. Muito diferente das outras emissoras, alega, cuja cor de suas programações é quase totalmente composta por elementos caucasóides.

Observamos existir na TV da Gente, desde o início, nas palavras de Paula Neto, uma preocupação com a diversidade étnica e cultural. Uma vez dado certo este modelo, se poderia supor que teria início uma nova cara da televisão brasileira, até então excludente e exclusivamente de rostos e modelos europeus.

Como se sabe, as televisões são sustentadas pelos anunciantes, que por sua vez as pagam em razão da audiência que as programações alcançam. E que se revestem em vendas e lucros estratosféricos para as agências de publicidade e seus clientes. Desta maneira, muito provavelmente, obrigaria estas outras emissoras de televisão adotarem como padrão economicamente viável e produtivo, o modelo da TV da Gente, não porque desejariam, mas sobretudo em razão dos lucros e da audiência que buscam a qualquer preço. Em outras palavras, estariam sendo obrigados a reconhecer o que sempre negaram como forma de um possível sucesso, ou seja, se submeteriam ao "*signo da derrota*" que as elites não desejam conhecer.

Suspeitamos residir nas futuras pretensões políticas de Paula Neto uma suposta resistência imposta e articulada pelas agências de publicidade, anunciantes e distribuidoras dos sinais à cabo na região sudeste. Se até mesmos emissoras de televisão, como as existentes regionalmente nos municípios de São Bernardo do Campo e Santo André, na grande São Paulo, gozam de prestígio regional, posto que veiculam anúncios regionais de grandes e médias empresa, por que uma emissora, cujo sinal distribuído na região nordeste, chega ao sudeste e vê-se impedida de desenvolver-se? Apenas por não ser homogênea?

⁹⁴ Paula Neto, José de. O "Netinho", empresário, cantor, apresentador e vereador por São Paulo.

Não. A heterogeneidade é um fato, contudo não absoluto. Supomos que para as elites, a emissora de Paula Neto deveria estar plenamente inserida e submetida integralmente ao seu "código de ética de exclusão", que Bourdieu chama de "*omnibus*". Isto é, não externar necessariamente uma preocupação com a diversidade étnica existente em nosso país, mas sim produzir uma grade comum "para todos". Já dissemos antes que o pronome "*todos*", paradoxalmente às vezes, não assume linearmente o sentido de não deixar nada ou ninguém de fora, de incluir. Aqui a expressão "*para todos*" quando utilizada pelas elites brasileiras, parece assumir nitidamente o sentido de excluir. Diz Bourdieu, "*os fatos-omnibus são fatos como se diz, não devem chocar ninguém, que não envolvem disputa, que não dividem, que formam consenso que interessam a todo mundo, mas de um modo tal que não tocam em nada importante.*"⁹⁵

A opção de Paula Neto por uma grade de programação inclusiva e sobretudo respeitando a diversidade do povo brasileiro, está nos parecendo não existirem dúvidas que sua emissora não iria aportar o mesmo "*omnibus*" sugerido pelas elites, residindo provavelmente neste fato a imposição de uma inexorável resistência à sua organização. Assim, a TV da Gente deveria se submeter a um modelo já posto e construído exclusivamente segundo as concepções da classe hegemônica, que a rigor não se preocupa com valores axiológicos da pessoa humana.

Em outros termos, seguir os moldes de uma programação "para todos", significaria manter as mesmas práticas excludentes que uma grade diversa visa essencialmente a combater. Mais do que isso, significaria a continuidade de uma programação destinada a não despertar nos telespectadores qualquer senso crítico ou qualquer senso de reflexão sobre as diferenças raciais que existem no Brasil. Mas sim, a exemplo das outras emissoras de televisão, transmitir apenas signos e símbolos que levam a um consenso do mito da existência de uma suposta "*democracia racial*", já contestada e desmascarada por Florestan Fernandes na década de 80.

Submeter-se à classe hegemônica neste caso, parece estar sugerindo a adesão propositada a uma programação banalizada, sem conteúdo e destinada a gastar o tempo da televisão tão precioso quando bem utilizado, com uma programação consensual, que muito interessa ao grupo ou grupos dominantes, mas que quase nada de importante acrescenta para os telespectadores.

⁹⁵ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1997.

Conforme explica Pierre Bourdieu, *"o tempo é algo raro na televisão. E se minutos tão preciosos são empregados para dizer coisas tão fúteis, é que essas coisas tão fúteis são de fato muito importantes na medida em que ocultam coisas preciosas"*⁹⁶.

Em outros termos, a TV da Gente, presumivelmente não poderia apresentar uma programação que supostamente revelasse essas coisas tão preciosas sobre as quais se refere Bourdieu.

Assim, supomos que o pequeno grupo que controla grande parte das concessões de rádio e televisão no Brasil, não se sentindo inteiramente confiável quanto a uma possível proposta comercial endereçada a Paula Neto, principal gestor da TV da Gente, cuja entrada neste seletivo grupo, estaria condicionada à adesão de sua emissora ao atual modelo e sem ressalvas. Isto é, sem qualquer questionamento ao padrão sueco de beleza estética, paradoxalmente adotado pelas emissoras de televisão no Brasil.

A origem de Paula Neto, um descendente de escravizados africanos, com enorme capital popular que em geral resulta em um imprescindível capital político, tão necessário para aqueles que representam os interesses do grupo hegemônico no Parlamento, que por sua vez são representados por esses à frente das emissoras de rádio e televisão, possivelmente os tenha feito ponderar. Não seria supostamente conveniente para este grupo correr o risco de lhe fazer semelhante proposta com tanta branquitude, o que a rigor, se faria com extrema naturalidade e cumplicidade, não fosse a sua negritude.

Deste modo, impedidos de revelar-lhe com a natural branquitude as suas secretas técnicas de invisibilidade seletiva, optaram pela mecânica de uma heteronomia, a qual conhecem muito bem, por meio da imposição do *"signo da derrota"* a que se refere Roland Barthes. Mais que um castigo é a exteriorização de uma humilhação pública, que a exemplo do acontecido com a ex-governadora Benedita da Silva do Rio de Janeiro, extrapola a humilhação individual, ampliando-a para se transformar em uma nítida reprimenda coletiva, propositada e endereçada subliminarmente ao grupo de indivíduos do qual se origina o repreendido, simplesmente por ter ousado imiscuir-se no negócio que presumivelmente sempre pertenceu com exclusividade às elites brasileiras.

Ademais, era preciso deixar evidente para que outros descendentes de escravos africanos não ousassem jamais como fez Paula Neto, ingressar em seu seletivo grupo, sem antes, no entanto se submeter e capitular integralmente a seus a-éticos valores, e obviamente sem evocar quaisquer questionamentos quanto a sua legitimidade. Em outros

⁹⁶ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro. 1997.

termos, significaria continuar a produzir e exibir uma programação de televisão excludente, sem valorizar a diversidade étnica que caracteriza a sociedade brasileira.

Afinal não se tratava de um simples convite para a TV da Gente aderir ao grupo hegemônico, antes se tratava incondicionalmente de ratificar a utilização de seus métodos de exclusão da população descendente de escravizados africanos e seus valores que, sem qualquer ética e respeito pelos direitos humanos, são utilizados para subtrair direitos fundamentais que ofendem a dignidade de grande parte da população brasileira.

Parte da entrevista concedida por Paula Neto será exibida por ocasião da defesa desta Dissertação do Mestrado. Seu conteúdo nos parece muito rico e poderá ser elucidatório para todos aqueles que desejam de fato a construção de uma sociedade brasileira mais justa em sua pluralidade e diversidade e, ao mesmo tempo, possibilitará conhecer como grande parte das elites brasileiras agiram e agem para impedir que os descendentes de escravos africanos, ainda que agasalhados pela Carta Nacional de direitos, tenham vez, voz, imagem e palavra no Brasil.

CAPÍTULO IV

OS REFLEXOS DA EXCLUSÃO SELETIVA DA MÍDIA IMPRESSA NO MERCADO DE TRABALHO PARA OS MODELOS NEGROS

A exclusão seletiva dos modelos negros e a preferência pelos modelos brancos revela-se evidente quando examinamos a mídia impressa, especialmente as revistas especializadas na veiculação de moda feminina e variedades. Esta seletividade reflete-se diretamente em sua exclusão nesse mercado de trabalho específico.

Parece existir nesse mercado certa proibição aos modelos negros. Ao observarmos as várias revistas de moda ou variedades, observamos que a exposição dos modelos brancos se dá, na maioria das vezes, para exibir roupas ou acessórios femininos como bolsas e bijuterias. Se a destinação é demonstrar esses objetos, presume-se que não haveria razões para que as agências de publicidade e seus anunciantes excluíssem os modelos negros, ao contrário, tal qual fazem os modelos brancos, permitir-se-ia aos modelos negros também exibí-los com igual competência.

Suspeitamos existir nesses objetos o mesmo caráter que têm os uniformes que se destinam diferenciar os padrões de seus empregados. A preferência pelos modelos brancos, estamos supondo que veladamente, as agências de publicidade e seus anunciantes, estejam submetendo à população negra uma mensagem subliminar. Ou seja, estes produtos não são destinados para o seu consumo. Esta seria apenas uma forma simplista de considerar a gravidade deste tema. Suspeitamos que por trás desta atitude esteja uma delimitação de territórios, onde determinados espaços, na visão das elites brasileiras, não devem jamais ser ocupados por negros.

Trata-se de uma inequívoca oposição à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que assentava em 1789 no seu artigo 1º "*os homens nascem e são livres e iguais em direitos*"⁹⁷. Não é o que parece quando observamos a veiculação da publicidade no Brasil, sobretudo na mídia impressa, nas revistas especializadas, onde a exclusão dos descendentes de escravizados africanos é estampada, e se tem a percepção de que a eles esta igualdade em direitos não se aplica.

⁹⁷ **Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão**. Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, 2008.

As agências de publicidade e seus anunciantes criaram para os modelos brancos um lócus da representação de ocupação de certos espaços que se restringem exclusivamente a eles. Ou seja, estes mesmos modelos serão quase sempre os mesmos que farão as peças publicitárias que por sua vez serão veiculadas pelas emissoras de televisão. Se para os descendentes de escravizados africanos há, sem nenhuma razão, uma exclusão cíclica desse mercado, para os modelos descendentes de europeus, no entanto, há uma preferencial reserva de mercado que lhes garante ciclicamente trabalho exatamente nos espaços onde a representação dos indivíduos negros é seletivamente rechaçada e veladamente proibida.

Como antes já abordamos, as agências de publicidade criaram no imaginário coletivo que os produtos anunciados por modelos, atores e atrizes brancas, supostamente transmitem e agregam certo valor a esses produtos, bem como a seus consumidores. Da mesma forma, passam a impressão que modelos, atores e atrizes negras, ao veicularem os mesmos produtos, supostamente, não são capazes de transmitir e tampouco agregar os mesmos valores. Em outros termos, ao excluírem os modelos negros de suas peças publicitárias, agências de publicidade e seus anunciantes passam a percepção para o imaginário coletivo que estes modelos, ao contrário dos modelos brancos, não agregam valor aos produtos, mas sim desprestígio.

Não é apenas valor o que se questiona. Suspeitamos o que de fato está por trás desta exclusão seletiva aos descendentes de escravizados africanos, como modelos, no mercado das agências de publicidade; é o princípio da credibilidade e da autoridade, que também antes já apontamos, no Brasil é reservado exclusivamente aos descendentes de europeus. A propaganda é o lócus onde as elites reforçam estes conceitos com vistas à manutenção e naturalização de seus seculares privilégios. Assim, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão no Brasil, a exemplo de outros diplomas legais, quando destinados a garantir uma efetiva igualdade para os afro-brasileiros, não se realiza materialmente por conta da dinâmica das relações raciais que tendem a uma exacerbada naturalização da ideologia do racismo em nosso país.

Desse modo, a ocultação da população negra dos meios de comunicação de massa deixa de ser uma ocultação para se transformar em uma ausência naturalizada, calcada nitidamente em inaceitáveis valores deontológicos.

Não existisse o racismo em nosso país, não haveria certamente a necessidade de existirem leis para coibi-lo, não obstante estas leis terem sido aprovadas nas Casas Legislativas, cujos parlamentares são de maioria branca, parcela que os descendentes de

escravizados africanos reclamam e a quem atribuem os atos dessa prática abominável. Tampouco se trata de um paradoxo, mas sim de um reconhecimento de sua existência profundamente enraizado em nossa sociedade e em suas instituições.

Ainda assim, as agências de publicidade e seus anunciantes, não obstante o governo federal ter criado o PCRI – Programa de Combate ao Racismo Institucional, insistem de forma velada em não cumprirem as leis e ao mesmo tempo reforçarem os estereótipos negativos da população negra no Brasil através de anúncios que não representam minimamente a diversidade étnica que compõe a sociedade brasileira.

Segundo apurou o professor Venceu A. de Lima, da Universidade de Brasília, este fenômeno da exclusão ocorre em função da concentração das várias mídias nas mãos de um pequeno grupo, que por sua vez acaba ditando as normas do mercado publicitário e midiático como um todo. É esse grupo que determina no Brasil quem terá ou não voz, imagem e visibilidade nesse meio *"estudiosos do setor como McChesney, já constataram que o mercado global de mídia é hoje controlado, num primeiro nível, por cerca de dez enormes conglomerados, num segundo nível, por outras 40 empresas, direta ou indiretamente associadas às primeiras"* (1998:12-13). E estudo realizado no início de 2000 pela LAFIS (Pesquisa e Investimento em Ações na América Latina) concluiu que:

(...) quatro ou cinco grupos dominarão todas as formas de mídia concebíveis, da imprensa tradicional à Internet, passando por cinema, rádio, televisão, videogames, não só nos Estados Unidos como provavelmente em todo o mundo (...) Isso é a aceleração de um processo triste e bem familiar: a consolidação vertical e horizontal das diferentes formas de mídia, resultando em simbiose cada vez maior com o poder político e econômico, diluição de conteúdo e autocensura (LAFIS, Carta Capital nº 116, 2000:68-71)⁹⁸.

As infundadas alegações das agências de publicidade que elas se destinam a atender tão somente o desejo de seus anunciantes, que a rigor escolhem o biótipo dos modelos que farão ou não as suas propagandas, antes se revela um desconhecimento da Constituição Federal para assim, supostamente poderem infringi-la, suspeitamos, intencionalmente, sob o manto da ignorância tanto de suas vítimas quanto de grande parte da sociedade que finge não enxergar a existência deste problema tão sério em seu seio.

A concentração de todas as formas de mídias por um pequeno grupo a que se referiu Lima é extremamente preocupante, pois antes revela uma incontestável

⁹⁸ LIMA, Venício A. **Mídia Teoria e Política**. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2001.

inexistência de democracia nesse meio, revestida por uma inexorável ditadura de seus controladores, que por sua vez oprimem e desfiguram, segundo os seus valores, os grupos socialmente mais vulneráveis na sociedade.

Desse modo, constatamos através de nossa pesquisa que a exclusão de modelos descendentes escravizados africanos quer nas revistas especializadas em seu segmento, em moda ou de variedades, quando comparados no Brasil esses dois grupos, a exclusão dos primeiros se revela de forma alarmante, acentuando-se sobretudo quando confrontamos a invisibilidade das mulheres negras em relação a uma exacerbada visibilidade das mulheres brancas nestas mesmas revistas.

O quadro que se segue revela a preferência, a inclusão e a exclusão seletiva de ambos os grupos pelas agências de publicidade e seus anunciantes, onde os brancos são incluídos e os negros preferencialmente e seletivamente excluídos. Mais ainda, no nosso entendimento, esses dados confirmam o que antes já apontamos, a publicidade como agente da violência simbólica e da exclusão seletiva dos descendentes escravizados africanos de iguais direitos e oportunidades de trabalho com um salário digno.

Gráfico 1 – Quantidade de fotografias com mulheres brancas e negras nas revistas especializadas em moda e variedades

REVISTA	EDITORIA	DATA	EDIÇÃO	BRANCAS	NEGRAS	TOTAL	%BRANCAS	% NEGRAS
Elle	Abril	set/08	9	238	12	250	95,2	4,8
Elle	Abril	mar/09	3	216	10	226	95,57522124	4,424779
Trip	Abril	abr/08	168	43	3	46	93,47826087	6,521739
Você S/A	Abril	out/08	124	43	1	44	97,72727273	2,272727
Viver Bem	Peixes	set/08	180	17	0	17	100	0
Sou + Eu	Abril	set/08	96	34	5	39	87,17948718	12,82051
Sou + Eu	Abril	out/08	102	34	18	52	65,38461538	34,61538
Almanaque	Saraiva	nov/09	43	48	2	50	96	4
Manequim	Abril	fev/07	568	150	1	151	99,33774834	0,662252
Manequim	Abril	set/07	575	97	15	112	86,60714286	13,39286
Manequim	Abril	dez/07	579	147	5	152	96,71052632	3,289474
Manequim	Abril	out/07	576	88	12	100	88	12
Manequim	Abril	set/08	588	147	2	149	98,65771812	1,342282
Manequim	Abril	nov/08	591	87	4	91	95,6043956	4,395604
Manequim	Abril	fev/09	594	130	12	142	91,54929577	8,450704
Manequim	Abril	mar/09	595	162	2	164	98,7804878	1,219512
Manequim	Abril	set/09	601	151	4	155	97,41935484	2,580645
Manequim	Abril	out/09	602	123	10	133	92,48120301	7,518797
Manequim	Abril	nov/09	603	120	17	137	87,59124088	12,40876
TPM	Trip Editora	abr/08	75	102	4	106	96,22641509	3,773585
Claudia	Abril	set/09	9	180	17	197	91,37055838	8,629442
Vogue Brasil	CartaEditorial	ano/2008	Sem nº	82	4	86	95,34883721	4,651163
Moda Collins	Burti	ano 2008	1	60	2	62	96,77419355	3,225806
Guia da Investidora 2010	Abril	ano /2009	Sem nº	31	1	32	96,875	3,125
Guia da Boa Escola 2010	Segmento	ano/2009	7	18	2	20	90	10

Importante ressaltar que o quadro acima reflete bem a preferência da mídia como um todo que elegeu na sociedade brasileira os indivíduos brancos como único modelo a ser seguido e, portanto, valorizado como ser humano. Esta preferência não se expressa apenas na mídia impressa especializada como as revistas apontadas acima. Trata-se ao mesmo tempo de uma exclusiva opção desses meios pelos indivíduos de origens européias e uma evidente desvalorização dos descendentes de escravizados africanos, a qual se revela por sua rejeição nesse meio, que tem como consequência também a sua exclusão do mercado de trabalho formal em todos os níveis.

Desse modo, foi possível observar que a "preferência" é antes um instrumento que visa a justificar a exclusão dos afro-brasileiros dos meios de comunicação de massa de forma naturalizada. A nossa pesquisa buscou demonstrar fotografias que não exibissem apenas as mulheres de corpo inteiro, mas os detalhes dessas mesmas fotografias que revelam a exacerbada preferência pelos modelos brancos, irá refletir igualmente as dificuldades de ingresso no mercado de trabalho formal, tanto para modelos, atores e atrizes negros como para os demais profissionais descendentes de escravizados africanos em todas as áreas.

Assim nos foi possível constatar nestas revistas quando seu editor ou anunciante, por exemplo, desejando exibir uma sandália, uma pulseira, um batom, um prendedor de cabelos ou um esmalte, o modelo escolhido para exibir qualquer uma das partes do corpo humano que poderá ser adornado com esse produto e, portanto servindo de exemplo adequado para a sociedade, será quase sempre o modelo branco, não obstante as mulheres negras também consumirem estes mesmos produtos. Não importa o produto ou o serviço a ser veiculado, o que supostamente deve ser levado em consideração pelas agências de publicidade é o valor que destinam aos indivíduos brancos e o desprestígio e a segregação a que submetem modelos negros e, por extensão, toda a população afro-brasileira.

Observamos que esta população, não obstante consumir estes e outros produtos em larga escala, não é valorizada como consumidora. Temos a sensação que as agências de publicidade e seus anunciantes evitam associá-la a seus produtos, possivelmente por conta de um suposto desprestígio a que historicamente esta população involuntariamente sempre foi submetida. Desse modo, procuram desassociá-la como consumidora digna e explicitamente de qualquer produto, seja um simples chinelo ou uma bijuteria.

Temos a nítida percepção que a publicidade, através de suas agências e seus anunciantes, estabelecem uma perversa polaridade deontológica entre estes dois grupos em nossa sociedade, que é reproduzida pelo imaginário coletivo. Ou seja, o que é branco é

presumivelmente axiológico, positivo e portanto digno, devendo ser percebido por todos como um valor incontestável. Em oposição ao que é preto, por sua vez, deve ser percebido também por todos como algo desvalorizado e sem prestígio e sem o mesmo valor axiológico que é destinado a quase tudo que é branco ou realizado por brancos. Assim, não é difícil perceber as razões pelas quais os anunciantes não desejam associar seus produtos e marcas a um grupo socialmente desvalorizado e que supostamente poderia agregar desprestígio aos seus produtos e marcas.

Esta polaridade extrapola muitas vezes a fria comparação que, a rigor, se pode destinar as coisas e produtos para se inserir numa comparação que resulta em inaceitável hierarquização entre seres humanos, que presumimos seja intencional e racialmente ideologizada pela classe hegemônica. Estamos supondo que as agências de publicidade no Brasil e seus anunciantes ao destinarem uma hierarquia de valor superior aos modelos brancos e um desprestígio aos modelos negros estão contradizendo, nunca é demais repetir, o que a ciência já provou não existir, ou seja hierarquia entre seres humanos. Contudo, ainda assim o fazem, supostamente, com base no que antes já apontamos, ou seja, a credibilidade e a autoridade no Brasil são atributos exclusivos de indivíduos brancos. E, possivelmente com base nesses falsos pressupostos, que se baseiam a lógica de uma inexorável exclusão produzida pelos meios de comunicação de massa, os quais intencionalmente são reproduzidos pelas agências de publicidade e seus anunciantes, onde a ausência da população negra do mercado formal de trabalho na iniciativa privada é expressamente naturalizada.

Os pequenos detalhes que se exprimem através das fotografias revelam a grande dimensão da exclusão dos descendentes de escravizados africanos no Brasil.

Assim, o que importa é que o agente da mensagem seja branco, ainda que seus destinatários sejam negros. Desta maneira, a produção da publicidade excludente se conjuga com uma idéia hierarquizante, onde por exemplo um único dedo exibindo uma simples bijuteria, que possivelmente será produzida também por mão de obra negra, será exposta e vendida por ambulantes nos grandes centros, sendo igualmente consumida pela população descendente de escravizados africanos, ainda assim este não poderá ser um dedo negro, contudo, segundo a lógica da exclusão produzida em nosso país, deverá sim ser necessariamente um dedo branco, possivelmente em virtude de o prestígio, o valor, a razão, a credibilidade e, sobretudo, a verdade em nossa sociedade serem atributos supostamente exclusivos da população descendente de europeus.

Não se trata obviamente de se destinar certo artefato produzido exclusivamente ou não para atender a uma determinada classe consumidora, supostamente de grande poder aquisitivo e que dentro da lógica mercantilista e do mercado publicitário, a população negra, em face da histórica vulnerabilidade econômica que sempre a impediu de consumir outros produtos que não fizessem parte de sua cesta básica de sobrevivência, supostamente não seria o público-alvo a ser atingindo pela mensagem midiática. Não é o que se constata sempre. E tampouco estamos nos referindo a produtos de luxo, mas a produtos que a população negra, sobretudo as mulheres negras consomem em grande escala. O que está por trás é, antes, o seu desprestígio como ser humano e a sua contumaz invisibilidade, que revela uma suposta inutilidade desta população para o livre exercício de qualquer outra atividade produtiva que lhe possa destinar dignidade, muito menos servir de modelo para o conjunto da sociedade. Deste modo, será preterida, ainda que para exposição de produtos que requeiram pequenas montas para serem adquiridos, quais sejam as bijuterias e os cosméticos. Reiteramos, largamente consumidos pelas mulheres negras no Brasil.

Temos a percepção que modelos na sociedade brasileira não se prestam apenas ao exercício de uma atividade profissional. Muitas vezes ultrapassam esta condição para se transformarem nos portadores e condutores de mensagens subliminares das elites, que não desejando torná-las explícitas, se utilizam desses profissionais para veladamente serem seus porta-vozes. Assim conseguem disseminar os estereótipos que serão reproduzidos e reforçados intencionalmente pelos meios de comunicação de massa, que têm na publicidade, possivelmente, o seu maior agente.

Modelos emprestam o seu corpo, imagem, voz e talento, supostamente, muitas vezes para que as elites digam subliminarmente à sociedade quais são os padrões de beleza estético e moral aceitáveis por elas. No Brasil, temos a percepção de que eles são utilizados pelas elites como uma cerca invisível que estabelece os rígidos limites territoriais entre brancos e negros em nossa sociedade, que se presume se apoiam nos princípios deontológicos para fazerem valer os seus interesses.

Suspeitamos que o estabelecimento deste rígido "controle territorial" resida na alta concentração dos veículos de comunicação de massa nas mãos de um pequeno grupo, o que revela uma total ausência de democracia nesse meio, fomentada, em grande parte, pelo Estado, que a rigor deveria democratizar o acesso aos meios de comunicação de massa no Brasil.

Temos a percepção que no Brasil a falta de democracia nos meios de comunicação de massa resida no valor exacerbado que se destina àqueles que têm visibilidade. A

visibilidade é imediatamente associada ao sucesso e a um enorme prestígio social, em oposição ao desprestígio que se reproduz intencionalmente à invisibilidade e seus sujeitos presumivelmente invisíveis. Desse modo, conseguem as elites brasileiras por meio da instrumentalização publicitária transmitir às populações mais vulneráveis a sua ideologia visivelmente racializada, fundada exatamente no reconhecimento e na legitimidade de seus privilégios que, não sendo questionados, são naturalizados por suas vítimas.

Segundo Lima⁹⁹, são oito os grupos familiares que controlam o setor de rádio e televisão no Brasil:

Os oito principais grupos familiares do setor de rádio e televisão no Brasil são (ver quadro 4) (a) nacionais : a família Marinho (Globo., a família Saad (Bandeirantes) e a família Abravanel (SBT., e (b) regionais família Sirotsky (RBS), a família Daou (TV Amazonas), a família Jereisati (TV Verdes Mares), a família Zahran (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e a família Câmara (TV Anhanguera). Observe-se, desses oito grupos familiares, somente dois (Saad e Abravanel) não são sócios(afiliados) das Organizações Globo.

Às oito famílias acima listadas na área de radiodifusão (que atuam ou outras formas de mídia impressa e eletrônica), devem ser acrescidos os seguintes seis grupos familiares que também controlam as comunicações no Brasil: Civita (Abril), Mesquita (grupo OESP), Frias (grupo Folha), Nascimento Brito (Jornal do Brasil), Martinez (CNT) e Levy (Gazeta Mercantil). Estimativa feita por Nuzzi (1995) indicava que cerca de 90% da mídia brasileira era controlada por apenas 15 grupos familiares.

Desse modo, não é difícil compreender a orquestração que todos esses grupos fazem para a manutenção da exclusão da população descendente de escravizados africanos de todos os meios de comunicação de massa no Brasil. A exclusão se perpetua supostamente em razão da alta concentração de um poder exacerbado nas mãos desse pequeno grupo que não deseja, sob nenhuma hipótese, ver seus interesses econômicos e políticos contrariados.

Conforme explica o professor Dennis de Oliveira, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, ao se referir à publicidade: *"É este instrumental que irradia tais valores simbólicos aos artefatos, consolidando uma cultura do consumo como hegemônica nas interações sociais."*¹⁰⁰

⁹⁹ Lima, Venício A, *"Mídia Teoria e Política"* Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2001.

¹⁰⁰ OLIVEIRA, Dennis. in **Cinema Negro**. PRUDENTE, Celso Luize (Org.) Editora Fiúza. São Paulo, 2009.

Em outras palavras, a publicidade no Brasil atua como parede invisível, de um lado incentiva o consumo de determinados produtos em larga escala, do outro "proíbe" que certos produtos, ainda que muito desejados, sejam consumidos por muitos. Simbolicamente assume para si o poder de incluir e excluir os indivíduos segundo a ideologia e os valores daqueles que a patrocinam. Ao mesmo tempo em que se traveste de censora da sociedade, dita as normas do que é permitido para poucos e proibido para muitos.

A publicidade no Brasil, é cruel e injusta com os descendentes de escravizados africanos.

O quadro abaixo aponta a invisibilidade das mulheres negras em números e a segregação a que são submetidas dentro do universo pesquisado na mídia impressa (revistas) no Brasil.

Gráfico 2 – Resumo - Quantidade de fotografias com mulheres brancas e negras nas revistas especializadas em moda e variedades

Quantidade de fotografias com mulheres	TOTAL	Total de fotografias pesquisadas	Porcentagem de visibilidade
Branças	2548	2713	93,91817177
Negras	165	2713	6,081828234

CAPÍTULO V

A PUBLICIDADE COMO VEÍCULO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO BRASIL

Nos capítulos I e III observamos exaustivamente que ser igual perante a Lei no Brasil requer antes uma abordagem epistemológica para se saber se a igualdade a que se refere o legislador constitucional alcança todos axiologicamente numa ótica dos direitos humanos.

Da mesma forma dissemos, apoiados nas palavras de Roland Barthes, que a construção de mitos visa dentre outros objetivos determinar posições na sociedade do grupo que controla todas ou quase todas as fontes de produção e riqueza, em oposição àqueles que não dispendo destes meios, ficam à margem da sociedade, impedidos de se autodesenvolverem.

É sob esta ótica que pretendemos demonstrar neste capítulo que a publicidade no Brasil, contrariando a Constituição e a Legislação Trabalhista, dentre outros possíveis diplomas legais, supomos, provoca inúmeros prejuízos à população descendente de escravizados africanos, que tem consequência no mercado de trabalho, na ausência de sua auto-estima e principalmente na desconstrução de seu capital político-financeiro, que chamaremos de transferência involuntária.

Já dissemos que para o grupo hegemônico parece não interessar que a população descendente de escravizados africanos tenha vez, voz, imagem e palavra nos vários canais de mídia no Brasil, e neste sentido a publicidade veiculada nos meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão, recebe uma robusta contribuição das agências de publicidade, que por sua vez, elegeu como norma do mercado publicitário, não a legislação ordinária que como norma se impõe a todos, mas o Conar, um órgão de auto-regulamentação publicitária.

Em que pese a boa vontade dos gestores deste órgão, receamos que a publicidade não possa declinar da legislação constitucional ou infraconstitucional, pois que não se trata apenas dos interesses e direitos dos representados deste órgão, senão que fundamentalmente dos direitos dos brasileiros como consumidores e sobretudo como cidadãos.

Não pretendemos engessar e muito menos atribuir às agências de publicidade qualquer tipo de censura ou sugestão de como devam produzir as suas peças publicitárias, tampouco ignoramos a dinâmica mercadológica que envolve o mercado publicitário. Estamos dizendo que elas, a exemplo do que já dissemos a respeito da televisão, não podem ser um canal para reforçar a exclusão da população descendente de escravizados africanos dos meios de comunicação de massa, que por extensão, suspeitamos seja afastada do mercado formal de trabalho no mercado formal de trabalho na iniciativa privada, que por consequência a afasta e a exclui de todos os demais.

Segundo Pierre Bourdieu¹⁰¹, podemos supor que a publicidade, a exemplo da televisão, também "*oculta mostrando*", já que ela informa e propositadamente transmite aos telespectadores, através de suas peças publicitárias, quase sempre, informações muito diversas e distorcidas da composição étnica que forma o povo brasileiro.

Reiteramos que não pretendemos ignorar a dinâmica mercadológica do mercado publicitário. Contudo buscamos refletir que valores estão por trás da exclusão seletiva da população descendente de escravizados africanos no Brasil, levado a cabo pelas agências de publicidade e seus anunciantes, sobretudo quando a maioria dos produtos se destina ao grande público, que deste também faz parte a população objeto deste trabalho.

O gigante invisível

Agências de publicidade e seus anunciantes podem seletivamente excluir a população negra de suas peças publicitárias, porém não podem ignorar os números oficiais do próprio Estado brasileiro que aponta o enorme contingente populacional formado pelos afro-brasileiros, que dá origem a um gigante mercado consumidor, seletivamente invisível pelo mercado publicitário nacional.

Que razões levam os anunciantes, que a rigor decidem sobre os modelos humanos que devem expor e representar na veiculação da peça publicitária o perfil de consumidor que eles desejam que expressem e agreguem valor a sua marca no mercado, mesmo que seus produtos sejam largamente consumidos por outros indivíduos, ainda que estes não apareçam em seus anúncios?

A publicidade, não só no Brasil, mas em grande parte do mundo, está associada ao sucesso. Por essa razão, supostamente, não queiram associar os seus produtos e marca a

¹⁰¹ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1997.

uma população, razão dela não estar associada ao sucesso, mas implicitamente associada pelo imaginário coletivo a quase tudo que é ruim, ainda que consuma seus produtos em larga escala.

Este é apenas mais um argumento dos muitos que as elites se utilizam para excluírem os negros da veiculação de suas peças publicitárias e conseqüentemente do mercado formal de trabalho na iniciativa privada.

Se negros lavam suas roupas e fazem sua higiene pessoal, assim como limpam as suas casas e tampouco andam nus, apenas para ficarmos nestes exemplos empíricos, logo consomem os produtos para estes fins e seus derivados da cadeia produtiva de bens e serviços.

Estamos inclinados a acreditar que o sucesso associado à marca, neste e em outros casos, trata-se de mera desculpa, senão a heteronomia que a publicidade a exemplo da televisão destina à população descendente de escravizados africanos.

Ora, fosse essa desculpa de um pequeno numero de anunciantes, poder-se-ia relevar como uma opção isolada da destinação da marca e de seu produto. Ocorre no entanto, que este é um procedimento de "mercado", ou seja, uma regra paradigmática e visivelmente estereotipada, possivelmente longe de valores epistemológicos consistentes. Mais parece destinar a deliberada ocultação da população descendente de escravizados africanos da publicidade produzida no Brasil, a uma tácita aceitação de sua ausência desse meio e ao mesmo tempo em que tenta associá-la a um fracasso mercadológico, que se mensurados com os produtos básicos acima referenciados, poder-se-á constatar exatamente o oposto do que dela se supõe.

Poder-se-á constatar até mesmo que muito desses produtos são consumidos, em grande parte, mais por esse segmento excluído do que por aqueles que rotineiramente aparecem nas peças publicitárias. As ações das agências de publicidade e seus anunciantes são, a exemplo da televisão, nitidamente excludentes e racializadas, uma vez que a veiculação desta mídia supostamente, não tem qualquer preocupação com a diversidade étnica que compõe a sociedade brasileira.

Um mercado com a proporção de consumo que representa a população descendente de escravizados africanos pressupõe que não pode ser desprezível do ponto de vista mercadológico e econômico. Estamos falando de um gigante invisível que consome muito e que mesmo assim a sua invisibilidade repousa supostamente em ações deliberadamente excludentes e racializadas que visam impor-lhe um desprestígio de quem circunstancialmente é alocado no ostracismo social. De outra forma, visa impedi-lo de ter

auto-estima e com isso não permitir que construa uma rede de relacionamento que resulte em sua representatividade política, ou seja, afastá-lo das esferas de poder. Como já dissemos, quem não se vê, em geral, não se gosta, logo não se respeita. Segundo Karl Marx, fica impedida de confessar a sua própria sabedoria.

Não estamos nos referindo ao pequeno nicho do mercado dos produtos de luxo, que deste ela própria se exclui em razão da histórica exclusão de direitos que resultou em sua descapitalização econômica, financeira e humana. Antes nos referimos ao disposto na lei No. 8078/90 que estatuiu o Código de Defesa do Consumidor, que em seu artigo 2º diz, "*consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destino final*"¹⁰² não é outra a condição que se insere esta população senão a de consumidor, e como tal deve ser respeitada. Atesta o parágrafo único deste mesmo artigo que "*equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo na relação de consumo*".

Verificamos que as agências de publicidade presumivelmente não consideram a população afro-brasileira, ainda que esta haja nas relações de consumo, conforme atesta o parágrafo único retro mencionado, como consumidora e nesta condição mereça ter o mesmo grau e proporcionalidade da visibilidade destinada à parcela dos descendentes de europeus no Brasil.

O Código de Defesa do Consumidor ao tratar da publicidade nos parece, ainda assim, ser muito tímido e generalista, pois ao coibir em seu artigo 37 a veiculação por qualquer meio de comunicação, de propaganda enganosa ou abusiva, não se refere explicitamente à questão da exclusão étnica das peças publicitárias. Define apenas no parágrafo segundo deste artigo "*É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, que incite à violência, explore o medo ou a superstição...*"

Ora, importa em saber se a exacerbada preferência exteriorizada pelas agências de publicidade e seus anunciantes quando da contratação de indivíduos majoritariamente representados pelos descendentes de europeus, cujo lócus nos parece se assentar na heteronomia, não se constitui, de certa forma, em uma prática evidente de discriminação e de incitação à violência racial, exatamente por não respeitar a composição e a proporcionalidade étnica da sociedade brasileira, sobretudo quando esta violência é simbolicamente naturalizada tanto por quem a pratica quanto por suas vítimas.

¹⁰² **Vade Mecum Saraiva**, 2009. Código de Defesa do Consumidor.

Suspeitamos que mesmo nas relações de consumo, o Código de Defesa do Consumidor, por ser uma ferramenta do Direito de grande aceitação na sociedade e de comprovada eficácia jurídica, pudesse o legislador constituinte ter buscado o estabelecimento específico de coibições quanto à sistemática exclusão étnica e a veiculação de publicidade desproporcionalmente à formação da composição da população brasileira, que patrocinada pelos meios de comunicação de massa, agências de publicidade e seus anunciantes, contribuem de forma decisiva na construção da violência simbólica, que por sua vez resulta na invisibilidade seletiva da população negra brasileira.

Acreditamos pudesse ser esta legislação de extrema valia também na promoção da igualdade de direitos visivelmente distorcidos e violados por estes agentes, que se utilizam da concessão de um bem público, a televisão, para exteriorizarem as suas preferências nitidamente racializadas pelo grupo formado exclusivamente por descendentes de europeus. Enquanto que ao grupo majoritariamente excluído, destinam-lhe quase que exclusivamente o ostracismo e o desprestígio social fundado em uma questionável heteronomia.

Paradoxalmente contrariando uma regra mundial do mercado publicitário onde, em geral, empresários tentam auferir e aumentar os seus lucros através da ampliação de sua clientela, no Brasil, acontece exatamente o oposto desta regra que, quando não cumprida a risco, costuma produzir imensuráveis prejuízos para os empresários do setor, e às vezes, levam-nos à falência.

A opção mercadológica brasileira é a prevalência da lógica da exclusão racializada em razão exclusivamente do fenótipo dos excluídos, em oposição à inclusão de novos consumidores que poderão gerar mais emprego e renda.

Uma irracionalidade mercadológica que em países econômica e socialmente desenvolvidos não se admite, sem antes sucumbir com o negócio.

Que razões levam a publicidade brasileira, uma das mais dinâmicas e competentes do mundo a ignorar esta elementar regra do mercado e mesmo assim produzir enormes fortunas para as agências e seus anunciantes?

A resposta a esta questão tão instigante, é possível que não resida exatamente na publicidade, talvez a encontremos na História do Brasil, na Sociologia ou até mesmo na Psicologia, que poderão apontar os possíveis desvios de conduta do grupo vulnerável, que provavelmente possibilitam ao grupo hegemônico atuar sem uma oposição consistente.

Contudo, suspeitamos inicialmente residir na origem da população historicamente excluída a seletividade de sua exclusão por esse setor. Não podemos ignorar que os

escravizados e seus descendentes foram por muitos anos apenas vendedores de sua mão de obra, que não raras vezes tinham como pagamento o açoite e a humilhação, antes de seus senhores-de-escravos e depois de seus patrões. A rigor, quem produz quer receber pelo seu esforço e trabalho produzido. Segundo nos contam os registros históricos, não foi esse o caso dos escravizados no Brasil; desta forma, parece não existirem dúvidas quanto a existência de uma dívida histórica da sociedade brasileira para com os descendentes de escravizados africanos, os quais sempre trabalharam, contudo nunca receberam adequadamente por seus serviços.

Empresários fazem seus investimentos, produzem para auferir polpidos lucros e, portanto pretendem vender seus produtos para aqueles que dispõem de meios para pagá-los.

Este conceito de pagamento pelo trabalho produzido não alcançava a massa humana de negros submetidos à escravidão, formando uma enorme massa de trabalhadores sem salários e direitos. Ao contrário, estabeleceu-se desde logo o pré-conceito de que aos escravizados se devia destinar muito trabalho e jamais lhes pagar em espécie por estes.

É possível que a exclusão produzida pelas agências de publicidade e seus anunciantes tenha se originado no velho hábito de destinar produtos e serviços apenas para uma pequena elite que, na condição de consumidora, pôde sempre pagar por eles. Ao passo que a grande massa de escravizados e seus descendentes, sempre à margem da sociedade jamais pôde sequer vislumbrar a menor possibilidade de desejar comprar algum produto, pois que não gozavam do *status* de cidadão, portanto não existiam como consumidores. Apesar de trabalharem muito, não gozavam de crédito, exatamente porque aqueles que exploravam a sua mão de obra e, portanto, lhes deviam pagamento, não lhes pagavam. Um inexorável paradoxo, que tem implicações sociais ainda nos dias atuais.

A outra hipótese, supomos não se desvincular da anterior. Passa pela teoria do embranquecimento do negro brasileiro que, desde o período escravocrata não existindo como cidadão, passa a "consumir" o que lhe era apenas permitido e destinado por seus senhores e patrões, nunca o que realmente desejasse. Como se sabe, os escravizados não tinham desejos, apenas trabalho. Em outras palavras, o que era bom para os seus algozes, presumivelmente servia adequadamente às suas vítimas.

A partir desse pressuposto, constrói-se na sociedade brasileira uma falsa idéia que contempla os meios de produção industrial e cultural, que a publicidade sempre soube se apropriar e se serve muito bem dela também nos dias atuais. Se um produto qualquer é bom para o branco-senhor serve também para um negro qualquer.

Não há portanto que se produzir produtos e serviços distintos ou valorizar as suas diferenças físicas e estéticas, pois se assemelhar àqueles que sempre foram os escolhidos pelo mercado publicitário, como modelos de virtude e sabedoria, presumivelmente deveria ser motivo de júbilo para os assemelhados.

Assim, a lógica da exclusão seletiva se reveste com absoluta naturalidade, pois se assenta apenas na construção do imaginário dos opressores, que os oprimidos, ainda que não podendo sê-los, desejavam ser exatamente iguais a eles. No passado, possivelmente pensavam as elites, representadas por sua exacerbada autopublicidade, possivelmente com recursos públicos, vislumbravam no seu imaginário que negro ou negra não gostaria de parecer com o seu Sinhô ou sua Sinhá?

Era preciso instigar-lhes o desejo de consumir os mesmos produtos e serviços de seus senhores e patrões, contudo, antes, era preciso sutilmente impedir-lhes a possibilidade de realizarem este desejo materialmente. Afinal, uma das técnicas do projeto de engenharia de exclusão que sempre esteve em curso no Brasil, consiste em jamais, em tempo algum permitir a menor possibilidade de associação entre o grupo hegemônico e o grupo estrategicamente dominado. Ou seja, é preciso sobrepor a branquitude à negritude. Ou se ainda preferirem, não pode haver dúvidas entre quem está no comando e quem é comandado; quem é patrão e quem é empregado.

Deste modo, a publicidade tratou logo de não destinar aos grupos antagônicos os mesmos espaços e papéis em suas representações. Aos brancos destinou sempre papéis de indivíduos bem sucedidos, cultos e inteligentes. Aos negros, quando destinado a algum tipo de trabalho, os papéis eram exatamente opostos àqueles destinados aos primeiros.

As elites brasileiras, anterior à formal libertação da escravidão no Brasil, sempre souberam que era preciso impor uma linha divisória entre os senhores e seus escravos, que não podendo ser física, era preciso, no entanto estar atrelada a um vigoroso simbolismo, dotada de um signo de autoridade que fosse capaz de torná-la eficaz para afastar os negros de suas pretensões. Pretensões, neste caso, parecem assumir o significado essencial de exclusivos direitos das elites.

Assim, a linha divisória que a sociologia chama de estratificação social, assume no Brasil diferentes formas, mas sempre secundada pelo princípio da autoridade, que é propositadamente confundido com a branquitude. Assim, a autoridade no Brasil deixa de ser um conceito abstrato para ter forma, visibilidade e cor: exclusivamente branca.

É muito provável que a ambiguidade estereotipada existente na sociedade brasileira, onde o senso comum associa sem o menor valor epistemológico quase tudo o

que é positivo à cor branca, em oposição a quase tudo que é negativo à cor preta, resida na heteronomia de uma autoridade branca aos demais grupos étnicos da sociedade.

Embora a publicidade, por conta da legislação que a impede, não associe diretamente a veiculação de suas peças publicitárias às cores das pessoas, a sua preferência e a de seus anunciantes se contradizem, na medida em que selecionam modelos, atores, atrizes ou figurantes de origens exclusivamente européias, desproporcionalmente ao conjunto e a diversidade que dão forma e cor à sociedade brasileira, conforme já brilhantemente observado por Araújo, era preciso apagar a "*mancha negra da escravidão*"¹⁰³, assim reforçam, de certa forma, o senso comum de pessoas leigas ou não, que a rigor, associam o sucesso, e a autoridade à cor das pessoas, em geral brancas.

Sabemos que a estratificação social estabelece territórios e espaços entre os vários grupos de uma sociedade. E as elites brasileiras apoiadas nesta teoria sempre se utilizaram da publicidade para determinar nitidamente o seu espaço. Assim, um negro esguio e bonito, não poderia trajar um terno com mesmo tecido e qualidade de seu amo ou patrão. O mesmo vale para uma negra esbelta e bonita, ainda que desejando, não lhe será permitido vestir-se igual a sua ama ou patroa. Admitir-lhes este privilégio, seria o mesmo que autorizá-los a subverterem a ordem, os valores, a moral, os costumes e principalmente a hierarquia, da qual as elites nunca desejam abrir mão.

Os trajes ultrapassam o ato de vestir e proteger os corpos dos estados da natureza, para destinarem a eles uma autoridade ou uma subalternidade, dependendo como e de quem os vestem. Ora, um soldado que não esteja adequadamente paramentado, não serve à função de representante, de agente da autoridade que o Estado lhe destina. Desta maneira, o estado-senhorial cuja autoridade se presume se funde essencialmente na aparência, tratou desde logo destinar àqueles que sempre lhe serviram, ainda que libertos e supostamente livres, o mesmo *status* que tinham antes na condição de escravos, ou seja, seres invisíveis e servis. Era portanto indispensável destinar-lhes a invisibilidade seletiva para que apenas ele pudesse aparecer. Assim, aparecer transcende a visibilidade para se inserir numa lógica do prestígio e da autoridade perante os seus e a sociedade, em oposição à invisibilidade que está diretamente atrelada ao desprestígio e à falta de admiração e respeito de seus pares.

Não por acaso, as elites sabendo disso, não sugerem, mas impõem a seus empregados o uso de uniformes, exatamente para diferenciar-se destes. É fácil identificar

¹⁰³ ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil, o negro na telenovela brasileira**. Editora Senac: São Paulo, 2000.

em um dia ensolarado em qualquer parque público das grandes cidades brasileiras, quem é uma pajem ou empregada doméstica. Patroas, em geral, não usam aventais ou toucas em suas cabeças, mormente em locais públicos. Em outros termos, os uniformes servem de pano de fundo para expor uma subalternidade a certos indivíduos e em contrapartida dar visibilidade, notoriedade e autoridade a quem, às vezes não as tivessem, não fosse estarem acompanhadas de seus empregados devidamente uniformizados. Os uniformes quase sempre estabelecem hierarquias e são indicadores das fronteiras sociais e das esferas de poder na sociedade. Um contrassenso, quando uniformizar é o mesmo que igualar, no Brasil visa exatamente ao oposto, ou seja, exteriorizar e estereotipar as desigualdades.

E neste particular, a publicidade, por um lado presta às elites brasileiras um valoroso serviço, ao passo que por outro lado, presta um desserviço aos menos favorecidos. Cumpre atender isoladamente o papel apenas daqueles que pagam pelos seus serviços, sem no entanto demonstrar, ao que parece, ter nenhuma preocupação com as funções sociais que o Estado, segundo a Constituição, se propõe a alcançar, estando os meios de comunicação de massa, a Ela também subordinados.

Como explicar a invisibilidade seletiva imposta à população negra pelos meios de comunicação de massa no Brasil, como as televisões, os jornais e as revistas por exemplo? Quando assistimos ou lemos essas mídias, fica evidente a inexistência de critérios razoavelmente justos que valorizem a diversidade étnica e cultural existentes em nossa sociedade.

Há uma inegável preferência por uma publicidade seletivamente branca, que propositadamente busca paradigmas estéticos na população alourada da Suécia. Um disparate quando nossa população é diametralmente oposta a esta, muito mais rica em sua diversidade étnica, de uma coloração estética invejável.

A adoção do padrão de estética sueco tem por objetivo inicialmente afastar os afrodescendentes, para depois justificar e impedir que brasileiros que não disponham deste biotipo preferencialmente alourado, sejam naturalmente marginalizados pelo mercado publicitário e consequentemente também do mercado de trabalho, que utiliza o mesmo parâmetro para perpetuar a exclusão desta população de seus quadros de empregados.

Recentemente a ONG Educafro promoveu um desfile de modelos negros no centro da cidade de São Paulo, com o intuito de denunciar a segregação e discriminação seletiva a que são submetidos esses modelos, com base na cor de suas peles. Durante a realização da semana de moda internacional São Paulo-Fashion Week, evento que recebe ampla

cobertura dos meios de comunicação de massa, a opção e preferência pelos modelos exclusivamente brancos fica evidenciada.

A presença da mídia internacional durante a realização do desfile-protesto promovido pela Educafro, em nada inibiu os meios de comunicação de massa brasileiros de suas práticas visivelmente racializadas, que preferiram ignorar o evento, a exemplo do que sempre fazem com os assuntos que de certa forma retratam de maneira positiva a população negra brasileira. Optaram por destinar-lhe uma total invisibilidade

A principal rede de televisão do país, a TV Globo, limitou-se a mostrar uma brevíssima cena do desfile-protesto com igual texto. Ao contrário do amplo espaço que regularmente destina a São Paulo-Fashion Week em seus telejornais e programas de variedades.

Observamos que, não obstante a Constituição Federal, no Capítulo II dos Direitos Sociais, em seu Inciso XXX ser absolutamente explícita quanto à proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil, mesmo assim setores conservadores da sociedade insistem em descumprilo, supostamente, em razão de o Poder Público, por meio do Ministério Público e do Poder Judiciário, ainda não terem separado ou conjuntamente colocado como prioridade em suas agendas a erradicação desta prática perniciosa, seletiva e injusta para com estes brasileiros que dentre outros prejuízos, são impedidos de gozarem o direito basilar assegurado na Carta Magna para o exercício de suas plenas cidadanias.

Supomos que cabe também ao mercado publicitário brasileiro uma reflexão acerca das consequências sociais, econômicas, educacionais e culturais que a veiculação de suas peças, que considera apenas a visão unilateral daqueles que pagam por seus serviços, sem no entanto levar em consideração os eventuais prejuízos que elas possam causar para a maioria que recebe os seus serviços. Ao mesmo tempo em que consumindo os produtos produzidos pelas elites, formam assim mais uma vez um círculo que estabelece uma dinâmica entre aqueles que mesmo na condição de extrema vulnerabilidade, ainda como consumidores indesejados, paradoxalmente sustentam não apenas o seu trabalho, mas sobretudo quem os financia.

Mais do que negar aos descendentes de escravizados africanos o direito de se verem e de construírem a sua identidade, auto-estima e sabedoria, a sua ocultação deliberada dos meios de comunicação de massa, visa, entre outros, retirar-lhes o caráter de sua humanidade. A publicidade passa-nos a sensação de que o elo que outrora ligava os escravizados a seus senhores ainda não se desfez, uma vez que no presente ele se amplia,

alcançando e submetendo com igual eficiência à invisibilidade seletiva seus descendentes que, supostamente livres, constatamos que livres de fato não o são, vez que por meio da violência simbólica são submetidos e presos a torturadores invisíveis, de quem não conseguem se libertar.

Os "novos escravos" estão presos a uma nova modalidade de escravidão, a moderna escravidão tecnológica. Não mais aquela à moda antiga, onde os escravizados eram submetidos por seus senhores a visíveis argolas. Hoje os novos escravos se submetem e estão presos a invisíveis algemas simbólicas, que causam iguais ou piores males que as pesadas argolas e bolas de ferro, às quais outrora foram submetidos os antigos escravizados. Os novos escravos se submetem agora não mais aos senhores-de-escravos, mas aos donos-da-mídia¹⁰⁴. Nestes termos, passam-se os anos, mas a técnica de tornar público, de conhecer, de dar publicidade é a mesma. Destina-se a dar publicidade seletivamente apenas ao grupo hegemônico e impedir que outros tenham ou subtraíam o seu suposto brilho, que se reveste de um suposto direito, que deve ser exclusivamente seu.

Torna-se quase impossível ao grupo dos descendentes de escravizados africanos, histórica e socialmente desprestigiados pelas elites brasileiras, ousar contestar a exacerbada exposição nos meios de comunicação de massa do outro grupo representado pelos descendentes de europeus, eleito unilateralmente pelas agências de publicidade e seus anunciantes como sinônimo de sabedoria e padrão de beleza estética. Não devendo portanto ser contestado, mas sim seguido por todos como único modelo de estética aceitável, não obstante a diversidade do povo brasileiro.

A resistência dos descendentes de escravizados africanos, a sua invisibilidade seletiva, aqui por nós reiteradas vezes observada em relação aos meios de comunicação de massa, também no acaso das agências de publicidade, repousa provavelmente em sua constante luta por direitos, liberdade e democracia. Paradoxalmente, ainda que excluídos, buscam incessantemente pela igualdade de direitos, na democracia para todos e na proteção dos direitos humanos.

A publicidade e a ausência dos afro-brasileiros do mercado formal de trabalho na iniciativa privada

¹⁰⁴ GASPAR, Osmar Teixeira. Escrevemos a grafia de "Senhores-de-escravos e donos-da-mídia", hifenizadas, com o intuito de demonstrarmos o elo inquebrantável que liga os antigos senhores de escravos aos descendentes de escravizados africanos. Assim como a simbiose que sempre existiu entre senhores de escravos e os meios de comunicação no Brasil, onde ambos se beneficiam, tendo supostamente como único grupo destinado a suportar prejuízos de toda sorte na sociedade brasileira, seletivamente e, não por acaso, o grupo formado pelos descendentes de escravizados africanos.

Já dissemos antes que a deliberada invisibilidade seletiva dos descendentes de escravizados africanos é causadora de imensuráveis prejuízos a esta parcela da população brasileira, principalmente no mercado de trabalho.

Acima observamos que muito anterior à formal libertação dos escravizados no Brasil, ter visibilidade significa romper as fronteiras da exclusão da invisibilidade seletiva e, quase sempre, inserir-se na outra ponta que em geral atribui visibilidade - o poder.

Assim, podemos conjecturar que para ingressar no mercado formal de trabalho na iniciativa privada, em atividades que de certa forma, expressam dignidade, é preciso ter antes visibilidade, ou melhor, é preciso poder. Não estamos fazendo apenas um jogo das palavras, antes estamos suspeitando que o afastamento da população negra de funções ordinárias, que mesmo assim, exigem uma "permissão", novamente de um "poder marginal" para que esta participe do processo de seleção de emprego nas empresas privadas, pelo menos com isenção de ânimo e em iguais condições. Dizemos isso porque observamos existir na sociedade, quer por quem contrata, quer por quem se submete a concorrer a uma vaga, uma certa naturalidade quanto a ausência de afro-brasileiros em algumas destas funções ou atividades.

Assim, ao ser naturalizada a ausência dos descendentes de escravizados africanos de bancos privados, por exemplo, não se trata apenas de uma política de restrição por parte do recrutamento do banco. Trata-se de ausência naturalizada que a publicidade e a propaganda inculcaram no senso comum, o que já dissemos antes: a autoridade no Brasil é branca. Desta maneira, postos de trabalho que requeiram algum tipo de visibilidade e importam em uma suposta credibilidade da instituição no mercado da qual faça parte, numa sociedade que se acostumou a só respeitar tudo o que é branco e a não respeitar a quase tudo que é preto são destinados aos descendentes de europeus. Esta distinção, infelizmente, ultrapassa a comparação entre coisas e objetos para ocorrer, quase sempre, também de forma subjetiva entre os seres humanos. Nestes postos de trabalho podemos observar empiricamente com facilidade, ainda que fosse desejável a adoção de metodologia científica para a comparação e mensuração entre os grupos ora mencionados, a preferência e a prevalência dos elementos brancos em relação aos indivíduos negros, supostamente com iguais níveis de escolaridade ou experiência profissional.

Deste modo, estamos supondo existir na sociedade brasileira, ainda que a Constituição não a agasalhe, mais que uma preferência ou liberdade na contratação de mão de obra por parte dos empregadores, uma reserva de vagas, uma cota para

determinadas atividades ou funções, onde veladamente não se admite a presença e muito menos o emprego da mão de obra de afro-brasileiros, sendo estas reservadas e destinadas exclusivamente aos descendentes de europeus.

Trata-se evidentemente de uma afronta à Constituição Federal que em seu Capítulo II, Dos Direitos Sociais, inciso XXX, expressa nitidamente a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e a de critério de admissão por motivo de sexo, idade, e principalmente em razão da cor ou estado civil.

Observamos que não obstante a Constituição assegurar no dispositivo acima mencionado igualdade de salários para iguais funções e proibir a preferência na contratação por critérios nitidamente eugenistas, o "mercado" ousa desafiá-la, por conta de sua "liberdade de seleção e de escolha", que preferimos chamar de discriminação racializada, requerendo uma imediata interferência do Poder Público para fazer valer o entendimento da Constituição ofendido por estas práticas visivelmente excludentes, que se escondem na liberdade de expressão das agências de publicidade e seus anunciantes, ora na liberdade de escolha dos empregadores.

Em uma sociedade que se pretenda prevaleça o estado democrático de direito, o Ministério Público do Trabalho e o Poder Judiciário, em todas as suas esferas, poderiam dar à sociedade contribuições muito maiores que as que hoje oferecem. Não para protegerem apenas os direitos dos descendentes de escravizados africanos, mas antes, para defenderem ao que por lei estão obrigados, a Constituição.

Segundo apontam dados produzidos por Campante, Crespo e Leite, em artigo publicado pela Revista Brasileira de Economia, negros recebem proporcionalmente muito menos que empregados brancos no Brasil.

Numa análise empírica, não é preciso muito esforço para compreender que, estando em desvantagem no mercado formal de trabalho na iniciativa privada, empregadores sabendo deste fato, oferecem aos empregados negros a "oportunidade" de trabalharem em sua empresa, que, inicialmente a vaga em aberto tinha destinação certa dada pelo "mercado", mas que ele excepcionalmente irá premia-lo com a vaga, desde que submetidos a algumas condições, entre elas, o exercício de mesma função, mas com reduzidos salários e tacitamente sem o direito de pedirem equiparação salarial, pois o "mercado", em sua intocável soberania está lhes abrindo uma exceção, em última análise lhes permitindo trabalhar. Quando se sabe que o "direito" a um trabalho com salário digno, o "mercado" só concede e autoriza, quase que exclusivamente aos descendentes de europeus.

De início, vemos que a diferença entre as médias dos logaritmos dos salários-hora de negros e brancos é de 0,53, o que significa que os brancos ganham, em média, cerca de 70% a mais que os negros. Se colocarmos o intercepto estimado para estes na distribuição de salários daqueles, como apresentado na tabela 5 abaixo, o salário dos negros sobe, porém muito ligeiramente, de modo que podemos concluir que não há grande efeito de discriminação na média: se houver, ele está essencialmente no "preço" dos atributos incluídos na equação minceriana estimada⁸. Uma vez que tenhamos incluído as características individuais, dentre as quais se destaca a educação, já segue uma diferença expressiva: a educação dos brancos é mais bem remunerada que a dos negros, num montante tal que o termo de discriminação corresponde a 42% do diferencial de salários. As características do mercado de trabalho reduzem esse termo de discriminação para 39% do diferencial. A interpretação deste aspecto pode ilustrar a complexidade do tema: observa-se que as características do mercado de trabalho dos negros são melhor remuneradas que a dos brancos, mas isso pode conter de fato algum efeito de discriminação. Grande parte desse efeito, como se depreende da tabela A1, advém da diferença entre os coeficientes da dummy para funcionário público de negros e brancos,⁹ o que quer dizer que vale muito mais para um negro ser funcionário público, em relação a estar no setor privado, do que para um branco. Como no setor público a possibilidade de discriminação é mais restrita, isso pode, de fato, estar indicando um tipo de discriminação presente no setor privado. Somando a isso o fato de que o impacto de não ter carteira é mais severo para o branco do que para o negro (ainda que não muito), podemos inferir que está em operação um mecanismo de discriminação na inserção dos negros no mercado de trabalho^{10n 105}.

Pesquisa realizada pelo IBOPE e pelo Instituto Ethos, a reportagem de Denise Godoy publicada pelo Jornal Folha de São Paulo, não deixa qualquer dúvida a naturalização praticada pela sociedade brasileira quanto à ausência de negros no mercado formal de trabalho na iniciativa privada, principalmente quando se trata de ocupar cargos executivos.

Quem olha ao redor no seu ambiente de trabalho constata que há muito poucos colegas negros. Chefes, então, são raríssimos. Se não surpreendem, por mostrarem uma realidade facilmente perceptível, os números a respeito da presença de negros em cargos de nível executivo nas maiores companhias brasileiras --apenas 3,5%"¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Cf. Campante, Crespo e Leite, Revista Brasileira de Econômica, Vol.58, Nº 2, Abril / Junho de 2004, Rio de Janeiro.

¹⁰⁶ Godoy, Denise, in "*Jornal Folha de São Paulo*", 11 de Maio de 2008.

Assim, observamos que as empresas e seus recrutadores se utilizam de um artifício subjetivo para não incorrerem em crimes tipificados pelo ordenamento jurídico brasileiro. Ao atribuírem genericamente ao "mercado" a ausência de negros e negras dos postos de trabalho, valem-se da mesma técnica há muito utilizada contra os descendentes de escravizados africanos. Ou seja, ao "mercado" é destinado igualmente uma deliberada impessoalidade e uma invisibilidade que a lei, a rigor, não consegue alcançar, em razão da ausência de sua personalidade fática. Afinal quem é o "mercado"?

Um argumento inconsistente que não se sustenta, uma vez que, à frente do "mercado" estão pessoas que voluntariamente ou por determinações de seus empregadores, se despem dos valores axiológicos de que são dotados todos os seres humanos para cometerem não apenas ilegalidades, mas desumanidades cruéis contra aqueles, que mesmo não desejando que o fossem, em razão de seu fenótipo e características físicas diferentes, ainda assim, são seus semelhantes.

Desta maneira, a ausência da população negra brasileira de postos de trabalho ordinários se materializa também por meio indireto das empresas e agências "especializadas", que se dispõem a realizar não apenas a seleção de pessoal, mas sobretudo se especializam na exclusão de negros do mercado formal de trabalho na iniciativa privada, a fim de assegurarem a reserva de vagas, a cota branca, exclusivamente aos descendentes de europeus.

Assim, para os postos reservados à "cota branca", veladamente, negros não são recomendados para os ocuparem, ainda que dispondo de igual capacidade profissional, conhecimento técnico e intelectual, muitas vezes superiores às exigências do empregador ou do "mercado". Mesmo assim não são admitidos, em razão de não disporem, supostamente de "capital branco", isto é de credibilidade e da "autoridade" indispensável que o "mercado" requer para exercer determinado cargo ou função. Qualidades supostamente inerentes a todos os seres humanos, que no Brasil propositadamente, em razão de sua natureza estética, não se atribuem aos negros.

Não podemos olvidar que autoridade e credibilidade no Brasil são atributos supostamente exclusivos de indivíduos brancos. Desse modo, a publicidade, não fugindo a essa regra de dominação previamente convencionada e estabelecida exclusivamente por seus interessados, tratou sempre de corroborá-la. Em outras palavras, aos brancos todas as luzes, aos negros a total ausência delas para que estes últimos efetivamente de nenhuma forma apareçam ou sejam protagonistas em suas peças publicitárias ou anúncios, exceto

quando suas presenças forem indispensáveis ou beirarem ao grotesco, como já observou Muniz Sodré.

A invisibilidade do mercado de trabalho que, em parte, atribuímos responsabilidade à publicidade, talvez resida no ideal de branqueamento, posto que no passado os anúncios de empregos vinham adjetivados de "*boa aparência*", cujo significado não era outro senão que a vaga ou emprego se destinava apenas aos indivíduos de origens caucasóides.

Muito antes, porém, conforme observou Munanga e Schwarcz, João Batista de Lacerda, antigo diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, por ocasião do Primeiro Congresso Internacional das Raças, realizado em 1911, na cidade de Paris, França, evidenciou com todas as letras o ideal de branqueamento do Estado brasileiro. Disse Lacerda: "*O Brasil mestiço de hoje tem, no branqueamento em um século, sua perspectiva e solução*" ¹⁰⁷.

Esta declaração não deixa qualquer dúvida quanto às intenções do Estado brasileiro à época, cuja intenção não era outra senão "eliminar" literalmente a maciça presença dos descendentes de escravizados africanos em território brasileiro, para que no futuro as "tradicionais instituições" brasileiras não fossem ocupadas por negros. Como se vê, a reserva de mercado, a cota branca, é algo que foi implantado no passado para refletir no futuro, cujas consequências são observadas por diferentes pesquisadores das ciências sociais nos dias atuais.

Mais emblemático ainda é o Decreto-lei Nº 7.967 de 18 de Junho de 1946, que reitera o propósito de branqueamento, como uma política inequivocamente de Estado: "*imigrantes serão admitidos de conformidade com a necessidade de preservar e desenvolver o Brasil, na composição de sua ascendência européia*" ¹⁰⁸.

Dúvidas não restam que à época o Estado brasileiro não desejava a ancestralidade africana. Como dissemos antes, parte da sociedade brasileira, formada pelos descendentes de europeus, mesmo não desejando recepcionar as suas africanidades, as têm por inteiro. Ao passo que os que desejam por inteiro a sua ancestralidade européia, apenas lhes é destinado em parte, pois que seu inconsciente está impregnado exatamente do que não deseja, é paradoxalmente submetida a uma cultura supostamente invisível, que inadvertidamente a invade e interfere no seu cotidiano, sem no entanto pedir-lhe licença. Ao descobrirem a sua maior proximidade com a ancestralidade africana e a distância que

¹⁰⁷ MUNANGA; SCHWARCZ apud ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil, o negro na telenovela brasileira**. Editora Senac: São Paulo, 2000, p.27.

¹⁰⁸ ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil, o negro na telenovela brasileira**. Editora Senac: São Paulo, 2000.

os separam daquilo que desejam, ou seja, uma completa ancestralidade européia, possivelmente, devam ser acometidos de profundas dores psíquicas, cujos remédios para estes males, suspeitamos que os encontrarão nos divãs dos psicanalistas, possivelmente com o auxílio de terapias baseadas nas teorias de Jung e Freud.

Estamos dizendo que esta resistência imposta aos valores da cultura africana, reflete negativamente para os afro-brasileiros no mercado formal de trabalho na iniciativa privada. Assim por exemplo, enquanto um ator, atriz ou um simples figurante que por conta de sua origem européia aparece no vídeo, nas capas de revistas, *outdoors*, nas diversas formas de publicidade, a fixação de sua imagem nestes meios, devido à sua constante aparição, indiretamente lhe é atribuído um valor, que por sua vez lhe atribui mais prestígio, trabalho e conseqüentemente melhores rendas.

O oposto ocorre com os atores, atrizes e figurantes negros. O fato de não estarem constantemente nos vídeos, os impedem, por exemplo, de serem convidados para participar da realização de comerciais ou peças publicitárias. Em outros termos, a sua ocultação desses meios é quem a rigor possibilita a formação de uma reserva de mercado para atrizes, atores e figurantes brancos. Ou seja, não há qualquer derivação de serviços em razão de "estarem ausentes". Transformam a sua ocultação deliberada em ausência voluntária. É como se faltassem ao trabalho, assim, hipoteticamente, seria como se o empregador "premiasse" aqueles com maior grau de assiduidade, enquanto que àqueles que não aparecendo com mesma frequência, lhes é imposto um castigo, um desvalor que invariavelmente resulta em prejuízos econômicos para estes indivíduos negros. Ou seja, pouco trabalho e igual renda. Deste modo, formam o substrato do mercado publicitário, recebem como outros trabalhadores negros do mercado formal de trabalho na iniciativa privada, os menores salários ou "cachês", sendo afastados do meio natural de captação de emprego ou serviços, que em contrapartida, por essa razão, aumenta a demanda por modelos brancos acarretando-lhes melhores rendas. Não por serem melhores, mas por não terem a concorrência de modelos negros.

A publicidade no Brasil é o lócus da transmissão encarnada da autoridade branca que por meio de uma linguagem que mesmo não dispondo de sons e imagens para seus destinatários, é um poderoso instrumento da violência simbólica que repousa no racismo. Assim ela silenciosamente diz para esta população, ainda que ela tenha se assimilado e assumido o mundo dos brancos como seu, não serve para representá-los nas suas angústias e desejos, em razão de não disporem da necessária credibilidade, como antes já

observamos, atributo que a classe dominante tratou de homogeneizar e destinar exclusivamente para si.

Esta rejeição imposta pela publicidade, embora explícita, não é observada e percebida pela maioria dos negros brasileiros, pois a violência simbólica está implícita em uma suposta cordialidade. Ela é percebida contudo pelos poucos negros politizados que tendo percorrido um longo caminho, ultrapassado enormes barreiras sociais para enfim se submeterem e se tornarem educados segundo os valores do mundo dos brancos, ainda assim são rejeitados por esses mesmos valores que lhes fizeram acreditar.

Descobrem que embora tenham se educado e submetido aos valores do mundo dos brancos, estes são exclusivos deles, pois são rechaçados pela publicidade, isto é pela sociedade, da mesma maneira e intensidade que a maioria dos negros que não puderam receber uma educação de qualidade.

Esta desvantagem educacional, quando comparamos os dois grupos formados por negros intelectuais e por negros que não receberam integralmente uma educação formal de qualidade, parece existir uma suposta vantagem para o segundo grupo em razão destes não se submeterem totalmente aos valores do mundo dos brancos, exatamente em razão de não possuírem a educação, meio que os habilita a aspirar estes valores, que supostamente são quase sempre possíveis de serem alcançados e materializados através de uma completa educação formal de qualidade. Em outros termos, a sua identidade é construída também em cima de valores de sua ancestralidade africana. Ao passo que o grupo de negros intelectuais, supostamente, ao construir a sua nova identidade fundada em cima de valores quase que exclusivamente brancos, os desejos outrora atrelados e submetidos à formal educação de qualidade que ele conseguiu, em parte, não se materializam, não obstante serem educados segundo os valores do mundo dos brancos e terem por isso, negado parcialmente a sua ancestralidade africana.

Desta maneira, os negros que não receberam uma educação formal de qualidade, ou seja, não conseguiram ultrapassar as barreiras sociais para penetrar no mundo branco, a rejeição cordial produzida pelas agências de publicidade e seus anunciantes, não os atinge completamente, pois não dispendo de capital intelectual, não estão presos na construção de desejos presumivelmente inatingíveis, em razão de sua desvantagem educacional, os quais, de antemão já sabem que, supostamente, não poderão consegui-los. Assim, "aprisionados" ao seu mundo negro, parecem mais sábios que os negros intelectuais que acreditando em uma democracia desracializada, se submetem integralmente ao mundo dos brancos na

esperança de verem realizados os seus desejos e aspirações econômicas. Negam o mundo dos negros e são negados pelo mundo dos brancos.

Presos a uma armadilha "invisivelmente branca", agora é a vez dos negros intelectuais, aqueles que puderam pagar, se socorrerem da psicanálise para a cura de seus males brancos. E às mesmas terapias com base nas teorias de Jung e Freud que as elites a se submetem para amenizar as suas culpas. Aqueles que não puderem pagar, possivelmente, se submeterão à sabedoria de sua ancestralidade que muitas vezes repousam nas religiões de matrizes africanas, para assim serem reintroduzidos ao que antes negaram, mas que de fato jamais se libertaram; as raízes de seu mundo negro.

Por isso advogamos que é imprescindível a presença do Poder Público, não para regular o que a Constituição tratou de agasalhar, antes estamos nos referindo à proteção dos direitos fundamentais da população descendente de escravizados africanos, cuja representação também nas peças publicitárias, seja proporcional à sua representação e dignidade na sociedade brasileira.

A influência da publicidade na transferência involuntária de recursos financeiros

É notória a luta desigual que os trabalhadores negros empreendem e muitas vezes se submetem a uma desleal e injusta concorrência para obterem uma vaga no mercado formal de trabalho na iniciativa privada. Seus desafios são incomensuravelmente maiores quando em comparação aos esforços empreendidos por trabalhadores brancos com iguais ou menores qualidades profissionais que seus concorrentes para o mesmo cargo ou posto de trabalho.

O modelo de democracia adotado no Brasil pelas agências de empregos e empregadores é aquele que sempre esteve posto em nossa sociedade, ou seja, o que privilegia os trabalhadores brancos em detrimento dos trabalhadores negros, não obstante a Constituição e o Princípio da Igualdade não agasalhareм estas atitudes de exclusão seletiva, visivelmente racializadas.

Ainda assim, temos a percepção de que a classe dominante, visando preservar a sua hegemonia e interesses, não explicitamente, porém informalmente, ignora a Constituição, a fim de fazer valer a prevalência de seus valores e dogmas, calcados na construção de uma sociedade com valores exclusivamente europeus.

Desta maneira, conforme observou Cunha Junior, *"os determinantes de nossa posição neste mercado de trabalho tiveram sempre componente de origem racial ou cor da*

pele"¹⁰⁹, as elites tentam ocultar o que a publicidade produzida sob suas ordens explicita. Em geral, a seleção de pessoal, quer quando efetuada pelas agências de empregos ou diretamente por empregadores, parece-nos ser racializada e excludente, em face da inegável preferência que este mercado e empregadores têm pelos trabalhadores de origem européia. Conforme Cunha Junior, fazem uma opção pela cor da pele: a pele branca.

Como já observamos antes, as elites se utilizam dos meios de comunicação de massa e sobretudo da publicidade para transformá-los no lócus da exteriorização do princípio da autoridade branca. Segundo observou o sociólogo francês Pierre Bourdieu, as elites pretendem que este princípio se revista de uma sacralidade, de tal sorte que não poderá ser contestado por aqueles que, na condição de destinatários, devem como tal apenas recepcioná-lo como uma verdade absoluta e, se presume igualmente justa, assim devem a ele se submeter, sem no entanto questionar a sua legitimidade. É certo, contudo não se agasalhar de nenhuma legalidade. E ainda assim se impõe como uma lei a ser seguida por todos do "mercado".¹¹⁰

Conforme aponta Cunha Junior, por trás desta necessidade de se auto-afirmar como uma autoridade que não dispõe, está a ideologia do racismo que deliberadamente exclui os trabalhadores negros dos postos de trabalho mais ordinários "*se na escravidão nossa negritude foi sinônimo de escravo, no trabalho livre, o racismo resultante da reelaboração do aparato teórico do escravismo serve de mecanismo de exclusão dos postos de trabalho e de rebaixamento de salários*"¹¹¹. Assim, os empregadores procurando mascarar o racismo que está impregnado nas relações de trabalho no Brasil, vez por outra admitem um trabalhador negro para ocupar a vaga que no determinismo do capitalismo selvagem, estava inicialmente reservada para um(a) empregado(a) branco(a).

Esta inserção do indivíduo negro na cota branca se destina a atender mais ao capitalismo que à democracia. O empregado negro ao preencher com sua força de trabalho a cota branca, serve como freio às pretensões salariais dos empregados brancos que, em razão de não se encontrarem mais isoladamente, perdem a força do capital de pressão que dispunham para fazerem frente a seus empregadores. Ou seja, a suposta exclusiva competência da mão de obra branca é colocada em cheque.

Percebem que seus empregadores lhes enviam uma mensagem, sutil, a fim de protegerem seus interesses capitalistas. A voz do explorador soa aos ouvidos dos

¹⁰⁹ CUNHA JUNIOR, Henrique. **Textos para o Movimento Negro**. Edicon: São Paulo, 1992, p.73.

¹¹⁰ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Editora Betrand Brasil: Rio de Janeiro, 2007

¹¹¹ CUNHA JUNIOR, Henrique. **Textos para o Movimento Negro**. Edicon: São Paulo, 1992.

trabalhadores brancos por meio de uma metáfora, que muito os faz pensar; "a incompetência dos trabalhadores negros é uma falácia que introduzimos no mercado e a utilizamos como pretexto para proteger os trabalhadores brancos e suas famílias e ao mesmo tempo não sermos acusados de racistas. Vejam que os trabalhadores negros desenvolvem os mesmos trabalhos com igual competência, porém, com uma enorme vantagem sobre vocês, produzem igual e, às vezes mais e melhor, entretanto ganhando muito menos".

Esta suposta mensagem subliminar faz despertar certo temor nos trabalhadores brancos. Sabem no seu inconsciente da ausência de trabalhadores negros em uma sociedade que tem na sua composição étnica uma diversidade, em grande parte representada por esses trabalhadores. Portanto, a sua ausência, não pode ser naturalizada, antes passa a ser hostilizada em razão de uma possível concorrência e se assentar na voz do explorador. Ainda assim se estabelece por parte dos trabalhadores brancos que, na prática, insistem em naturalizar a ausência dos trabalhadores negros em seus locais de trabalho; inicia-se a marcação de território, no sentido de impedirem o acesso de outros trabalhadores negros, os quais passam a representar para eles não apenas uma ameaça às suas pretensões salariais, mas principalmente às suas carreiras e postos de trabalho.

Em outros termos, os trabalhadores brancos no Brasil, em geral, quase sempre não são solidários aos trabalhadores negros. Para protegerem os seus postos de trabalho, paradoxalmente, nos parece, se solidarizam mais com o capitalismo que também os explora e racial e seletivamente exclui os trabalhadores negros do mercado formal de trabalho na iniciativa privada.

As Centrais Sindicais por sua vez, também não se solidarizam abertamente com os trabalhadores negros. As suas abordagens são sempre genéricas, fundadas na autoridade branca, como reiteradas vezes já demonstramos ao longo deste trabalho. Assenta-se no pressuposto generalista, o que serve para qualquer trabalhador branco, serve também para qualquer negro, trabalhador ou não. Nenhuma delas jamais fez campanhas abertas para a inclusão de trabalhadores negros. Por uma razão muito simples. Abrir espaço para trabalhadores negros no mercado formal de trabalho na iniciativa privada significaria eliminar a reserva de vaga, a cota branca que os meios de comunicação de massa não abordam e tampouco as Centrais Sindicais se manifestam contrariamente nesse sentido. Silenciam-se, pois não desejam abordar questão racial no mercado formal de trabalho na iniciativa privada e imiscuir-se num assunto que parece adormecido, "já naturalmente assimilado" pela sociedade, para não dizermos propositadamente colocado no ostracismo,

tal qual seus destinatários. Sequer existe uma agenda para discuti-lo. E abordá-lo poderia, portanto, suscitar uma discussão indesejada que irá expor e escancarar a cota branca, a indecorosa e preferencial reserva de vagas para os trabalhadores brancos no mercado formal de trabalho na iniciativa privada no Brasil.

Mais do que isso, sabem as Centrais Sindicais e a sociedade, que as ações afirmativas que os negros há muito pleiteiam, não se limitam apenas às universidades. Passam necessariamente pela democracia no mercado formal de trabalho na iniciativa privada no Brasil.

Assim, as grandes Centrais Sindicais como CUT, Força Sindical e CGT por exemplo, passam um recibo ao capitalismo excludente, que se sente autorizado em suas deploráveis atitudes visivelmente racistas e preferencialmente contra a população descendente de escravizados africanos, legitimado por quem deveria lhe exigir ações inclusivas e democráticas dentro de uma lógica dos direitos humanos com a salvaguarda da Carta Nacional de Direitos, a qual se pressupõe estender seu longo agasalho a todos os brasileiros, inclusive aos negros.

Talvez resida na assertiva formulada por Cunha Junior, as razões que levam as Centrais Sindicais e a sociedade a silenciarem diante da violência que se pratica contra os trabalhadores negros "*trabalho escravo torna-se sinônimo de trabalho de negro e negro torna-se sinônimo de trabalho*"¹¹² e, infelizmente, acrescentamos, muitas vezes, sinônimo de trabalho mal remunerado.

Os trabalhadores negros no Brasil se submetem e enfrentam isoladamente uma cadeia cínica de resistência que se inicia pelas agências de publicidade e propaganda e termina na rejeição conjunta imposta por empregadores e seus empregados brancos, estes últimos, não desejando tê-los como seus colegas, (*in*) voluntariamente se transformam em instrumento do capitalismo que vitima imensuravelmente os trabalhadores negros. Desta forma, não facilitam o seu acesso no mercado formal de trabalho na iniciativa privada, ao contrário, impõem-lhes enormes barreiras, enquanto que, dispondo de informações privilegiadas, estabelecem a sua rede de relacionamento e por meio dela se protegem, e mutuamente facilitam o acesso a esse mercado desonesto e injusto, exclusivamente de trabalhadores de descendência visivelmente européia. Isto é, brancos.

Longe de desejarmos que os trabalhadores brancos não protegessem os seus empregos, antes estamos dizendo que poderiam, pelo menos, ser mais éticos e se

¹¹² CUNHA JUNIOR, Henrique. **Textos para o Movimento Negro**. Edicon: São Paulo, 1992.

solidarizarem não com seus exploradores, mas com os seus pares, pois ambos são trabalhadores e ambos são igualmente explorados pelo mesmo capital que explora trabalhadores de todas as suas origens e matizes. Se os trabalhadores negros servem de freio às pretensões dos trabalhadores brancos, estes servem de contrafreio à entrada dos trabalhadores negros na iniciativa privada. São os meios para o fim do capital, explorar ambos e deles tirar a melhor vantagem e proveitos. Assim, paradoxalmente, trabalhadores negros e brancos se assemelham, pois são igualmente explorados em sua dignidade de seres humanos.

Importa lembrar ainda que a invisibilidade que acarreta na ausência da população negra do mercado formal de trabalho na iniciativa privada é fruto de sua segregação produzida também pelos meios de comunicação de massa, com forte apoio da publicidade privada e seus anunciantes.

Segundo apurou o Jornal “Folha de São Paulo” durante uma semana, por 115 horas observou que ausência da população negra desses meios, trata-se de uma segregação intencionalmente racializada, não admitida pela Constituição, que poderia ser objeto de propositura de possíveis ações pelo Ministério Público para a indispensável apreciação do Poder Judiciário, visando sobretudo inibir e coibir a veiculação de peças publicitárias visivelmente danosas para a sociedade. “(.....) *a segregação se expressa não apenas na inferioridade numérica e no menor espaço de tempo de exposição que cabe a negros e mestiços, como também na maneira estereotipada como são apresentados*”¹¹³.

A ideologia do racismo no Brasil se insere na construção de uma estrutura de exclusão edificada também do negro contra o próprio negro. Segundo Frantz Fanon, “*buscam na ilusão dos espelhos que oferecem um reflexo branco*”¹¹⁴. Em outros termos, rejeitam os seus valores para aceitarem valores exclusivamente brancos.

É possível residir na “ilusão dos espelhos” a que Fanon se refere a explicação porque negros que conseguindo ultrapassar as enormes barreiras sociais, mesmo assim, ao invés, a exemplo daqueles que os exclui, fazerem circular os seus ativos no seu meio. Muito pelo contrário, em geral toda a fortuna que os negros brasileiros conseguem amearhar, quase sempre retornam às mãos de seus opressores por meio dos casamentos inter-raciais, que a rigor ocorrem com uma suposta naturalidade, primeiro em razão de um suposto “desejo natural” do negro pela mulher branca. Uma construção racializada

¹¹³ *Jornal Folha de São Paulo*, edição de 06/01-1996 apud SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil - A trilha do círculo vicioso**. Ed. Senac: São Paulo, 2001.

¹¹⁴ FANON, Frantz. **Pele negra mascarar brancas**. EDUFBA: Salvador, 2008.

ideologicamente hierarquizada e despeitosa contra a mulher branca que é colocada como um objeto e ofendida em sua dignidade de ser humano, com apoio explícito da publicidade. Desrespeitosamente, a mulher branca é oferecida como um troféu a ser conquistado pelo homem negro. Segundo porque, agora tendo o negro dinheiro suficiente para desposá-la, poderá finalmente realizar o seu sonho de consumo, ou seja, penetrar no mundo branco, o que não raras vezes se transforma em pesadelo, não só para o noivo, em geral, também para sua família e familiares. Terão agora que se submeter a uma nova realidade.

Há uma inegável rejeição do próprio homem negro bem sucedido financeiramente na constituição de famílias negras, o que poderia dar origem à formação de uma classe média negra economicamente sólida.

Segundo leciona Fanon, a questão está na linguagem que os meios de comunicação adotam. No Brasil é empiricamente fácil se constatar a hierarquização que os meios de comunicação de massa estabelecem entre negros e brancos. Como se sabe, quase sempre o que é proibido, a rigor desperta um desejo para ser descoberto, sobretudo para aqueles indivíduos que estão à margem da sociedade, cuja oportunidade de materializar o que antes lhes parecia impossível, podem, finalmente agora, por conta do dinheiro que conseguiram, ter acesso ao mundo que antes lhes fora proibido.

A construção no imaginário coletivo dos homens brancos é que a eles estão reservadas todas as mulheres. Ao passo que para os homens negros, as mulheres brancas só poderão ser "tocadas" mediante certas condições mercadológicas não universalmente explícitas, porém nitidamente implícitas para os descendentes de escravizados africanos que a elas se submetem. Em outras palavras, para um negro se casar com uma mulher branca ele terá quase sempre que dispor de muito dinheiro, o suficiente para demonstrar à sociedade que está disposto a pagar o preço por imiscuir-se no fechado mundo dos brancos.

Fará com grande satisfação a transferência de sua fortuna para a família e familiares de "sua" mulher branca, numa demonstração exacerbada de poder econômico. A auto-afirmação da conquista. Trata-se da transferência involuntária de recursos financeiros para seus antigos opressores. Afinal, algozes também amam, e se permitem ser amados por suas vítimas, desde que elas se insiram e se submetam às suas rígidas condições mercadológicas.

Descobrirá que para penetrar no mundo dos brancos, mais que satisfazer a mulher que por amor foi escolhida para ser sua companheira, terá também que satisfazer sempre a sua família, familiares e amigos. Implica muitas vezes para o homem negro em renunciar

ao seu mundo, seus valores, sua família e seus amigos. Será obrigado a transformar-se em um soldado dos valores que até então considerava injustos. Serão exigidas fidelidade e competência, que se expressam por meio de pagamentos e assistência financeira àqueles que lhe permitiram invadir e conhecer o "seu" novo mundo.

Penetrar no mundo dos brancos, para usar uma expressão de Fanon, mais que *saciar a carne branca*, o mais difícil para o homem negro é se livrar da sede que todos têm pela sua recém edificada fortuna. Não se associaram antes para edificá-la, ao contrário, possivelmente tenham empreendido ações que dificultavam a sua materialização. Contudo, se associam para dela se beneficiar. O dote negro é literalmente compartilhado com a família, familiares e amigos da eleita, quase sempre de pouca ou nenhuma cultura e nenhum dinheiro, ou seja, pobre. Contudo dispõe do único valor que realmente importa e que o novo afortunado busca para saciar seus desejos de criança-adulta, uma mulher branca; já que casamentos inter-raciais, em geral, não ocorrem no plano das elites solidificadas. Suas portas se abrem para receber negros apenas como empregados e pelos fundos.

Exemplos não faltam, sobretudo, quando o objeto de análise é o de jogadores de futebol, cantores populares e artistas negros, em geral oriundos de famílias muito pobres. A mídia televisiva e impressa relata estes acontecimentos com frequência.

Supomos que o grande problema resida na construção de imaginário coletivo dos homens negros, onde tudo que é belo, valoroso e digno é branco. O posto se constrói e se destina à população afrodescendente.

Como não dispõem do capital educacional tão necessário para a gestão de novas fortunas, são de certa forma, transformados em presas fáceis da estrutura ideológica do racismo, por meio da valorização de tudo o que é bom e digno é branco, com base nesses valores, lhe subtraem com facilidade o que conseguiram construir a custa de muito trabalho e dificuldades.

Assim, ainda que tenham conseguido amealhar uma pequena fortuna, a suposta alforria libertária obtida através de uma visibilidade concedida e supostamente momentânea, mesmo assim ainda precisarão do reconhecimento daqueles que outrora os excluía e excluem os outros negros. Passam a buscar no consumo desenfreado dos mesmos produtos e serviços, uma presumível igualdade, os quais anterior à sua repentina visibilidade se destinavam exclusivamente ao consumo de seus algozes. Novamente se deparam com valores que lhes foram negados e que agora lhe são permitidos ou tolerados.

Estão "livres" para consumirem o que antes lhes era proibido. Fazem-lhes pequenas concessões em troca de seu mundo, da total renúncia de sua identidade negra.

Conforme observou Frantz Fanon "*trata-se de um processo bilateral a tentativa de aquisição por interiorização de valores originalmente proibidos*" (FANON, 2008). Ou seja, os negros se sentem inferiorizados e aspiram ser admitidos no mundo dos brancos. Agora, com dinheiro, sonham viver o suposto mundo de *glamour* e facilidades que a publicidade e a mídia em geral construíram no seu imaginário, mas que ele nunca teve.

Este fato, ainda segundo Fanon, dá margens a universos opostos, onde, "*o preto escravo de sua inferioridade, o branco escravo de sua superioridade, ambos se comportam segundo uma linha de orientação neurótica*"¹¹⁵. Uma contradição à natureza humana que não contempla e tampouco admite hierarquização entre seres humanos. Por essa razão os "noires-riches"¹¹⁶, explica Fanon, não conseguem "*levar os brancos a ter com eles uma atitude de negros*", ou seja, uma "natural" subalternidade em suas relações, mormente quando esta relação está atrelada à existência de uma hierarquização econômica que ele agora dispõe. Ao contrário, eles que na condição de "*Chefes*", ainda que dispondo de uma fortuna e a quem se pressupõe obediência, contudo os brancos jamais se submetem às suas ordens. Muito pelo contrário, são eles os "noires-riches", a rigor, que estarão sempre sujeitos a um alerta de suas inalteradas condições de negros.

Como se pode observar, as relações raciais existentes no Brasil entre brancos e negros ultrapassam as relações econômicas para se inserir numa extremada violência simbólica, da qual os indivíduos negros, ainda que tendo conseguido penetrar no mundo dos brancos e mesmo que não queiram, serão sempre sutilmente lembrados de suas origens africanas.

Constatamos que a fortuna construída pelos "noires-riches", não lhes confere uma autoridade informal sobre brancos pobres, em oposição a uma naturalizada subalternidade que em geral, os brancos afortunados ou não, costumam submeter aos negros, sejam eles também pobres ou não.

¹¹⁵ FANON, Frantz. **Pele Negra Mascaras Brancas**. EDUFBA: Salvador, 2008.

¹¹⁶ GASPAR, Osmar Teixeira. Usamos este termo derivado do francês "noires-riches" para nos referirmos à complexa relação racial no Brasil, sobretudo de alguns poucos negros brasileiros que por conta do dinheiro que amealharam conseguiram penetrar parcialmente no mundo dos brancos, sem contudo desvencilhar-se totalmente de seu mundo negro. E, tampouco conseguem submeter aos brancos pobres à mesma subalternidade e violência simbólica que eles, anterior a sua nova condição de homens ricos, eram rotineiramente submetidos por brancos de quase todas as camadas sociais.

É muito possível que a explicação para este fato resida na construção do mito de raça superior e raça inferior a que se referiu Gobineau¹¹⁷.

Assim, desmistificados pela exacerbada visibilidade produzida pelos meios de comunicação de massa, bem como pela publicidade, não há porque brancos supostamente superiores, se submeterem a negros supostamente inferiores. Ou seja, o mito só se configura quando suas vítimas lhes dando crédito, agem segundo as suas determinações e convicções, que são construídas e interiorizadas a partir de falsas verdades que são reforçadas por conta exatamente de interesses da classe dominante em solidificar o mito, de tal sorte que ele se transforma em uma verdade quase que absoluta para seus receptores.

Ora, brancos no Brasil não foram submetidos a uma mesma violência simbólica de subalternidade que as elites brasileiras impuseram aos negros. Assim eles não veem os negros como seus patrões e muito menos como seus superiores hierárquicos. Ainda que inferiorizados economicamente, tendem a tratá-los naturalmente com igualdade. Aliás, quase sempre com superioridade. Seria o ideal que negros também assim lhes retribuíssem iguais tratamentos. Não o fazem, pois estão impedidos por conta exclusivamente da violência simbólica a que foram e são submetidos intencionalmente pela mídia publicitária. O mito naturalizado precisa necessariamente ser desmascarado por suas vítimas, sob pena delas permanecerem atreladas a esta violência por muitos anos.

Aliás, conforme observou Louis T. Achiles, *"não recebem a igualdade total com esta raça ilustre, senhora do mundo, dominadora dos povos de cor"*¹¹⁸.

Constatam que a suposta liberdade que o dinheiro lhes traria, não se realiza integralmente, pois estão presos a uma indelével violência simbólica e a valores tão aviltantes para a dignidade humana, que grande parte dos brancos, infelizmente, deles ainda não se libertaram. Em outros termos, descubrem que a sua real liberdade não se assenta na fortuna que amealharam, mas sim que sua liberdade está condicionada a uma decisão intimamente ligada aos indivíduos brancos. Somente quando estes se libertarem da destinação naturalizada de suas práticas visivelmente racializadas e excludentes contra os descendentes de escravizados africanos, é que eles poderão finalmente se sentir livres.

Verificamos também nos dias atuais que tanto os negros quanto os brancos no Brasil ainda estão presos a uma estereotipia que os separam e os impedem de se realizarem integralmente como seres humanos livres. Imaginam-se livres, porem ainda estão presos ao

¹¹⁷ Conde Arthur Joseph de Gobineau, (1816-82) considerado o pai das modernas teorias racistas, apud KLINENBERG, Otto. **As diferenças raciais**. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1966.

¹¹⁸ ACHILES, T. Louis, apud FANON Frantz. **Pele negra Mascaras Brancas**. EDUFBA: Salvador, 2008, p. 75.

legado das representações do universo vivido por seus ancestrais. Os brancos como senhores-de-escravos e os negros como vítimas de uma escravidão formal, que invisivelmente ainda persiste em mantê-los simbolicamente na condição de escravizados.

Desta forma, os negros, visando escaparem desta armadilha, sem qualquer planejamento estratégico, por conta dos valores que lhes foram incutidos ao longo de suas vidas, o que mais querem é exibirem aos outros e aos seus as suas conquistas. Para tanto precisarão se aproximar ao máximo do modelo branco de sucesso que estão introjetados em seu interior.

Conforme observa Frantz Fanon, não fossem as suas diferenças fenóticas, se transformariam em uma perfeita replica do branco¹¹⁹. São os negros-branco, indivíduos que perderam de certa forma o elo com a sua identidade, imposta pela violência simbólica através dos meios de comunicação de massa que auxiliam na construção de falsos mitos, que por sua vez são reforçados pela publicidade, para sonharem com a possibilidade de viverem o que sempre lhes fora terminante proibido: o mundo dos brancos. A partir daí estabelecem uma ruptura com o seu meio, renegam os seus valores e identidade, se alienam. Assumem inteiramente o mundo dos brancos que sempre desejaram como seu.

Assumem a cultura do outro, de quem imagina receber algum respeito. Ignoram que o respeito é destinado à sua fortuna e ao prestígio que ela proporciona, obviamente enquanto ela durar. Não fosse ela, as portas que ora se abrem, continuariam como sempre estiveram para todos os negros, fechadas. E dentro de uma lógica utilitarista, se fecharão, tão logo eles não possam mais patrocinar o prestígio que o dinheiro "fácil" lhes proporciona.

Segundo ainda Fanon, "*são brancos a partir de alguns milhões*"¹²⁰ e sempre negros na total ausência destes. Afinal ser branco no Brasil não se limita apenas ao dinheiro. Já que brancos pobres, quase sempre gozam também dos mesmos prestígios que se destinam aos brancos ricos. Ser branco no Brasil se insere na beleza, na virtude e principalmente na autoridade que nunca foram negras.

A publicidade excludente produzida no Brasil, apoiada na quase total indiferença da sociedade, faz questão de evidenciar estes pressupostos por meio da invisibilidade seletiva que sempre destinou aos negros, a tal ponto que, peças publicitárias que supostamente expressam estes valores, quase nunca são protagonizadas por esses indivíduos.

¹¹⁹ Fanon, Frantz, "*Pele Negra Mascaras Brancas*" EDUFBA, Salvador, 2008.

¹²⁰ Idem.

Esta tênue estrutura que coloca estes indivíduos negros nos mundos dos brancos, não obstante terem empreendido possivelmente grandes esforços para se transformarem em "noires-riques", indiretamente são submetidos a uma pressão que invariavelmente lhes acometem de uma neurose, conforme observou Frantz Fanon, em razão de não admitirem a idéia de fracassarem e terem novamente que ficar às escuras, às sombras e a invisibilidade que o ostracismo produz. Em oposição ao prestígio, às luzes e holofotes que, em geral, estes indivíduos conseguiram, unicamente por conta da construção da fortuna que amealharam.

Não é difícil compreender o temor que a que são submetidos. Afinal conhecem os dois lados. O privilégio de ser branco e a enorme desvantagem de ser negro no Brasil.

Instala-se no interior destes indivíduos um conflito de difícil solução. Descobrem tardiamente que há muito deixaram de ser negros, contudo estão muito longe de serem inteiramente brancos, ainda que voluntariamente tenham adotado o mundo dos brancos como seu.

Uma contradição, não da natureza humana que é sábia em sua diversidade e dignidade, mas dos homens, fundada na ideologia do racismo.

O mundo negro lhes oferece o ostracismo como realidade, ao passo que o mundo branco destina-lhes luzes opacas de quase nenhum brilho. Percebem que o investimento e o esforço que empreenderam para penetrarem no mundo dos brancos, propiciaram-lhes um isolamento muito próximo ao ostracismo a que antes se submetiam no mundo dos negros. Agora com uma sutil diferença; ainda que disponham de muito dinheiro, não lhes destinam e tampouco são distinguidos com os mesmos tratamentos que pessoas brancas em iguais condições, são.

O dinheiro e o reconhecimento por parte da sociedade que muitos deles obtiveram por meio do exercício da atividade artística ou futebolística, por exemplo, não os isentam totalmente de tratamentos, muitas vezes humilhantes que, sem nenhuma razão, são destinados a pessoas comuns.

A ausência de profissionais negros em postos de trabalhos, sobretudo do mercado formal de trabalho na iniciativa privada, onde se concentra a maior resistência na absorção da mão de obra negra, quer exijam uma formação de grau médio ou superior, gera situações inusitadas em nossa sociedade. Indivíduos brancos que jamais passaram por bancos de uma universidade, apenas por estarem bem trajados ou dirigindo seus carrões importados, são imediatamente associados ao êxito e logo se lhes destinam e são distinguidos com falsos títulos de "doutores". Ao passo que negros que de fato são

titulados doutores por universidades renomadas, muitas vezes, são lhes exigidos provarem as suas titularidades e habilidades, em razão de não se acreditarem que descendentes de escravizados africanos pudessem sê-los doutores. Certamente em razão da construção do mito da superioridade branca, onde se pressupõe que certos espaços no Brasil devem ser naturalmente destinados e ocupados exclusivamente pelos indivíduos de origem européia.

Talvez seja esta a lógica que a publicidade se utiliza para excluir a população afrodescendente de suas peças publicitárias. Ou seja, os espaços de negros e brancos já estão previamente estabelecidos. Aos negros, somente papeis de coadjuvantes, nunca de protagonistas.

Assim, a publicidade assume para si o direito de retirar a humanidade de indivíduos negros e atribuí-la exclusivamente aos indivíduos brancos, quando ambos são seres humanos absolutamente iguais, cujas diferenças se assentam apenas em seus fenótipos.

Observamos finalmente que a sociedade brasileira, no seu silêncio e indiferença à exclusão dos negros dos meios de comunicação de massa, tem na publicidade o seu agente da violência simbólica.

Desta violência, supostamente são decorrentes várias patologias, as quais deixamos a análise da psiquiatria e da psicologia para acentuarem ou não as nossas suspeitas. A baixa auto-estima dos negros contudo, é um dado inegável já observado por outros pesquisadores destas áreas.

Resta-nos, pois, reiterarmos o que já observamos em capítulos anteriores. A violência simbólica a que é submetida a população afro-brasileira, esta não é a única de suas vítimas. Ao contrário, conforme já observou Comparato¹²¹, toda a sociedade se vitima quando um único indivíduo ou grupo é ofendido em sua dignidade de ser humano. Ofendidos estarão ainda todos aqueles que lutam para a construção de uma nação mais democrática e justa.

Observamos, segundo Fanon, "*o comportamento patológico é frequentemente apresentado como "autenticamente" negro*",¹²² é uma falácia, pois pressupõe que uma sociedade que silenciosamente assiste à deliberada exclusão de um grupo que desde sempre contribuiu para o seu desenvolvimento certamente só pode estar sofrendo de uma patologia congênita, que a ciência, infelizmente, ainda não descobriu a sua origem para

¹²¹ COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. Editora Saraiva: São Paulo, 2001.

¹²² FANON, Frantz. **Pele Negra Mascaras Brancas**. EDUFBA: Salvador, 2008, p.15.

curá-la desse mal imensurável. E aí quem sabe, a população negra poderá se ver livre de sua perseguição gratuita, supostamente em razão de possuir um fenótipo que brilha naturalmente mais intensamente aos raios da natureza.

A dor silenciada

A dor simbolicamente silenciada da população descendente de escravizados africanos através dos meios de comunicação de massa no Brasil tem na publicidade o seu principal agente disseminador. A dor que os escravizados se viram impedidos de dar a conhecer ao mundo, seus ancestrais possivelmente encontram nas religiões de matrizes africanas, o lócus para ecoarem os lamentos outrora naturalizados e ignorados por seus algozes.

Dissemos também que reservamos à psicanálise e à própria psicologia a análise quanto aos danos que a invisibilidade seletiva produzida pela mídia, causaram e causam aos afro-brasileiros.

Contudo, não podemos ignorar a violência que é perceptível, ainda que de forma empírica. Assim, apenas para usar uma frase-título da peça teatral de Guarnieri¹²³, mais que "*um grito parado no ar*" há sem dúvida, uma profunda dor silenciada pelas vítimas da escravidão e do racismo no Brasil.

Atesta a psicologia, como uma das terapias eficazes no combate às dores psicológicas, resultar na exteriorização da violência sofrida por suas vítimas. Em outros termos, supostamente, quando encontramos alguém com quem podemos externar as nossas angústias, normalmente a pressão que estávamos sofrendo, ao ser dividida com outro semelhante, que dispensa atenção aos nossos problemas, parece provocar certo alívio; em oposição àqueles que não tendo com quem partilhar o seu sofrimento, provavelmente, devem sofrer profundamente seus males por mais tempo, posto que as suas dores são consumidas pela solidão.

Longe de sugerirmos a auto-ajuda ou a dispensa de profissionais destas áreas, antes estamos falando de alteridade, que implica necessariamente no respeito e no reconhecimento do outro. Deste modo, parece-nos não ser difícil imaginar o sofrimento psicológico a que os escravizados e posteriormente seus descendentes se submeteram, por conta de não terem com quem dividir, no isolamento da escravidão, suas dores e angústias.

¹²³ GUARNIERI, Gianfrancesco. *Um Grito Parado no Ar*. São Paulo, 1973.

A inexistência de alteridade entre os escravizados e seus senhores, pode ter estabelecido nos primeiros um enclausuramento de suas dores, formando um terreno fértil para a instalação de uma profícua violência simbólica, que possivelmente assume a forma de uma neurose que a ciência ainda nos dias de hoje não tenha decifrado com precisão.

Receamos que a invisibilidade seletiva da população descendente de escravizados africanos seja também o lócus de imposição de uma auto-rejeição que acarrete a suas vítimas um processo de completa anulação.

Segundo explica a psicanalista Isildinha Baptista Nogueira, os efeitos psicossociais do racismo demandam a produção de "*antídotos contra o veneno da discriminação*"¹²⁴. Diz ainda que estes efeitos provocam feridas profundas que precisam de curativos permanentes "*é tão bom que fica, que a gente consegue andar bem. Mas se esse curativo nunca foi feito, é difícil. A gente caminha, mas cheio de dor*"¹²⁵. Podemos entender nas palavras de Nogueira que a população descendente de escravizados africanos, sufocada em sua invisibilidade, sempre esteve precisando curar suas profundas feridas psíquicas, pois a sua longa caminhada na busca por respeito, direitos iguais e cidadania, ainda está presa às dores físicas e simbólicas silenciada por seus ancestrais.

Permitir a exteriorização desse sentimento de dor é conceder-lhe a humanidade que sempre teve, porém quase sempre não reconhecida por seus algozes.

Produzir "*antídotos contra o veneno da discriminação*" pressupõe a construção de uma auto-estima vigorosa, fundada no reconhecimento do outro, pela sociedade. Bem ilustra a psicanalista Nogueira, ao afirmar "*a medida que a pessoa se sente uma coisa e não se sente como pessoa. Não ser visto é enlouquecedor*"¹²⁶

O racismo subjetivado pela sociedade brasileira se insere em uma dimensão da supressão de imagens, da voz e da palavra, uma vez que estes atributos, como antes já observamos, são valores que se assentam em uma prevalência do capital branco, fundado no princípio da autoridade, que por sua vez no Brasil, é também exclusivo dos descendentes de europeus.

O silêncio imposto a esta população, parece fazer parte de um pacto, conforme observa a psicoterapeuta Liane Zink:

¹²⁴ NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Psique Negritude, os Efeitos Psicossociais do Racismo**. Instituto Amma, Imprensa Oficial: São Paulo, 2008, p.40.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Ibidem, p.41.

(...) o silêncio de não contar a história dos maus-tratos de não contar todo o sofrimento. O oposto da reação dos judeus em relação ao Holocausto. Contam tudo... eles estão o tempo todo lembrando. E aqui o segredo foi o silêncio.¹²⁷

Imaginamos que o silêncio não tenha sido o segredo, antes uma estratégia. O que não se vê não se comenta. Quanto maior for o número de ignorantes, menores serão as suas forças. Assim, mais que manter a população negra invisível, é preciso mantê-la em sua ignorância, no ostracismo e no esquecimento, para que suas dores, as quais lhe sendo quase imperceptíveis, tampouco precisam ser informadas e, muito menos reconhecidas por aqueles que as produziram ou as produzem intencionalmente.

A ignorância e o silêncio são atributos poderosíssimos da violência simbólica produzida no Brasil e imposta à população descendente de escravizados africanos, criando uma barreira invisível entre o passado e o presente. E, convenientemente, como se o primeiro jamais existiu.

Não por acaso, setores mais conservadores da sociedade, impõem uma enorme resistência às ações afirmativas. O que está implícito na implementação dessas ações é o reconhecimento desses setores que a escravidão no Brasil produziu danos de toda ordem aos escravizados e seus descendentes. Reconhecer os males provocados pela escravidão implica antes descortinar o que a História oficial tratou sempre de encobrir.

As ações afirmativas paradoxalmente, se por um lado poderão resgatar a auto-estima de um grupo socialmente vulnerável na sociedade, por outro poderão indiretamente provocar dores psíquicas àqueles que serão informados ou lembrados das atrocidades cometidas por seus ancestrais.

Os males psicossociais do racismo, ao contrário do que podem parecer inicialmente, não atingem apenas às suas vítimas. Vitimam também seus agentes.

Dar visibilidade e notoriedade a este assunto pressupõe se submeterem a uma desonra pública e assumir a vergonha das atrocidades cometidas por seus ancestrais. Mais do que isso, implica no reconhecimento das ações afirmativas como um dos caminhos viáveis para se reparar parte dos prejuízos imensuráveis que outrora a classe hegemônica destinou à população negra. Todavia, estrategicamente sempre negou, exatamente para não reconhecê-los e tampouco assumir publicamente a culpa dos inúmeros privilégios que goza em razão da exploração e da subtração de direitos e oportunidades de seres humanos que

¹²⁷ ZINK, Liane. **Psique Negritude, Os Efeitos Psicossociais do Racismo**. Instituto Amma, Imprensa Oficial: São Paulo, 2008, p.50.

foram forçosamente submetidos a condições de vulnerabilidade e ofendidos em sua dignidade.

Submeter-se a uma desonra coletiva, antes requer assumir-se integralmente como ser humano. O sentimento de humanidade é intrínseco a todos os seres humanos, até mesmo aqueles que cometem ou cometeram atrocidades dele não se liberta. Todos são capazes de arrependimento e de reconhecerem seus erros. Estes são, dentre outros, atributos de humanidade.

Estamos supondo que a resistência de parte da sociedade brasileira em reconhecer publicamente os prejuízos causados aos escravizados e seus descendentes, resida possivelmente na semelhança da desonra pública a que foi submetida a sociedade alemã, após o término da segunda guerra mundial. Os alemães foram estereotipados internacionalmente como exterminadores de judeus. As elites brasileiras também poderão ser internacionalmente estereotipadas como violadoras dos direitos humanos. Se por um lado os alemães não querem ser associados às atrocidades cometidas por Hitler, por outro, as elites brasileiras não desejam ser lembradas dos estupros e dos assassinatos efetuados por seus ancestrais, tampouco desejam ser apontadas como responsáveis pelos maus-tratos e as condições aviltantes a que submeteram os escravizados. E não ignoram, como consequência, ainda nos dias atuais submetem os descendentes dos escravizados a uma imensurável violência simbólica.

As dores a que estes grupos outrora sujeitaram suas vítimas, se veem agora no presente obrigados a refletir sobre as consequências de se submeterem a uma condenação pública internacional. Deste modo, partem do princípio que é melhor rejeitar a idéia, pois partilhar da mesma convicção poderá representar-lhes a aceitação e o reconhecimento do que sempre negaram com extremo vigor. Ou seja, dentre os muitos males, a escravidão no Brasil produziu um exército de "invisíveis doentes mentais", cujas patologias suspeitamos repousarem estratégica e silenciosamente na anulação do outro.

Paradoxalmente, conforme explica Gonçalves Filho:

(...) há certas capacidades humanas que só assumem suficiente realidade em companhia de outros humanos. Certas capacidades humanas de que a gente é potencialmente capaz não chegariam a ser realidade por nós, não fossem praticadas em companhias dos outros.¹²⁸

¹²⁸ GONÇALVES FILHO, José Moura. **Psique Negritude, Os efeitos psicossociais do racismo**. Instituto Amma, Imprensa Oficial: São Paulo, 2008, p.59.

Suspeitamos não existirem outros caminhos, senão aqueles que opressores e oprimidos possam se encontrar para construir a partir do indelével sentimento de humanidade, o reconhecimento de suas virtudes e fragilidades.

Como se pode observar, anular o outro é antes uma subtração da condição de humanidade que impomos a nós mesmos.

Por outro lado, permitir que os descendentes de escravizados refaçam as lamentações de seus ancestrais poderá resultar em uma inexorável contradição. Os males psíquicos que antes eram destinados exclusivamente aos dominados, poderão acometer agora os descendentes dos dominadores de outrora. Mais uma vez, os descendentes dos senhores-de-escravos e os descendentes dos escravizados se veem presos às inquebrantáveis algemas invisíveis produzidas pela escravidão. Assim, se forma um círculo, onde aqueles que intencionalmente submeteram os escravizados e seus descendentes a uma inexorável violência simbólica são de forma subjetiva, igualmente a ela submetidos. A violência simbólica, ao contrário do que imaginam seus agentes, causa dores profundas, não apenas àqueles que a ela se submetem; indiretamente atingem e submetem também àqueles que a aplicam.

Assim, supostamente, concluem as elites brasileiras, é melhor não trazer este assunto de dores à tona. Afinal dores em geral causam profundos ressentimentos e inexoráveis cobranças, que de uma forma ou de outra sempre exigem daqueles que as cometeram alguma reflexão, quando refletir importa em reconhecer, na dialética e na alteridade, os caminhos para o estabelecimento de uma efetiva diversidade, fundada na dignidade humana.

Por isso declinam de fazer qualquer reflexão sobre estes e outros assuntos que implicam na subtração de seus privilégios que ela intencionalmente confunde como direitos. O que desejam é findar logo com a discussão que sequer começou seriamente e cada ano que passa parece renovar-se mais vigorosa. Um martírio às suas consciências.

CAPÍTULO VI

ALTERIDADE E A INVISIBILIDADE DE NEGROS NO BRASIL

Temos a percepção de que o conceito de alteridade no Brasil ainda não foi totalmente absorvido por grande parte da sociedade. Como se sabe, alteridade implica no reconhecimento do outro como sujeito de direito. Assim se estabelece uma relação de respeito entre os vários atores sociais que convivem e sobrevivem, quase sempre, nos mesmos espaços.

É possível que as dificuldades na efetivação da alteridade em nosso país residam em conceitos assimétricos do racismo, cuja ideologia apregoa e valoriza a tese da homogeneidade. Desse modo, aqueles que não se enquadrarem no padrão estabelecido pelas elites, logo ficará à margem da sociedade. Com base nesta falsa premissa de homogeneidade é que os negros no Brasil são naturalmente marginalizados. O "padrão" precede a alteridade. A cidadania não subsiste com o racismo institucional.

Segundo as observações do professor José Nery Moraes, esta precedência torna-se evidente, por conta da padronização da lógica da exclusão seletiva *"no Brasil a lógica do sistema é a disparidade entre o que é pretendido e os resultados das políticas, isto é, ocorre porque, quem não se adequa na homogeneidade, o diferente é excluído"*¹²⁹.

A alteridade é substituída por uma violência, que naturalizada, parece não ser tão violenta assim. A professora Gislene Aparecida do Santos explica que as assimetrias que existem na sociedade brasileira, são resultado da edificação de uma falsa democracia.

(...) cria-se uma comunidade imaginária na qual esses traços estejam presentes justificando a ideologia de que o Brasil seria um país menos violento do o que outros porque a violência não faria parte do caráter nacional, como se a idéia de nação, povo, comunidade e Estado não fossem elas próprias forjadas para oferecer a impressão de unidade para aquilo que é múltiplo ou plural. "¹³⁰

Desse modo, a suposta homogeneidade revela na verdade a violência que a ideologia racista pretende esconder, por conta da existência de uma suposta harmonia, uma coesão social que se realiza apenas na ficção, não se materializa para os mais pobres

¹²⁹ MORAES, José Nery. in <http://mundoacademico.unifap.br/professor>, Macapá, Julho de 2007.

¹³⁰ SANTOS, Gislene Aparecida. in **Medos e Preconceitos no Paraíso**. Unesp: Presidente Prudente, 2000.

e negros no Brasil. Segundo o professor Sergio Adorno "*a cor é um poderoso instrumento de discriminação na distribuição da justiça*"¹³¹ (ADORNO, 1996:274).

Assim, observamos que a invisibilidade seletiva da população negra dos meios de comunicação de massa é precedida por uma violência que parece não existir, sobretudo para aqueles que não a sofrem, por isso certamente a naturalizam em nome de uma fictícia harmonia. A nossa pesquisa, de certa forma, expressa esta naturalização da violência simbólica no Brasil.

A metodologia que utilizamos nesta pesquisa foi a da auto-resposta, ou seja, os entrevistados responderam as várias questões individualmente, inclusive se autodeclarando negros ou brancos por exemplo. Tomamos o cuidado para que a pesquisa não fosse contaminada por outras opiniões ou comentários e pudesse ter comprometido seu resultado. Tratamos de cuidar para que cada indivíduo respondesse o questionário a ele apresentado, segundo a sua experiência e conhecimento sobre o tema objeto da análise.

Importante ressaltar que aos entrevistados foi dada a oportunidade de indicar uma ou mais alternativas, por isso se pode constatar percentuais que ultrapassam os cem por cento em razão das múltiplas escolhas.

Do total de 74 entrevistados, optamos por computar e comparar os dados auferidos apenas entre os grupos formados por entrevistados que se autodeclararam brancos e negros, em razão de nossa pesquisa estar basicamente centrada nas relações raciais entre estes dois grupos étnicos de nossa sociedade. Desse modo, deixamos de considerar sete indivíduos que não se autodeclararam brancos, negros ou qualquer outra cor.

Apuramos em nossa pesquisa de campo, num universo de 67 entrevistados entre homens e mulheres, os quais quando questionados se a representatividade da população negra nos meios de comunicação de massa tem muita, pouca ou nenhuma importância para a sociedade, constatamos que do total de 33 homens e mulheres negros, 27 deles, ou seja, 81,81% destes entrevistados disseram ter muita importância. Ou seja, o fato de a imagem da população negra ser proposital e deliberadamente excluída dos meios de comunicação de massa, assume para os negros uma grande importância em razão de acarretar, conforme procuramos demonstrar ao longo deste trabalho inúmeras vezes, um imensurável prejuízo para este grupo. Enquanto que apenas cinco, ou seja, apenas 15,15% destes indivíduos responderam ter pouca importância e apenas um disse não ter nenhuma importância.

¹³¹ Apud, SANTOS, Gislene Aparecida. in **Medos e Preconceitos no Paraíso**. Unesp: Presidente Prudente, 2000.

Observamos que apesar de existirem algumas alternativas, que aos olhos de leigos possam parecer semelhantes, conceitualmente não o são. Dessa maneira, nos foi possível observar que os entrevistados homens e mulheres negras, por exemplo, diante de perguntas que continham quesitos como racismo e preconceitos, foram mais objetivos apontando estes dois quesitos como responsáveis pela exclusão da população negra dos meios de comunicação de massa. A maioria sinalizou que as ações de invisibilidade seletiva da população negra são muito mais fruto de um do racismo velado existente em nossa sociedade que propriamente de preconceitos.

Assim, quando submetemos a mesma questão para os entrevistados homens e mulheres brancas, dentro de um universo de 34 indivíduos, apuramos que para 52% desse grupo, ou seja, para 18 pessoas brancas, a invisibilidade seletiva da população dos descendentes de escravizados africanos nos meios de comunicação de massa tem muita importância. Portanto, para a maioria dos entrevistados brancos, inicialmente, parece apontar a pesquisa, ao que nós antes, ao longo deste trabalho já apontávamos. Ter visibilidade no Brasil, em geral, acarreta prestígio, que por sua vez está diretamente, quase sempre, ligado a vantagens em razão da autofixação da imagem. Em oposição à invisibilidade seletiva que, por sua vez está associada à construção de uma imagem negativa e, quase sempre, remete o grupo de indivíduos invisíveis ao ostracismo, ao esquecimento, a uma naturalização de sua invisibilidade não apenas nos meios de comunicação de massa, mas em quase todas as outras áreas da atividade produtiva em nossa sociedade.

Esses entrevistados sabem o real significado e o valor que representa ter visibilidade ou não em nosso país. Desse modo, para 10 entrevistados brancos, ou seja, 29,41% têm pouca importância a ausência da população negra dos meios de comunicação de massa, enquanto que para oito deles, ou seja, 23,52% disseram não ter nenhuma importância.

Importa lembrar que advogamos a tese, segundo a qual, a deliberada censura a que os meios de comunicação de massa no Brasil submetem a população negra está intimamente ligada à sua ausência do mercado formal de trabalho na iniciativa privada, onde o seu acesso é dificultado, possivelmente em razão desta população não se enquadrar nos padrões estéticos de beleza, que no Brasil são exclusivamente eurocêntricos. Onde, dentre outros motivos, se presume esteja o determinismo de uma violência simbólica excludente, sob o controle de apenas onze famílias brancas que insistem em ignorar a multietnicidade de uma sociedade tão rica em sua diversidade. Se presume que isto ocorra

para ideologicamente valorizar, dar visibilidade e prestígio exclusivamente ao grupo formado pelos descendentes de europeus.

A desumanização dos escravizados e seus descendentes sempre foi uma nítida opção das elites brasileiras. A emblemática frase de João Batista Lacerda, antigo diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, durante o Primeiro Congresso Internacional das Raças, realizado em Londres em 1911, não deixa a menor dúvida da opção das elites, que à época era a mesma opção velada do Estado, que supostamente fora inadvertidamente revelada por seu representante naquele congresso:

*"O Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século, sua perspectiva e solução".*¹³²

A perspectiva das elites e possivelmente, do próprio Estado nas palavras de Lacerda, não era outra, senão a de eliminar a presença da população negra em todos os espaços que a tornasse perceptível e visível, de tal sorte que os traços negroides, características que em geral acentuam a ascendência africana, mesmo naqueles indivíduos supostamente brancos, as que possuindo, as rejeitam. Em oposição ao desejo das elites de uma ascendência exclusivamente européia e muito próxima da população da Suécia.

Na pesquisa por nós realizada com diferentes revistas, os números expressam exatamente o desejo de branqueamento que é nitidamente materializado pelos meios de comunicação de massa. Ou seja, esses meios, em grande parte, não desejam e tampouco respeitam valores como democracia e igualdade, como direitos universais para todos.

Assim, para o grupo de negros quando questionados se a ausência da população negra dos meios de comunicação de massa é resultado da exclusão, preferência, intolerância, racismo ou preconceito, 19 deles apontam a exclusão como causa. Ou seja, para 57,57% dos entrevistados negros a exclusão deliberada é quem a rigor os impede de se realizarem como cidadãos. Enquanto que apenas 10 entrevistados, ou seja, 30, 30% dos entrevistados negros indicam a preferência como causa. Já para 14 pessoas, ou seja, para 42,42% dos entrevistados negros indicam o racismo; contra 24 pessoas, ou seja, 72,72% indicaram o preconceito como causa da ausência da população negra dos meios de comunicação de massa no Brasil.

¹³² MUNANGA; SCHWARCZ, apud ARAÚJO, Joel Zito. **A Negação do Brasil, O Negro na Telenovela Brasileira**. Editora Senac: São Paulo, 2000

Revela a pesquisa que para os entrevistados negros, os meios de comunicação de massa são, em grande parte, preconceituosos. Isto é, não valorizam a diversidade étnica existente em nossa sociedade e criam estereótipos muito distantes da realidade brasileira.

Os entrevistados brancos, 44,11% também apontaram o preconceito como a principal causa da ausência da população negra dos meios de comunicação de massa. O mesmo percentual foi indicado por esses mesmos entrevistados para a exclusão deliberada e preferência. Apenas 20,58% dos entrevistados brancos atribuem a intolerância racial como causa; enquanto que para 26,47% deste mesmo grupo de entrevistados, o racismo é a principal causa da ausência da população negra dos meios de comunicação de massa.

A pesquisa revela ainda que para 57,57% do total de entrevistados negros, ter a sua imagem cerceada pelos meios de comunicação de massa, implica em um desprestígio social. Constatam que a sociedade parece não se importar muito com eles, supostamente em razão do tratamento inadequado e naturalizado que ela os dispensa. Desse modo, observamos que o desprestígio está diretamente ligado à sua suposta baixa auto-estima.

Novamente para 33,33% do total de entrevistados negros, ou seja, 1/3 desse total de 33 indivíduos, 11 deles disseram acreditar que a invisibilidade seletiva a que são submetidos pelos meios de comunicação de massa, influencia e impacta negativamente no resultado de sua renda ou salário.

Estes dados expressam o que antes já apontamos, ou seja, ter visibilidade positiva no Brasil, pode também significar ter melhores oportunidades em quase todas as áreas dos setores produtivos. Dessa maneira, para 26 dos entrevistados negros, ou seja, 78,78% deles afirmaram que ter visibilidade positiva está associado a melhores salários e renda. A pesquisa confirma que aparecer constantemente nos meios de comunicação de massa e estar visível positivamente, em geral, poderá representar para esses indivíduos algum tipo de vantagem, em oposição àqueles que propositadamente, são quase sempre colocados no ostracismo, no abandono, no constante "esquecimento".

Assim, a entrevista do vereador José de Paula Neto, o Netinho, é muito elucidativa. Esclarece a importância que ter vez, voz e imagem no Brasil, em geral, um direito que é transformado em privilégio de poucos, possivelmente, em razão deste se transformar quase sempre em poder econômico e não raras vezes em poder político.

Não por acaso, grande parte dos parlamentares e membros do Poder Executivo dispensam maiores atenções àqueles que tendo visibilidade positiva na sociedade, são queridos por esta e dessa forma, acreditam que eles poderão, indiretamente, lhes transferir o seu prestígio, o qual esperam transformar em votos. Estabelece-se, assim, um ciclo onde

ambos se beneficiam. E, como sempre, aquele que não tendo qualquer visibilidade, sequer participa deste "jogo" desleal onde não há espaços e tampouco se admitem *players* que não gozem de visibilidade positiva. Em outros termos, não há espaço para cidadãos que não gozem do prestígio dos meios de comunicação que se transformam muitas vezes em meios de massificação de massa.

A mesma questão, quando submetida aos entrevistados brancos, 67,64% deles respondeu que aparecer constantemente nos meios de comunicação de massa, em geral, resulta em prestígio. Da mesma forma, 52,94% deste grupo indicou que ter constante visibilidade positiva nestes meios, em geral, acarreta maiores oportunidades. E, obviamente que estar no ostracismo, quase sempre, acarreta maiores dificuldades àqueles que não gozam de visibilidade positiva. Contudo para 79,41% dos entrevistados brancos, ter visibilidade necessariamente não acarreta melhores rendas ou salários. Destes apenas 20,58 acreditam nesta possibilidade.

A pesquisa constatou ainda que 55,58% dos entrevistados brancos não associam a ausência da população negra do mercado formal de trabalho na iniciativa privada à sua invisibilidade nos meios de comunicação de massa. Enquanto que 44,11% deste mesmo grupo associam esta ausência à sua invisibilidade em todas as formas de mídia.

Possivelmente para estes entrevistados, a ausência da população negra da iniciativa privada esteja ligada diretamente à sua formação escolar "deficiente". Quando este é apenas parte de um argumento que está vinculado ao discurso das elites de imporem aos negros o signo de uma sistemática incompetência. Este discurso é paradoxal e visivelmente racializado, porquanto que não se sustenta, já que o mesmo é facilmente contestado quando observamos empiricamente indivíduos brancos e negros, ambos saindo da mesma escola, supostamente tendo recebido a mesma formação. Notamos, contudo, que aos indivíduos brancos, ainda que nestas condições, se lhes destinam maiores oportunidades. Os bancos privados são um bom exemplo destes fatos. Basta entrar nas agências bancárias dos grandes centros do país para se constatar a ausência de trabalhadores negros, em funções supostamente ordinárias.

A pesquisa aponta ainda um dado, a nosso ver, extremamente preocupante. Quando perguntamos aos entrevistados brancos se o fato de as mulheres brancas no Brasil aparecerem nas revistas publicadas em território nacional 93,91% contra apenas 6,081% das mulheres negras nestas mesmas revistas, 44,11% do total desses entrevistados, responderam que esta exacerbada diferença reside em uma opção mercadológica dos editores destas revistas. Contra 41,17% que apontaram tratar-se de preconceito, 35,29%

disseram tratar-se racismo, 20,58% apontaram tratar-se de um direito dos editores, enquanto que apenas 3,4% indicaram ser uma preferência.

Mais uma vez, a pesquisa indica que à alteridade não se lhe destina o valor que merece. Admitir que a deliberada exclusão de seres humanos, para a maioria, pode ser inserida em uma opção mercadológica, precede a uma análise que irá revelar-nos o que já suspeitávamos. Para grande parte dos entrevistados brancos, a realidade econômica e social dos negros, parece não importar muito. Aliás, antes já apontamos isso. No Brasil, em geral, os brancos e negros ocupam quase sempre os mesmos espaços, quando estes espaços são lúdicos - e se afastam, quase sempre, quando estes puderem, de alguma forma, impor aos primeiros algum tipo de concorrência, subtrair ou reduzir-lhes privilégios por exemplo. Michel Wieviorka explica, com base nos textos de Stokely Carmichael e Charles V. Hamilton, autores do livro *Black Power*, que este comportamento se assenta no racismo institucional, como aconteceu nos Estados Unidos na década de 60, e que persiste no Brasil nos dias atuais sem que grande parte das pessoas o enxerguem como racismo institucional. Que, muitas vezes, aqueles que o praticam como aqueles que o recebem e, portanto, sofrem estas ações sutis quase invisíveis, ou seja, as suas próprias vítimas, destinam-lhe uma certa naturalidade. A invisibilidade seletiva é uma atribuição do racismo institucional no Brasil.

(...) a primeira é explícita; a segunda cessa de sê-lo e permite, no limite, dissociar o racismo em atos de intenções ou da consciência de alguns atores. Nos Estados Unidos, o racismo institucional é descrito como algo que mantém os negros em uma situação de inferioridade por mecanismos não percebidos socialmente. Essa concepção do fenômeno renova a análise ao mesmo tempo, inspira numerosos pesquisadores: o problema não é mais a existência de doutrinas ou de ideologias que se valem mais ou menos explicitamente da ciência, não é nem mesmo o que pensam as pessoas, ou qual é o conteúdo dos argumentos que utilizam ocasionalmente para justificar seus atos racistas"¹³³ (WIEVIORKA, 2007:30).

Quando submetemos a mesma pergunta aos entrevistados negros, a pesquisa indica números bastante distintos em relação aos entrevistados brancos. Para 60,60% dos entrevistados negros, o fato de as mulheres brancas aparecerem 94% mais que as mulheres negras, revela um preconceito; contra 54,54% destes que apontaram o racismo em segundo lugar; contra 36,36% dos entrevistados negros que apontaram tratar-se de uma opção

¹³³ Wieviorka, Michel, "Racismo, uma introdução" Editora Perspectiva S. A, São Paulo, 2007, p.30.

mercadológica. Para 21,21% o percentual é o mesmo, tanto para preferência como direito dos editores agirem segundo as suas concepções e interesses.

O que constatamos nesta pesquisa é uma exacerbada naturalização do racismo pelos dois grupos, em maior grau pelos entrevistados brancos. Possivelmente em razão do que Wievieorka explica em sua obra, ou seja, o racismo institucional precede de uma utilidade, em razão de não deixar transparecer a sua estrutura, o que facilita transitar entre as instituições. Possivelmente em razão de ele valer-se da técnica da invisibilização, algumas vezes para seus agentes e na maioria das vezes para suas vítimas. Sua abstração dificulta a detecção de seus atores, que se valem das instituições para, no silêncio, atuarem com eficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do tema Mídias – Concessão e Exclusão, título de nossa pesquisa, permitiu que nos aprofundássemos em uma reflexão do quanto é importante a alteridade e a dignidade humana.

A pesquisa nos revelou que não ser notado e estar invisível aos olhos dos outros, isolado do mundo em que vivemos é deveras enlouquecedor.

Refletimos ao longo deste trabalho sobre as muitas implicações da deliberada invisibilidade seletiva a que os meios de comunicação de massa submetem a população negra no Brasil contemporâneo. Constatamos que tal fato é resultado de sua histórica invisibilidade em nossa sociedade. Constatamos que aos negros não se lhes permitia realizarem-se com sujeitos de direito, tampouco se lhes permitem circular para além dos espaços previamente estabelecidos e permitidos pelas elites brasileiras.

O desafio de se terminar um trabalho científico é descobrir que ele não se esgota. Ao contrário, ele sempre nos oferece novas hipóteses que precisarão ser investigadas com novos olhares e percepções. Portanto, submetê-lo à apreciação pública, antes nos revela uma disposição para o debate e a construção de novos saberes na edificação do conhecimento que se erige exatamente com críticas construtivas que apontam novos caminhos e uma enorme gama de possibilidades que nos remetem à reflexão investigativa, não para fazer valer os nossos argumentos, senão para aprendermos e aprimorarmos nossas hipóteses de linhas investigativas, na busca da excelência do conhecimento científico.

Observamos que aprendemos muito, porém não o suficiente, pois o conhecimento é mutante, se o construímos todos os dias.

Desse modo, procuramos demonstrar que a invisibilidade seletiva da população negra no Brasil, antes revela a sua constante luta por liberdade que não é apenas sua, senão de todos aqueles que acreditam em valores como direito, democracia e justiça.

A liberdade de expressão de alguns não pode ser erigida na censura de muitos. A censura, que já não existindo mais oficialmente no país é, contudo, imposta à população negra, extrapolando os limites do direito de se expressar livremente para se inserir no arbítrio que repousa na ideologia racista.

A naturalização da exclusão e da invisibilização da população negra dos meios de comunicação de massa, temos a percepção que se reveste de argumentos inteiramente calcados na ideologia racista, que por sua vez se apoia no mito da democracia racial. Ainda

nos dias atuais, não obstante vários pesquisadores já terem demonstrado as diferentes faces do racismo à moda brasileira, muitos acreditam que vivemos em um país racialmente democrático. Esse argumento poderá ser eficaz para aqueles que não conhecem a realidade das relações raciais no Brasil, cuja aparente cordialidade passa a falsa impressão de um país harmônico, que vai desde o paraíso na concepção de muitos indivíduos brancos e ao inferno nos trópicos para a maioria dos negros. Os negros, que no cotidiano sofrem com um racismo quase invisível, contudo sabem perfeitamente onde e como encontrá-lo. Assim o racismo no Brasil é extremamente eficaz e competente na produção da exclusão e da invisibilidade seletiva da população escravodescendente, pois ele mesmo se faz passar por uma suposta invisibilidade para traiçoeiramente atacar suas vítimas pelas costas. O racismo existente e praticado no Brasil contra a população negra é antes de tudo um ato de covardia. Conta com a pseudestesia, ainda nos dias atuais da existência do mito da democracia racial em nosso país. Não se realizaria plenamente, não fosse a destinação assemelhada de uma instituição que grande parte da sociedade lhe destina. É intocável. Não se pode abordá-lo abertamente. Não existe em nosso meio - e pronto.

Reiteramos ser inaceitável ainda nos dias atuais, no Brasil, dentro de uma ótica dos direitos humanos, que negros humanos tenham que resgatar a sua humanidade, subtraída por alguns indivíduos brancos, supostamente, desumanizados. Apenas em razão de possuírem um fenótipo humano diferente de seres humanos caucasóides. Somos iguais - humanos - portanto merecemos igual respeito e iguais direitos.

Nossa pesquisa, tanto a quantitativa quanto a pesquisa de campo, ao revelar a deliberada exclusão seletiva que os meios de comunicação de massa submetem a população negra no Brasil, constata a censura que estes meios praticam. Será preciso um amplo debate na sociedade para libertá-la destes incompetentes censores e do ranço escravista que ainda permeia nas relações sociais no Brasil.

A entrevista do empresário e Vereador à Câmara Municipal de São Paulo, José de Paula Neto, confirma a nossa tese sobre a produção da exclusão e da invisibilidade seletiva por parte dos meios de comunicação de massa. Ele próprio, como o primeiro indivíduo negro no Brasil a receber do Estado uma concessão de televisão a cabo, foi vítima desse pequeno grupo formado por cerca de 10 famílias que dominam e têm o controle desse setor em todo o território nacional. Assim, impediram que sua emissora se tornasse viável economicamente no mercado publicitário mais concorrido do país, ou seja, na região sudeste, capitaneada pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Tornou-a invisível aos olhos da maioria. Foi parar em Pacajus! A mecânica da

invisibilidade seletiva também se revela contra os empreendedores negros. É o discurso da incompetência. A mesma lógica que utilizam no mercado de trabalho formal, para impedirem e justificarem que negros se realizem como trabalhadores na iniciativa privada. O episódio de Paula Neto revela a urgente necessidade de o Estado democratizar o acesso da população negra aos meios de comunicação de massa. Não apenas como telespectadora ou agente, mas como gestora do bem público, a fim dela própria efetuar as necessárias correções de sua seletiva invisibilidade, a exemplo do que há muitos anos já ocorre nos Estados Unidos da América.

Averiguamos ainda que a alteridade não se realiza no Brasil por conta das relações raciais, presas a uma assimetria da ideologia racista que valoriza apenas quase tudo que é branco e desprestigia quase tudo que é preto ou negro. Por trás da invisibilidade seletiva da população negra encontram-se as visíveis vantagens e privilégios que beneficiam exclusivamente as elites.

A invisibilidade seletiva da população negra dos meios de comunicação de massa, a qual lhe acarreta inúmeros prejuízos, é uma questão essencialmente de políticas públicas do Estado e de uma obrigação moral da sociedade, que a naturalizando, avaliza estas inaceitáveis ações excludentes, quer na perspectiva dos direitos humanos, do Direito, e principalmente no que concerne à dignidade da espécie humana.

Por último registramos as dificuldades impostas pela burocracia do Poder público que não nos permitiu extrair cópias de um contrato de concessão de rádio e televisão, junto ao Tribunal de Contas da União, em sua sede na cidade de São Paulo, e anexá-las a este trabalho. Tivemos a nítida percepção que muito embora tratar-se de documento público, supostamente, não se permite que o público dele tome conhecimento, por razões que desconhecemos, exatamente por tratar-se de documento público.

BIBLIOGRAFIA

- ACHILES, T Louis. FANON Franz. **Pele Negra Máscara Branca**. EDUFBA: Salvador, 2008.
- ALVES, Claudete. **Negros**. Scortecchi: São Paulo, 2008.
- Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos, artigo no. 399, apud Jose Afonso da Silva, **Comentários Contextuais à Constituição**. Malheiros: São Paulo, 2007.
- ARAUJO, Joelzito. **A Negação do Brasil, o negro na telenovela brasileira**. Editora Senac: São Paulo, 2000.
- ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo - Imperialismo, expansão e poder, uma análise dialética**. Editora Documentário: Rio de Janeiro, 1976.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Coleção Saraiva de Legislação, 2008.
- BRASIL, Constituição de 1824, disponível em www.planalto.gov.br, consultado em 15 de Fev. 2009.
- BITTAR, Eduardo C. Bianca. **Curso Ética Jurídica, Ética Geral e Profissional**. Editora Saraiva: São Paulo, 2007.
- BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldir Carvalho. **O negro na mídia, a invisibilidade da cor**. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2005.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Elsevier: Rio de Janeiro, 2004.
- _____. **O Futuro da Democracia**. Paz e Terra São Paulo, 1986.
- BARBOSA, Laura Mont Serrat. **A Psicopedagogia no Âmbito Escolar**. Editora Expoente: Curitiba, 2001.
- BARBOSA, Luciene Cecília. **Racismo e Branquitude**. in revista Mídia e Etnia – Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Participação e Parceria - Coordenadoria dos Assuntos da População Negra, edição I, p. 5-8, 2006.
- BARBOSA, Rui, apud João Paulo de Farias Santos. **Ações Afirmativas e Igualdade Racial**. Edições Loyola: São Paulo, 2005.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Saraiva: São Paulo, 1988.
- BOURDEAU, apud José Afonso da Silva. **Comentários Contextuais à Constituição**. Malheiros Editores: São Paulo, p.25, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Editora Betrand Brasil: Rio de Janeiro, 2007.
- _____. **Sobre a Televisão**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1997.

_____. **A Dominação Masculina**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1999.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Editora Difel: São Paulo, 1980.

CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton. **CLT Consolidação das Leis do Trabalho e Legislação Complementar**. Editora Atlas: São Paulo, 1993.

CAMPANTE, Crespo; LEITE. **Revista Brasileira de Economia**. vol. 58 N° 2, Rio de Janeiro. Abril /Junho 2004.

CARVALHO, Jairo. **Raças Humanas**. Maringá, 2008. www.espacoacademico.com.br.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil, o Longo Caminho**. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2004.

CBT – Código Brasileiro de Telecomunicações – Ministério das Comunicações, disponível em www.planalto.gov.br, consultado em 20 de fevereiro de 2009.

CEDOCP-DH - Centro de Documentação e Pesquisa em Direitos Humanos www.direitoshumanos.rj.gov.br - Rio de Janeiro.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. Saraiva: São Paulo, 2004.

_____. **Brevíssima Nota Sobre a Constitucionalidade** – A Reserva de cotas para Negros na Universidade in www.educafro.org.br, São Paulo, 2005.

_____. **Ética, direito, moral e religião no mundo moderno**. Companhia das Letras: São Paulo, 2006.

_____. **Fundamentos dos Direitos Humanos** - a noção jurídica de fundamento e sua importância em matéria de direitos humanos. *Revista Consulex* – Ano IV, nº 48, São Paulo, Dezembro 2000.

CORREIA, Marcus; ORIONE, Gonçalves. in *Jornal Folha de São Paulo*, Tendências e Debates. Publicado em 22/09/2008.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Texto para o Movimento Negro**. Edicon: São Paulo, 1992

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. Ed. Moderna: São Paulo, 2004.

DWORKIN, Ronald. **Uma Questão de Princípio**. Martins Fontes: São Paulo, 2001.

FANON, Franz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. EDUFBA: Salvador, 2008.

FAVA, Marcos Neves. **Execução Trabalhista Efetiva**. Editora LTr: São Paulo, 2009.

FERNANDES, Florestan. **O Mito Revelado**. In *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1980,.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito**. Editora Atlas: São Paulo, 5ª.edição.

FERREIRA, Ricardo Alexino. **Reelaboração do Olhar - A Instrumentação e Formação do Comunicador na Cobertura das Diferentes Realidades Africanas e do seguimento Afrodescendente brasileiro**, a partir do Jornalismo Científico e Jornalismo Especializado, disponível em http://www.sbpnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/ricardoalexinoferreira.htm, consultado em 09/01/2010.

FOLHA DE SÃO PAULO, apud SANTOS, Hélio. **A Busca de um Caminho para o Brasil-** a Trilha do Circulo Vicioso. Editora Senac: São Paulo, 2001.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Cia. Editora Nacional: São Paulo, 1980.

GASPAR, Osmar Teixeira; RIBEIRO, Sonia Maria. in artigo **Racismo no Brasil**, Diário de Taubaté, Taubaté, São Paulo, publicado em 14/08/2008.

GOBINEAU, Joseph Arthur. **Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas**. Paris, 1854.

GOBINEAU, Joseph Arthur, in MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**. Ed.Autêntica: Belo Horizonte, 2004.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade**. O direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Ed. Renovar: Rio de Janeiro, 2001.

GODOY, Denise. in Jornal Folha de São Paulo, publicado em 11/05/2008.

GONÇALVES FILHO, José Moura. **Psique Negritude - Os efeitos psicossociais do racismo**. Instituto Amma, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: São Paulo, 2008.

GUARNIERI, Gianfrancesco. **Um Grito Parado no Ar**. São Paulo, 1973.

IANNI, Octávio; CARDOSO, Fernando Henrique. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis**. Ed. Cia editora Nacional: São Paulo, 1960.

IBGE, Brasília, Ministério do Planejamento. Brasília, DF, 2007.

INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social, Revista Concessões de Rádio e TV. **Onde a democracia ainda não chegou**. São Paulo, 2007.

IPEA, Brasília. Ministério do Planejamento, Brasília, DF, 2007.

KELSEN, Hans apud MELLO, Celso Antonio Bandeira. **Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. Malheiros Editores: São Paulo, 2009.

KIKUCHI, Berenice. **Enfermagem e Promoção de Saúde nas Doenças Falciforme**. AAFESP: São Paulo, 2009.

KLINBERG, Otto. **As diferenças raciais**. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1966.

LAFER, Celso. **A Internacionalização dos Direitos Humanos, Constituição, Racismos e Relações Internacionais**. Manole: Barueri, 2005.

_____. **A Reconstrução dos Direitos Humanos** - um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. Companhia das Letras, São Paulo, 1991.

LARENZ, Karl. Allgemeiner Teil des Deutschen Bürgerlichen Rechts, München, Beck, 1967, apud Robert Alexy. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. Malheiros Editores: São Paulo, 2008.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo Enxada e Voto**. Editora Alfa-Ômega: São Paulo, 1975.

Lei Áurea, Rio de Janeiro, Maio 1888, in Alves. **Negros**. p.351, 2008.

LEITE, José Correia. E disse o Velho Militante (org. Cuti). Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo, 1992.

LIMA, Solange Couceiro Martins. **O Negro na Televisão de São Paulo**, um estudo de relações raciais. Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, São Paulo, 1971.

LIMA, Venício A.; LOPES, Cristiano Aguiar. **Rádios Comunitárias Eletrônicas de Novo Tipo** (1999-2004). Projor, Observatório da Imprensa: São Paulo, Junho, 2007.

LIMA, Venício A. **Mídia - Teoria e Política**. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2001.

L. INGBER. in Silva, José Afonso. **Comentários Contextuais à Constituição**. Malheiros: São Paulo, 2007.

MARTINS, Roberto Borges; HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdades Raciais no Brasil**.

IPEA, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. 1999.

MARX, Karl apud Silva, José Afonso. **Comentários Contextuais à Constituição**. Malheiros: São Paulo, 2007.

MELLO, Celso Antonio Bandeira. **O Conteúdo Jurídico do princípio da igualdade**, Malheiros Editores: São Paulo, 2009.

MILL, John Stuart apud LOSURDO, Domenico. **Democracia e Bonapartismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2004.

MIRANDA, Pontes, apud Silva, José Afonso. **Comentários Contextuais à Constituição**. Malheiros Editores: São Paulo, 2007.

MIRANDA, Romeu Gomes et al. Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Paraná, disponível em www.app.com/portalapp/coletivos, consultado aos 09/01/2010.

MORAES, Evaristo. **A Escravidão Africana no Brasil** - das origens a extinção. Fundação Universidade de Brasília, Editora UNB: Brasília, 3ª. edição, 1986.

MORAES, José Nery. Disponível em <http://mundoacademico.unifap.br/professor>.

MORETZSOHN, Sylvia. **O fato que nunca existiu** in Jornalismo em Portugal, Monitor da Imprensa, 04/07/ 2005, disponível em www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br.

MOORE, Charles, *Racismo e Sociedade*, Mazza Edições, Belo Horizonte, 2007

MOURA, Clovis. Quilombos: Resistência ao Escravismo. Ed. Ática: São Paulo, 1987.

MUNANGA, Kabengele (org). **História do Negro do Brasil**, Resistência, Participação, Contribuição. Vol I, Editora Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura – CNPq: Brasília, 2004.

MUNANGA, Kabengele et al. **História do Negro no Brasil**, o negro na Sociedade Brasileira, Resistência, Participação e Contribuição. Editora Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura – CNPq: Brasília, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**. Vozes: Petrópolis, 1999.

_____. (org). **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**. Estação Ciência/Edusp: São Paulo, 1996.

_____. **Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil**: Fundamentos antropológicos. Edusp: São Paulo, 1996.

_____. **O negro no Ensino Superior**. in NUPES- USP, São Paulo.

_____. in Revista Fórum. Editora Publisher: São Paulo, edição nº 77, agosto de 2009.

MUNANGA Kabengele; SCHWARCZ, Lilian M. Conforme ARAUJO, Joel Zito. **A negação do Brasil**, o negro na telenovela brasileira. Editora Senac: São Paulo, 2000.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Psique Negritude, os efeitos psicossociais do racismo**. Instituto Amma, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, DENNIS. PRUDENTE, Celso (Org). in **Cinema Negro**. Editora Fiúza: São Paulo, 2009.

ONU – Declaração sobre o direito ao desenvolvimento, apud SILVA, José Afonso. **Comentários Contextuais à Constituição**. Malheiros Editores: São Paulo, 2007.

PAULA NETO, José. Vereador pelo Município de São Paulo, Câmara Municipal, Set. 2009.

PEREIRA, João Baptista Borges. **O Negro e o Rádio: um Depoimento**. Dossiê 80 Anos de Rádio, n. 56, p. 62-65, dez. 2002-fev. 2003.

PERELMAN, Charles, apud SILVA, Jose Afonso. **Comentários Contextuais à Constituição**. Malheiros Editores: São Paulo, 2007.

PGR – Procuradoria Geral da República, Brasília, disponível em www.pgr.mpf.gov.br consultado em 29/07/2009.

PIOVESAN, Flavia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. Max Limonad: São Paulo. 3^a. ed., 1996.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio, IBGE, Brasília, 2008.

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. **Preconceito Racial e Igualdade Jurídica**. Editora Julex: São Paulo, 1989.

RAWLS, John. **O Direito dos Povos**. Editora Martins Fontes: São Paulo, 2004.

SANTOS, Gislene Aparecida. **Medos e Preconceitos no Paraíso**. Disponível em <http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2000/GSantos.PDF>, consultado em 16/12/2009

SANTOS, Hélio. **A Busca de um Caminho para o Brasil - a trilha de um circulo vicioso**. Editora Senac: São Paulo, 2002.

SANTOS, João Paulo de Faria. **Ações Afirmativas e Igualdade Racial**. Loyola: São Paulo, 2005.

SÃO PAULO, **Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão**, Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo: São Paulo, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **As Causas da Pobreza**. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Hédio Jr. **Direito de Igualdade e Direito de Igualdade Racial: Aspectos constitucionais, civis e penais**. Doutrina e Jurisprudência. Ed. Juarez de Oliveira: São Paulo, 2002.

SILVA, José Afonso. **Comentários Contextuais à Constituição**. Malheiros Editores: São Paulo, 2007.

SILVA, Rodnei; CARNEIRO, Suelaine. **Violência Racial: uma leitura sobre os dados de homicídios no Brasil**. Geledés Instituto da Mulher Negra e Global Rights Partners for Justice: São Paulo, 2009.

SILVÉRIO, Roberto. Tese de Doutorado. Orientador: Octavio Iann. **Raça e Racismo na Virada do Milênio: Os Novos Contornos da Racialização**. UNICAMP, São Paulo, Brasil. 1999.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros, identidade, povo e mídia no Brasil**. Editora Vozes: Petrópolis, 2000.

_____. **O Monopólio da Fala, Função e Linguagem da Televisão No Brasil**, Vozes: Petrópolis, 1977.

_____. **A Comunicação do Grotesco**. Editora Vozes: Petrópolis, 1983.

SOROBA, André. in **O negro na mídia**, a invisibilidade da cor. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2005.

STF – Brasília, apud SILVA, José Afonso, 2007.

STF, Ministro Relator Cunha Peixoto. apud SILVA, Jose Afonso, 2007.

STRAUSS, Levy, apud SODRÉ, Muniz. **O Monopólio da Fala**. Petrópolis, 1977.

TOUCHARD, Jean. **História das Idéias Políticas**. Editora Publicações Europa-América: Lisboa, 1970.

VADEMECUM SARAIVA 2009. **Código de Defesa do Consumidor**. Editora Saraiva: São Paulo, 2009.

VON FRANZ, Marie-Louise. **A Sombra e o mal nos contos de fadas**. Edições Paulinas: São Paulo, 1985.

WIEVIORKA, Michel. **O Racismo, uma introdução**. Editora Perspectiva: São Paulo, 2007.

ZINK, Liane. in **Psique Negritude**, os efeitos psicossociais do racismo. Instituto Amma, Imprensa Oficial: São Paulo, 2008